REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Edição em homenagem à
professora Maria Thetis Nunes

Nº 39 | 2009

REVISTA
DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

© 2009 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

EDITOR
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL
(Comissões de História e Geografia do IHGSE)

Adelci Figueiredo Santos (UFS)
Ana Maria Fonseca Medina (Academia Sergipana de Letras)
Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS)
Beatriz Góiz Dantas (UFS)
Neuza Góis Ribeiro (UFS)
Vera Lúcia Alves França (UFS)

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Adilma Menezes (CESAD/UFS)

Imagem da Capa
Brasão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Tiragem
400 exemplares

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFS

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe/ Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1, n. 1 (1913) –. – Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1913-

1. História de Sergipe. 2. Geografia de Sergipe.

CDU 91+94(813.7) (05)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Rua Itabaianinha, 41
Aracaju - Sergipe, 49010-190
Fundado em 06 de agosto de 1912

PRESIDENTE DE HONORÁRIO
Governador do Estado de Sergipe
Marcelo Déda Chagas

PRESIDENTE DE HONRA
Maria Thetis Nunes

DIRETORIA

PRESIDENTE
José Ibarê Costa Dantas

VICE-PRESIDENTE
Terezinha Alves de Oliva

SECRETÁRIO GERAL
Lenalda Andrade Santos

1º. SECRETÁRIO
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

2º. SECRETÁRIO
José Rivadálvio Lima

ORADOR OFICIAL:
José Vieira da Cruz

1º TESOUREIRO:
Saumíneo da Silva Nascimento

2º TESOUREIRO:
Ancelmo de Oliveira

DIRETOR DO MUSEU E DA PINACOTECA
Verônica Maria Meneses Nunes

DIRETOR DO ARQUIVO E DA BIBLIOTECA
Sayonara Rodrigues do Nascimento

COMISSÕES

COMISSÃO DE HISTÓRIA
Ana Maria Fonseca Medina
Antônio Fernando de Araújo Sá
Beatriz Góis Dantas

COMISSÃO DE GEOGRAFIA
Adelci Figueiredo Santos
Neuza Góis Ribeiro
Vera Lúcia Alves França

COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS
Ednalva Freire Caetano
Gilton Feitosa Conceição
Petrônio Andrade Gomes

COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO
Cristina de Almeida Valença
Samuel Barros de M. Albuquerque
Vanessa Santos de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO
José Hamilton Maciel Silva
Luíz Eduardo de Magalhães
Nilton Pedro da Silva

COMISSÃO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA
Antônio Bitencourt Júnior
Antônio Porfírio de Matos Neto
Suely Gleide Amâncio da Silva

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antônio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira
João Alves Filho
João Fontes Farias
João Gomes Cardoso Barreto
José Carlos Mesquita Teixeira
José Eduardo Barros Dutra
Lourival Baptista
Luiz Eduardo Magalhaes
Marcelo Déda Chagas
Maria do Carmo Nascimento Alves

SÓCIOS HONORÁRIOS

Jackson da Silva Lima
Josué Modesto dos Passos Subrinho

SÓCIOS EFETIVOS

Adelci Figueiredo Santos
Afonso Barbosa de Souza
Aglaé D'Avila Fontes
Airton Bezerra Lócio de Carvalho
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Adailton dos Santos Andrade
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Bittencourt Júnior
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Carlos Nascimento Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antônio Lindvaldo Sousa

Antônio Ponciano Bezerra
Antônio Porfírio de Matos Neto
Antônio Samarone de Santana
Antônio Vieira da Costa
Arionaldo Moura Santos
Aristela Arestides Lima
Beatriz Góis Dantas
Bemvindo Salles de Campos Neto
Cristina de Almeida Valença
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Evande dos Santos
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilberto Francisco Santos
Gilton Feitosa Conceição
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Itamar Freitas de Oliveira
Jean Marcel D'Avila Fontes de Alencar
João Costa
João Francisco dos Santos
João Hélio de Almeida
João Oliva Alves
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José Araújo Filho
José de Oliveira Brito Filho
José de Oliveira Júnior
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Maria do Nascimento
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho
José Vieira da Cruz
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Lauro Cruz dos Santos
Lenalda Andrade Santos
Lourival Santana Santos
Lúcio Antônio Prado Dias
Luiz Alberto dos Santos
Luiz Vieira Lima
Manfredo Góes Martins
Manoel Alves de Souza
Marcelo Batista Santos
Marcelo da Silva Ribeiro
Márcio Carvalho da Silva
Marcos Antônio Almeida Santos
Maria Glória Santana de Almeida
Maria Lígia Madureira Pina
Maria Lúcia Marques Cruz e Silva
Maria Neide Sobral da Silva
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Melins
Neuza Maria Gois Ribeiro
Newton Pedro da Silva
Petrônio Andrade Gomes
Ricardo de Oliveira Lacerda de Melo
Ricardo Nascimento Abreu
Ricardo Santos Silva Leite
Robervan Barbosa de Santana
Rômulo de Oliveira Silva
Ruy Belém de Araújo
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque

Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Gleide Amâncio da Silva
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vanessa dos Santos Oliveira
Vera Lúcia Alves França
Verônica Maria Meneses Nunes
Vilder Santos
Wagner da Silva Ribeiro
Wanderlei de Oliveira Menezes
Waldefrankly Rolim de Almeida Santos

SOCIOS CORRESPONDENTES

Acrísio Torres Araújo
Adilson Cezar
Adirson Vasconcelos
Agnaldo Marques
Almir de Oliveira
Antônio Vasconcelos
Brício Cardoso Lemos
Cleonice Campelo
Clóvis Meira
Consuelo pondé de Sena
Dino Willy Cozza
Dionysia Brandão Rocha
Edvaldo M. Boaventura
Elodia Ferraz Macedo
Elza Regis de Oliveira
Eno Teodoro Wanke
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Ewerton Vieira Machado
Fábio da Silva
Francisco C. Nobre de Lacerda Filho
Francisco de Albuquerque
Hélio Melo
João Carlos Paes de Mendonça
João Feltre Medeiros
João Fontes de Faria
João Justiniano da Fonseca
Jorge Alecantro de Oliveira Júnior
José Arthur da Cruz Rios
José Otávio de Melo
José Passos Neto
José Sebastião Wither
Josué Modesto Passos
Lilian Salomão
Luís Mott
Luiz de Araújo Pereira
Luiz Paulino Bonfim
Manuel Correia de Andrade
Márcio Polidoro
Marco Antônio Vasconcelos Cruz
Marcus Odilon
Maria Helena Hessel
Nassim Gabriel Mehedff
Nazir Maia
Nonato Marques
O' Mon' Alegre
Ovídio Melo
Ricardo Teles Araújo
Rui Vieira da Cunha
Salime Abdo
Sérgio Sampaio
Sônia Van Dick
Stela Leonardos
Ulisses Passarelli
Victorino Coutinho C. de Miranda

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

FUNÇÃO	FUNCIONÁRIO
Oficial Administrativo	Ângela Nickaulis Corrêa Silva
Auxiliar Administrativo	Gustavo Paulo Bomfim
Mensalista	Maria Fernanda dos Santos
Executor de Serviços Básicos	José Carlos de Jesus
Estagiário	Alisson Fabiano Silva Ferro
Estagiário	Anne Caroline Santos Lima
Estagiário	Gilsimara Andrade Torres
Estagiário	José Alberto Caldas Júnior
Estagiário	Kleckstane Farias e Silva Lucena
Estagiário	Lucas Galindo Santos Pinto
Estagiário	Rafael Coelho Santana

APRESENTAÇÃO

Este é o segundo número da Revista do IHGSE produzido no ano de 2009. É dedicado à professora Maria Thetis Nunes, Presidente de Honra da *Casa de Sergipe,* que a presidiu por 31 anos. Falecida em 25.11.2009, destinamos-lhe aqui um sumário artigo necrológico.

Nesta publicação, acatamos a contribuição de novos autores e de consagrados historiadores, resultando numa série de trabalhos sobre vários temas, tais como genealogia, escravidão, tenentismo, movimento estudantil, instituição de ensino e a dinâmica da economia sergipana em período recente. O artigo sobre Famílias Sergipanas no Período Colonial, publicado no número 37, está sendo reeditado em face de haver saído com defeito gráfico.

Seguem as homenagens. A Florentino Menezes, o sociólogo pioneiro e fundador do IHGSE, a propósito do cinquentenário de seu falecimento. A Felte Bezerra, pelo centenário de seu nascimento em 2008.

Aproveitamos o ensejo para levar ao conhecimento dos leitores um texto que apresentamos no ano passado, enfocando algumas vertentes historiográficas sobre a emancipação política de Sergipe. Por fim, aparece nosso Relatório do último ano de gestão na presidência do IHGSE.

Encerrando o período de seis anos de superação de desafios, deixamos este número 39, lembrando os setenta anos da inauguração do prédio da *Casa de Sergipe*, em 1939, como singela homenagem à nossa Presidente de Honra recém-falecida.

Agradecemos a todos que emprestaram seu apoio material e/ou moral à nossa gestão, especialmente ao Magnífico Reitor da UFS, professor Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho que, entre numerosas ações, por meio de convênio assegurou a publicação de quase todos números desse período. Reconhecemos também a disponibilidade e presteza de Adilma Menezes e a eficiência do professor Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, editor desta Revista, que acaba de ser eleito presidente do IHGSE e a quem desejamos profícua administração.

Aracaju/SE, 23 de dezembro de 2009.

José Ibarê Costa Dantas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- MARIA THETIS NUNES (06.01.1923 a 25.10.2009) 13
Ibarê Dantas

ARTIGOS
- FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (IV) 23
Ricardo Teles Araújo

- COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1850-1888) 39
Josué Modesto dos Passos Subrinho

- UMA DISPUTA À BURGUESA: HOMENS E MULHERES ESCRAVOS LUTAM POR SUA LIBERDADE NA JUSTIÇA, LAGARTO-PROVÍNCIA DE SERGIPE, 1850-1888 63
Joceneide Cunha

- AUGUSTO MAYNARD GOMES E O JULGAMENTO DE PRESTES EM 1940 95
Adailton dos Santos Andrade

- APESAR DO AI-5: A (RE)ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO EM SERGIPE (1969-1985) 109
José Vieira da Cruz

- A BIBLIOTECA EPIFÂNIO DÓRIA 129
Gilfrancisco

- A CONTRIBUIÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DO COLÉGIO ESTADUAL "MURILO BRAGA" EM SEUS 60 ANOS DE EXISTÊNCIA 157
José Rivadálvio Lima

- ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA SERGIPANA (1970-2002) 165
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Aldemir do Vale Souza

HOMENAGENS
- FLORENTINO TELES DE MENEZES, O SOCIÓLOGO PIONEIRO 205
Ibarê Dantas

- FELTE BEZERRA E A FASE HERÓICA DA ANTROPOLOGIA EM SERGIPE: 1950-59 227
Beatriz Góis Dantas

PALESTRAS
- FELTE BEZERRA E A HISTORIOGRAFIA SERGIPANA 259
Antônio Fernando de Araújo Sá

- D. JOÃO VI E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SERGIPE VERTENTES HISTORIOGRÁFICAS* 273
Ibarê Dantas

RELATÓRIO ANUAL DE 2009 299
Ibarê Dantas

MARIA THETIS NUNES (06.01.1923 a 25.10.2009)

Ibarê Dantas*

Com o desaparecimento da professora Maria Thetis Nunes, a sociedade sergipana perdeu uma desbravadora e uma das maiores expressões de sua intelectualidade. Filha de família de poucos recursos e órfã do pai, José Joaquim Nunes, em plena infância, desde cedo assumiu uma autonomia de ação admirável.

Aos 11 anos deixou sua cidade natal, Itabaiana (SE), para continuar seus estudos em Aracaju e, a partir dos exemplos de sua mãe, Anita Barreto, e de sua avó Emília, foi-se revelando uma jovem intrépida. Como um ser obstinado, enfrentou preconceitos, venceu obstáculos, mas recebeu também o estímulo de parentes e de alguns mestres que se tornariam inesquecíveis, como o professor Artur Fortes.

* José Ibarê Costa Dantas é historiador. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no período de 19.12.2003 a 19.01.2010.

Ao concluir o curso secundário no Atheneu Sergipense, foi para Bahia, onde se graduou em História e Geografia. De volta a Sergipe, prestou concurso, em 1945, para o mesmo colégio em que havia estudado, apresentando a tese *Os Árabes, sua influência na civilização ocidental* e, como a única mulher da congregação do estabelecimento, iniciou seu percurso de professora estudiosa, séria e responsável.

Enquanto ocupava a direção do Colégio Atheneu (1951/1954), deu aulas na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, que ajudou a criar. Em 1956, foi designada pelo governo Leandro Maciel para representar o Estado no curso do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que congregava uma elite de intelectuais dedicada a estudar a realidade brasileira. No Rio de Janeiro, ampliou sua formação de marxista mesclada com a tendência nacionalista. Aproximou-se de Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes e tantos outros, tendo oportunidade de escrever ensaio sobre a ideologia nacionalista dos pensadores sergipanos Manoel Bomfim e Sílvio Romero.

Em face do seu talento e dos relacionamentos desenvolvidos, em 1961, foi para a Argentina como adida cultural dirigir o Centro de Estudos Brasileiros na província de Rosário, administrando a entidade e lecionando disciplinas relacionadas à História do Brasil.

Com a mudança política no nosso país, em 1965 retornou a Sergipe e, com sua formação humanística, com sua experiência e sua postura republicana, dedicou-se às atividades docentes e propiciou ao seu Estado uma inestimável contribuição cultural. Retomou a cátedra no Ateneu, inseriu-se no meio intelectual com uma participação destacada. Participou das discussões em torno da criação da Universidade Federal de Sergipe e afirmou-se como uma das fundadoras de realce.

Na nova instituição, ensinou História do Brasil, História Contemporânea, Cultura Brasileira, entre outras disciplinas e, com sabedoria, senso de responsabilidade e postura ética, marcou gerações de alunos. Além das aulas, participou de todos os conselhos superiores da UFS (Ensino e Pesquisa, Universitário e Diretor). Como decana, exerceu o cargo de Reitora em alguns períodos no curso de 1976 e 1977. Ade-

mais, integrou os Conselhos Estaduais de Educação (1970/1981) e de Cultura (1982/1994) do Estado de Sergipe.

Não obstante a diversidade de suas atuações, anualmente empreendia pelo menos uma viagem ao exterior, ilustrando seus conhecimentos de História e Geografia, do Ocidente ao Oriente, tendo conhecido quase todos os continentes.

Sempre ativa, participante e dotada de espírito público, em 20.11.1972 assumiu a presidência do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que passava por uma fase de dificuldades. Aí permaneceu por 31 anos empenhando-se pela melhoria de suas condições, tendo conseguido empreender importantes reformas, razão por que, ao deixá-lo, foi agraciada com o título de Presidente de Honra da entidade. Ingressou na Academia Sergipana de Letras e foi reconhecida com elevadas condecorações de mérito cultural por parte da Prefeitura de Aracaju, do Governo do Estado de Sergipe, pela Academia Sergipana de Letras e pela Universidade Federal de Sergipe, que lhe concedeu os títulos de *Professora Emérita* e de *Doutor Honoris Causa*. Coroando esse reconhecimento, foi escolhida pela sociedade como a mulher do século do Estado.

Se, na esfera do ensino, foi grande o seu contributo para uma educação orientada para ampliação da cidadania dentro dos parâmetros republicanos, não menos importante revelou-se como historiadora, voltada para a construção da identidade do sergipano.

Depois de ensaios sobre a legislação do ensino e a construção de nossa nacionalidade, após sua aposentadoria em 1993, intensificou as pesquisas e ampliou os estudos de História de Sergipe de forma sistemática e sequencial da Colônia até o início da República, produzindo a obra mais abrangente e mais importante de historiografia sergipana. Seu projeto era concluir seu último livro chegando até 1930. Nele trabalhava quando a morte chegou. Apesar disso, sua bibliografia é o maior testemunho de sua grandiosidade.

Além dos numerosos artigos em revistas e jornais, publicou os seguintes livros ou opúsculos, alguns dos quais lhe valeram prêmios nacionais:

- *A Civilização Árabe, sua influência na civilização ocidental*. Aracaju, 1945.
- *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. MEC / ISEB, 1962.
- *Sergipe no Processo da Independência do Brasil*. UFS, 1972.
- *Sílvio Romero e Manoel Bomfim: Pioneiros de uma Ideologia Nacional*. UFS, 1976.
- *História de Sergipe a partir de 1820*. Editora Cátedra / MEC, 1978.
- *Geografia, Antropologia e História em José Américo*. João Pessoa, 1982 (Manuel Correia de Andrade, Maria Thetis Nunes, José Otávio Melo).
- *História da Educação em Sergipe*. Paz e Terra / Governo do Estado de Sergipe / UFS, 1984.
- *Manuel Luís Azevedo d'Áraújo, Educador de Ilustração*, INEP/ MEC, Brasília, 1984.
- *Sergipe Colonial I*. Tempo Brasileiro / UFS. 1989.
- *Ocupação Territorial da Vila de Itabaiana.* Separata dos Anais do VIII Simpósio dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976.
- *A Política Educacional de Pombal e sua repercussão no Brasil-Colônia*. Separata dos Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 1983.
- *Manoel Bomfim (1868/1932)*. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, nº 155, 1994.
- *O Poder Legislativo e a Sociedade Sergipana.* Anais da XIV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SPBH), 1994.
- *As Câmaras Municipais. Sua atuação na Capital de Sergipe D'El Rey.* Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 1995.
- *O Brasil Nação, de Manoel Bomfim, na Historiografia Brasileira*. Separata dos Anais da XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 1997.
- *A Contribuição de Felisbelo Freire à Historiografia Brasileira*. Separata dos Anais da XVI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 1996.

- *Sergipe Colonial II*, Tempo Brasileiro, 1996.
- *Catálogo dos Documentos Avulsos da Capitania de Sergipe (1619 - 1822)*. Arquivo Histórico Ultramarino, UFS, 1999.
- *Sergipe Provincial I*, Tempo Brasileiro, 2000.
- *Sergipe Provincial II*, Tempo Brasileiro, 2006.

FONTES CONSULTADAS

Maria Nely Santos. *Professora Thétis: uma vida.* Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

A Historiografia de Maria Thetis Nunes. Anais da VII Semana de História. São Cristóvão, UFS, 2004

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe Brasileiro. Dicionário Biográfico. Maria Thetis Nunes. http://www.ihgb.org.br

Maria Thetis Nunes. Entrevista a *Glauco Vinícius e Raquel Almeida, infonet.*

ARTIGOS

FAMÍLIAS SERGIPANAS DO PERÍODO COLONIAL (IV)*

Ricardo Teles Araújo**

RESUMO
Este estudo tem por objetivo analisar as origens da família Faro Leitão. A partir das análises efetuadas é possível inferir que provavelmente os primeiros membros da família eram portugueses oriundos da cidade do Faro. Dessa forma, acredita-se que João Leitão de Faro deve ter sido o primeiro membro da família que chegou em Sergipe, ainda no período da sua proto-história (1590-1645).

PALAVRAS-CHAVE: genealogia, família Faro Leitão, Sergipe.

* Artigo publicado originalmente no número 37 da Revista do IHGSE, com alguns problemas de impressão.

** Genealogista

FARO LEITÃO

O sobrenome Faro remete a cidade de Faro, no Algarve, Portugal. Provavelmente os primeiros membros da família em Sergipe eram portugueses oriundos da cidade do Faro e, embora lá não usassem o topônimo em seu sobrenome, ao chegarem no Brasil acrescentaram aos seus sobrenomes de família o nome da cidade de origem.

Faro é uma antiga cidade de origem romana. No tempo dos Romanos chamar-se-ia Ossonoba, embora haja quem discorde, alegando que no tempo do domínio árabe Santa Maria e Ossonoba (*xant maria e okxonuba* em árabe) seriam cidades vizinhas, a primeira servindo de porto à segunda. Santa Maria seria a hoje Faro. Ossonoba era também o nome dado à região aonde se situava Santa Maria[1]. Sobre a adoção do topônimo Faro aos sobrenomes já no tempo do domínio árabe, escreveu Cláudio Torres:

> "A velha Ossónoba, denominada "Santa Maria" durante o século XI, passa a chamar-se "Santa Maria de Faro", devido ao fato provável de ter sido construído nessa altura um farol, tornado necessário devido ao assoreamento da ria. Assim cremos que o nome "Faro" não advém de um antropônimo e sim, ao contrário, foi a cidade a dar o seu nome a uma importante família local, Ibn Harun, que durante dezenas de anos a governou. Era vulgar entre os muladis, os conversos ao islamismo, a incorporação do topônimo natal ao nome corânico, adotado no momento de abraçar a nova fé."[2]

Concordamos com Cláudio Torres. O nome *Harun* em árabe quer dizer *luz, chefe, protetor, guarda* ou *mensageiro*[3], justamente o que faz

1 MACHADO, José Pedro. *Ensaios arábico-portugueses.* Lisboa: Editorial Notícias, 1997, p. 24.

2 MATOSO, José (coord.). *História de Portugal.* Lisboa: Editorial Estampa, 1993. 8v. V.1, p. 398.

3 GANDHI, Maneka e HUSAIN, Ozair. *The Complete Book of Muslim and Parsi Names.* New Delhi: HarperCollins, 1994.

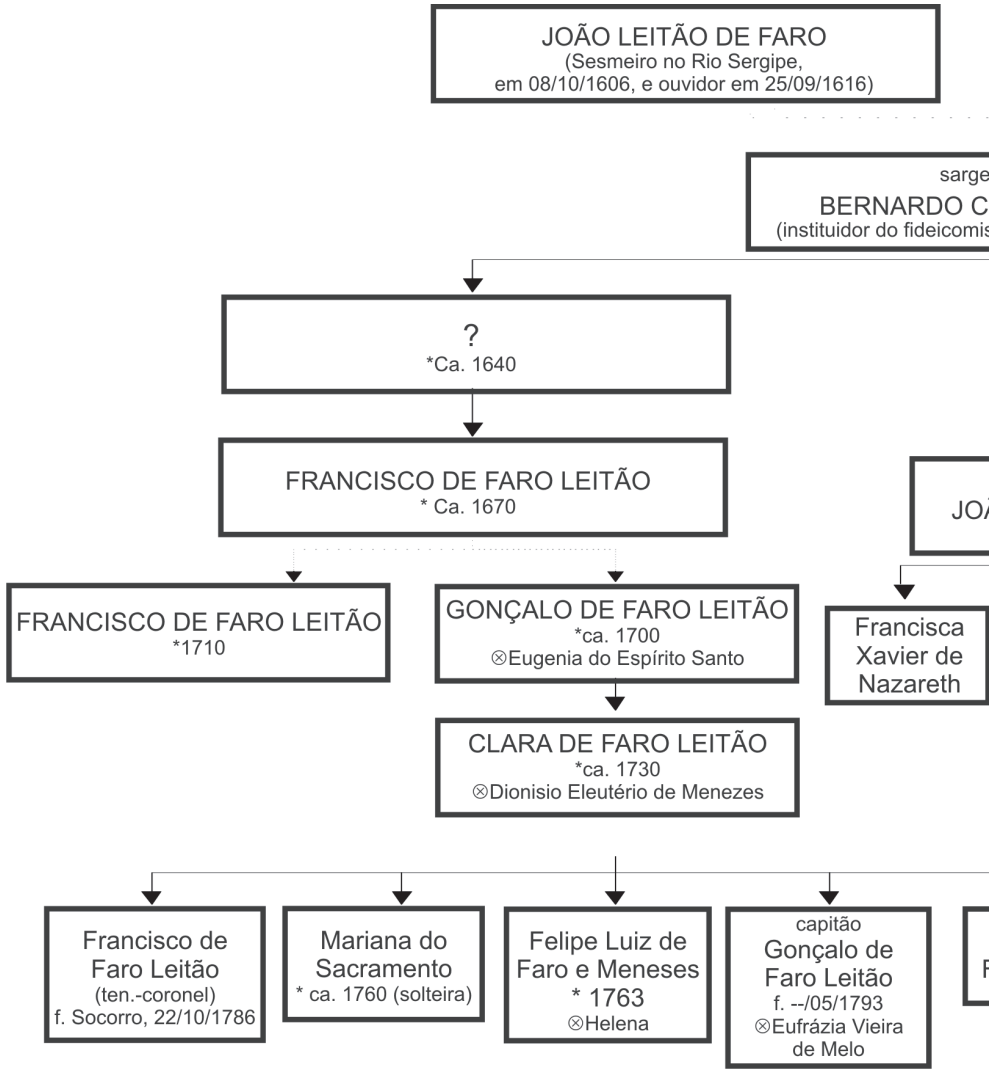
o farol. Além do significado de "Harun" ser o mesmo de farol, a raiz linguística das duas palavras é a mesma. Harun tem a mesma raiz linguística de Faros, a ilha egípcia aonde existia o famoso Farol de Alexandria, uma das sete maravilhas do mundo antigo, e que deu origem ao nome *farol*. Faros era oriundo do grego *pharós*, este por sua vez oriundo, provavelmente, do antigo egípcio, pois *pharós* parece ter a mesma raiz do termo egípcio *pr'e* que significa "grande casa" e a partir do Novo Império (1500 A.E.C.), "faraó"[4]. Apesar da língua árabe e da grega pertencerem a troncos linguísticos distintos, respectivamente afro-asiáticos e indo-europeus, ocorreram empréstimos de ambos os lados, devido ao intenso comércio mediterrânico, desde o tempo dos fenícios, povo semita que nem o árabe, cerca de 1000 A.E.C. Do topônimo *pharós* ou *harun* (em árabe), poderia vir sem dificuldade um antropônimo Harun, assim como ocorreu muitas vezes em Portugal, como por exemplo, com o antropônimo *Guimarães* vindo da cidade de Guimarães, *Viana* da cidade de Viana do Castelo, *Almeida* da vila de Almeida e *Oliveira* dos inúmeros lugares e freguesias com o nome de Oliveira. A troca da letra árabe *h* pela letra *f* era comum nos empréstimos árabes no português, como, por exemplo, na palavra *refém*, que vem do árabe *rahan*[5].

As mais antigas fontes onde encontramos referências à pessoas da família Faro Leitão em Sergipe, se encontram no Livro de Notas 1735/38 do Cartório de São Cristóvão, em alguns documentos avulsos de 1718, 1720 e 1724, existente nas caixas referentes a Sergipe do Arquivo Histórico Ultramarino, e em uma carta do Conde de Vimieiro, de 13/11/1718, ao capitão Francisco de Faro Leitão, fora a carta de doação de sesmaria de João Leitão de Faro, de 08/10/1606, apresentada por Felisbelo Freire, *História de Sergipe*.

---

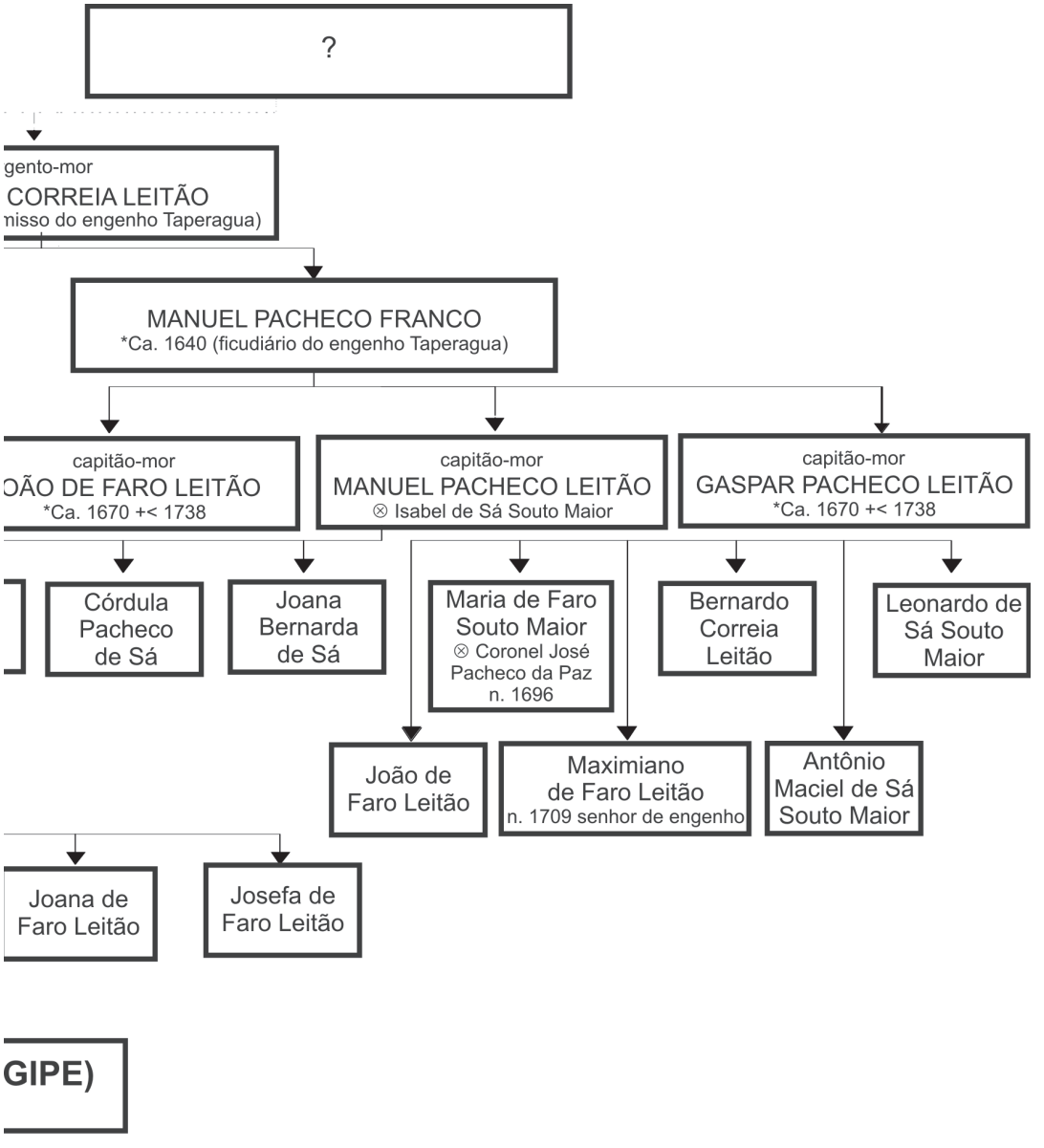
4 HOOKER, J.T. (introdução). *Lendo o passado.* São Paulo: Edusp, 1996, p. 148.

5 SOUSA, João de. *Vestígios da lingoa arabica em Portugal.* Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1830.



GENEALOGIA DA FAMÍLIA FARO LEITÃO (DE SERG

Nota: Linha cheia denota parentesco seguro, linha pontilhada, pare


?
gento-mor
CORREIA LEITÃO
nisso do engenho Taperagua)
MANUEL PACHECO FRANCO
*Ca. 1640 (ficudiário do engenho Taperagua)
capitão-mor
ÕAO DE FARO LEITÃO
*Ca. 1670 +< 1738
capitão-mor
MANUEL PACHECO LEITÃO
⊗ Isabel de Sá Souto Maior
capitão-mor
GASPAR PACHECO LEITÃO
*Ca. 1670 +< 1738
Córdula Pacheco de Sá
Joana Bernarda de Sá
Maria de Faro Souto Maior
⊗ Coronel José Pacheco da Paz
n. 1696
Bernardo Correia Leitão
Leonardo de Sá Souto Maior
João de Faro Leitão
Maximiano de Faro Leitão
n. 1709 senhor de engenho
Antônio Maciel de Sá Souto Maior
Joana de Faro Leitão
Josefa de Faro Leitão
GIPE)
rentesco provável

João Leitão de Faro deve ter sido o primeiro da família que chegou em Sergipe, ainda no período da sua proto-história (1590-1645). Recebeu uma sesmaria de uma légua por uma légua do capitão-mor Nicolau Faleiro de Vasconcelos, em 08/10/1606, na margem sul do Rio Sergipe, vizinho à de Antonio Lopes Pereira[6]. João Leitão de Faro foi ouvidor de Sergipe em 25/09/1616[7].

Em 31/03/1657, Manoel Leitão era sargento da companhia do capitão Antonio Coelho do limite de Lagarto. Encontrava-se preso na cadeia de São Cristóvão, por ter-se envolvido na expulsão do vigário de São Cristóvão, Sebastião Pedroso de Góes. É possível que esse sargento fizesse parte da família Faro Leitão[8].

Francisco de Faro Leitão era capitão de cavalos de uma das tropas da Ordenança de que era coronel Antonio Martinho de Barbuda, que aliás não morava em Sergipe e foi acusado pelo capitão-mor Custódio Rebelo Pereira de ausente e de não ser conhecido das pessoas do seu próprio regimento. A ausência do coronel levou as tropas a um tal desligamento que mesmo passando bando para avisar que haveria mostra, em 12/02/1718, apenas dez soldados compareceram de um total de 51 que havia na companhia do capitão Francisco[9].

Francisco de Faro Leitão era primo de João de Faro Leitão, que tinha um irmão chamado Gaspar Pacheco. João de Faro Leitão, recebe o ofício e carta-patente de capitão-mor da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, em 8 de agosto de 1720[10]. Os três parentes foram acusados de um crime gravíssimo, em 1724: a morte do filho e do neto do capitão Mendo de Sá Souto Maior, respectivamente, Claudio Maciel e Artur de Sá. Feita devassa pelo ouvidor da comarca de Sergipe, ninguém fora acusado e o infeliz capitão pede à Sua Ma-

6 FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977, p.404.
7 Livro primeiro do governo do Brasil.
8 AHU, Sergipe doc 9.
9 AHU Sergipe doc 105
10 AHU, Sergipe, doc. 39.

jestade o Rei D. João V que mande tirar nova devassa, pois, segundo ele, o seu filho e o seu neto teriam sido assassinados pelos irmãos João de Faro Leitão e Gaspar Pacheco, seu primo Francisco de Faro e a mulata Luzia. El Rey, ouvindo o parecer favorável do Vice-Rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes, em 12/06/1725, mandou fazer nova devassa[11]. Francisco de Faro (talvez o mesmo acima) foi acusado pelo Ouvidor Antonio Soares Pinto de ter atentado contra a vida do seu antecessor pelo fato de o mesmo ter executado uma dívida sua com os defuntos e ausentes[12].

No Livro de Notas, hoje existente no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, há uma escritura de terras e mais pertences do engenho Taperagua, passada em 22/05/1738, em que Isabel de Sá Souto Maior, viúva de Manoel Pacheco Leitão, e seus filhos Bernardo Correa Leitão, Leonarda de Sá Souto Maior, João de Faro Leitão, Maximiano de Faro Leitão, Antonio Maciel de Sá Souto Maior, Joana Bernarda de Sá, Córdula Pacheco de Sá e Francisca Xavier de Nazareth para o coronel José Pacheco da Paz, a fim de o mesmo se casar com a sua filha e irmã Maria de Faro Souto Maior. Estas terras foram instituídas como fideicomisso pelo bisavô dos filhos, o sargento-mor Bernardo Correia Leitão, usando de sua terça, e com a morte do seu pai Manuel Pacheco Leitão sucederam todos igualmente. O fideicomisso era uma propriedade que herdava o primogênito de duas gerações, sendo o primeiro herdeiro chamado de fiduciário e o segundo de fideicomissário. No caso do engenho Taperagua, Manuel Pacheco Franco, avô dos doadores, era o fiduciário do fideicomisso e o pai, Manuel Pacheco Leitão, o fideicomissário.

> 01/03/1738. Escritura de venda, trespasso, doação e data que faz D. Isabel de Sá Souto Maior e seus filhos, ela viúva de

[11] AHU Sergipe doc 143.
[12] AHU Sergipe doc 147.

> Manuel Pacheco Leitão, e seus filhos Bernardo Correia Leitão, Leonardo de Sá Souto Maior, João de Faro Leitão, D. Maximiana de Faro Leitão, Antonio Maciel de Sá Souto Maior, D. Joana Bar... De Sá, D. Cordula Pacheco de Sá, D. Francisca Xavier de Nazaré ao coronel José Pacheco da Paz, do engenho Taperagua, suas terras e mais pertences [...] de canas obrigados ao mesmo engenho. Houveram por título de deissa? Fidei comisso perpétuo que instituiu da manufatura de sua terça seu bisavô deles vendedores, cedentes e doadores, o defunto sargento-mor Bernardo Correia Leitão, em [...] sucederam todos igualmente por falecimento do seu pai Manuel Pacheco Leitão [...] avô Manuel Pacheco Franco [...] ao dito comprador para efeito de casar com sua filha e irmã deles vendedores, cedentes e doadores, d. Maria de Faro Souto Maior, com a qual está hoje legitimamente casado [...] e legítima de seu pai posse da legítima que faz adjudicada a Gonçalo de Sá Souto Maior [...] sua mãe Isabel de Sá [...]; e outrossim, irmãos os ditos vendedores, cedentes e doadores a saber: d. Joana Barrera? de Sá, D. Cordula Pacheco de Sá, D. Francisca Xavier de Nazaré senhores e possuidores etc. etc. Por doação e deixa que fez seu tio o capitão-mor João de Faro Leitão, já defunto, [...] de canas e terra sita no [...] Vaza-Barris em légua que chamam de [...] que houveram por título de doação que seu tio o capitão-mor o defunto Gaspar Pacheco Leitão e sua mulher lhe fizeram.

O instituidor do fideicomisso do engenho Taperagua, sargento-mor Bernardo Correia Leitão, entrou em litígio com o capitão-mor de Sergipe Ambrósio Luís de la Penha, solicitando à Sua Majestade, em 1665, que fosse tirado devassa sobre os maus procedimentos do capitão-mor, oferecendo, inclusive, uma caução de sua própria fazenda, para o caso de o capitão-mor sair inocentado da devassa.

> Senhor,
> Manda Vossa Majestade por decreto de 18 de novembro passado ... consulta neste conselho uma petição de Bernardo Correia Leitão, na qual diz que Ambrósio Luís de la Penha, capitão-mor de Sergipe del Rey tem procedido e procede no exercício do seu cargo com insolência fazendo e obrando as exorbitâncias e excessos que constam dos capítulos que oferece e porque vai acabando seu triênio (...) de que fique sem castigo os ditos excessos cometidos no dito cargo contra o serviço de Vossa Majestade e de seus vassalos, e ele Bernardo Correia quer depositar a caução necessária para a devassa não saindo culpado o dito Ambrósio Luís. Pede a Vossa Majestade lhe faça mercê mandar passar provisão para que o ouvidor geral do crime que ora é (...) ou qualquer outro ministro (...) que Vossa Majestade for servido, vá a dita capitania de Sergipe e devasse do conteúdo nos ditos capítulos e pelos mais que der acabdos os tr6es anos do dito capitão-mor que se acaba em fevereiro do ano de 666, e proceda contra ele conforme as culpas que resultarem da devassa.
> Ao conselho parece que Vossa Majestade deve ordenar que o ouvidor geral do crime da Relação do Brasil ou outro qualquer desembargador da mesma Relação de toda inteireza e bons procedimentos, tanto que Ambrósio Luís de la Penha acabar os três anos porque foi provido do cargo de capitão-mor da capitania de Sergipe (...) tirar residência do dito tempo que serviu o dito cargo, enviando-se-lhe os translados dos capítulos oferecidos por Bernardo Correia Leitão que ficam neste Conselho, para perguntar pelo que se contém neles, e que saindo culpado se proceda contra ele como parecer justiça e confomre merecerem as suas culpas. Em Lisboa, 22/12/1665.

A combinação Correia Leitão apresenta uma similaridade com uma das primeiras famílias do Rio de Janeiro: a de Francisco Correia Leitão, nascido por volta de 1644, filho de Brás Correia Leitão e de

Maria de Matos, ambos naturais de Alvarinha, comarca de Leiria. Esse Francisco casou-se em São Gonçalo, em 05/08/1674, com Ângela do Amaral, filha de João Batista Jordão e de Ângela de Arão, da família Amaral Gurgel[13].

Em 07/02/1750, o coronel José Pacheco da Paz continuava como dono do engenho Taperagua, quando testemunhou na devassa de residência de Manuel Francês, que tinha sido capitão-mor de Sergipe, declarando ter 55 anos, o que deduz que nasceu provavelmente em 1695.

Em 04/02/1750, Francisco de Faro Leitão aparece como a 25ª testemunha do auto de residência de Manuel Francês, que foi capitão-mor de Sergipe, declarando morar na Vargem de Nossa Senhora do Desterro, termo de São Cristóvão, viver de suas fazendas e ter 40 anos de idade, tendo nascido provavelmente em 1710[14]. Pela sua idade, com certeza esse homem não era o mesmo Francisco de Faro Leitão acima, que foi capitão de cavalos em 1718.

O capitão Gonçalo de Faro Leitão aparece como capitão de uma companhia de 29 soldados pertencente ao Regimento de Cavalaria do coronel Filipe Pereira do Lago, no Mapa de Regimentos da Capitania de Sergipe de El Rey enviado pelo capitão-mor Francisco da Costa ao Rei D. João V, em 03/04/1734[15]. Provavelmente o mesmo Gonçalo de Faro Leitão casado com Eugênia do Espírito Santo. Teve, que descobrimos, uma filha de nome Ana ou Clara de Faro Leitão, que foi casada com Dionísio. Ana ou Clara fez testamento, registrado no Livro de Registro de Testamento de São Cristóvão de 1803/1804, à folha 52, declarando na ocasião ser nascida na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, de São Cristóvão, filha dos citados Gonçalo e Eugênia, que deixava de bens o Engenho Massapé e que tinha seis filhos:

- Francisco, que teve uma filha de nome Maria;

---

13 RHEINGANTZ, Carlos. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.

14 AHU, Sergipe doc 371.

15 AHU Sergipe doc 277.

- Felipe Luís de Faro, que foi o seu primeiro testamenteiro e teve um filho de nome Francisco;
- Gonçalo;
- Joana;
- Josefa;
- Mariana.

Alexandre de Faro Leitão, do século XVIII teve o filho capitão Francisco de Faro Leitão, nascido em Socorro, SE, provavelmente em 1789, pois em 1829 o seu nome aparece como capitão da 4ª Companhia de Cassadores do Batalhão 24, de Laranjeiras, tendo 40 anos e 4:000$000 réis de renda anual[16]. Seu nome completo era Alexandre José de Faro Leitão e era capitão das ordenanças da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba em 1785, quando tirou a lista das pessoas que plantaram mandioca na mesma e a enviou para o Governo da Bahia[17]. Ele mesmo aparece na listagem como sendo Lavrador de Cana do Engenho Jiqui, de propriedade de Manuel Gomes dos Santos. O capitão Alexandre possuía 8 escravos e tinha plantado em suas terras 1000 covas de mandioca.

Segue abaixo o resumo da descendência de Gonçalo de Faro Leitão e de Eugênia do Espírito Santo:

Gonçalo de Faro Leitão
⊗ Eugênia do Espírito Santo
Teve que descobrimos:

I.1 Clara de Faro Leitão[18]
⊗ Dionísio Eleutherio de Menezes
Teve q.d.:

16 APES, Comandante de Batalhões.

17 Documento no Arquivo Público da Bahia (APEB, 188), cedido gentilmente por Luiz Mott.

18 De acordo com o testamento da sua filha Mariana do Sacramento, feito em 15/07/1826 (AJES,S.Cristóvão-LRT 1830/42,f.2), e fonte secundária que colhemos no arquivo do Dr. João Dantas Martins dos Reis, no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe.

II.1 Francisco de Faro Leitão (tenente-coronel)[19]
✞ Comendaroba, Freguesia de N.S. do Socorro, SE, 22/10/1786

II.2 Mariana do Sacramento[20]
★ Cotinguiba, SE, ca.1760

✞ **Divina Pastora, SE, 21?/08?/1826**
(solteira)

II.3 Felipe Luís de Faro e Menezes[21]
« 1763
⊗ Helena de Faro Leitão

19 Morreu de dois tiros de bacamarte ao sair da igreja da Comandaroba onde tinha ido assistir missa, às 10 horas da manhã, em 22/10/1786, a mando de D. Jacinta Maria de Castro, Antonio Pereira da Silva e do sargento-mor Bento José de Oliveira. Bento José tinha tido dissensões com ele, querendo congraçá-lo com Antonio Pereira. Morto Francisco, foi preso Antonio Pereira, solto pouco depois por Bento José, que para isso arrombou a cadeia e induziu ao Meirinho para levá-lo à cadeia de São Cristóvão, sendo solto no caminho e se hospedando na sua casa. Para embaraçar a investigação, Bento José de Oliveira alegou que Felipe Luiz e seus irmãos e parentes tinham mandado dar um tiro no preso. O exame de corpo delito nas roupas do falecido foi feito em 31/10/1786 (AHU, Sergipe doc 481).

20 Mariana declarou em 1826 que tinha, também, a sobrinha Antonia casada com José Pinheiro. Este José Pinheiro era o então tenente e depois major José Pinheiro de Mendonça casada com Antonia de Faro Leitão, atestado, inclusive, no testamento de sua filha Joana de Faro Leitão, feito em Laranjeiras, SE, 01/06/1856 (AJES Laranjeiras 1-T-c1,doc16). Na ocasião Joana declarou ser nascida na Freguesia de Divina Pastora, SE, filha do Major José Pinheiro de Mendonça e de Antônia de Faro Leitão e que foi casada com Manoel Fernandes Rollemberg Chaves, não tendo filhos. Joana era irmã de Manoel Dinis de Faro Leitão, Luís de Faro Leitão, que tinha um filho José, N.N., que foi casada com Manoel dos Santos Silva e teve a filha Ana, e de outra N.N. que foi casada com Francisco de Faro Leitão e teve a filha Maria. Seu testamento está registrado no livro de registro de testamentos da comarca de São Cristóvão (AJES, SC-LRT-c3).

21 Em 05/10/1805, Francisco Muniz Teles, Raymundo Teles Barreto de Menezes, José de Barros Pimentel, Manuel da Porciúncula Lins e Manuel Pereira Carvalho queixaram-se à Sua Majestade dos irregulares procedimentos do sargento-mor Felipe Luiz de Faro e Menezes que, segundo eles, conservava ao seu serviço um coito de facinorosos liderados pelos matadores Manuel Cardoso e seu irmão Domingos e mais um soldado desertor da praça de Pernambuco de nome José Marinho, que o serviam há mais de oito anos. Por mandado dele mataram José Antonio, no lugar do Genipapo, Estácio de tal, no lugar da Terra Dura, e Gonçalo de tal, no Pé do Banco [hoje Siriri], e em todos as

filha do capitão José Ferreira Passos[22], «Santo Amaro das Brotas, 1729, e de Clara Maria de Almeida; n.p. Gualter Ferreira Passos e de Elena de Andrade.

Teve que descobrimos:

III.1 Francisco de Faro Menezes

III.2 Gonçalo de Faro Leitão e Meneses[23]

devassas feitas saíram pronunciadas as próprias vítimas, devido ao fato de o ouvidor [José Antonio Alvarenga Barros Freire] ser seu parcial e receber infinitos mimos do mesmo. Além disso, Felipe vexava os povos, destruindo suas lavouras com o seu gado e queimando cercas (tinha ele 6 léguas de terra arrendadas a 200 ou 300 rendeiros pobres, de quem ele abusava colocando o seu próprio gado nas terras arrendadas, causando prejuízos aos rendeiros - AHU, Sergipe doc 478). Tirava da cadeia de Santo Amaro até presos com crimes de morte, como fez com Mateuzinho, acusado de matar Antonio Felix. Prendia muitos pobres se ferissem qualquer uma de suas reses e não pagassem em dia a renda de suas terras. Felipe tinha quatro engenhos moentes e correntes. Mantinha preso na cadeia de Santo Amaro dois homens na enxovia e tronco, sem culpa alguma, porque ser Felipe homem muito rico e que fazia tudo quanto queria. Após a morte do seu sogro José Ferreira Passos, passou a usar os soldados das ordenanças [que não recebiam soldo algum] para fazer guarda aos presos de sua paixão, de dia e de noite, enquanto pela lei de 20/10/1763, eles só estavam obrigados a transportar os presos para a cadeia da relação. Quando o governador determinou que a câmara propusesse o nome do capitão-mor, com a assistência do corregedor, Felipe Luiz subornou os vereadores doando-lhes vacas mortas e feixes de açúcar, para que fosse indicado em primeiro lugar, apesar de ser ele cego e de mau gênio. Como capitão-mor aumentou o seu próprio salário com inquisitórios e outros emolumentos vantajosos. Deixou de tirar devassa do levante do povo contra o vigário da freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, Antonio Alves de Miranda Varejão, por solicitação de Bento Jose de Oliveira, mentor da sedição, aconselhando e dando agregados para isso. Esse apoio a Bento José de Oliveira mostrava que Felipe Luiz de Faro e Menezes esquecera que foi o próprio Bento José que mandara matar o seu irmão, o tenente-coronel Francisco, em 1786, quando o próprio Felipe tinha 23 anos de idade (AHU, Sergipe doc 481).

22 O capitão José Ferreira Passos, que foi casado com Clara Maria de Almeida, fez testamento em Santo Amaro das Brotas, em outubro de 1804, e declarou que tinha uma filha de nome Helena de Faro Leitão, que casou com o sargento-mor Felipe Luís de Faro de Menezes.

23 Foi testamenteiro da sua tia Mariana do Sacramento, em 30/01/1833 (AJES, SC-LRT- c.3).

II.4 Gonçalo de Faro Leitão (capitão)[24]

✞ —/05/1793

⊗ Eufrásia Vieira de Melo (1° ⊗)

filha de Antônio Coelho Barreto e de Quitéria Gomes de Sá;

Teve que descobrimos:

III.1 Clara de Faro Leitão

⊗ Gonçalo Paes de Azevedo Jr.[25]

★ Santo Amaro das Brotas, SE ✞ —/11/1821

filho do Cap. Gonçalo Paes de Azevedo e de Antônia de Moura Caldas.

III.2 Maria José de Faro Leitão

1° ⊗ Manuel Rollemberg de Azevedo

2° ⊗ João Gomes de Mello (Barão de Maroim)

[24] Gonçalo de Faro Leitão foi provido por patente do governador da Bahia, dom Rodrigo José de Menezes, ao posto de capitão da 6ª Companhia de Cavalos da Capitania de Sergipe del Rey, do coronel José Caetano da Silva Loureiro, em 07/07/1786, devido à promoção de José Ferreira Passos que ocupava o mesmo posto. Como ele não pediu confirmação da patente à Sua Majestade no prazo de seis meses, como determinava o capítulo 16 do Regimento do Governo da Bahia, ele solicitou nova patente ao então Governador Dom Fernando José de Portugal, que a concedeu em 16/09/1790, para que ele pedisse confirmação. O coronel do regimento já não era mais José Caetano da Silva Loureiro, que se retirara para a vida sacerdotal, e sim, Baltazar Vieira de Mello (AHU, Bahia 15408).

[25] Gonçalo Paes de Azevedo Jr. deixou ao falecer dois engenhos e dinheiro par afilhados e escravos. Era irmão de Francisca Pereira do Lago (AJES, S. Cristóvão, LRT 1820/22, f.144).

III.3 Joana de Faro Leitão
★ ca.1790
⊗ Cap.-Mor José da Mota Nunes[26]
✞Laranjeiras, SE, 11/06/1847
Teve:

IV.1 Francisco de Faro Motta Leitão (major)
★ Socorro, SE, —/—/18—
1° ⊗ Antônia Leopoldina (de Faro)
filha de Manuel Zuzarte de Siqueira e Mello e de Clara Angélica de Araújo.
2° ⊗ Maria de Azevedo Faro
(sem geração)
O Major Francisco de Faro Motta Leitão teve com a criola Simoa, uma filha natural.

IV.2 Cap. Felippe de Faro Motta Leitão[27]
✞ Laranjeiras, SE, 04/07/1871
⊗ Maria da Glória de Faro Jurema
(sem geração)

[26] O Cap.-Mor José da Motta Nunes era o dono dos Engenhos Flor da Roda e Tanque do Moura (AJES,Laranjeiras 1-I-c7,doc4). Mota Nunes era uma antiga família sergipana atestada desde 1726, quando o tenente Antonio da Mota Nunes, branco, casado, lavrador de tabacos e de idade que disse ser de 40 anos («1686?), depôs sobre os comportamentos do capitão-mor de Sergipe José Pereira de Araujo (AHU, Sergipe doc 152). Em 1756, no mapa da companhia de auxiliares do capitão Gonçalo Tavares da Mota, do Terço da Vila de Itabaiana, do capitão-mor Simão Teles de Menezes, aparecem como soldados José da Mota Nunes e Antonio da Mota Nunes, provavelmente irmãos por constarem um do lado do outro na lista conforme costume da época (AHU, Sergipe doc 402). Talvez fossem filhos do já mencionado tenente que tinha 40 anos em 1726.

[27] O capitão Felipe de Faro Motta não teve filhos e por isso seus bens passaram para os seus irmãos. era ele dono dos Engenhos Tanque do Moura e Massapê (AJES,Laranjeiras 1-I-c7,doc1).

IV.3 Major Gonçalo de Faro Motta (Engenho São Gonçalo das Pedrinhas)[28]
✞ Antônia de Azevedo Faro
⊗ Laranjeiras, SE, <1876
filha de Antônio de Faro Leitão

IV.4 Helena de Faro Motta Leitão
1° ⊗ T.Cel. José Nobre Paes de Azevedo Faro
2° ⊗ Salustiano Orlando de Araújo Costa
filho de Manuel Joaquim de Araújo Costa

IV.5 Antônia de Faro Motta Leitão
1° ⊗ Cap. Antônio Manoel de Faro Leitão
2° ⊗ José Bernardino de Sá
★ SE, 1810?

IV.6 Luiza de Faro Motta Leitão
⊗ Major Felipe de Azevedo Faro

IV.7 Maria de Faro Motta Leitão
✞ Laranjeiras, SE
1° ⊗ o primo Hermenegildo da Motta e Menezes
2° ⊗ Alexandre José de Faro
(sem geração)

[28] Gonçalo de Faro Motta tornou-se o tutor de seus filhos em 23/06/1876, devido ao falecimento de sua mulher Antônia (AJES,Laranjeiras 1-Tut-c1,doc3). Dois anos depois ele se nega a prestar contas da tutoria de seus filhos perante o juiz, alegando que os pais não estavam obrigados a fazê-lo (Idem-I-c13,doc3). Dois documentos citados tiramos a sua descendência.

COMÉRCIO DE ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1850-1888)

Josué Modesto dos Passos Subrinho*

RESUMO
O artigo examina o comércio local de escravos em Sergipe, uma província da região do nordeste brasileiro. A demografia dos escravos, a ocupação dos senhores e os preços dos escravos são observados, comparando-se com os de outras regiões do Brasil. Destaca-se a importância deste comércio para o entendimento da natureza da escravidão nesta região brasileira nos últimos anos do regime escravista.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio local de escravos. Província de Sergipe. Preços de escravos. Ocupação dos senhores de escravos

* Economista, doutor em Economia pela Unicamp e professor do Departamento de Economia da UFS.

1. INTRODUÇÃO

"Escritura de compra e venda do escravo Teodosio pela quantia de 600$000 mil reis como abaixo se declara. Saibam quanto este público instrumento de escritura de compra, venda, paga e quitação ou como em direito melhor nome tenha que sendo no ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1886. Nesta Vila de Itabaiana, aos 13 dias do mês de fevereiro do mesmo ano em meu Cartório compareceram como partes outorgantes aviados o informante Contratador de uma parte como vendedor obrigado Tenente Simeão de Souza Monteiro, morador na Fazenda Batinga desta Paróquia e de outra como comprador o sitiante Pedro Alves de Vieira e Souza, morador na Fazenda Saco do Ribeiro desta Paróquia, reconhecidos pelos próprio de mim Escrivão e das testemunhas abaixo assinadas do que dou fé e por vendedor obrigado Tenente Simeão de Souza Monteiro foi dito assim escrevam perante as testemunhas que era senhor e possuidor em mansa e pacífica posse de um escravo de nome Teodósio, solteiro, preto, com 23 anos de idade ao tempo da matrícula, solteiro, natural desta Província, com profissão da lavoura, matriculado com os números 615 de ordem na matrícula geral, e 7 na relação, matriculado na Coletoria desta Vila em 2 de maio de 1872, e que vendia o mesmo escravo ao segundo, o outorgantes Pedro Alves de Vieira e Souza pela quantia certa de seiscentos mil réis, valor que recebeu ao passar desta e de que lhe dava quitação e pelo comprador aceitante foi igualmente desta assinada escritura perante as testemunhas herdeiro do primeiro outorgante que assentava o presente instrumento, e eu Escrivão assentei em nome dos ausentes a quem tocar possa. Neste ato foi me apresentado do Conhecimento de haver pago o imposto correspondente a importância da compra, cujo teor é o seguinte. N. 88 exercício de 1885 a 1886. A folhas 22 verso do livro de receita fica debitado o Exator José Amâncio Bezerra a quantia de

> trinta mil réis, importância que pagou Pedro Alves de Vieira e Souza, cinco por cento de seiscentos mil réis de meia sisa de escravo, por quanto comprou a Simeão de Souza Monteiro o escravo Teodosio, preto, com 23 anos de idade ao tempo da matrícula, solteiro, natural desta Província, e para constar se deu este assinado pelo Exator e Escrivão em 19 de fevereiro de 1886. O Exator Bezerra, Escrivão Mendonça,. no verso do mesmo Conhecimento lavra uma verba do teor seguinte. N. 12, réis 5.000 , pagam cinco mil réis de emolumento da tabela. Exatoria de Itabaiana, 19 de fevereiro de 1886. O Exator Bezerra, o Escrivão Mendonça. A presente foi escrita em meu cartório e assinada pelos outorgantes e testemunhas presentes, depois de ser esta lida por mim, de que tudo dou fé. Eu José Dias da Cunha Soares, Escrivão que escrevi e firmo o meu sinal público de que uso.
> Em testemunho da Verdade
> José Dias da Cunha de Souza
> Simeão de Souza Monteiro
> Pedro Alves de Vieira e Souza
> Tertuliano José de Santa Ana
> Rozendo de Souza Monteiro
> José Ignácio de Souza" [1]

A transcrição desse documento eivado de linguagem formal almejou indicar a riqueza de informações acerca dos escravos comercializados, dos agentes envolvidos, de alguns aspectos econômicos e tributários e, finalmente, mas não menos importante, atestar que em Itabaiana, uma vila do agreste-sertão sergipano, por exemplo, se comercializavam escravos em 1886, ou seja, nos momentos finais do regime escravista.

[1] Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe. Cartório de Itabaiana, 3º Cível, Cx. 01. Período 1879-1887. Livro de Escritura de Compra e Venda, Caixa 1619, Livro 2.

O conjunto de informações que se pode obter de documentos semelhantes ao anteriormente descrito é surpreendente à luz da historiografia clássica que, devido ao seu caráter acentuadamente ensaísta, desconsiderou várias nuances do fenômeno escravidão. A partir da década de 1970, com o desenvolvimento da pós-graduação em diversas regiões do País, alguns grupos passaram a pesquisar novas fontes e a utilizar novas abordagens em torno da história econômica. Quanto à escravidão, o trabalho fundamental e pioneiro de Robert Slenes [2] abriu novas perspectivas de pesquisa e demonstrou a existência de fontes utilizáveis para abordagens demográficas e econômicas. Hoje há um montante considerável de estudos abordando diversas localidades brasileiras ou coloniais e algumas tentativas de sínteses das novas contribuições, contrastando-as com a visão da historiografia clássica.

Para a região Nordeste, contudo, persiste a escassez de estudos demográficos e econômicos. Talvez devido ao menor desenvolvimento relativo da pós-graduação nessa região do País, ou talvez ao grande prestígio, recentemente reforçado, da obra de Gilberto Freyre;[3] o fato é que são escassas as contribuições revisionistas tendo como foco localidades do Nordeste. Nosso trabalho, visa, portanto, dar uma contribuição ao desenvolvimento de um enfoque ainda raro entre os autores que têm estudado a história econômica nordestina,[4] o do escravo

---

2 Slenes, Robert W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Tese de Doutoramento em História, Stanford University, 1975.

3 "O escravo é visto por Gilberto Freyre principalmente na sua condição de trabalhador doméstica e não na de trabalhador da lavoura, portanto, como habitante da casa-grande." Bastos, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e a Questão Nacional.* em: Moraes, Reginaldo e outros. *Inteligência Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1986, pag. 52. De forma semelhante: "Descrevendo as relações entre senhores e escravo, Freyre faz total abstração dos fluxos comerciais que atravessam as fazendas. O tráfico de escravos desaparece no topo da estrutura enquantos as variações da demanda de produtos agrícolas somem da base. Alencastro, Luiz Felipe. *A Pré-Revolução de 30.* Novos Estudos CEBRAP, N. 18, Set. 1987.

4 Um exemplo interessante e recente é o trabalho Costa, Dora Isabel Paiva da. Demografia e Economia numa Região Distante dos Centros Dinâmicos: Uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras. Estudos Econômicos. Vol 26, N. 1, Jan-Abr 1996, pags.111-136

enquanto elemento chave do desenvolvimento das relações de produção, ou dito de outro modo, partindo do suposto que o escravismo ainda era uma realidade no Nordeste Açucareiro na segunda metade do século XIX.

Mais especificamente pretendemos estudar o comércio de escravos na Província de Sergipe,[5] utilizando como principal fonte primária um conjunto de livros de escritura de compra e venda de escravos e livros de notas que apresentam as citadas escrituras. Foram localizadas no Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe, escrituras referentes aos municípios de Laranjeiras, Maruim, Lagarto, Itabaiana, Estância e São Cristóvão. Não obstante as escrituras registrarem aspectos fiscais, atestando o pagamento de impostos, sendo, portanto, o alvo preciso da ação do então Ministro da Fazenda do Governo Republicano Provisório, em sua tentativa de evitar cobrança de indenizações do novo governo pela desapropriação de propriedade reconhecida legalmente até a edição da Lei Áurea, as mesmas sobreviveram quer por falta de zelo no cumprimento da ordem ministerial quer pela resistência dos tabeliães em entregar ao governo documentação sob sua guarda. Existem alguns trabalhos publicados, referentes a outras regiões do País, tendo como fonte primária fundamental escrituras de compra e venda de escravos.[6]

Além dessa introdução, o presente trabalho abordará o comércio interprovincial de escravos apresentando nossas estimativas quanto ao

[5] O termo "tráfico" tem uso consagrado pela historiografia quando diz respeito ao comércio de escravos. Contudo, nele está embutida fortemente a acepção de comércio ilegal, o que não era o caso para o comércio interno de escravos ou mesmo para o comércio internacional de escravos, na maior parte do tempo em que ele foi praticado, isto é, até início do século XIX. Nesse sentido, achamos mais adequado o termo comércio uma vez que a propriedade dos escravos e a sua comercialização eram permitidas pelas leis do País.

[6] Vide, por exemplo: Motta, José Flávio. Tráfico Interno de Cativos: O preço das mães escravas e sua prole. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, pags. 1397-1416. Motta, José Flávio e Marcondes, Renato Leite. Escrituras de Venda de Escravos (Guaratinguetá, 1872-4, 1878-9). II Encontro Nacional de Economia Política, 1997, pags. 336-348. Marcílio, M. L. et alii. Considerações sobre o preço do escravo no período imperial: uma análise quantitativa (baseada nos registros de escritura de compra e venda de escravos na Bahia). Anais de História.. Assis, N. 5, 1973, pag. 197-194.

número de escravos envolvidos, a reação da elite sergipana tendo como objetivo impedir o esvaziamento da oferta local de escravos para seus próprios mercados, bem como uma breve descrição de como esse comércio se estruturaria. A seguir abordaremos o comércio de escravos na Província de Sergipe, tendo como fonte principal as escrituras de compra e venda de escravos. Nesse ponto estaremos interessados em identificar algumas das características demográficas dos escravos comercializados, a identificação dos fluxos de comércio, ou seja, que modificações na população escrava de cada município provocava o comércio de escravos, e a identificação de compradores e vendedores de escravos. Finalmente dedicaremos uma seção à apresentação de nossas conclusões.

2. COMÉRCIO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS

O comércio interprovincial de escravos, ou mais precisamente a venda de escravos residentes nas províncias nordestinas para proprietários, especialmente cafeicultores, residentes nas províncias do Sudeste mereceu um certo destaque na historiografia clássica. A redução do estoque de escravos naquelas províncias e sua crescente concentração nas províncias cafeeiras tem servido tanto para explicação das divisões políticas no Parlamento Nacional, permitindo a aprovação de leis abolicionistas, quanto para corroborar hipóteses de erosão precoce do escravismo nas províncias nordestinas e sua continuada e tranqüila substituição por trabalhadores livres nascidos na própria região. A estimativa do volume do comércio interprovincial de escravos estava, entretanto, baseado em estimativas precárias até a divulgação do estudo de Slenes que o quantificou a partir de fontes primárias e metodologia adequada.

Quanto à Província de Sergipe, nossos próprios estudos indicam que o comércio interprovincial de escravos teve um reduzido papel no decréscimo da população escrava, verificado entre 1873 e 1886, em decorrência de pequena exportação líquida de escravos. Com base nos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos realiza-

da em 1872, estimamos em 893 escravos a exportação líquida da Província, no citado período ou seja, o equivalente a 2,71% da população escrava matriculada em 1872. A utilização do método de sobrevivência intercensitária levou a uma estimação de saldo migratório positivo da população escrava da Província de Sergipe de 683 pessoas, no período 1873-87, ou seja o equivalente a 2,07% da população escrava matriculada em 1872. Podemos concluir então, tendo em vista margens de erros, que o comércio interprovincial de escravos não teve efeito líquido significativo na redução do estoque da população escrava sergipana.[7]

Como em outras províncias nordestinas, a elite sergipana reagiu rapidamente à elevação do comércio interprovincial de escravos decorrente do aumento dos preços dos mesmos na região Sudeste, após a extinção do tráfico, que tinha como fontes as costas da África. A elevação de impostos provinciais sobre a exportação de escravos foi a solução encontrada, desde que os mesmos não fossem tão altos que induzissem à evasão fiscal ou prejudicassem fortemente os interesses de proprietários desejosos de se desfazer desse ativo. Assistiu-se, assim, uma oscilação tanto no nível, quanto na sistemática de cobrança desses impostos. Uma solução mais radical foi proposta à Câmara dos Deputados, em 1854, por João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, proibindo o comércio interprovincial e prevendo aplicação das mesmas penas estabelecidas pela Lei Eusébio de Queiróz para o tráfico africano. O ministério conservador não apoiou tal projeto e os deputados das províncias cafeeiras rechaçaram o mesmo, a título de indevida interferência do governo no livre funcionamento dos mercados. Em 1856, outro deputado baiano, José Augusto Chaves, aventou a idéia de "localização" do escravo, prendendo-o ao solo e trans-

[7] Passos Subrinho, Josué Modesto dos. Tráfico Inter e Intra-Provincial de Escravos no Nordeste Açucareiro: Sergipe (1850-1887). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. N. 31, 1992, pags. 45-69.

formando-o em servo. Novamente a idéia não encontrou um número suficiente de defensores.[8]

Abaixo apresentamos dados acerca da exportação de escravos e arrecadação de impostos sobre sua exportação, referentes à Província de Sergipe.

Tabela 1.
Província de Sergipe
Receita do Impostos sobre Escravo Exportado e Número de Escravos Exportados[9]

Anos	Imposto por Escravo	Receita	Nº de Escravos	Anos	Imposto por Escravo	Receita	Nº de Escravos
1851-52	12$800						
1852-53	12$800			1867-68	150$000	8:636	(57)
1853-54	100$000			1868-69	150$000		
1854-55	100$000			1869-70	150$000		
1855-56	300$000			1870-71	250$000	8:654$	(34)
1856-57	300$000	30:000$	136	1871-72	200$000	12:250$	(61)
1857-58	300$000	(70:200$)	234	1872-73	200$000	1:246$	(6)
1858-59	100$000	12:100$	121	1873-74	200$000	55:000$	275
1859-60	100$000	39:800	398	1874-75	200$000	10:132$	(50)
1860-1861	100$000	59:400$	594	1875-76	200$000	11:062$	(55)
1861-62	100$000	(24:000$)	240	1876-77	200$000	45:444$	(227)
1862-63	100$000	(10:000)	100	1877-78	200$000	36:211$	(181)
1863-64	150$000	13:108$	(87)	1878-79	200$000	36:211$	(181)
1864-65	150$000	9:650$	(64)	1879-80	200$000	36:211$	(181)
1865-66	150$000	3:165$	(21)	1880-81	240$000	36:211$	(150)
1866-67	150$000	4:506$	(30)	1881-82	240$000	4:800$	(20)
				1883-84	300$000	10:550	35

Fonte: Passos Subrinho, Josué M. dos. *Reordenamento do Trabalho. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850/1930)*. Tese de Doutoramento em Economia. Instituto de Economia, UNICAMP, 1992, pags. 174-175.

8 Melo, Evaldo Cabral de. O Norte Agrário e o Império. 1871-1889. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, pags. 28-30.

9 Observação: Os valores da receita do imposto de exportação de escravos, quando entre parênteses, foram obtidos a partir da multiplicação do número de escravos exportados pelo imposto de exportação a ser pago por cada escravo. Os números de escravos exportados, quando entre parênteses foram obtidos a partir da divisão da receita do imposto de exportação de escravos pelo valor do imposto a ser pago por cada escravo exportado.

Evidentemente os dados derivados de fontes de caráter fiscal acerca da exportação de escravos para outras províncias devem ser tomados como estimativas conservadoras, visto que certamente existe uma parcela de evasão fiscal. Como conciliar os números referentes à exportação de escravos apresentados na tabela 1, que mostram uma exportação de 1.381 escravos no período 1872-73 a 1883-84 com os derivados dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos de 1872 que mostram uma exportação líquida de 893 escravos no período 1873-86, ou mais ainda, com os dados derivados do método de sobrevivência global intercensitária que indicam uma importação líquida de 683 escravos no período 1873-87? Robert Slenes apresentou uma hipótese interessante. No seu entender as províncias do Nordeste Açucareiro, isto é, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, ao tempo que exportavam escravos para as províncias cafeeiras teriam importado escravos das províncias mais ao Norte, onde os preços dos escravos seriam inferiores aos praticados naquelas províncias. Até o momento não pudemos corroborar tal hipótese, visto que dos 2.198 escravos residentes em Sergipe apontados no Censo Demográfico de 1872 como nascidos em outras províncias, 53,09% eram baianos, 19,15% pernambucanos, 16,24% alagoanos, 4,55% paraibanos e 2,68% fluminenses. Ou seja, esmagadoramente eram originários de províncias açucareiras e não das províncias nordestinas não açucareiras. Da mesma forma, como veremos adiante, não conseguimos detectar indícios de importação de escravos das citadas províncias nas escrituras de compra e venda que analisamos.

Nesse sentido, parece mais prudente optar por estimativas mais conservadoras quanto ao volume de exportação de escravos da província de Sergipe, visto que não dispomos de indícios seguros de importação de escravos que equilibrem ou sejam superiores ao montante das exportações. Há que se considerar, contudo, que a importação de escravos, ao contrário da exportação, não provocava maiores preocupações e registros em documentos oficiais ou na imprensa. A Província não tinha impostos sobre a importação de escravos e a opinião pública estava, durante quase todo o período, mais preocupada com a

escassez de força de trabalho do que com o desenraizamento compulsório de escravos que aportassem na Província, de forma que havia claramente um viés a favor do registro das exportações e sub-registro de importações.

Segundo Robert Slenes, o comércio interprovincial de escravos funcionava com intemediários recebendo procuração do proprietário para entregar o escravo em outra praça a uma pessoa determinada. O escravo para viajar precisava de um passaporte e, no caso de não estar acompanhado do seu proprietário, era exigido o pagamento do imposto de exportação. A procuração podia ser subestabelecida até que o comprador final fizesse a escritura do escravo adquirido, aparecendo o último intermediário como procurador. Ou seja, haveria uma tendência a formalizar a transferência de propriedade apenas no destino final, tendo em vista os custos com tributos e encargos cartorários que se acumulariam e poderiam inviabilizar a transação.[10]

3. O COMÉRCIO LOCAL DE ESCRAVOS

Trabalhamos com escrituras de compra e venda de escravos referentes a comercialização de 943 escravos, entre os anos de 1854 e 1887. Nessas escrituras havia informações ao menos quanto ao nome e sexo do escravo comercializado, nome(s) do(s) comprador(es) e nome(s) do(s) vendedor(es). Indicações quanto à idade do escravo, sua profissão, naturalidade, local de matrícula (após 1872), cor, estado civil, preço, etc. apareceram em algumas escrituras. Quanto aos agentes envolvidos na comercialização, normalmente se indica os nomes, mas menos freqüentemente a residência dos mesmos, profissão, estado civil, etc.

As escrituras referem-se aos cartórios de Laranjeiras, Maruim, Estância, São Cristóvão, Lagarto e Itabaiana. O primeiro ano para o qual loca-

[10] Slenes, R. op. Cit., pag. 160

lizamos escrituras foi o de 1854 e o último 1887. Infelizmente nenhum município apresenta uma série completa de livros que abranja todo o período indicado. Para o município de Laranjeiras, de um total de 72 escravos comercializados, 39 referem-se ao ano de 1871, 26 ao ano de 1874, 6 ao ano de 1881 e 1 ao ano de 1882. Os demais municípios repetem o padrão de dados dispersos, mas o somatório dos seis municípios forneceu uma série contínua de escravos comercializados, oscilando de 1 a 95 escravos por ano. Se extrapolássemos o número médio de escravos comercializados em cada um dos municípios para os quais encontramos escrituras, observando-se que certamente em alguns casos são sobrevivência de uma documentação mais ampla, particularmente quanto se encontra escrituras no meio de livros de notas, obteríamos um total de 2.278 escravos comercializados, no período 1854-1887, nos seis municípios citados. Visto que alguns dos municípios de grande população escrava, como Japaratuba, Capela, Divina Pastora e Aracaju não entraram nesse cômputo, podemos afirmar que o comércio local de escravos não era desprezível, quando confrontado com o comércio interprovincial.

Quanto aos municípios escolhidos, além do fato da documentação histórica dos respectivos cartórios, recolhida no Arquivo Judiciário de Sergipe, apresentar o tipo de documento que estamos estudando, nos foi útil poder contar com dois municípios para três diferentes regiões econômicas da Província, a saber: Região da Cotinguiba: municípios de Laranjeiras e Maruim, Região da Mata Sul: municípios de Estância e São Cristóvão e Região do Agreste: Lagarto e Itabaiana. A região da Cotinguiba era a mais importante produtora de açúcar da Província durante todo o período estudado. O município de Laranjeiras[11] era um importante centro produtor de cana de açúcar e dispunha de trapiches em sua área urbana e zona rural que armazenavam a produção de açúcar da região e algodão da mesma e do Agreste, sen-

[11] Passos Subrinho, Josué Modesto dos. Escravos e Senhores no Crepúsculo do Escravismo: Laranjeiras, Província de Sergipe. Anais do XXV Encontro Nacional de Economia. ANPEC. Recife, 1997, Vol. 2, pags. 975-994.

do posteriormente remetidos por via fluvial para o porto de Aracaju, de onde eram finalmente exportados para mercados estrangeiros ou novamente reexportados para Salvador, por exemplo, para consumo local ou reexportação. Maruim, também na zona produtora de açúcar, destacava-se principalmente pela localização de casas exportadoras, dentre as quais Schramm & Co. firma com origem em Hamburgo, a mais importante casa exportadora da Província durante a maior parte da segunda metade do século XIX. [12]

São Cristóvão, localizado na Região da Mata Sul, apresentava solos não muito férteis e relevo acidentado, prejudicando a produtividade de seus engenhos de açúcar. O seu pequeno porto, no Rio Vaza Barris, centralizava a produção de açúcar do vizinho município de Itaporanga da Ajuda, que possuía áreas de terrenos mais férteis. O Município de Estância destacava-se pelas funções comerciais, recolhendo não só a produção açucareira dos municípios da Mata Sul, como também a produção de algodão, fumo, couros, farinha de mandioca, milho, feijão, cocos, etc., da mesma região e do Agreste-Sertão limítrofe. Parte da produção de subsistência atendia ao mercado local e contribuía para o abastecimento da praça de Salvador.

Os municípios de Lagarto e Itabaiana, localizados no Agreste-Sertão possuíam engenhos de açúcar em micro regiões de solos mais férteis e mais úmidos. A maior parte dessa região, entretanto, dedicava-se à pecuária, agricultura de subsistência e produção de algodão, a qual esteve sujeita a breves surtos de prosperidade quando os preços internacionais do produto atingiram níveis excepcionais. A produção doméstica de panos grossos e redes agregava valor ao produto e propiciava renda aos proprietários e comerciantes de maiores recursos. Lagarto ligava-se comercialmente a Estância e através dessa aos mercados de Salvador e, por via terrestre aos sertões baianos. Itabaiana ligava-se comercialmente à Laranjeiras e Maruim, fornecendo produ-

[12] Almeida, Maria da Glória Santana de. Sergipe. Fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984.

tos de subsistência, e por intermédio dessas à Aracaju, para a exportação de algodão e importação diversificada. [13]

Quanto aos escravos comercializados 51,2% eram do sexo masculino e 48,8% do sexo feminino, dados compatíveis com a participação de ambos os sexos na população escrava total, mas em desacordo com as afirmações de uma forte preferência pelos escravos do sexo masculino, supostamente por sua maior resistência e adequação aos trabalhos agrícolas e trabalhos pesados de uma forma geral. Nos municípios de Maruim, Estância e São Cristóvão a participação das escravas foi maior que a de escravos no total comercializado.

A estrutura etária é outra variável a ser considerada e cujos dados podem ser obtidos em boa parte das escrituras de compra e venda

Em todas as faixas etárias existe a predominância do sexo masculino, sem que as mulheres não deixassem de ter participação significativa entre os escravos comercializados. De certa forma mais surpreendente é a relativamente grande participação de escravos na faixa etária de 0 a 13 anos, visto que praticamente ¼ dos escravos comercializados estavam nessa faixa etária. Certamente a comercialização de famílias, ou de mães acompanhadas de seus filhos menores explicam tal participação desse segmento. Confirma-se, portanto, que além dos dispositivos legais, proibindo a separação de famílias escravas, deveria haver alguma política dos senhores de escravos em preservar, sempre que possível, os laços familiares nas senzalas como forma de manter a paz nas senzalas.[14] Praticamente 40% dos escravos comercializados estavam na faixa etária mais produtiva, isto é, de 21 a 39 anos, mas surpreendentemente é nessa faixa que há a menor participação relativa do sexo masculino, embora ainda majoritária. Escravas em idade reprodutiva, acompanhada de filhos ou não, eram demandas pelos proprietários de escravos.

---

13 Sobre Itabaiana, vide: Santos, Maria Nele dos. A Vila de Santo Antonio e Almas de Itabaiana no Século XIX(1850-1888). Dissertação de Mestrado em História apresentada ao IFCH da UNICAMP, Campinas, 1984.

14 Florentino, Manolo e Góes, José Roberto. A Paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Tabela 2
Província de Sergipe – Escravos Comercializados

Ano	Laranjeiras			Maruim			Estância			S. Cristóvão			Lagarto			Itabaiana			Total		
	M.	F.	Tot.	M.	F.	Tot.	M.	F.	Tot.	M.	F.	Tot.	M.	F.	Tot.	M.	F.	Tot.	M.	F.	Tot.
1854	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
1855	0	0	0	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
1856	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
1857	0	0	0	8	9	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	9	17
1858	0	0	0	4	4	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	8
1859	0	0	0	2	9	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	9	11
1860	0	0	0	6	6	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	12
1861	0	0	0	3	4	7	0	1	1	0	0	0	7	7	14	0	0	0	10	12	22
1862	0	0	0	26	29	55	1	0	1	0	0	0	11	12	23	0	0	0	38	41	79
1863	0	0	0	7	5	12	2	0	2	0	0	0	4	3	7	0	0	0	13	8	21
1864	0	0	0	3	1	4	2	0	2	0	0	0	11	3	14	0	0	0	16	4	20
1865	0	0	0	0	3	3	1	0	1	1	1	2	12	2	14	0	0	0	14	6	20
1866	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	15	8	23	0	0	0	15	10	25
1867	0	0	0	4	4	8	1	0	1	2	3	5	11	8	19	0	0	0	18	15	33
1868	0	0	0	8	11	19	3	11	14	0	3	3	0	0	0	0	0	0	11	25	36
1869	0	0	0	0	0	0	14	14	28	2	2	4	0	0	0	7	5	12	23	21	44
1870	0	0	0	0	0	0	2	4	6	4	2	6	7	12	19	12	9	21	25	27	52
1871	22	17	39	0	0	0	1	1	2	3	2	5	6	7	13	22	14	36	54	41	95
1872	0	0	0	0	0	0	9	3	12	3	1	4	3	1	4	8	7	15	23	12	35
1873	0	0	0	0	0	0	7	7	14	0	0	0	0	0	0	9	10	19	16	17	33
1874	14	12	26	0	0	0	5	3	8	0	0	0	0	0	0	8	4	12	27	19	46
1875	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
1876	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	5	0	0	0	2	3	5
1877	0	0	0	0	0	0	13	10	23	0	0	0	4	3	7	0	0	0	17	13	30
1878	0	0	0	0	0	0	13	17	30	1	8	9	4	5	9	0	0	0	18	30	48
1879	0	0	0	0	0	0	4	6	10	2	6	8	2	2	4	4	4	8	12	18	30
1880	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	3	0	0	0	10	17	27	12	19	31
1881	2	4	6	0	0	0	7	11	18	0	0	0	0	0	0	8	6	14	17	21	38
1882	1	0	1	0	0	0	8	2	10	1	0	1	3	2	5	6	5	11	19	9	28
1883	0	0	0	11	12	23	3	4	7	1	1	2	2	7	9	4	3	7	21	27	48
1884	0	0	0	0	3	3	8	14	22	1	3	4	2	3	5	1	2	3	12	25	37
1885	0	0	0	0	0	0	2	0	2	3	1	4	4	1	5	0	0	0	9	2	11
1886	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	7	2	9	1	1	2	10	3	13
1887	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	5	0	5	7	0	7
TOT.	39	33	72	86	103	189	107	111	218	28	35	63	118	91	209	105	87	192	483	460	943

Tabela 3
Província de Sergipe. 1854-1887
Distribuição Etária dos Escravos Comercializados

Faixa Etária	Total	Masc.	Fem.
0 a 13 anos	219	55,25%	44,75%
14 a 20 anos	183	54,10%	45,90%
21 a 39 anos	357	50,70%	49,30%
40 a 49	86	51,16%	48,84%
Acima de 50 anos	57	52,63%	47,37%
Total	898	52,45%	47,55%

Aproximadamente 66% dos escravos comercializados, em cujas escrituras havia declaração da ocupação dos mesmos, estavam ocupados nos serviços agrícolas, com diversas denominações, como por exemplo, da roça, roceiro, da lavoura, serviços leves de lavoura, todo serviço de lavoura, etc. Esse percentual elevado não é surpreendente tendo em vista a predominância das ocupações agrícolas entre a população escrava sergipana, segundo a matrícula de escravos de 1873.

Tabela 4
Província de Sergipe – 1854-1886
Profissão dos Escravos Comercializados

Profissão	Número
Lavoura	157
Serviços Domésticos	67
Costureira	3
Fiandeira	2
Gomadeira	1
Marceneiro	1
Mestre de Açúcar	2
Sapateiro	2
Servente	2
Vaqueiro	1
Total	238

Quanto à participação das ocupações ligadas ao serviço doméstico, de aproximadamente 28%, é inesperada, mesmo se levarmos em conta que aparentemente a matrícula de escravos de 1873 levou a subestimação da participação dessas ocupações na população escrava. De qualquer forma, podemos concluir que a demanda por trabalho escravo doméstico era uma componente não desprezível do mercado local.

O que poderíamos chamar de ocupações especializadas dos escravos, tais como marceneiro, mestre de açúcar, vaqueiro, fiandeira, etc., apresentaram números bem menos significativos, mas confirmam uma complexidade das ocupações da população escrava e sua utilização em segmentos econômicos que geralmente não se espera, em especial para os últimos anos do regime escravista e em regiões periféricas.

Tabela 5
Província de Sergipe – 1854 – 1886
Fluxo dos Escravos Comercializados

	Residência do Comprador					Residência do Vendedor				
Município	Mun.	Reg.	Prov.	País	Total	Mun.	Reg.	Prov.	País	Total
Laranjeiras	55	4	7	0	66	23	1	10	0	34
Maruim	60	5	1	1	67	74	20	7	0	101
São Cristóvão	2	0	0	0	2	2	0	0	0	2
Estância	99	41	15	9	164	103	29	18	5	155
Itabaiana	125	6	32	1	164	147	3	31	1	182
Lagarto	125	20	33	1	179	114	22	12	9	157
Total	466	76	88	12	642	463	75	78	15	631

Chama a atenção a predominância dos compradores e dos vendedores residentes no próprio município em que se registrou a transação com escravos sobre os residentes em outros municípios da região, em outros municípios da Província de Sergipe ou, finalmente, em outras províncias do País, visto que tanto os vendedores como os compradores residentes no município corresponderam a aproximadamente 73% do total, enquanto que os compradores e vendedores residen-

tes em municípios da mesma região corresponderam a aproximadamente a 12% do total. Quanto aos residentes em outros municípios da Província, 14% do compradores e 12% dos vendedores estavam nessa situação. Muito reduzida era a participação, tanto dos compradores quanto dos vendedores residentes em outras províncias: em torno de 2% para ambos os casos.

As escrituras de compra e venda de escravos que pesquisamos registram o município de Maruim como importador líquido de escravos, visto que 27 vendedores de escravos eram residentes em municípios da região ou de outras regiões da Província, enquanto que 7 compradores de escravos residiam em municípios da região, de outras regiões da Província ou em outras Províncias. Estância, Itabaiana e Lagarto apresentam-se como exportadores líquidos de escravos. No caso de Estância, 52 vendedores residiam em municípios da região, de outras regiões da Província ou na Província da Bahia, enquanto 41 compradores residiam em municípios da própria região, principalmente em engenhos de açúcar de Santa Luzia do Itanhy, 15 residiam em municípios de outras regiões da Província e 9 em outras Províncias. Depreende-se, portanto, uma forte predominância das transações comerciais envolvendo compradores e vendedores residentes no próprio município, em primeiro lugar e em municípios da própria região. No caso das transações envolvendo residentes em municípios de outras regiões da Província, geralmente se tratam de municípios limítrofes. Não constatamos qualquer caso de escravo transacionado por proprietários residentes em municípios localizados em regiões extremas da Província, não obstante existirem casos de compradores e vendedores residentes em outras províncias.

Não pudemos, portanto, comprovar qualquer importação significativa de escravos de outras províncias do País. Por outro lado, há registros sobre a exportação de escravos pela Província de Sergipe, tanto em fontes locais, quanto em fontes das províncias cafeeiras.

Quanto ao predomínio absoluto das transações envolvendo compradores e vendedores do mesmo município, não obstante a existência de anúncios para compra e venda de escravos em jornais locais, a

identificação de agentes, em vários municípios da Província, encarregados da compra de escravos, nos parece que há algo sobre esse mercado peculiar que devemos levar em conta. Provavelmente os possíveis compradores de escravos tinham consciência das "imperfeições" do mercado de escravos. Essa mercadoria *sui generis* reagia à transferência de seus locais de moradia, obrigados a abandonar os amigos e familiares. Esses compradores deduziam do preço do escravo o risco representado pela transferência forçada do escravo. Vide, por exemplo, as memórias de um proprietário sergipano do Vale do São Francisco que recusou-se a receber, em pagamento de uma dívida, um escravo que vivia na Região da Cotinguiba. Segundo sua explicação: "Meu filho: eu não quero esse escravo, não. Escravo de engenho é acostumado no olho da cana, é acostumado no mel.... Vem pr'aqui pra lama do arroz, pra pedreira, estranha. Pode morrer. Não quero, não."[15]

Seria interessante confrontar, nos mercados do Sudeste, o preço dos escravos importados das províncias do Nordeste com o preço dos escravos das próprias localidades. É possível que encontremos preços menores para os "negros maus vindos do Norte" [16]

A ocupação dos compradores e vendedores de escravos poderia ser útil para a compreensão da dinâmica econômica da sociedade sergipana, no período em estudo. Como já dissemos, infelizmente as informações são incompletas na maior parte das escrituras.

[15] Casanova, M. Leônidas. Ioiô Pequeno da Várzea Nova. São Paulo: Club do Livro, 1979, pag. 182.

[16] A expressão entre aspas encontra-se em Chalhoub, S. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pag. 59.

Tabela 6
Província de Sergipe, 1854-1886
Ocupação dos Compradores e Vendedores de Escravos

Compradores	Número	Vendedores	Número
Lavrador	137	Lavrador	213
Proprietário	106	Proprietário	103
Comerciante	70	Comerciante	15
Religioso	5	Religioso	3
Professor	2	Professor	0
Doutor	0	Doutor	1
Juiz de Direito	0	Juiz de Direito	3
Ourives	0	Ourives	1
Total	320	Total	339

A principal ocupação declarada nas escrituras ou que conseguimos obter informações precisas a partir de listas de eleitores e inventários foi a de lavrador, correspondente a 43% dos compradores e 63% dos vendedores. Quanto aos proprietários, termo geralmente utilizado para designar senhores de engenhos ou de fazendas de maior porte, corresponderam a 33% dos compradores e 30% dos vendedores. Ou seja, tanto os lavradores quantos os proprietários estavam fortemente envolvidos no comércio local de escravos, sendo os lavradores fortemente vendedores em termos líquidos e os proprietários ligeiramente compradores, em termos líquidos. Os comerciantes apresentam-se como importantes compradores, com 22% do total de escravos comprados, e em menor importância como vendedores, apenas 4,5%. Poderíamos inferir o envolvimento desses comerciantes com o comércio interprovincial de escravos, na medida em que compravam muito mais que vendiam escravos no mercado local. Mais ainda, exatamente a diferença entre a participação dos comerciantes enquanto compradores e vendedores de escravos explica a diferença da participação dos lavradores, visto que as outras ocupações distribuídas nos setor terciário (professores, juízes, religiosos, etc.) correspondem à apenas 2% dos compradores e vendedores.

Quanto aos preços registrados nas escrituras de compra e venda de escravos fomos obrigados a agregar dados referentes a municípios de diferentes regiões da Província, em vista da inexistência de séries completas para qualquer um dos municípios. Esse procedimento não parece o mais adequado, visto que supostamente o nível de atividade e de rentabilidade das atividades econômicas predominantes em cada região deveria ter impacto sobre os preços dos escravos comercializados na mesma região. Contudo, dada a pequena extensão da Província, possivelmente havia informações sobre preços médios praticados em cada uma das regiões.

A influência dos preços dos principais produtos de exportação da Província, no nível de preços dos escravos comercializados parece clara. Entre o final da década de 1850 e meados da década de 1860, em conseqüência da elevação dos preços internacionais do açúcar e *boom* do algodão, os preços médios dos escravos comercializados atingiu os maiores patamares, oscilando a partir daí e mostrando clara tendência à queda a partir dos primeiros anos da década de 1880, quando a confiança a respeito da solidez da propriedade escrava estava sendo abalada em todo o País. Adicionalmente, a cobrança de elevados impostos sobre a importação de escravos, estabelecidos pelas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais praticamente estancou o comércio interprovincial de escravos, levando a redução de preços em todas as regiões do País.

A soma de impostos sobre a exportação de escravos, estabelecidos pela Província de Sergipe, bem como demais províncias nordestinas produtoras de açúcar, custos cartorários, custos de transporte e margem bruta de lucros dos comerciantes de escravos não parecem ter sido suficientes para impedir a exportação de escravos das mesmas para as províncias cafeeiras. Os preços médios de escravos no mercado sergipano apresentaram comportamento muito semelhantes ao verificado em Pernambuco em período equivalente, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

Tabela 7
Província de Sergipe – 1857-1886
Preço Médio de Escravos Comercializados (em mil-réis)

Ano	Faixa Etária						Ano	Faixa Etária					
	14 a 20		21 a 39		40 a 49			14 a 20		21 a 39		40 a 49	
	N.	Preço	N.	Preço	N.	Preço		N.	Preço	N.	Preço	N.	Preço
1857	3	1.133	n.d.	n.d.	n.d	n.d.	1872	8	1.124	13	985	4	522
1858	2	1.425	3	1.633	1	800	1873	6	558	14	595	n.d	n.d
1859	3	1.350	2	1.300	n.d	n.d	1874	8	716	20	671	2	600
1860	n.d	n.d.	n.d.	n.d.	1	850	1875	1	600	1	400	n.d	n.d.
1861	2	1.050	4	834	1	475	1876	1	500	1	160	1	200
1862	6	933	16	1.011	4	725	1877	4	714	6	1.083	1	300
1863	8	954	4	1.050	1	500	1878	3	497	14	696	5	630
1864	1	1.200	7	746	4	812	1879	3	600	11	691	n.d	n.d.
1865	3	933	6	732	4	550	1880	8	700	6	860	1	570
1866	3	677	8	625	1	500	1881	9	805	14	716	8	712
1867	4	812	9	875	3	500	1882	10	734	10	737	4	557
1868	8	846	13	886	5	413	1883	8	724	22	570	3	300
1869	7	1.012	18	774	3	763	1884	1	400	15	526	2	750
1870	11	888	12	852	3	373	1885	1	1.000	4	420	1	300
1871	8	975	30	904	8	625	1886	3	243	6	333	2	275
							1887	2	600	4	299	n.d	

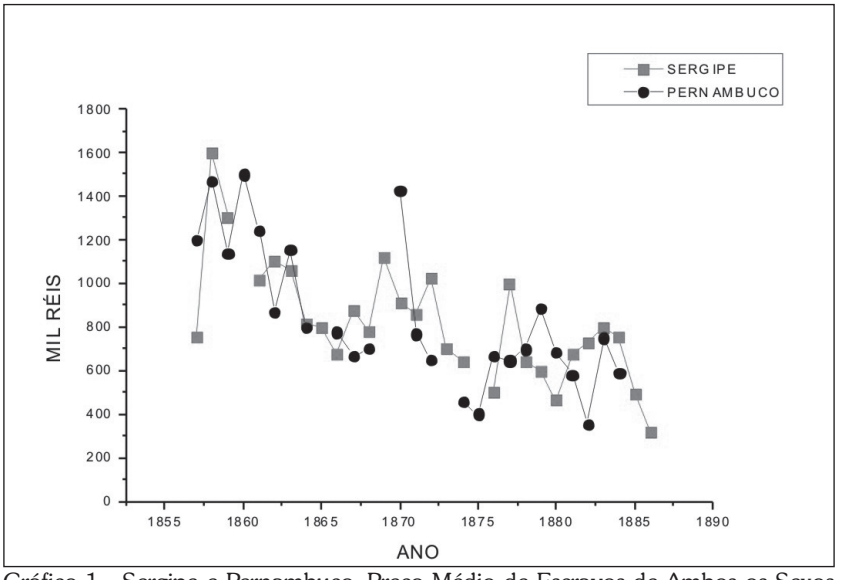


Gráfico 1 - Sergipe e Pernambuco. Preço Médio de Escravos de Ambos os Sexos com Idade entre 20 e 25 anos.

Fonte : Pernambuco - Eisenberg, Peter L. Modernização sem Mudança. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977, pg 175 Sergipe - Escrituras de compra e venda de escravos.

4- CONCLUSÕES

À guisa de conclusão recapitularemos alguns pontos destacados na exposição. Em primeiro lugar, não obstante o caráter fragmentário da documentação que examinamos, parece claro a existência de um comércio local de escravos, praticado em todas as regiões da Província e envolvendo proprietários não diretamente ligados às atividades exportadoras. Tanto a economia de subsistência, quanto atividades domésticas, produção artesanal, transportes, etc., utilizavam escravos em maior ou menor escala. Da mesma forma os proprietários de escravos localizados nessas diversas atividades econômicas continuavam comprando e vendendo escravos em períodos avançados no tempo, prati-

camente às vésperas da abolição da escravidão. Enfim, se a historiografia clássica, e mais especialmente, para o Nordeste, Gilberto Freyre, não examinou vários dos aspectos mercantis da escravidão, esperamos ter demonstrado que há uma documentação disponível para ser estudada a partir de um enfoque demográfico e econômico inovador.

Em segundo lugar, chama a atenção a relevância do mercado local de escravos, tanto em termos quantitativos, quanto na tendência de as transações se concentrarem entre compradores e vendedores do mesmo município. Além do que já dissemos sobre o interesse do escravo em permanecer próximo aos seus amigos e parentes, certamente também os compradores de escravos prefeririam, sempre que possível, escravos do mesmo município, cuja índole, hábitos, capacidade de trabalho, etc., fossem conhecidas deles próprios das quais pudessem obter informações através de pessoas de confiança. Esse certamente era um diferencial que os comerciantes de escravos vindos de áreas longínquas não podiam oferecer.

Finalmente, quanto aos preços praticados no mercado sergipano de escravos, aproximam-se muito dos praticados no mercado pernambucano, nível que não impediria a exportação para os mercados do Sudeste, não obstante a adoção de impostos sobre a exportação de escravos, por essas e outras províncias nordestinas e a existência de custos de transporte, custos cartorários e margens de comercialização. Somente no final da década de 1870 e inícios da década de 1880, com o crescimento da má reputação dos escravos importados "do norte" e, finalmente, com a adoção de elevados impostos sobre a importação de escravos pelas províncias cafeeiras é que o comércio interprovincial de escravos foi estancado.

UMA DISPUTA À BURGUESA: homens e mulheres escravos lutam por sua liberdade na Justiça, Lagarto - Província de Sergipe, 1850-1888[*]

Joceneide Cunha[**]

RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre senhores e escravos, em Lagarto, Província de Sergipe, entre 1850 e 1888. Para isso, utilizarei os conflitos entre as mulheres e homens escravos e seus senhores na Justiça. As fontes utilizadas foram as ações de liberdade, petições dentre outros. Os dados coletados mostram que as alegações utilizadas por esses homens e mulheres foram diversas e que ações de liberdade mais conflituosas foram as por indenização. Por fim, que o posicionamento da Justiça através dos magistrados não foi homogêneo, ora se posicionando favorável aos escravos ora favorável aos senhores.

PALAVRAS-CHAVE: escravos, justiça e senhores.

---

[*] Este artigo faz parte do quarto capítulo da minha dissertação de mestrado, intitulada Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

[**] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, atualmente é professora da Universidade Tiradentes e da rede estadual de ensino de Sergipe.

A justiça no século XIX, sobretudo na segunda metade, transformou-se num palco de disputas entre senhores(as) e escravos(as). Estes perceberam que a justiça regulava as relações na sociedade e que poderia intermediar o conflito entre eles e seus proprietários e ser um mecanismo na conquista da alforria. Essas disputas podem ser observadas nas Ações de Liberdade[1], Petições e Autos de Depósito. Neste artigo analisaremos as disputas de escravos e senhores na Justiça, as estratégias utilizadas por homens e mulheres escravos e pelos seus senhores. O cenário escolhido foi a Lagarto Oitocentista, mais precisamente no interstício de 1850 a 1888. Período que foram promulgadas as leis abolicionistas, ressalto que as mesmas modificaram a relação senhor(a) e escravo(a). Para isso utilizarei os documentos citados anteriormente, além de registros de batismo, relato de viajante dentre outros. Utilizei o método indiciário proposto por Ginzburg e cruzei os dados das fontes[2].

Os escravos, através de seus curadores, pleiteavam na justiça a liberdade. Os curadores geralmente eram advogados nomeados pelos juízes, mas em Lagarto havia curadores que não eram bacharéis e que aprenderam o ofício exercendo-o. Possuir um curador era um direito que tinham os miseráveis, cativos, presos e loucos. Além dos curadores existiam outros personagens nos processos; um deles era o solicitador que podia ser qualquer pessoa livre e era responsável por entrar com a ação na justiça. Outro personagem era o depositário, cuja atribuição era se responsabilizar pelo escravo durante a tramitação do processo[3].

---

1 Essas ações também eram chamadas de Manutenções de Liberdade, Auto de Libertação, Ação de Libertação com Pecúlio ou Ação de Manumissão.

2 GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

3 Para uma melhor compreensão dessa fonte histórica, Ação de Liberdade, como também um dos primeiros trabalhos a analisar essas ações foi o Keila Grinberg, Olhar em: GRINBERG, Keila. *Liberata*: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1994.

Os documentos revelam indícios da política senhorial pautada no paternalismo, mas também revelam as estratégias de negociação das mulheres e homens escravos. Essa política entrou em decadência de forma mais acentuada depois de 1871, pois após esse momento o senhor deixou de ser o único a ter o poder de conceder a alforria e as instâncias judiciais passaram a intervir de maneira mais intensa na relação entre ambos[4]. Por isso, acompanhar o papel desempenhado pela justiça é outro objetivo neste artigo. Torna-se interessante analisar as ações tomando o ano de 1871 como um marco, pelo motivo já citado. Assim, perceberei as modificações ocorridas nas relações antes e após o mesmo. Lamentavelmente, apenas duas ações de liberdade foram encontradas antes da referida data.

Irei narrar duas histórias: uma ocorrida antes de 1871 e a outra posterior. Em seguida, analisarei as atitudes dos escravos e dos senhores perante o conflito, a conduta dos bacharéis em direito e, por fim, o comportamento das pessoas que participaram do conflito de forma direta ou indireta, principalmente como testemunhas.

A primeira história teve como protagonista principal Manoela, escrava e preta, que entrou na justiça com uma Ação de Liberdade em oito de novembro de 1864; seus senhores, D. Anna Florinda dos Anjos e José Matheos Ribeiro, a libertaram em 1858 com a condição da escrava "acompanhar seus senhores enquanto vivos"[5]. A suplicante alegou ter cumprido fielmente a condição e por isso estava reivindicando sua liberdade. Foi nomeado para seu curador Joan Gomes Ribeiro que não aceitou, cabendo a Joan Dantas Martins de Góis Fontes tal incumbência[6]. Foram convocadas três testemunhas, todas morado-

4 CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade:* Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras. 1986.

5 No entanto, durante o transcorrer da ação fica implícito que a condição era acompanhar somente a senhora.

6 Manoella, autora, Ação de Liberdade, Mathéos Ribeiro, réu. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1864.

ras da Vila de Lagarto, que afirmaram ter convivido com a escrava e com os seus senhores, sendo unânimes em confirmar a versão da escrava, com riqueza de detalhes. A primeira testemunha, o Sr. Miguel Theotonio de Castro[7], mencionou os nomes das testemunhas da carta de manumissão, além de ressaltar que a senhora da escrava não tinha feito testamento para revogar a alforria. A segunda, o Sr. Manoel Maria Taboca, um lavrador de sessenta anos, afirmou que viu a carta e que o senhor da escrava lhe havia dito que iria registrá-la nos Cartórios de Lagarto e Simão Dias, mencionou ainda ser "voz pública" o fato de o senhor ter queimado o título de liberdade dado à escrava.

Após os testemunhos, em 22 de novembro do mesmo ano, o juiz declarou Manoela como livre. Contudo, a *via crucis* ainda não tinha acabado: José Matheos Ribeiro, proprietário da escrava, entrou na justiça com um mandato de manutenção e solicitou que a escrava fosse conservada no seu "domínio e poder". No mandato o procurador do senhor argumentou que a primeira testemunha falseou o seu depoimento, pois uma das pessoas mencionadas como testemunha da carta falecera antes de 1857, ou seja, antes da concessão da carta. Os dois outros depoentes teriam se deixado levar por "insinuações dos protetores das escravas" e não teriam "boa fama". Esta má fama provavelmente era devido ao fato desses homens protegerem os escravos.

É notória a estratégia utilizada pelo promotor em desmerecer os depoimentos das testemunhas que garantiram o ganho da causa para Manoela. No mandato é alegado ainda que o "direito de propriedade" estava sendo ferido, e que o proprietário da libertanda não entregou uma carta de alforria gratuita. Por fim, a escrava não teria sido arrolada entre os bens do inventário da sua finada senhora porque a mesma estava doente e não era sabido se melhoraria.

Joan Martins Fontes comentou as alegações e afirmou que D. Anna Maria José era a proprietária da escrava, retificando o nome citado no

[7] Comentarei sobre este personagem mais adiante.

processo. Sugeriu que José Matheos negociasse outros bens para pagar as suas dívidas, "por ser sagrado o direito de liberdade". Pontuou ainda o fato de Manoela ter recebido a carta da sua senhora e a levado ao Juiz que a examinara e a devolvera, dizendo que a mesma obedecia aos critérios legais de uma carta de alforria. Após esse episódio a escrava a devolvera à sua senhora. Finalmente, o curador relatou que a escrava fora vendida depois do inventário estar pronto. Essa tinha sido a estratégia adotada pelo senhor para obter outro título de propriedade sobre Manoela, conseguindo, com tal burla, vender a liberta como escrava.

José Matheos, o viúvo de D. Anna Maria José, estava numa situação complicada, pois tinha dívidas com credores da Praça da Bahia, a alforria da escrava significava a perda de um meio importante de saldar os seus débitos. Solicitou, então, um depositário para a escrava, porque depois da aprovação da causa ela andava "vagando a vontade e sem destino certo" e espalhando boatos. O pedido foi recusado pelo juiz que afirmou que Manoella seria livre até que o embargo fosse julgado, fato contestado pelo procurador de José Matheos que alegou que as leis estavam sendo descumpridas, pois segundo ele a escrava nunca esteve em liberdade e por isso deveria receber o resultado da sentença em depósito.

Quando uma escrava ou escravo entrava com uma ação de liberdade deveria aguardar o resultado do processo em depósito público ou privado. No último caso, era nomeada uma pessoa responsável pelos cativos, atuando como depositário e dessa forma procurava se evitar que o escravo sofresse retaliações do seu senhor enquanto tivesse movendo a causa. Manoela tinha ganhado em primeira instância, por isso a justiça estabeleceu que ela esperasse o resultado do embargo em liberdade. Certamente, o receio de José Matheos era o de que a escrava pudesse fugir ou mesmo mudar de domicílio, o que lhe ocasionaria a perda do "bem", mesmo que viesse a ganhar a causa na justiça. Além disso, seria uma afronta ver a sua ex-escrava fazendo o que queria e não obedecendo mais aos seus mandos.

O senhor perdeu a causa em outras instâncias e não pôde recorrer ao Imperador, pois havia passado o prazo para fazer tal apelação.

No entanto, conseguiu recorrer ao Distrito da Relação na Bahia. O processo não informa a sentença final, a última data que consta é 08 de maio de 1866, dois anos após o começo. No entanto, em 04 de dezembro do mesmo ano, José Matheos requereu uma carta precatória para buscar Manoela, pois a mesma tinha fugido "por sedução de João Bernardino" que saíra de Lagarto e a levara para prestar-lhe serviços. José Matheos Ribeiro também requereu que fosse nomeado um depositário para a escrava e dessa vez ele foi atendido pelo juiz José Cyrillo de Cerqueira. Por fim, não há indícios de qual foi o destino de Manoela, se ela conseguiu ou não o seu intento[8].

Após 1871 uma forma de obtenção da alforria foi através da ação por indenização. Encontrei nove Ações de Liberdade por indenização: cinco pleiteadas por homens e quatro por mulheres. Nestas ações a(o) escrava(o) oferecia um dinheiro; tentavam negociar com seus senhores um preço justo para obtenção da alforria, caso não chegassem a um acordo acionavam a justiça para intermediar o conflito. A exemplo de Ponciana que em 1872 não pôde chegar a "um acordo com os ditos senhores sobre o valor de sua pessoa", por isso requereu sua avaliação em juízo, para assim indenizar os seus proprietários[9].

Outra Ação por indenização foi pleiteada por Maria Mercês, escrava do coronel Francisco Basílio dos Santos Hora. Mercês, como também foi chamada no processo, era parda, solteira, provavelmente tinha 31 anos e um filho chamado Agostinho, também pardo e com 11 anos[10]. Mercês entrou com uma Ação em 1879, pois dispunha de 500$000 réis e achava que esse dinheiro era suficiente para comprar sua alforria. No entanto, seu senhor não concordou com o valor e

8 José Matheos Ribeiro, autor, Manoella, ré. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1866.

9 Ponciana, autora, Januário José de Mello, José Vicente e sua filha Maria, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1872, 9p.

10 Fonte: Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª doc. 8, APES.

solicitou, numa audiência, 1:500$000 réis para conceder-lhe a emancipação. Sem acordo entre as partes a escrava foi para arbitramento e enquanto o impasse não fosse resolvido iria a depósito particular. Para isso o juiz nomeou Nicolau Tolentino como depositário, que não aceitou o encargo. Em seguida, o capitão Manoel Joaquim de Oliveira foi indicado e também não concordou com a nomeação, pois alegou possuir uma família pequena com alguns membros enfermos, impossibilitando-o de se distrair com negócios de outrem. Por fim, o juiz indicou o Sr. Miguel Archanjo que aceitou. O curador da escrava foi Guilherme de Souza Campos[11].

O arbitramento funcionou da seguinte maneira: as partes, o réu e a autora, indicaram dois avaliadores; o juiz escolheu um de cada parte e apontou o terceiro. Os avaliadores propostos pelo curador da escrava foram o Dr. Nylo Ramos Romero, Bacharel em Direito e o Alferes Lisenando Monteiro de Carvalho. O senhor indicou o Capitão Nicolau Tolentino Álvares e o Alferes Miguel Archanjo do Nascimento. Os aprovados pelo juiz foram Lisenando Monteiro de Carvalho e Nicolau Tolentino Álvares; o indicado para terceiro avaliador foi Nylo Ramos Romero.

O Alferes Carvalho avaliou a escrava em quinhentos mil réis, por achar um preço justo; o Capitão Álvares calculou o valor dela em um conto de réis, por ser a libertanda "moça, bonita, sadia, boa costureira, bordadeira, renderia, engomadeira e cozinheira, confidente dos seus senhores em uma fazenda de mais de quarenta escravos"[12] e, ainda, porque foi vendido um escravo na fazenda por um conto e duzentos mil réis. O último, Nylo Ramos Romero, tinha que optar por um dos dois valores e escolheu o primeiro.

O proprietário da escrava, por intermédio do seu advogado, entrou com uma alegação bastante inflamada argumentando que depre-

[11] Maria Mercês, autora, réu, coronel Francisco Basílio Santos Hora. Ação de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1879.37p.

[12] op.cit .p.66.

ciaram o valor do "capital escravo", a melhor fonte de riqueza nacional, e o motivo dessa atitude era a filantropia. Segundo ele, a motivação dos avaliadores afrontava os princípios da justiça, perturbava a disciplina nas fazendas e debilitava a produtividade do trabalho. Segundo a alegação, a filantropia era um dos fatores de insubordinação e alimentava os "sonhos delirantes de liberdade e a crença de que são bastante tolhidos, dela, poupam-se as obrigações diárias, fogem, fazem-se de senhores e senhoras, tornão-se altivos"[13]. Em seguida o advogado fez uma apologia ao direito de propriedade, para isso recorreu à Constituição mostrando que este era garantido em toda a sua plenitude. O direito de liberdade deveria ser aspirado, mas com maturidade, afinal os escravos tinham um valor. Sua argumentação era em nome da classe dos proprietários, pois conceder a alforria aos cativos por um terço ou a metade do seu valor era retirar "o poder legal dos senhores[14]".

O mesmo advogado se valeu do regimento sobre o elemento servil de 1872 – Lei que segundo ele protegia o escravo e foi criada a favor da liberdade – afirmando que existiam critérios para estabelecer o preço da indenização. Essa disposição seria uma espécie de corolário para os efeitos do direito de propriedade. Seguiu argumentando que o voto de Nicolau Tolentino Álvares foi fundamentado; a escrava possuía "prendas raras às pessoas de sua classe", além disso, mencionou algumas funções por ela exercidas, acrescentando outras: criada de quarto de família, ama de leite dos filhos do seu proprietário e gozava da maior confiança para os serviços domésticos. E, segundo o advogado, Mercês tinha confirmado suas habilidades numa audiência. Finalmente, afirmou que a Lei de Indenização, bastante favorável à alforria, não fora cumprida e o direito de propriedade desrespeitado: o direito de liberdade sobrepujou o direito de propriedade.

O curador da escrava respondeu às argumentações do advogado afirmando que a apelação possuía como escopo protelar a alforria.

13 Op.cit., p. 69.

14 Idem

Todavia, segundo o curador, o juiz era conhecedor da Lei e não seria ludibriado pelos argumentos da apelação. O curador só pensava na "pobre escrava" que estava muito aflita, pois depositou o preço do arbitramento e ainda se encontrava em cativeiro. Mas o juiz municipal, Sr. Silveira Britto, "deixou-se levar" pelo eloqüente discurso da apelação e autorizou a indenização por novecentos mil réis, pois achava este um preço de acordo com as prendas e qualidades da escrava. Endossou o seu despacho com a Lei de 1872 e o enviou para o Juiz de Direito, Victor Dinis Gonçalves. Este último afirmou que o juiz municipal não tinha poder para julgar e aumentar o preço da indenização e endossou o valor de quinhentos mil reis, convocando o senhor para conceder a carta de alforria e pagar as custas do processo.

A história ainda não tinha chegado ao desfecho final, pois o Tenente-Coronel Basílio Santos Hora, através do seu advogado, entrou com uma petição para retirar o despacho do juiz de direito. O outro juiz, o preparador, atendeu a apelação reparando "o domínio e a enorme lesão que sofreu com avaliação de sua escrava Maria Mercês". Alegou ainda que os direitos de propriedade não foram garantidos[15]. O advogado de defesa do réu também elaborou um termo de agravo para encaminhar ao Superior Tribunal da Relação. Nesse documento solicitou que a escrava não ficasse livre porque a mesma iria "procurar viver onde bem entende, evadir-se". Em liberdade a escrava não poderia ser depositada, esta condição podia ser uma garantia para o senhor, pois o seu bem estaria "seguro". Para a indignação do senhor, ele perderia a propriedade com "a insignificante quantia de quinhentos mil réis". Um ponto importante na história de Mercês é que ela tinha proteção do seu curador, Dr.Guilherme de Souza Campos, uma pessoa bastante influente.

Inconformado com o desfecho da sentença, o Coronel Basílio através do seu advogado Geminiano Brasil de Silveira entrou com

[15] op.cit p.76.

outro agravo destinado à Sua Majestade Imperial, alegando não possuir o objetivo de desdenhar do direito de liberdade, todavia o direito de propriedade tinha sido violado, por isso o protesto: a escrava foi mal avaliada. Ao se referir à comentada Lei de 1872, o advogado afirmou que esta não retirou nenhum direito dos senhores com o intuito de beneficiar os escravos. A Lei equilibrava os direitos de liberdade e de propriedade. Posteriormente, acusou o primeiro avaliador como o responsável por lesar os direitos de propriedade e o terceiro que, ao desempatar, optou por libertar a escrava. No agravo o advogado também narrou a tramitação da ação e reclamou do posicionamento e das atitudes do Juiz de Direito. Faz-se mister salientar que a linguagem da apelação para o Juiz Municipal e a do agravo para Sua Majestade Imperial foi bastante diferenciada: na primeira, a linguagem e a defesa dos direitos do seu cliente foram quase agressivas, menosprezando os direitos da autora, criticando a Lei de 1872; no agravo, a Lei era equilibrada e o direito de liberdade parecia algo mais simpático.

Contudo, o agravo foi impedido pelo juiz de direito de seguir tramitação, sob alegação de não cumprimento dos prazos. O juiz alegou, ainda, que o seu procedimento foi o mesmo das indenizações pelo Fundo de Emancipação e que a Lei foi elaborada assim para evitar que os senhores ficassem lutando indefinidamente para continuarem proprietários, o que era um "capricho congênito". A ação ficou num impasse, pois precisava de um Juiz para elaborar a sentença final, mas o primeiro suplente de Juiz era o réu da causa e o segundo era Miguel Archanjo, que só aceitou tecer a sentença após a recusa do primeiro, mesmo com a indicação do escrivão. Em agosto de 1879 foi assinada a carta de alforria pelo senhor, Coronel Francisco Basílio Santos Hora, mas o mesmo não recebeu o dinheiro. Foi intimado para receber a quantia e novamente não a recebeu. No mês seguinte recorreu e elaborou outra apelação contra a sentença proferida, esta destinada à Relação do Distrito. O documento foi encaminhado, mas a sentença foi mantida. Finalmente, em novembro de 1880, o senhor foi à coletoria e pegou a quantia

referente à indenização da escrava Mercês. Mais de um ano após o início do processo[16].

Algumas dessas ações tramitaram por anos nos cartórios e tribunais. Cada parte envolvida tinha suas artimanhas para ganhar a disputa. A seguir será mostrado algumas dessas engenhosidades, para isso analisarei esses artifícios de cada uma das partes que fazia parte do processo.

1.1 COMPORTAMENTO DOS ESCRAVOS NO CONFLITO

A ação provocada por Manoela mostra alguns pontos importantes na relação entre a senhora e a escrava e seus conflitos. A escrava sabia que a justiça era uma instância que podia intervir a seu favor na relação mantida com sua senhora e, ao levar a carta ao Juiz para inquirir sua validade, ela também demonstrou que tinha ciência da importância do documento para a obtenção de sua emancipação. O ato de ir até o Juiz sinaliza que a escrava tinha certa autonomia para andar "livremente" na Vila. Provavelmente, ela levou a carta ao Juiz com a concordância da sua senhora, mas também mostra que sabia buscar os seus intentos e negociar. Por fim, que era uma escrava que sua senhora confiava, caso contrário a senhora não permitiria circular livremente.

Possivelmente a submissão foi utilizada por Manoela para conseguir a alforria. No entanto, a mesma escrava submissa, para conseguir o seu intento, poderia, posteriormente, lutar na justiça utilizando como argumento o cumprimento de uma promessa que era uma vontade senhorial. Além de Manoela mais 22 cativos perceberam que a justiça seria uma intermediadora das relações entre senhor e escravo na luta pela conquista da alforria. As alegações para conseguirem seus objetivos foram diversas; além de ser uma vontade senhorial havia matrícula de escravos não realizada, herança vaga, tráfico ilegal e por indenização.

16 O documento está incompleto e a primeira data que aparece na Ação é 31/05/1879.

Os escravos esperavam o momento oportuno para entrarem num conflito na justiça, pois sabiam que as possibilidades eram restritas. Maria de Fraga esperou o filho, Francisco, completar a maioridade para entrar com a ação solicitando a liberdade dele, pois se o fizesse antes a madrinha podia continuar sendo a tutora[17].

Os escravos também estabeleciam uma teia de relações que os ajudavam e os assessoravam, costuravam uma rede de apoio e de solidariedade na Irmandade do Rosário, nas ruas, nas trilhas e fazendas. Essas redes são notadas na convocação das testemunhas e na busca de provas dos seus argumentos. Miguel Theotônio de Castro foi uma das testemunhas de Manoela. Ele era compadre de uma parceira de trabalho dela, pois batizou Tertuliana, filha de Benedita, também escrava de José Matheos. Ou seja, Miguel Theotônio de Castro e Manoella se conheciam e provavelmente tinham uma relação de amizade[18]. Todavia, acredito que o fato de Lagarto ser uma Vila e posteriormente um município com uma população pequena fazia com que a maioria das pessoas se conhecesse e isso dificultava os escravos de entrarem em conflito com os seus senhores, pois poucas pessoas se disporiam a auxiliar os cativos.

Outra forma de atuação da rede de apoio dos escravos foi assessorando a caminhada a favor da liberdade. Eis o caso de Francisco de Siqueira que fazia parte do grupo de apoio das escravas Roberta, Romana e Euzebia. Estas pertenciam aos religiosos do Convento do Carmo, localizado no sítio Palmares . Francisco de Siqueira enviou uma nota para um dos jornais de maior circulação na Província, o *Jornal do Aracaju*. A nota foi direcionada ao Chefe de Polícia, ao Juiz de Direito de Lagarto e ao público, mencionando que as escravas iam entrar na justiça pleiteando a liberdade e que confiavam no "zelo" e "na retidão

17 Maria Liberta e Francisco cabra, autores, Ildefonso de Mendonça Lima, réu, ação de manutenção de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p.

18 Arquivo da Paróquia de Lagarto, Livro de Registros de Batismos, livro n° 04, pág, 216v.

das ilustres autoridades Judiciárias do Lagarto"[19]. O artigo visava atrair a atenção do público em geral e fazer com que a justiça fosse favorável às escravas.

Os escravos também buscavam proteção de pessoas livres, inclusive algumas dessas eram proprietários de escravos. Em alguns casos os protetores eram pessoas interessadas nos serviços dos escravos, ajudavam com o intuito de que eles, depois de livres, fossem lhes alugar as suas jornadas de trabalho. Matheos Ribeiro mencionou que a escrava Manoela tinha um protetor e o curador não revidou a acusação. Numa petição com o intuito de conseguir um mandato de busca, o senhor revelou o nome do sedutor da escrava, João Bernardino de S. Pereira, afirmando ainda que este tinha como interesse os serviços da mesma. Também não descarto outras motivações para a proteção como, por exemplo, a existência de relações afetivas[20]. Assim, Manuela escolheu a quem ofereceria os seus serviços, por não estar satisfeita com os seus senhores; assim como, o escravo Marçal.

João Marçal, às vésperas da abolição, em 1888, para negociar e forçar a sua alforria encontrou um coiteiro[21], Antônio dos Santos Menezes, escrivão de órfãos e que provavelmente tinha interesse nos serviços de João, por isso o auxiliou. O escrivão era um conhecedor das leis e por isso o podia auxiliar numa possível luta na justiça. Posteriormente o escravo passou bastante tempo "subtraindo-se do serviço" e foi acoitado por dois anos. O escopo do escravo era poder alegar abandono de herança num possível conflito judicial. Temendo a disputa na justiça e possivelmente a perda do escravo, Miguel Archanjo do Nasci-

19 Jornal do Aracaju, Aracaju, n.561, 20 de fevereiro de 1874, p.04. In: CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão: UFS, 2003. Monografia. (Licenciatura, DHI). p.298

20 José Matheos Ribeiro, autor, Manoella, ré. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1866.

21 Pessoas que encobriam as artimanhas dos escravos; elas eram de fundamental importância em muitas atitudes dos escravos.

mento, o proprietário, alforriou a parte que possuía em João Marçal e pontuou que entraria com uma ação civil reivindicando o pagamento das jornadas de trabalho que o escravo prestara ao escrivão[22].

Retornando a Manoela, depois de forra em primeira instância Manoela foi gozar sua liberdade; mas o que seria ser livre para Manoela? Talvez andar vagando à vontade e sem destino certo, possuir mobilidade espacial e não dar satisfações[23]. A liberdade era algo construído e conquistado na vivência do cativeiro e variava de acordo com a experiência de cada escrava(o)[24]. O seu comportamento após o resultado da primeira sentença, o ato de espalhar boatos, por exemplo, pode ter uma grande significação, inclusive a de debochar do seu ex-proprietário. Retomo aqui Chalhoub, para quem gestos como o humor e a ironia eram característicos de práticas populares dos dominados, repletas de significação e intenções ambíguas[25].

Outra artimanha utilizada pelos escravos num conflito na justiça foi a de buscar como testemunhas os adversários de seus proprietários. Para ilustrar esse fato cito o caso de Benedito que juntamente com seu Curador chamou o Major Manoel de Seabra Lemos para testemunhar no seu processo e, além dele, outros que eram ligados à sua pessoa: o filho e provavelmente um rendeiro da propriedade do Major. O Major

---

22 Por conta de heranças alguns escravos ficavam pertencendo a diversos senhores; por isso, os proprietários tinham uma parte do escravo ou uma banda. Carta de Alforria, João Marçal, pág. 19 e 19v, Livro de Notas, nº 02, Cartório de Lagarto Primeiro Ofício, caixa. 01-1094.

23 SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

24 SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *As estratégias de sedução:* mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-1888). Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade:* Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

25 CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: *História Contada:* Capítulos de História Social da Literatura no Brasil. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.95-122. E, Thompson mostra que atitudes como as de Manoela podem ser vistas como um *contrateatro*, uma estratégia de resistência aos senhores, estes teriam atitudes teatrais que faziam parte da política senhorial. Vide: THOMPSON, op.cit.

era inimigo de Plácido, proprietário de Benedito, o que indica que essas convocações tenham sido uma estratégia do escravo, do Curador e talvez do Tenente Miguel[26], pois eles sabiam quem eram os desafetos do antigo senhor de Benedito. O viajante Moniz de Souza, narrando sobre um período anterior ao da presente pesquisa, menciona que uma estratégia dos escravos era informar detalhes a respeito dos seus proprietários aos adversários deles e em troca recebiam dinheiro para a compra da manumissão[27]. Talvez essa estratégia tenha perdurando na região de Lagarto na segunda metade do século XIX.

As ações por indenização foram maioria em Lagarto. Nessas ações se percebe com maior nitidez a disputa entre senhores e escravos. O fato dos escravos procurarem a justiça para solicitarem a avaliação com o intuito de indenizarem seus senhores deixava os últimos bastante enfurecidos. Novamente segundo Moniz de Souza, quando um escravo mencionava ao seu senhor o desejo de ser alforriado, no final dos Setecentos e início dos Oitocentos, geralmente era castigado. A aspiração à alforria, quando explicitada, era recebida com bastante desagrado e um forte motivo para os açoites. O mesmo viajante propunha que as câmaras municipais estipulassem o preço do escravo, utilizando alguns critérios como idade e função[28], fazendo com que os escravos deixassem de ser meros reféns dos seus proprietários, diminuindo os limites da vontade senhorial. Essa descrição mostra o quanto era desinteressante para um senhor ver um escravo tomando a iniciativa de ficar livre, pois dessa forma ele perderia o domínio sobre a sua propriedade.

A história de Mercês, na segunda metade do século XIX, mostrou que mesmo nesse período os senhores não viam com bom grado os

---

26 Além de testemunhar no processo, o mencionado personagem auxiliou na escrita da carta de alforria de Benedito, possivelmente o auxiliou no processo, irei abordar esse personagem mais adiante no texto.

27 SOUZA, Antônio Moniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro.* In: ARAÙJO, Ubiratan Castro de (Org.). 3. ed., Salvador: IGHB, 2000.

28 Idem.

escravos tomando a iniciativa de se libertarem. Maria Mercês é mais um caso de uma escrava de "boa moral", confidente de seus senhores e de confiança que cumpria as suas funções, porém desejava a liberdade e lutou por ela pelos trilhos da justiça. Mais uma mostra de que os escravos eram obedientes aos senhores para conseguirem a alforria, pois sabiam que a conquista passava pela vontade dos proprietários[29] e que o mesmo escravo obediente num dia, podia reivindicar a liberdade e entrar em conflito com o senhor no dia seguinte.

Nas ações por indenização, principalmente as pleiteadas por mulheres, são percebidas alegações com o intuito de desvalorizar o preço da escrava; seja por estar em idade avançada, seja por não gozar de boa saúde. Algumas alegações, provavelmente foram estratégias utilizadas pelas escravas para diminuir o seu valor. Assim, Maria, na sua petição inicial comenta, em 1883, através de seu curador, que além do merecimento para a alforria tem quase 50 anos. Ignacia, em 1874, também na petição inicial alega que "por seo estado de avançada idade e padecimento phisicos, não pode valer mais do que a quantia que já deu". Ponciana, outro exemplo desse caso, conseguiu ser avaliada em 260$000, em 1873, por conta do seu estado: quantia que a mesma possuía.

Em 1877, Feliciana, por intermédio do seu curador, argumentou discordando do valor que lhe foi atribuído, que era "muito maior de trinta anos, enferma, tanto que já soffreo de alienação mental, mal que periodicamente lhe aparece, a ponto de torná-la incapaz de todo e qualquer serviço". O seu senhor discordou das alegações comentando que não sabia das citadas enfermidades. A escrava Francisca levou para o ato da sua avaliação um atestado médico para comprovar que estava doente[30]. Apenas um homem escravo utilizou essas alegações

[29] CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade:* Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. SÃO PAULO: Companhia das Letras, 1986.

[30] Francisca, autora, Luís Roberto d'Oliveira, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, cx 02, 1877

para diminuir o seu valor: Arvaro, em 1875, mencionou que mesmo em idade avançada e aleijado de uma mão conseguiu acumular um pecúlio[31]. Das escravas que acionaram a justiça querendo indenizar os seus senhores a única que não utilizou essa possível estratégia foi Mercês.

O sexo e as relações afetivas também foram utilizados na luta para obtenção da alforria[32]. Esse foi o caso de Feliciana que possivelmente mantinha uma relação afetiva com Caetano da Fonseca Dórea, grande proprietário de escravos de Lagarto, e que providenciou a quantia de 200$000 réis para completar-lhe a compra da alforria[33].

Na impossibilidade de conquistar a alforria em disputa judicial, os escravos utilizavam o expediente de fugir. Benedito, Manoela e Francisco foram alguns dos escravos que lançaram mão de tal recurso a fim de se libertarem.

1.2 OS SENHORES: O OUTRO LADO DA DISPUTA

Os senhores utilizavam as mais diversas artimanhas para não serem feridos em seu direito de propriedade. Contratavam bons advogados de defesa, recorriam a todas as instâncias e também utilizavam as suas redes de influências. Além disso, nas ações que alegavam o cumprimento da vontade senhorial, tentavam desmentir que as cartas tinham sido cedidas ou questionavam a sua validade.

---

31 Ponciana, autora, Januário José de Mello, José Vicente e sua filha Maria de Jesus, réus. Petição.Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1872. Arvaro, autor, João Pereira de Carvalho, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875. Ignacia, autora, João Pereira Carvalho, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875. Feliciana, autora, capitão Manoel Joaquim d'Oliveira Campos, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1877. Maria, autora, José Francisco da Costa e a órfã Ritta, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1883.

32 Nas Minas Gerais no período Colonial percebeu-se que as mulheres escravas utilizaram as estratégias mencionadas. Vide: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória:* Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympo; Brasília, DF: EDUNB, 1993.

33 Feliciana, autora, capitão Manoel Joaquim d'Oliveira Campos, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1877.

Nas ações, principalmente nas de indenização, percebe-se uma grande ênfase na defesa ao direito de propriedade; sempre em disputa com o direito de liberdade. Na ação de Mercês há um aspecto interessante: o proprietário e o advogado tinham a percepção que os interesses dos escravos e senhores estavam em pólos antagônicos. Ao defender o proprietário o advogado chegou a mencionar que estava falando em nome dos senhores de escravos, ou seja, em nome da sua classe; com relação à escrava, citou que esta tinha prendas raras à sua classe. No conflito na justiça houve a percepção de desejos irreconciliáveis[34].

Nas ações por indenização uma estratégia muito utilizada pelos senhores era a de protelar a alforria e por isso, caracterizavam o escravo como possuidor de muitas virtudes, o que fazia o preço aumentar. Essa era uma das poucas alternativas que restavam para os proprietários protegerem o direito de propriedade. Além do aspecto econômico, a protelação na concessão da manumissão prendia-se ao fato de os senhores não querer que as relações de subordinação fossem cortadas. Segundo o Juiz, Victor Dinis Gonçalves, eles não queriam deixar de sê-lo "por capricho". Esse parece ter sido o caso do Coronel Basílio, proprietário de Mercês, que tinha trinta e quatro escravos matriculados em 1873[35], a escrava faria falta na sua posse, mas não de forma tão acentuada, pois ainda restaria uma posse significativa de escravos.

---

[34] Segundo Thompson, as pessoas têm relações numa sociedade estruturada; incluídas as relações de produção baseadas na exploração e na necessidade de manter o poder sobre os dominados. Identificavam pontos de interesses antagônicos e começam a se confrontar por conta desses interesses; e, nesse processo se vêem como classe, a chamada consciência de classe. Por isso, o conceito chave para compreender a classe é o de luta de classes, pois é através do último que se forma o primeiro. E o processo de formação de classe pode se definir como uma formação cultural. Vide: THOMPSON, E.P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase:* estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**.** Barcelona: Editorial Crítica. 1979, pp. 13-61.

[35] APES - Lista de Classificação de escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ª Doc. 08.

1.3 OS ADVOGADOS E MAGISTRADOS

Com o intuito de saber quem eram as pessoas que intermediavam os conflitos irei traçar um breve perfil dos advogados, comentando um pouco sobre sua formação. Posteriormente abordarei quais foram os seus posicionamentos diante de processos pleiteados por escravos.

Os Bacharéis em Direito de Lagarto que exerciam os papéis de curadores, advogados de defesa, promotores e juízes eram formados pela Faculdade de Direito do Recife. Muitos eram membros da aristocracia, nascidos em engenhos e filhos de famílias abastadas da região. Como exemplo cito o Guilherme de Souza Campos, filho de Coronel e senhor do engenho Periquito, em Itabaianinha, cidade próxima a Lagarto; além do engenho, sua família tinha propriedades em Lagarto e Estância. Nilo Santos Romero, irmão de Silvio Romero, é um outro exemplo[36].

Nas décadas de sessenta e setenta dos Oitocentos, período que alguns desses bacharéis estudaram, a Faculdade de Direito do Recife passava por uma reforma acadêmica e grande efervescência cultural e conheceu nesse período um "bando de idéias novas": as teorias evolucionistas se fizeram bastantes presentes na faculdade, principalmente através de Tobias Barreto que lia freqüentemente Spencer, Darwin, dentre outros. Por conta dessas teorias o catolicismo, a monarquia e o romantismo foram eleitos os inimigos dos alunos e professores[37]. Mas, qual era a postura dos baluartes da faculdade em relação ao abolicionismo?

---

[36] Alguns dos advogados que atuaram em Lagarto com as respectivas datas de formaturas foram: Geminiano Brasil de Oliveira-1868, José Dantas da Silveira-1870, Guilherme de Souza Campos-1871, Nilo Romero-1874, Benilde Romero-1883. Ver em: DANTAS, José Cupertino. Bacharéis de Direito em Sergipe. IHGS, Seção Sergipana, caixa 32, doc.4, s/d. GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

[37] Idéias sobre a escola do Recife, olhar: SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A cultura Ocultada*. Londrina: Ed. UEL, 1999.

Tobias Barreto não chegou a ser um dos propagandistas da campanha abolicionista. Segundo Moraes Filho, ele não passou de um abolicionista moderado que respeitava a propriedade escrava. Teve atitudes ambíguas: criticava Joaquim Nabuco, mas denunciava as fraudes feitas no Fundo de Emancipação que prejudicavam os escravos. Em 1884 discutiu em sala-de-aula sobre o direito de propriedade, um direito adquirido e o de liberdade, ainda em conquista. Fez o debate baseado na lei e não se inclinou para nenhum dos lados. O mesmo Tobias Barreto fez um discurso de caráter humanitário no momento em que dois escravos estavam sendo alforriados num evento em homenagem a Carlos Gomes[38].

Sílvio Romero defendia o incremento da mão-de-obra livre via imigração; dessa forma o trabalho livre substituiria o escravo e criticava os abolicionistas que queriam fixar uma data para a abolição. Influenciado pelas idéias de Darwin e Spencer acreditava que uma instituição devoraria a outra e, como Tobias Barreto também criticava Joaquim Nabuco. Mas os professores e alunos da Faculdade tiveram uma inclinação para o abolicionismo e para a República[39].

Tobias Barreto e Sílvio Romero foram dois nomes de destaque da Faculdade de Direito do Recife e ambos eram sergipanos: Tobias Barreto nasceu na cidade de Campos que atualmente leva o seu nome e Sílvio Romero em Lagarto. Lagarto e a atual Tobias Barreto são duas localidades próximas. Tobias ensinou as primeiras letras quando residiu em Lagarto[40] e o último, Silvio Romero, nasceu e tinha parentes no município, alguns dos seus irmãos formaram-se na mencionada faculdade e provavelmente conheceram as idéias que ali circulavam e que podem

38 MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia*: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

39 MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia*: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

40 CARVALHO SOBRINHO, José de Sebrão. *Tobias Barreto, o desconhecido*: gênio e desgraça. Aracaju, 1941

ter influenciado os seus posicionamentos. Nilo Santos Romero, por exemplo, irmão de Sílvio, era um seguidor de Tobias Barreto e foi seu aluno quando esse residiu em Lagarto[41].

Essa oscilação de Tobias Barreto e o posicionamento de Sílvio Romero são características perceptíveis nos magistrados e bacharéis de Lagarto. Das 22 ações que encontrei os Juízes concederam alforria a 17 escravos que haviam pleiteado na justiça, através de 16 ações e negaram em 4. A justiça foi bastante favorável aos cativos nas suas disputas, todavia, apesar dos números, não acredito que os magistrados e advogados fossem abolicionistas, mas sim que os poucos escravos que lutaram contra os seus senhores estavam bem assessorados e bem articulados.

Os mesmos advogados que podiam defender um escravo numa ação, atuando como Curadores, podiam ser os advogados de defesa do senhor em outra ação. E, o mesmo Juiz que dava ganho de causa a um escravo poderia elaborar uma sentença desfavorável para outro. Ou seja, os casos eram analisados cuidadosamente de forma individual, sendo levadas em consideração as razões de cada escravo. A liberdade era um ganho individual. Nicolau Tolentino, por exemplo, foi o advogado de defesa de José Plácido da Silveira, na ação pleiteada por Maria Mercês foi o avaliador favorável ao senhor da escrava, e foi o Curador de Thomázia, outra cativa que também requerera a liberdade na justiça. Os magistrados tentavam se pautar pelas alegações de cada escravo, e ver se as razões da ação tinham de fato justificativas legais. Todavia, o posicionamento dos advogados e dos juízes dependia principalmente da relação que os mesmos tinham com o proprietário envolvido na disputa. No caso de Mercês, até mesmo o Juiz suplente só assumiu o mandato depois da concordância do proprietário.

41 E segundo Silvio Romero era o orador mais fluente dos irmãos. Olhar: GUARANÁ, op. cit , p. 233. CARVALHO SOBRINHO, José de Sebrão. *Tobias Barreto, o desconhecido*: gênio e desgraça. Aracaju, 1941

Os Curadores alegavam que a alforria era também de vontade do senhor, essa estratégia na obtenção da alforria mostrar que essa alegação não traria problemas para os Curadores nem para os Juízes, uma vez que estes também eram proprietários de escravos. Dessa forma, o fato de defender os direitos de um escravo ou dar ganho de causa ao mesmo, não interferiria nas relações deles com os seus cativos.

Algumas pessoas que desempenharam os papéis de advogados, curadores e até mesmo juízes, não cursaram o bacharelado em direito, mas que sabiam executar as funções. Um desses foi Miguel Theotônio de Castro, personagem que foi Curador de alguns escravos em Lagarto. A profissão dele é bastante intrigante: solicitador no fórum. Solicitador também era o nome dado à função que tinha como finalidade redigir a petição inicial de uma ação proposta por mulheres e homens escravos.

Vejam alguns fatos: o mesmo Tenente Miguel Theotônio foi o Curador do escravo Francisco e o motivo alegado pelo juiz, para nomeá-lo como tal, foi o fato da liberta Maria Fraga, mãe do escravo citado e autora da ação, "ser uma pessoa miserável". Seria ele um solicitador de causas das pessoas das classes subalternas? Seria simpático às mencionadas classes? Numa ação pleiteada pelo escravo Gonçalo, o mesmo Tenente foi o Curador[42]. Foi ainda Curador das escravas Ignacia, Luisa e Maria. Na ação desta última foi nomeado porque os outros indicados não aceitaram a incumbência e por não "ter mais bacharéis em Lagarto"[43].

O Tenente era nascido na capital da Bahia, fato que lhe rendeu a convivência num ambiente repleto de escravos e libertos. Miguel Theotônio, segundo algumas testemunhas, era professor, ou seja, um homem que teve acesso a algumas leituras e talvez às idéias liberais e

[42] Gonçalo, autor; Auto de Depósito. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01; Ação de Depósito, 1876.

[43] Maria, autora, José Francisco da Costa e a órfã Ritta, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1883, p.12; Ignacia, autora, João Pereira Carvalho, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875.

abolicionistas. Por fim, o Tenente fazia parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto e por isso convivia com alguns escravos o que possivelmente, contribuía para um posicionamento de simpatia pelos homens e mulheres escravos. Talvez fosse um simpático à causa abolicionista o que levava a se envolver em tantas causas de escravos, sempre a favor dos mesmos. Podia ainda ser por caridade ou motivado por intenções cristãs. O fato é que se era abolicionista, estava isolado, pois não encontrei nenhuma notícia de associações ou clubes abolicionistas na Vila[44].

Analisando as citações nas petições, percebi quais eram os argumentos, a legislação, os livros e as idéias que os advogados utilizavam para respaldar os seus argumentos. Na defesa do direito de liberdade dos escravos foram usados, o Alvará de 1755, que posicionava sobre a liberdade dos índios; as idéias de Teixeira de Freitas, grande jurista e abolicionista do Império. Nas alegações de defesa e acusação a Lei de 1871 e o Direito Romano. Já o Alvará de 1810, sobre a propriedade, era usado para defender o direito de propriedade dos senhores. Os advogados formados ou práticos conheciam a legislação e tinham acesso à mesma; mas não se limitava a ela, numa petição elaborada por Nicolau Tolentino Álvares mostra idéias de cunho iluminista. Ele utiliza expressões como *nações cultas*, e sugere que no Brasil as *trevas* triunfavam porque mesmo as pessoas que não eram mais escravas não podiam gozar do título de livre. Por fim, até mesmo a *Bíblia* foi utilizada para respaldar os argumentos de um advogado que queria provar que a carta de alforria era falsa. Os advogados recorriam a todos os recursos para provar o seu intento.

Além dos advogados existiam outras pessoas que estavam no meio do fogo cruzado de senhores e escravos: depositários e testemunhas, personagens de crucial importância no conflito.

[44] AGJSE: Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01; Benedicto, autor, José Plácido da Silveira Rocha, réu, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1878.58p

1.4 TERCEIROS

Estou chamando de terceiros as pessoas que se envolveram no conflito, seja ocupando os lugares de testemunhas de defesa ou acusação, bem como os depositários. Nesta parte discutirei os posicionamentos deles e também suas ações nos mencionados conflitos. Conforme já foi mostrado, tanto os escravos como os senhores lançavam mão de uma rede de alianças no momento do conflito. Verificar quem eram as testemunhas e o que elas depunham revela a rede de ligações.

No processo provocado por Manoela, o tenente Miguel Theotônio que já havia sido o Curador de outras ações foi testemunha a favor. Ele deve ter ajudado a escrava a pleitear a ação na Justiça. Outro escravo a entrar em conflito com o senhor na justiça foi Benedito e na sua ação o mesmo Tenente foi acusado de está-lo ajudando, ao que não replicou. Ele morava próximo à casa do proprietário do escravo.

Manoela listou testemunhas do seu convívio, por isso sabiam de tantas informações a respeito da manumissão da mesma. Acredito que Manoela forneceu algumas informações às suas testemunhas e isso demonstra o quanto ela foi ativa no processo, pois elas sabiam até o ano em que a cativa havia recebido a carta. Dois dentre os três depoentes a favor eram pessoas das classes subalternas como ela: um era sapateiro e o outro lavrador, o que mostra uma boa relação entre a escrava e esses setores da sociedade. Maria de Fraga e Benedito agiram da mesma maneira que Manoela, pois buscaram depoentes que conviveram com eles e que podiam confirmar as suas versões. Existiam espaços em que as regras eram impostas pelos senhores(as), contudo também havia lugares em que os escravos mantinham relacionamentos sem o consentimento dos seus proprietários[45].

[45] SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *As estratégias de sedução:* mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-1888). Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

O senhor Plácido da Silveira, proprietário de Benedito, listou várias pessoas para serem testemunhas a seu favor no processo; dentre elas estavam vários agregados da sua propriedade. Isto nos leva a pensar sobre o reconhecimento de relações da subordinação entre algumas pessoas livres pobres aos proprietários de engenho. Isto motivou o Curador de Benedito a questionar os depoimentos destas pessoas que viviam sob a influência do Capitão Plácido; uma delas alegou no seu testemunho que podia ser neutra mesmo sendo um subordinado[46].

Outra pessoa inserida no conflito judicial é o depositário. Ser depositário de um(a) escravo(a) podia ser uma circunstância inconveniente, principalmente quando o proprietário era alguém influente, tal como o Coronel Basílio Santos Hora. Talvez esse tenha sido um dos motivos para a recusa de dois escolhidos a serem depositários de um determinado escravo, sendo que o Sr. Miguel Archanjo, um dos indicados, aparentemente tinha relações de amizade e provavelmente aceitou a nomeação de depositário depois de uma conversa com o mesmo. No caso de Francisco, outro escravo, também foram nomeados vários depositários e poucos aceitaram a incumbência.

O depósito particular tanto podia auxiliar o escravo a obter a alforria como também podia garantir ao senhor a sua propriedade, desde que o depositário fosse uma pessoa de sua confiança. A responsabilidade do depositário era imensa, exigia tempo e dedicação. O escravo podia até mesmo fugir estando em depósito particular, como foram os casos de Benedito e Francisco, que tentaram evadir; o último sem muito êxito.

Várias pessoas se recusaram a ser depositárias. O fato é que os proprietários nomeados como depositários, tinham receio que o escravo depositado, que não lhe pertencia, influenciasse os seus cativos, incitando-os a entrarem com ações de liberdade contra eles ou até mesmo à fuga. Geraldo José da Rocha foi nomeado depositário de

46 THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Tomazia e solicitou exoneração do cargo alegando ser esta uma atividade arriscada e que existiam outros recursos legais para se resolver a situação[47].

Por fim, os serviços do escravo deveriam ser pagos pelo depositário e não eram baratos, por isso nem todas as pessoas poderiam assumir tal incumbência. Quem ganhasse a causa receberia o dinheiro referente às jornadas de trabalho do escravo. Gonçalo, por exemplo, depois de ganhar a causa solicitou ao depositário o dinheiro referente ao seu trabalho. O responsável pelo depósito afirmou que o "escravo viajava e ganhava salário, vivendo por tanto no gozo dos seus direitos". Deixar o escravo trabalhar para terceiros foi a solução encontrada pelo depositário, para não pagar as jornadas[48].

Por fim, o depositário também podia estabelecer alianças com os escravos. Esse foi o caso de Horácio e José, ambos escravos de José Correia Dantas. Eles entraram na Justiça para indenizar o seu senhor, mas não tinham dinheiro suficiente para esse intento. O depositário, Benvindo de Oliveira Freitas, um lavrador, morador do Engenho São Joaquim do Pastor, comprou os dois escravos. Portanto, Horácio e José devem ter estabelecido uma relação mais pacífica com o depositário que com o seu senhor, e por isso convenceram Benvindo a realizar a transação[49]. Uma situação um pouco distinta foi a de Thomazia, outra escrava a reivindicar a alforria. Ela foi presa e um amigo se ofereceu para ser seu depositário afim de que ela saísse da cadeia[50].

47 Thomasia, autora, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1884.

48 Gonçalo, autor; Auto de Depósito. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01. Ação de Depósito, 1876.

49 Horácio e José, autores, Petição, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 2, 1872.

50 Thomasia, autora, Ação de Liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1884.

CONCLUINDO....

Os homens e mulheres escravos utilizaram a Justiça para intermediar seus conflitos com os seus senhores, principalmente pós 1871. As alegações utilizadas pelos escravos foram diversas, como tráfico ilegal e vontade senhorial. Também existiram as ações por indenização, as mesmas foram as mais conflituosas. Os escravos e senhores utilizavam das suas relações para conseguirem seus intentos, indicavam pessoas próximas para testemunharem e avaliarem. Importante ressaltar que na rede de solidariedade dos escravos estavam pessoas livres e pobres. E, em relação à liberdade dos escravos a justiça teve um posicionamento ambíguo, em alguns casos as sentenças foram favoráveis aos senhores e em muitos casos aos escravos. Esses dados indicam que as relações entre senhores(as) e escravos(as) em Lagarto tiveram momentos de conflito.

Debruçar-se sobre a relação senhor e escravo em Lagarto, permite vislumbrar, principalmente, as diferenças dessas relações de acordo com o gênero. As mulheres tinham estratégias distintas das dos homens, principalmente nas ações de indenização. Ressalto que as ações de liberdade de várias vilas estão à espera de pesquisadores para serem pesquisadas.

Por fim, muitos homens e mulheres escravos não tiveram a oportunidade de se confrontar com os seus senhores na justiça para conseguirem a alforria, por diversos motivos, assim como alguns escravos que conseguiram lutar com seus proprietários não alcançaram os seus intentos. A esses dois grupos restou outra possibilidade, a fuga... Mas esse é um tema para uma outra conversa.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

As ações e petições

Arvaro, autor, João Pereira de Carvalho, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875.

Benedicto, autor, José Plácido da Silveira Rocha, réu, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1878.58p

Gonçalo, autor; Auto de Depósito. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01. Ação de Depósito, 1876.

Horácio e José, autores, Petição, Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 2, 1872.

Feliciana, autora, capitão Manoel Joaquim d'Oliveira Campos, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1877.

Francisca, autora, Luís Roberto d'Oliveira, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, cx 02, 1877.

Ignacia, autora, João Pereira Carvalho, réu. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1875.

José Matheos Ribeiro, autor, Manoella, ré. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1866

Manoella, autora, Ação de Liberdade, Mathéos Ribeiro, réu. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1864.

Maria, autora, José Francisco da Costa e a órfã Ritta, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 02, 1883.

Maria Liberta e Francisco cabra, autores, Ildefonso de Mendonça Lima, réu, ação de manutenção de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1875, 32p.

Maria Mercês, autora, réu, coronel Francisco Basílio Santos Hora. Ação de Liberdade. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1879.37p.

Ponciana, autora, Januário José de Mello, José Vicente e sua filha Maria, réus. Petição. Cartório do Segundo Ofício de Lagarto, caixa 01, 1872, 9p.

Thomasia, autora, ação de liberdade, cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01, 1884.

Outras fontes

Carta de Alforria, João Marçal, pág. 19 e 19v, Livro de Notas, nº 02, Cartório de Lagarto Primeiro Ofício, caixa. 01-1094.

Livro de Registros de Batismos, livro n° 04, pág, 216v.(Arquivo da Paróquia de Lagarto)

Livro de Contas e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto. Cartório do segundo ofício de Lagarto, caixa 01(AGJSE)

DANTAS, José Cupertino. Bacharéis de Direito em Sergipe. IHGS, Seção Sergipana, caixa 32, doc.4, s/d.

Lista de Classificação de escravos para serem Libertos pelo Fundo de Emancipação de Lagarto, 1875, AG1, 03/ ª doc. 8, APES.

SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e observações de um brasileiro*. 3. ed. Salvador: IGHB, 2000.

CISNEIROS, Sandra Maria Costa. *Anúncios de escravos nos jornais sergipanos do século XIX*. São Cristóvão: UFS, 2003. Monografia. (Licenciatura, DHI).

REFERÊNCIAS

CARVALHO SOBRINHO, José de Sebrão. *Tobias Barreto, o desconhecido*: gênio e desgraça. Aracaju, 1941

CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: *História Contada:* Capítulos de História Social da Literatura no Brasil. CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. de M. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp.95-122.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade:* Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras. 1986.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava:* uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**.** Petrópolis: Vozes,1988

GRINBERG, Keila. *Liberata*: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória:* Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympo; Brasília, DF: EDUNB, 1993.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925.

KARASCH, Mary C. A *vida dos escravos no Rio de Janeiro* (1808-1850). Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, Ana Paula Visne. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. *História Social*, número 4/5 – 1998. Revista de Pós Graduação em História. IFCH/UNICAMP, pp.135-155.

MOTT, Luis. O escravo nos anúncios de Jornal de Sergipe. In: *Revista do Instituto Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGS, n° 29/1983-1987.

_____. *Sergipe Del Rey:* população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986

MOTT, Maria de Lúcia. *Submissão e resistência***:** a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Medo à utopia*: o pensamento social de Tobias Barreto e Silvio Romero. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A cultura Ocultada*. Londrina: Ed. UEL, 1999.

PASSOS SUBRINHO, Josué M. dos. *Reordenamento do trabalho:* trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro *(1850/1930)*. Sergipe: FUNCAJU, 2000

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito:* a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

RESENDE, José Mário dos Santos. *Entre campos e veredas da Cotinguiba*: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888). São Cristóvão, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Joceneide Cunha. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias:* a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888). Salvador, 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *As estratégias de sedução:* mulheres escravas apre(e)ndendo a liberdade (1850-1888). Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1993.

SOARES, Cecília M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase:* estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**.** Barcelona: Editorial Crítica. 1979, pp. 13-61.

AUGUSTO MAYNARD GOMES E O JULGAMENTO DE PRESTES EM 1940

Adailton dos Santos Andrade*

RESUMO:
Luís Carlos Prestes foi acusado em 1939 de ter sido o mentor intelectual do assassinato de Elza Fernandes, secretaria do PCB. O processo crime teve como relator o Presidente do Tribunal de Segurança Nacional, Augusto Maynard Gomes. Deste modo, este trabalho tem por objetivo analisar a atuação do relator do processo crime. Hoje esse documento encontra-se disponível à consulta no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Sendo assim, diante da leitura do processo observa-se que Augusto Maynard não foi completamente imparcial e levou em consideração os antecedentes históricos de Prestes. Em 07 de novembro de 1940, Luís Carlos Prestes foi condenado a 30 anos de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional. Augusto Maynard Gomes mostrava-se um fiel soldado da política repressiva do governo Vargas.

PALAVRAS-CHAVE: Augusto Maynard Gomes, Era Vargas, Luis Carlos Prestes

* Licenciado em História pela Universidade Tiradentes, Pós Graduado em Ensino Superior em Historia na Faculdade São Luis de França, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, membro dos Grupos de Estudo e Pesquisa da UFS: Estudo do Tempo Presente. Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Mulheres (UFS / CNPq). E-mail: adailton.andrade@tQbol.com.br.

De acordo com Uchôa (1924) Augusto Maynard Gomes nasceu no engenho Campo Redondo de propriedade de seu pai Manuel Gomes da Cunha e de Teresa Maynard Gomes, localizado no município de Rosário do Catete (SE), em 16 de fevereiro de 1886. Aos 16 anos de idade seguiu para o Rio de Janeiro onde assentou praça no 20° Batalhão de Caçadores (Exército) que ficava no bairro de Realengo, onde fez carreira chegando ao posto de General. Na vida política chega a governar seu estado por duas vezes e representa Sergipe no Senado Federal por dois mandatos. Em Aracaju se envolve em movimentos revolucionários[1], o que o levou a ser preso. Participa do projeto revolucionário de 1930 em Minas Gerais, voltando a Sergipe para assumir a Interventoria Federal[2].

> 1930 a 1937 foram os anos de indefinição, quando inúmeros projetos e propostas estavam sendo postos em pauta e quando, também, a sociedade se mobilizou intensamente em torno deles. O campo de possibilidades, nessa ocasião, era imenso e o governo se movia em terreno movediço (CAPELA TO, 2007: p.112)

Após deixar o governo em 1935, Maynard foi comandante do 28° Batalhão de Caçadores em Aracaju. Em 1938 foi chefe da 19a Circunscrição de Serviço Militar[3] durante os anos de 1936 a 1937. Em 1939 o oficial foi nomeado Juiz do Tribunal de Segurança Nacional, órgão maior do sistema repressivo. Neste período o militar foi escolhido para ser o relator do processo contra Luís Carlos Prestes.

---

1 Revolta de 13 de julho de 1924 e Revolta de 1926, no 28° Batalhão de Caçadores.

2 Os interventores reproduziam nos Estados a política que o Presidente determinava. O próprio Getúlio Vargas nomeava pessoas de sua confiança, sendo muitos de origem militar como o sergipano Augusto Maynard Gomes.

3 Informação do site da 19° CSM que Tem. Cel. Augusto Maynard Gomes foi Chefe de 19 novembro de 1936 a 14 janeiro de 1937 (http://www.19csm.eb.mil.br/chefe.htm)

Segundo Dantas (1999) o maior desafio da trajetória política e militar de Maynard foi relatar o processo que envolvia Carlos Prestes e companheiros de Partido Comunista Brasileiro no assassinato de Elza Fernandes.

O Tribunal de Segurança Nacional Surgiu como órgão da Justiça Militar e funcionaria apenas no Distrito Federal (Rio de Janeiro) para onde seriam encaminhados todos os casos pertinentes. Foi instalado na Avenida Oswaldo Cruz nº 124, onde funcionava a Escola Alberto Barth. Após sua extinção em 1945 a Escola voltou a funcionar no mesmo local.

Fausto (1970) relata que em conseqüência à tentativa de golpe em 1935, pelos comunistas, Getúlio Vargas intensifica a repressão no país, preparando-o para um regime autoritário, isso acontece com o golpe de 1937 (Estado Novo). Instituindo-se a Lei de Segurança Nacional e um tribunal para julgar e disciplinar os militares que se envolveram na tentativa do golpe comunista conhecido como Intentona Comunista.

O Tribunal de Segurança Nacional destinava-se a julgar, em pnmeIra instância, militares e civis acusados de crimes contra a segurança externa da República e crimes contra as instituições militares. Considerava como crimes desse teor aqueles "com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, definidos nas Leis N°. 38, de 4 de abril, e 136, de 14 de dezembro de 1935, sempre que derem causa a comoção intestina grave, seguida de equiparação ao estado de guerra, ou durante este forem praticados" (artigo 3°). Por esta lei os crimes tipicamente militares continuavam sendo julgados pelo Supremo Tribunal Militar.

Como citado por D'Araújo, Soares & Castro (1995) o novo Tribunal julgaria militares envolvidos em crimes contra a segurança interna do país, principalmente aqueles envolvidos no levante militar e que o governo estava particularmente preocupado em expulsar do Exército. Estava em marcha um processo de nacionalização e de modernização das Forças Armadas. Nas palavras de um dos principais mentores desse processo, o general Góis Monteiro, era preciso

acabar com a política no (dentro) Exército e impor a política do Exército.

A Lei de criação do Tribunal Superior Nacional (TSN) estabelecia que o juiz podia julgar por convicção e previa a criação de cinco colônias agrícolas para onde seriam enviados os réus e suas famílias. Até fins de 1937 o TSN funcionou como órgão de primeira instância e de suas decisões cabia recurso ao Superior Tribunal Militar (STM). Mas não por muito tempo, já que o golpe de 1937 e o putsch integralista de 11 de maio de 1938 vão motivar nova expansão no leque de crimes contra o Estado e mais rigor nos critérios de julgamento.

> Quando foi extinto, ao fim do Estado Novo, o TSN havia condenado 4.099 pessoas em vários estados do país. Os estados com maior número de condenações foram aqueles em que houve o Levante de1935: Rio de Janeiro, com 1458, Rio Grande do Norte, com 318, e Pernambuco, com 264. Para os envolvidos no Levante também foram reservadas penas maiores que as atribuídas aos integralistas. (D' ARAÚJO, 2000: p.29)

Segundo D'Araújo, Soares & Castro (1995) a condução dos trabalhos no Tribunal não foi feita exclusivamente pelos militares. Com exceção do primeiro ano, em que a presidência podia ser ocupada por um magistrado civil ou militar, nos demais coube a um civil presidir a Corte. De 1937 a 1939 o presidente era um magistrado civil e depois disso até o fechamento em 1945 era um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Os militares sempre estiveram presentes entre os juízes, mas nunca foram maioria. Inicialmente o TSN tinha cinco membros, dois militares, dois civis e um magistrado, civil ou militar, que seria o presidente. A partir de dezembro de 1937 passa a ter seis juízes, sempre nomeados pelo presidente da República, três deles militares sob uma presidência civil. Mas o fato de serem nomeados pelo presidente assegurava uma ação favorável às "razões de Estado". Daí, Augusto Maynard Gomes é nomeado Juiz neste tribunal. Em 3 de janeiro de 1940 entre os seis Juízes foi feito um sorteio para escolher o

relator do processo de Luiz Carlos Prestes. Deste modo, a relatoria do processo foi entregue a Augusto Maynard Gomes, tornando-se mais um desafio na sua trajetória política e militar, pois todos os juízes estavam cientes da repercussão internacional[4] e dos grandes movimentos que pediam a soltura de Prestes.

Em março de 1936, de acordo com Moraes (1994), são presos Luis Carlos Prestes e sua mulher Olga Benário. Sendo ela deportada para a Alemanha em setembro de 1936 e ele condenado a 16 anos e oito meses de prisão.

Posteriormente, foi constituído novo processo acusando Carlos Prestes da morte de Elza Fernandes (secretária do Partido Comunista). Em sete de novembro de 1940 Maynard manifestou-se pela sua condenação, sendo acompanhado pelos seus pares. A pena de prestes passava a ser acrescida de mais trinta anos de prisão.

Como relator do processo Maynard ouviu centenas de pessoas que estavam envolvidas direta e indiretamente ao assassinato, principalmente os comunistas que estavam presos.

Augusto Maynard observava o caso com apreensão, pois o processo tinha provas documentais baseadas nos resultados da perícia legista, investigações, comparações, exames grafológicos e fotográficos e confissão dos acusados tudo levando a crer que a autoria do crime era de Carlos Prestes. Conclusão que teria repercussão internacional e conseqüências imprevisíveis.

Quando Augusto Maynard olhava para o réu, mesmo respeitando seu histórico, haja vista sua participação na revolta dos 18 do Forte de Copacabana e a própria Coluna Prestes, relatava que não condenou um idealista, mas o assassino de uma jovem de 16 anos. Num discurso anos mais tarde Maynard afirmou que a vítima era

[4] Prestes já era conhecido na União Soviética como o cavaleiro da-esperança, seus feitos na coluna Prestes já eram de conhecimento de alguns países.

inteiramente inocente e nada havia declarado que comprometesse ao partido[5].

São muitas as provas em mãos, desde a exumação da vítima até o testemunho insuspeito de uma parte da imprensa do Rio de Janeiro e pessoas diversas. De tudo havendo exuberantes provas fotográficas, da confissão dos executores que chegaram a fazer declarações arrogantes e insólitas, como esta que Francisco da Natividade Lira, vulgo "Cabeção", demonstra em seu depoimento:

> Apertando ainda uma vez a corda, no que, fui auxiliado por alguns colegas de partido que estavam presentes, Elza deu os últimos suspiros, sendo depois o seu corpo transportado para uma sala contigua, onde auxiliado por meus companheiros dobrei o cadáver em dois, juntando os pés á cabeça e introduzindo-o nessa posição em um grande saco de aniagem. A seguir, todos nós com exceção de Eduardo Ribeiro Xavier, fomos ao fundo do quintal da casa, próximo a uma árvore, e abrimos uma cova onde foi enterrado o saco contendo o corpo de Elza Fernandes. (RODRIGUES, 2009: p.185)

Rodrigues (2009) enfatiza em sua obra que neste mesmo ano dois dos que participaram do assassinato Gusticiamento como era chamado pelos membros do Partido Comunista) resolveram contar a história confessando o assassinato e onde foi enterrado o corpo. Para o ato da abertura do local foram levados "Miranda" (Antônio Maciel Bonfim-marido) e o seu irmão Luíz Cupelo Colônio que viram escandalizados a brutalidade dos fatos, reagindo com repúdio e desligando-se do partido a partir dali.

[5] Resposta ao senador Carlos Prestes - Discurso proferido na noite de 11 de janeiro de 1947, no comício realizado na Praça Fausto Cardoso, Aracaju - Se.

O relator, depois de apurar os fatos e ceder às pressões recebidas por parte do chefe de policia Filinto Müller[6], pronunciou-se de acordo com a lei e as provas dos autos. Dantas (1999) ressalta que não obstante tratar-se de julgamento de homicídio, a denúncia naquele momento e naquelas circunstâncias se apresentava revestida de forte teor político que afetava sua credibilidade. O líder tenentista Maynard não ignorou esses aspectos e, apesar de em 1926 tentar o levante no quartel do 28° Batalhão de CaçadoresAracaju para se incorporar à Coluna Prestes, estava agora servindo de instrumento ao ato condenatório, comprometendo irremediavelmente sua Imagem junto aos simpatizantes daquele líder comunista.

Fausto (1930) relata em sua obra que a Sentença pronunciada no Tribunal Pleno teve a sua confirmação por unanimidade de votos. Toda a documentação, as fotos do Instituto Médico Legal, o bilhete de Luiz Carlos Prestes e os depoimentos estavam disponíveis para consultas em um processo de quase duas mil páginas do Tribunal de Segurança da época.

A HISTÓRIA E AS INVESTIGAÇÕES DO CRIME DE ELZA FERNANDES

Elvira Cupelo freqüentava as reuniões comunistas com o seu irmão Luíz Cupelo Colônio, onde conheceu Antônio Maciel Bonfim, o "Miranda" Secretário-Geral do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1934, com 16 anos, Elvira Cupelo tomou-se a amante de "Miranda" e passou a ser conhecida, no Partido, como "Elza Femandes" ou, simplesmente, como a "garota". Para Luiz Cupelo, ter sua irmã como amante do secretário-geral era uma honra, viu que era a sua chance de subir no Partido.

[6] Assumiu a chefia da polícia em 1933 sendo considerado o patrono das armas dos torturadores no Brasil. Participou dos levantes tenentistas entre 1922 e 1924. Participou. da Coluna Prestes sendo expulso por Migue1 Costa a pedido do Próprio Carlos Prestes.

De acordo com Fausto (2006) o fracasso da Intentona com as prisões e os documentos apreendidos, fez com que os comunistas ficassem acuados e isolados em seus próprios esconderijos.

Nos primeiros dias de janeiro de 1936, "Miranda" e "Elza" foram presos em sua residência na Avenida Paulo de Frontin, 606, Apto 11, no Rio de Janeiro. Mantidos separados e incomunicáveis. A polícia logo concluiu que ela nada poderia acrescentar aos depoimentos de "Miranda" e ao volumoso arquivo apreendido no apartamento do casal. Acrescendo os fatos de ser menor de idade e não poder ser processada, "Elza" foi liberada. Ao sair conversou com "Miranda" que lhe disse para ficar na casa de seu amigo, Francisco Furtado Meireles, em Pedra de Guaratiba, praia da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Recebeu, também, da polícia, autorização para visitá-lo.

Em 15 de janeiro, Honório de Freitas Guimarães, um dos dirigentes do PCB, ao telefonar para "Miranda" surpreendeu-se ao ouvir, do outro lado do aparelho, uma voz estranha. Só nesse momento, o Partido tomava ciência de que "Miranda" havia sido preso. Alguns dias depois, a prisão de outros dirigentes aumentou o pânico. Segundo o PCB, havia um traidor. E o maior suspeito era Miranda.

Começaram as investigações do Tribunal Vermelho criado pelo Partido Comunista Brasileiro para julgar aqueles que lhes inspirava suspeita e receios. Honório descobriu que Elza estava hospedada na casa do Meireles e que ela estava de posse de um bilhete, assinado por Miranda, no qual ele pedia aos amigos que a auxiliassem. Na visão estreita do PCB o bilhete era forjado pela polícia, com quem Elza estaria colaborando. As suspeitas transferiram-se de Miranda para Elza.

Reuniu-se o Tribunal Vermelho composto por Honório de Freitas Guimarães, Lauro Reginaldo da Rocha, Adelino Deycola dos Santos e José Lage Morales. Luiz Carlos Prestes, escondido em sua casa da Rua Honório, no Méier, já havia decidido pela eliminação sumária da acusada. O Tribunal seguiu o parecer do chefe e a "garota" foi condenada à morte. Entretanto, não houve a desejada unanimidade: Morales, com dúvidas, opôs-se à condenação, fazendo com que os demais di-

rigentes vacilassem em fazer cumprir a sentença. Honório, em 18 de fevereiro, escreveu a Prestes, relatando que o delator poderia ser, na verdade, o "Miranda".

A reação do "Cavaleiro da Esperança" foi imediata. No dia seguinte, escreveu uma carta aos membros do Tribunal Vermelho, tachando-os de medrosos e exigindo o cumprimento da sentença. Os trechos dessa carta de Prestes estão transcritos a seguir:

> Fui dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação de vocês. Assim não se pode dirigir o Partido do Proletariado, da classe revolucionária.
> Por que modificar a decisão a respeito da garota Que tem a ver uma coisa com a outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido (RODRIGUES, 2009: p.168)

Ante tal intimação acabaram-se as dúvidas. Lauro Reginaldo da Rocha tinha respondido a Prestes que iria executar o plano que os sentimentos pessoais e dúvidas não poderiam ser maiores que os do partido.

Decidida a execução, "Elza" foi conduzida por Eduardo Ribeiro Xavier ("Abóbora") para uma casa da Rua Mauá Bastos n.o 48, onde já se encontravam Honório de Freitas Guimarães ("Milionário"), Adelino Deycola dos Santos ("Tampinha") Francisco Natividade Lira ("Cabeção") e Manoel Severino Cavalcanti ("Gaguinho").

> Elza, que gostava dos serviços caseiros, foi fazer café. Ao retomar, Honório pediu-lhe que sentasse ao seu lado. Era o sinal convencionado. Os outros quatro comunistas adentraram à sald e Lira passou-lhe uma corda de 50 centímetros pelo pescoço, iniciando o estrangulamento. Os demais seguravam a "garota", que se debatia desesperadamente, tentando salvar-se.
> Poucos minutos depois, o corpo de "Elza", com os pés juntos à cabeça, quebrado para que ele pudesse ser enfiado num

> saco, foi enterrado nos fundos da casa. Eduardo Ribeiro Xavier, enojado com o que acabara de presenciar, retorcia-se com crise de vômitos. Perpetrara-se o hediondo crime, em nome do Partido Comunista. (RODRIGUES, 2009:)

O que se sabe sobre Elza é muito pouco, embora na época fosse manchete em todos os jornais. A documentação oficial tem pouca coisa para pesquisar existindo apenas uma única foto, a dos arquivos da polícia. O próprio Rodrigues (2009) que pesquisou a fundo esta história reconhece que teve que romancear por falta de sustentação documental. O fato é houve um assassinato em que Prestes teve participação e, o julgamento mesmo com vários erros o condenou como culpado. Nesta época entre governo ditador e esquerda intelectual não tinha nem moçinhos, tão pouco bandidos.

Silva (1980) mostra que o historiador não tem como missão somente o julgamento definitivo de uma época. Porque deve registrá-la quando ocorre, documentá-la enquanto vivem os seus personagens e subsistem as fontes de informação, os jornais, as gravações, os documentos, as fotografias, os livros escritos na hora quente. Então, a história é um fluxo contínuo que se avoluma e corporifica até a versão definitiva.

Por sua vez, Abamben (2003) cita que durante a ditadura militar (de 1964 a 1985), mais do que durante o Estado Novo, ficou explícito que um Tribunal de exceção era a melhor forma de punir os crimes contra o Estado. Em ambos os momentos não se confiou na ordem jurídica legalmente constituída. Do ponto de vista dos custos de imagem, o regime militar foi mais pernicioso para as Forças Armadas, era o Poder Executivo e ao mesmo tempo, através da Justiça Militar, tinham o monopólio no julgamento dos crimes contra o Estado. Havia uma superposição de poderes com custos altos para a sociedade e para a instituição exaurindo o prestígio político da mesma.

Em fatos importantes que marcaram a história do País, o nome de Augusto Maynard Gomes sempre aparece em episódio ainda pouco estudado. Acredita-se que aos poucos novas pesquisas vão aparecer e outras histórias ainda adormecidas nos documentos logo surgirão.

Maynard após sua permanência como um dos juízes do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) em 1940, cargo que eviden2iou os atributos de probidade e justiça que são peculiares. Durante sua curta passagem no TSN também julgou o processo contra o escritor Monteiro Lobato, mas foi o de Carlos Prestes o "Cavaleiro da Esperança "que teve maior repercussão e acabou coroando com o retomo ao governo do seu Estado, mais uma vez afinado no mesmo diapasão da política repressiva de Getúlio Vargas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? ln: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. *O Brasil Republicano 2*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930): texto e contexto*. 3.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.

CARONE, Edgard. *O tenentismo:* acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: DIFEL, 1975.

CASSIN, Marcos. *Partido Comunista do Brasil (PC do B):* fundação e trajetória. São Paulo: Mimeo, 1996.

DANTAS, José Ibarê Costa. *O Tenentismo em Sergipe:* Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2. ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

D' ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

D' ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. e CASTRO, Celso, orgs. *A volta aos quartéis:* a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará,1995.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. 3.ed. Editora Brasiliense, 1970.

SP, Brasiliense.. 1977. *"A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930"*. In: Boris, Fausto (org.). História geral da civilização brasileira t. 3, v. 2. SP, Difel:401-426.

GASPARI, Hélio. *A ditadura envergonhada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAYNARD, Andreza Santos Cruz. *A caserna em polvorosa:* a revolta de 1924 em Sergipe. 2008. 129f. dissertação (mestrado em História)- programa de pós-graduação em História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo no Brasil (III):* teoria e interpretações. Campinas: UNICAMP, 1998.

MORAES, Femando. *Olga*. 17.ed. São Paulo: Editora companhia das letras, 1994.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luís Carlos Prestes:* Patriota, revolucionário, comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RODRIGUES, Sérgio. Elza, *A Garota:* a história da jovem comunista que o Partido matou. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

SANTOS, Raimundo. *A renovação pecebista:* reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1958). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha, o plano Cohen*. Rio Grande do Sul: L&PM editores, 1980.

SILVA, Hélio. *1935 A revolta vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, Nelson Wemeck. *Do Tenentismo ao Estado Novo:* Memórias de um soldado. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. *A Justiça Militar em outros países.* Brasília: Gráfica do Senado, 1999.

UCHÔA, Severino. *Augusto Maynard:* O Estadista e o Revolucionário. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35*: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *Contribuição Histórica do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

WIRTH, John D. *"O tenentismo na Revolução de 30"*. In: Eurico de L. Figueiredo (org.). Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 37-59p.

APESAR DO AI-5: a (re)organização do Movimento Estudantil Universitário em Sergipe (1969-1985)

José Vieira da Cruz*

RESUMO:
Este trabalho estuda a trajetória de estudantes universitários em Sergipe após a decretação, em dezembro de 1968, do Ato Institucional nº5. E, neste sentido, entender como eles se mantiveram organizados após o fechamento de suas principais centrais representativas, de que maneira negociaram a reabertura do DCE e como contornaram os processos eletivos indiretos até reconquistarem o direito de eleger diretamente seus representantes. Fundamentado no exame de fontes escritas e orais, este trabalho busca, portanto, explicitar a posição desses estudantes em relação à legalidade de suas entidades representativas, à autonomia universitária e, sobretudo, à democracia brasileira. Trajetória de acontecimentos que se confunde com as mobilizações em torno da realização de eleições diretas para Reitor e para Presidente da República.

PALAVRAS-CHAVE: estudantes, movimento estudantil, ditadura militar

* Orador oficial do IHGSE, diretor da ANPUH/SE, doutorando em História Social/UFBA. Atualmente é professor da Universidade Tiradentes, da rede estadual e ensino e da rede municipal de Aracaju.

> O Ato Institucional Nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968, um dia depois da votação no Congresso. Em muitos pontos o texto reiterava disposições dos dois primeiros atos institucionais, mas havia uma diferença importante: não se estipulava prazo para sua vigência. Seriam permanentes os controles e a suspensão das garantias constitucionais[1].

Os acontecimentos que se sucederam ao golpe civil-militar de 1964 efetivaram o estabelecimento de uma ordem política pautada no controle da sociedade em nome do "interesse nacional" sob a tutela dos militares e o apoio de parte da sociedade. Entretanto, apesar das tentativas do governo de desarticular a sociedade civil, alguns setores da Igreja Católica, da imprensa e dos estudantes criaram dificuldades a essa intenção [2].

Em face dessas resistências, os dispositivos jurídicos que alicerçaram esse Estado e sua Ideologia de Segurança Nacional foram reforçados e ainda mais endurecidos com o Ato Institucional de 1968. Apesar deste novo ato se diferenciar dos demais pelo prazo não determinado de sua vigência e pelos efeitos permanentes de controle e suspensão de direitos constitucionais que ele produzia, parte da sociedade que continuava a não apoiar o golpe esboçou seu descontentamento. Neste sentido, esse artigo tem a pretensão de estudar, a partir das experiências políticas e culturais dos estudantes universitários, algumas discussões e alguns posicionamentos da sociedade sergipana no período em apreço.

A poesia de protesto de Mario Jorge Vieira, então estudante do colégio Atheneu na ocasião do golpe de Estado em tela, expressa um pouco desse sentimento quando evoca em um dos seus poemas as alegorias figurativas das "botas" que "esmagam mas que "pisam o tran-

---

1 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985, p. 131.

2 DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe. 1964-1984:* partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p.66.

sitório"[3]. As suas palavras refletiam aquilo que uma parcela da sociedade civil anteriormente acostumada a participar dos debates acerca do nacional-popular na cultura brasileira teimava em aceitar, sobretudo, no que tangia a permanência daquele tempo histórico que parecia se apresentar nos limites fugazes de uma transitoriedade. Expectativa em parte esperada pelo histórico desempenhado pela participação dos militares ao longo da política republicana brasileira. Até os acontecimentos de 1964 a participação dos militares no cenário político pautava-se pela intervenção, restabelecimento da ordem e retorno aos quartéis[4].

Não obstante a existência deste sentimento de resistência e de expectativa no breve retorno dos militares aos quartéis, após os primeiros anos de protesto contra a ditadura militar instalada no país, o movimento estudantil, assim como grande parte da sociedade brasileira, depara-se com mais um ato institucional, desta feita o de número 05, publicada as vésperas do final do ano de 1968, e com este uma radicalização ainda maior do regime em relação à sociedade[5]. Desta forma, o AI-5 não representou apenas a radicalização dos acontecimentos desencadeados em abril de 1964, como também, o reforço na mudança de atitude do aparelho militar que deixava de se posicionar como "interventor transitório" e passava a assumir a condição de dirigente da ordem política e social, estabelecendo um longo período de 21 anos de governo[6].

---

3 JORGE, Mário. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982, p.42.

4 BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.16.

5 A respeito do posicionamento dos estudantes secundaristas e universitários no período entre 1964 a 1968 além do estudo de DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit*., destacam-se também os trabalhos de: BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o regime autoritário (1964-1968). São Cristóvão: DHI/UFS, 1999. (Monografia de graduação); e PALMEIRA, Gardênia Correia & SILVA, Laís Macedo Silva. "Em tempos autoritários": história do movimento estudantil em Sergipe (1964-1968). Curso de História: UNIT, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

6 BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.13-42.

Entre os efeitos produzidos por esse Ato Institucional, o movimento estudantil, em particular, assiste ao fechamento de suas entidades representativas como a UNE[7], as UEE's[8] e os DCE's[9]. Desta feita, não era apenas uma tentativa de intervenção como a que a Lei Suplicy[10] preconizava e os estudantes, em certa medida, puderam "reverter", mesmo funcionando à revelia[11]. Tratava-se, naquele momento, do fechamento da entidade nacional, das entidades estaduais, de diretórios centrais e de alguns diretórios ou de centros acadêmicos.

Em Sergipe, a União Estadual dos Estudantes Sergipanos – UEES – já havia sido atingida com os acontecimentos de 1964, não resistindo ao processo de intervenção deflagrado pela Lei Suplicy. Sob a égide dessa intervenção, a UEES foi transformada em Diretório Estadual dos Estudantes Sergipanos – DEES –, este logo vindo a se desfazer, como sinaliza as pesquisas já realizadas e a documentação disponível[12].

Além da UEES, dois órgãos de representação estudantil importantes enfrentaram os imperativos preconizados pelos dispositivos da Lei 4.464/1964. Como foi o caso do Diretório Acadêmico Jackson Figueiredo, formado pelos estudantes da Faculdade Católica de Filosofia, que rejeitaram as alterações propostas pela nova lei a seu estatu-

---

7 Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes – UNE –, não obstante a herança advinda do Estado Novo tornou-se a instituição representativa dos estudantes brasileiros desde então.

8 Nos estados em que os estudantes universitários se encontravam organizados existiam as União Estadual dos Estudantes – UEE's. No caso de Sergipe a UEES.

9 Nas universidades ou centros universitários os estudantes e os diretórios estabelecidos por curso tinham no Diretório Central de Estudantes – DCE's –, a representação institucional central.

10 A Lei nº 4.464, de novembro de 1964, denominada de Lei Suplicy de Lacerda, tinha com propósito dispor sobre a forma de institucionalização e organização dos órgãos de representação dos estudantes no país. O que deveria implicar na adequação e reforma dos regimentos e estatutos dos órgãos de representação estudantil, assim como, das universidades e demais estabelecimentos de ensino superior.

11 ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis*: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 155.

12 DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob cit.*, p. 70.

13 *GAZETA DE SERGIPE*. "Estudantes da FAFI Rejeitam Lei Suplicy", 01/10/1965.

to. Posição que rendeu debates, noticiados na imprensa local, entre o diretor da faculdade a época, Dom Luciano Duarte, e a diretória desse diretório[13]. Em certa medida, os reflexos desse debate e os efeitos da criação da Universidade Federal de Sergipe, no bojo da Reforma Universitária implantada no período[14], levariam a extinção do diretório. O Centro Acadêmico Silvio Romero, formado pelos estudantes da Faculdade de Direito de Sergipe, por sua vez, também travaram fortes embates sobre nas implicações do novo dispositivo jurídico. Coube aos estudantes deste centro acadêmico um importante papel na rearticulação dos estudantes universitários a partir de 1966[15].

Por outro lado, a criação da Universidade Federal de Sergipe em 1968, a partir da incorporação das faculdades existentes à época, propiciou naquele mesmo ano a fundação do Diretório Central dos Estudantes[16], entidade que emplacou discussões como a da campanha pela exploração do potássio, abundante no território de Sergipe, chegou a inaugurar uma sede, e participou do XXX Congresso da UNE[17]. A

14 A reforma universitária, empreendida em 1968, fundamentou-se nas Leis 5.540/68 e 5.539/68. E além delas é necessário contextualizá-la em meio aos demais dispositivos jurídicos do período como o Ato Institucional nº5 e o Decreto-lei 477/99. A respeito ver: CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciono Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp.178-181.

15 DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob cit.*, pp.80-81.

16 Essa diretoria foi composta por João Augusto Gama, presidente, José Polito, primeiro vice presidente, Elvidina Macêdo de Carvalho, segunda vice presidente, Dilson Menezes Barreto, secretário geral, Emília Maria Machado, primeira secretária, Janete Sá, segunda secretaria, Benedito Figueiredo, tesoureiro, Adirani Santos, segundo tesoureiro Clara Angélica Porto, secretaria de cultura, Rosa Maria Tavares Gentil, secretaria social, e ainda Francisco Varela, como representante no Conselho Universitário, e Laura Tourinho Ribeiro como suplente no referido conselho.Cf. *GAZETA DE SERGIPE*. "Primeira diretória do DCE tem posse hoje a noite",[??]/09/1968 e Ata da primeira reunião ordinária da Diretória do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sergipe, data de 13 de setembro de 1968.

17 PALMEIRA, Gardênia Correia & SILVA, Glícia Laís Macedo. *"Em tempos autoritários"*: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 -1968). Aracaju: UNIT, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

eleição da primeira diretoria do Diretório Central dos Estudantes foi importante, também, porque após o fechamento da UEES e sua transformação em DEES, conforme preconizava a Lei Suplicy[18], os estudantes não se sentiam estimulados a eleger uma direção para esta central estudantil, no caso a DEES[19]. A criação da universidade, não obstante os debates quanto a sua forma de constituição – se autarquia ou se fundação[20] –, parece ter fortalecido entre os estudantes a necessidade de se reorganizarem em torno de uma central estudantil, desta feita o DCE/UFS[21].

Entretanto, a exemplo do que aconteceu com a UNE, o DCE da recém criada universidade também foi fechado e seus dirigentes foram enquadrados no Decreto-lei nº 477. Estes estudantes não chegaram a ser expulsos, entretanto, perderam seus direitos de exercer cargos e participar das eleições estudantis, uma alternativa viabilizada pelo então reitor João Cardoso Nascimento para atenuar o rigor da nova legislação e da pressão dos órgãos de segurança e informação[22].

Em torno dessa discussão, este trabalho tem a pretensão de esmiuçar alguns aspectos da trajetória percorrida pelos estudantes universitários em Sergipe após a decretação, em dezembro de 1968, do AI-5 e dos caminhos trilhados para sua (re)organização. Fundamentado no exame de fontes escritas e em entrevistas realizadas com atores

18 Art. 1º, alínea "c" da Lei 4.464/64.

19 *GAZETA DE SERGIPE*. Op. cit., [??]/ 09/1968

20 Ver a respeito em DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit*., p.81, e na entrevista concedida por Wellington Dantas Magueira Marques em 05/11/2007. In: PALMEIRA, Gardênia Correia & SILVA, Glícia Laís Macedo. *Ob. cit.*; pp. 92-104.

21 Examinado a "Ata da primeira reunião ordinária da Diretória do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Sergipe (sic)", data de 13 de setembro de 1968, observa-se que os estudantes da diretória eleita esperavam contar com o apoio da instituição de ensino superior para organizar a entidade, e exemplo de questões como o local em que funcionaria entidade. Indício de que havia certo apoio da instituição para com a importância dos estudantes estrutura-se sua central estudantil.

22 DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit*., pp.100-103.

sociais que vivenciaram estes acontecimentos, este trabalho busca demonstrar como os estudantes universitários marcaram posição em favor do reconhecimento da legalidade de suas entidades representativas, assim como, enlaçaram-se com a luta da comunidade universitária e da sociedade em pró da redemocratização do país.

APESAR DA DITADURA, O MOVIMENTO ESTUDANTIL SE (RE)ORGANIZOU

Os anos seguintes, no intervalo de 1969 a 1975, aparecem eclipsados por uma aparente desarticulação dos estudantes. Martins Filho refere-se a esse período como um momento em que os atores sociais que protestavam contra o regime foram silenciados e reprimidos[23]. Examinando a documentação produzida pelos estudantes e a eles relacionada, constata-se que embora tendo suas entidades representativas fechadas – UNE, UEE's e DCE's – e colocadas na clandestinidade os estudantes mantiveram, ainda que sob constante vigilância e controle das instituições de ensino e dos órgãos de segurança, um mínimo de organização através dos diretórios acadêmicos relacionados aos respectivos cursos a que estavam vinculados[24].

Os registros escritos a respeito desta reabertura do DCE/UFS sinalizam, entre outras coisas, o caminho institucional trilhado pelo movimento estudantil universitário no intervalo de 1969-1975. Desta forma, a compreensão da (re)organização do movimento estudantil na UFS, desde meados dos anos 70, deve ser compreendida, também a partir das estratégias de organização desses diretórios acadêmicos.

---

23 MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

24 Mais informações a respeito podem ser obtidas em: CRUZ, José Vieira da. Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977). *Ponta de Lança*, São Cristóvão v.2, n. 3, out. 2008 abr. 2009, pp. 93-109; e, CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição*: a história da AESI em Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2008. (Monografia de graduação).

> ...a notícia de que alguns estudantes se movimentaram para a composição de chapas, visando a eleição para o diretório acadêmico da Faculdade de Direito. Pela primeira vez, desde 1968, ouve-se falar em movimento estudantil.
> Não obstante, a Universidade Federal de Sergipe tem nada menos de que nove diretórios acadêmicos, devidamente legalizados, nas suas unidades de ensino[25]

A matéria noticiada não informa apenas a movimentação de estudantes se organizando para concorrer a eleições, no caso da Faculdade de Direito, como também, ela dá conta da existência de outros diretórios que vinham funcionando sob a regulação das Instituições de Ensino Superior e dos órgãos de segurança e informação como prescrevia a legislação então vigente. Ainda nessa matéria, em tom reivindicatório, os estudantes cobram recursos da universidade para o funcionamento das atividades estudantis e asseveram que "não existe vida universitária em Sergipe simplesmente porque ' o único meio de movimentá-la – no caso, os diretórios acadêmicos – estão todos parados, sem funcionar'"[26]. A notícia evidência a importância da vida universitária associada às atividades dos diretórios como algo necessário e imprescindível às atividades culturais inerentes ao desenvolvimento do pensamento científico, artístico e cultural. Por outro lado, o argumento de que os diretórios encontram-se parados e sem funcionar evidencia uma estratégia para obter recursos. Em meio a esse jogo, entre a autonomia e a dependência financeira, os estudantes buscavam redimensionar espaços e relações de poder.

A esse respeito, entre os diversos documentos pesquisados – atas, ofícios, prestação de contas e notícias de jornais –, observou-se que na Universidade Federal de Sergipe, mesmo após a decretação do AI-5,

[25] *JORNAL DA CIDADE*, "UFS tem 9 diretórios que não funcionam", 4 de junho de 1972, p. 3
[26] *JORNAL DA CIDADE*, *Op. cit.*

foram encontrados registros do funcionamento de pelo menos 9 diretórios acadêmicos: O Diretório Acadêmico Sílvio Romero, formado pelos estudantes do curso de Direito, o Diretório Acadêmico Barão de Mauá, formado pelos estudantes do curso de Ciências Econômicas, o Diretório Acadêmico João Ribeiro, formado pelos estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Diretório Acadêmico D. Luciano Cabral Duarte, formado pelos estudantes da Faculdade de Educação, o Diretório Acadêmico Maria Kiell, formado pelos estudantes do curso de Serviço Social, o Diretório Acadêmico Amando Fontes, formado pelos estudantes do Instituto de Letras e Artes, o Diretório Acadêmico Antônio Militão Bragança, formado pelos estudantes do Instituto de Química, o Diretório Acadêmico Augusto César Leite, formado pelos estudantes da Faculdade de Ciências Médicas, o Diretório Acadêmico Carlos Chagas, formado pelos estudantes do curso de Biologia[27].

Esses registros são importantes indicativos de que, mesmo sobre controle e vigilância, os estudantes universitários conservaram um mínimo de organização no período que antecedeu a reabertura do DCE/UFS. Pode-se dizer que esse foi um dos pontos de partida do qual o movimento estudantil universitário começou a (re)organizar suas atividades em Sergipe em meio ao processo de distensão e abertura política que se encaminhava ao longo dos anos 1970 no país[28]. Para Ibarê Dantas, à medida "que a distensão transcorria, apesar de seu caráter liberalizante, alguns órgãos da sociedade foram contribuindo para respaldar reivindicações sociais" [29]. E destaca o trabalho social da diocese de Propriá, através da figura de D. José Brandão de Castro, assim como, a instalação dos diretórios acadêmicos[30].

---

27 SANTOS, Assis Fabiano Braga Santos & SANTOS, José da Conceição Lima. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Aracaju: UNIT, 2009. (Trabalho de conclusão de curso).

28 MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil*: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

29 DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, p. 220.

30 DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, pp.220-221.

Parafraseando o refrão da música de Chico Buarque de Holanda[31], apesar do AI-5 o movimento estudantil (re)organizou-se. Neste sentido, a reabertura do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal de Sergipe, o DCE/UFS, retoma, entre os estudantes, a experiência de uma central estudantil. Evocando essa história, embora a UEES não tenha sido reativada, ocorre sua ressignificação, através da (re)organização do DCE/UFS, que havia sido colocado na clandestinidade após os acontecimento de dezembro de 1968. Neste sentido, quando os estudantes universitários da UFS elegeram em 1975 uma nova diretoria para o Diretório Central dos Estudantes, através de um processo eleitoral indireto, estabeleciam um importante marco político e histórico na reconquista da legalidade e autonomia de sua instituição representativa.

No período entre 1975 e 1977, o processo de eleição para o DCE ocorreu, portanto, de modo indireto, através de quatro estudantes, eleitos para representar cada um dos centros de ensino – respectivamente associados a uma das áreas de conhecimento: exatas, humanas, saúde e sociais –, a eles competia eleger as direções do DCE/UFS. Evidentemente, essa foi à solução negociada em meio ao teatro de forças daquele momento histórico pelos estudantes com os representantes da universidade e dos órgãos de segurança e informação para retomarem as atividades do DCE. Negociação evidenciada no exame das atas do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Nessas atas, ainda que espaçadamente e de modo breve, encontram-se registros das reivindicações dos estudantes interpelando os demais conselheiros da necessidade de legalizar a instituição de representação central dos estudantes na UFS, assim como, os diretórios acadêmicos.

A partir de 1975, portanto, as atividades do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe são retomadas sob a

[31] Apesar de você/Amanhã há de ser outro dia./Ainda pago pra ver/O jardim florescer/Qual você não queria./
(Trecho da música "Apesar de você", 1968)

perspectiva de eleições indiretas. Condição que não impediu os estudantes de ao assumirem a nova diretoria da entidade, ainda em plena ditadura, expressarem sua crítica ao sistema de ensino, ao modelo de gestão da universidade e da política então vigente no país. O discurso de posse do estudante Antonio Vieira de Araújo, eleito em 1975 para presidir o DCE a partir do ano seguinte, destaca alguns dos pontos mencionados:

> Como presidente do DCE, nossa primeira convocação é para que nós estudantes possamos colaborar para a melhoria substancial do nível de ensino. O momento é importante também para questionar quanto a produção de conhecimento teórico e prático que aqui se administra.
> Será que este conhecimento tem servido para ajudar a Universidade sergipana a se firmar na nossa comunidade?[32]

O jovem líder estudantil, estudante do curso de História e novo presidente do DCE, Antonio Vieira de Araújo, na presença do então reitor Luiz Bispo, ainda finalizaria o seu discurso de posse fazendo uma crítica às oligarquias locais: "antes de tudo isso, vamos abrir a Universidade de Sergipe a todos que tem algo de novo a dizer, porque já estamos conscientes de que a fala dos oligárquicos já caiu em decuso (sic)"[33]. Mais do que um discurso de ousadia de um jovem líder universitário, o destaque conferido pela imprensa local ao acontecimento noticiado como matéria de capa, inclusive com a foto dos empossados na presença de autoridades, conferiu ao ato e ao discurso um importante significado político, sobretudo no instante em que o país começava a esboçar um movimento no sentido de apontar a necessidade de se redemocratizar. Os sentidos dessa redemocratização proferido nesse discurso, entretanto, parece não se circunscrever apenas na crítica da

[32] *Gazeta de Sergipe*. DCE quer UFS livre da oligarquia, 7 de Janeiro de 1976, p.1
[33] *Op. cit.*

continuação dos militares no governo, ele também acentua a necessidade de tornar a universidade mais acessível a outros segmentos da sociedade.

Nessa fase de abertura do Diretório Central dos Estudantes da UFS passaram pela presidência da instituição os estudantes Antônio Vieira de Araújo, entre 1975/76, Milton Alves, entre 1976/77, e José Luiz, entre 1977/78. Segundo Ibarê Dantas, nesta fase o DCE esteve próximo dos simpatizantes do PCB. Tendência que segundo ele declinou em razão da "crise que se abateu sobre velho partidão"[34]. A postura dos estudantes que estavam à frente do movimente estudantil do período deve ser entendida, também, à luz do jogo político partidário do período. Neste sentido, diferentes tendências políticas de oposição agruparam-se em torno da Ala do Jovem do Movimento Democrático Brasileiro – MDB – para fazer críticas à ditadura. Influenciado pelo MDB, os membros de sua ala jovem, também pontuaram a ampliação da linha de atuação do movimento estudantil:

> não pode ter função exclusivamente interna à universidade, pois todas essas características separadas do ensino universitário são extensão dos interesses de um modelo econômico, político e social vigente, que atua para o benefício das grandes potências estrangeiras[35].

Paralelo ao processo de conquista das eleições diretas para o DCE, os estudantes, articulados pelo MDB, tomaram parte de mobilizações em favor da anistia de presos e exilados políticos, acontecimento ainda muito pouco estudado em Sergipe.

Retomando a questão das eleições para direção do DCE, nota-se que esse processo eleitoral, ainda que restrito e indireto, não passou

34 DANTAS, José Ibarê Costa. *Ob. cit.*, p. 222.

35 BOLETIM DO SETOR JOVEM DO MDB, julho de 1977.

sem protestos por parte dos estudantes em meio ao palco político do período. Em nota publicada e distribuída a comunidade universitária eles expuseram sua crítica a questão nos seguintes termos:

> O processo indireto da eleição do Diretório Central dos Estudantes impede a participação da maioria dos estudantes na escolha da diretoria de sua entidade. São apenas 04 estudantes por cada unidade, decidindo por todos os alunos do curso[36].

Tais protestos resultaram na eleição direta ocorrida em 1978. Eleição que coincide com a hegemonia da tendência "Atuação" que elege como presidentes os estudantes: Clímaco Dias, entre 1978/79, Milson Barreto, entre 1979/80, Francisco dos Santos, entre 1980/81, e Marcelo Deda , entre 1981/82[37]. A respeito da influência política desta tendência o historiador Ibarê Dantas aponta "a mistura doutrinária do leninsimo, trotskismo e anarquismo"[38].

As eleições de 1982 marcam o fim da tendência "Atuação" e o início do período de hegemonia da tendência "Viração". Segundo um de seus membros, essa tendência era "a expressão do PC do B no movimento estudantil, não era propriamente uma corrente do PC do B, mas eram pessoas que atuavam sobre a orientação do PC do B, sendo uma corrente organizada a nível nacional"[39]. Entre as lideranças da Viração que ocuparam a presidência do DCE até 1986 estão Álvaro

36 Nota expedida pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe em 1978.

37 A respeito da tendência "Atuação" existe o trabalho exploratório de: EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão a abertura política:* o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985). Curso de História: UNIT, 2006. (Trabalho de Conclusão de Curso)

38 DANTAS, José Ibarê Costa. *Op. cit*.

39 Entrevista concedida por Carlos Roberto da Silva, conhecido como Cauê, líder estudantil e membro da Viração, em 18/06/2008. In: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do & ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração*: uma parte da história do ME em Sergipe. Aracaju: UNIT, 2006, pp. 87-109.

Vilela, entre 1982/83, Edvaldo Nogueira, entre 1983/84, Carlos Roberto da Silva, o Cauê, entre 1984/85, e Eduardo Barros, entre 1985/86[40]. As eleições que se seguiram foram pautadas por disputas mais incisivas que tiveram como conseqüência uma maior alternância na liderança do movimento estudantil entre grupos ligados ao PT, ao PC do B e grupos independentes. Estes por algumas vezes sendo decisivos nos debates e embates eleitorais. Desta forma, além das influências políticas identificadas é preciso assinalar a existência de grupos independentes e que se relacionavam ao movimento por outros níveis de afinidades quer sejam eles de parentesco, de amizade, de coleguismo, de vizinhança, de ideologia ou político-partidário.

Não obstante o destaque conferido nesta passagem aos que presidiram o DCE, não se pode reduzir a uma só pessoa a diretória e, muito menos, o movimento estudantil. Neste sentido, pensando do ponto de vista de um historiador social, a interpretação da teia de significados possíveis a respeito dos estudantes e dos movimentos dos quais tomam parte, deve ser buscada à luz do contexto histórico em que ocorreram. Entendendo, assim, os estudantes universitários como sujeitos constituídos e constituidores de experiências e de expectativas elaboradas a partir de processos sociais, políticas e culturais partilhados e disputados em determinado tempo e espaço social. Perspectiva que toma de empréstimo o olhar empregado por E. P. Thompson para entender os acontecimentos históricos e suas categorias a partir dos "processos sociais através dos tempos"[41].

40 A respeito da tendência "Viração" existe o trabalho exploratório de: ESPÍRITO SANTO, Farley Goes do & ANDRADE, Daniele Xavier de. *Ob. cit.*

41 THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 270

ELEIÇÕES DIRETAS LIVRES PARA O DCE, O REITOR E O PRESIDENTE

Como foi exposto, a hegemonia da tendência "Atuação" tem início com o fim do processo eleitoral indireto para o DCE. Fato que veio a se consubstanciar no final do ano de 1978, a partir do atendimento por parte da reitoria das reivindicações dos estudantes. Desta forma, os estudantes participaram da primeira eleição direta, embora ainda não inteiramente livre, para eleger a diretória de seu DCE desde a decretação do AI-5 em dezembro de 1968. Nos anos seguintes, a consolidação desta conquista se confundiria com a luta pela eleição direta para reitor e para Presidência da República. Lutas nas quais os estudantes universitário também tiveram a sua parcela de contribuição.

Nos anos 80, os debates e mobilizações em torno da realização de eleições diretas e livres em todos os níveis diretivos – do DCE a presidência da República – parece ter envolvido a comunidade universitária naquele momento histórico. Em 1984, o movimento estudantil em várias partes do país participou, junto com outros setores da sociedade, participaram da campanha pró-eleições diretas para Presidência da República[42]. Essa participação foi efetivada através de vendas de camisas, passeatas, debates, shows e comícios que buscavam envolver a sociedade em torno deste movimento. Em Sergipe, esse movimento começa a ganhar força entre fevereiro e março de 1984, sendo a Praça Fausto Cardoso um dos principais palcos desse movimento:

> Lula e Ulysses Guimarães junto com a organização do comitê pelas diretas-já em Sergipe com liderança de Jackson Barreto e Valadares pelo lado do PMDB organizam um comício com milhares de pessoas na Praça Fausto Cardoso discursando sobre a importância das diretas e como a população sergipana deveria aderir ao movimento [43].

[42] SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 5ª. Ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1994, 469.
[43] *GAZETA DE SERGIPE*, 27/02/1984.

Concomitantemente as mobilizações em pró das Diretas-já, para eleição do presidente do país, os estudantes da UFS, através do DCE, também lutavam pelo direito de escolher o reitor da universidade. Reivindicações efetivadas a partir de um longo processo de mobilizações envolvendo estudantes, professores e funcionários[44]. Ilustra esse processo, o documento encaminhado pelos presidentes do DCE, da Associação dos Professores e da Associação dos Servidores da UFS ao Conselho Superior da instituição para aprovação da lista sêxtupla dos candidatos mais votados para eleição do cargo de reitor:

> As três categorias manifestaram pela eleição direta para indicação da lista sêxtupla. Daí em diante, as três entidades, em Assembléias Universitárias com a participação de Docentes, Discentes e Servidores Técnico-Adminstrativos, aprovaram regulamento eleitoral para nortear e garantir o maior espaço democrático para o processo eleitoral[45].

A conquista deste direito não foi automática, assim como, todo processo de desmilitarização da sociedade brasileira seguiu os passos e os ditames do processo de distensão e abertura política iniciados em meados anos 1970, e teve continuidade na lenta transição democrática transcorrida ao longo da década de 1980. Se no caso do DCE/UFS o subterfúgio institucional e do governo encontraram na eleição indireta o pretexto para adiar o direito dos estudantes em reabrirem sua central estudantil, no caso do direito de eleger o reitor das universidades a negociação entre governo e sociedade passou pela aceitação da eleição de uma lista sêxtupla dos candidatos mais votados pela comunidade acadêmica. Nomes que deveriam ser apreciados pelo Presidente da República para posterior aprovação e indicação.

44 *JORNAL DO DCE*, abril de 1984.

45 Documento assinado pelos presidentes do DCE, ADUFS e ASUFS em 12 de junho de 1984.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação escrita, localizada, e as fontes orais, coletadas, possibilitam discutir uma série de outras questões a respeito das posições e interesses assumidos por uma parte dos estudantes universitários, em particular, os que se encontravam envolvidos na luta política e na militância cultural. Questões como a luta pelos direitos indígenas, as discussões sobre a defesa de moradia popular, mobilizações contra reajustes dos preços das passagens dos ônibus, a defesa de questões ambientais, do movimento negro, e das lutas feministas surgem e ganham corpo entre os estudantes universitários e se expandem, passando a incorporar outros setores da sociedade.

As experiências e o campo de disputas fomentadas nas sendas das fileiras do movimento estudantil promoveram, entre outras consequências, a formação de intelectuais, políticos, sindicalistas, artistas e cidadãos. Neste sentido, descortinar o campo de possibilidades que o estudo sobre a representação das ações coletivas e individuais dos estudantes – seja política, seja cultural – se configura como um manancial fértil e amplo para pesquisas deste período da história brasileira interpretada a partir de seus desdobramentos em Sergipe.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3 ed. São Paulo: Vozes, 1985.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias estudantis*: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro : Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 13-42.

BRITO, Maria Zelita Batista. *Em tempos de rebeldia e sombras*: o movimento estudantil universitário sergipano em descompasso com o regime autoritário (1964-1968).São Cristóvão: DHI/UFS, 1999. (Monografia de graduação).

CARVALHO, Gislaine Santos. *Espionagem, vigilância e perseguição*: a história da AESI em Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2008. (Monografia de graduação).

CRUZ, José Vieira da. "O engajamento político-cultural dos estudantes sergipanos no início dos anos 60" in: *Caderno do estudante*. São Cristóvão: UFS/CIMPE, V.2, 1999, pp.99-114.

_____. Estudantes vigiados: órgãos de segurança e informação na Universidade Federal de Sergipe (1969-1977). *Ponta de Lança*, São Cristóvão v.2, n. 3, out. 2008 abr. 2009, pp. 93-109.

CUNHA, Luiz Antônio. "Ensino superior e universidade no Brasil". In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciono Mendes; VEIGA, Cynthia Greiva. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp.151-204.

DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe. 1964-1984:* partidos e eleições num estado autoritário. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *História de Sergipe*: República (1889-2000). Rio Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

ESPIRITO SANTO, Farley Goes do; ANDRADE, Daniele Xavier de. *Viração*: uma parte da história do ME em Sergipe. Aracaju: UNIT, 2006. (Trabalho de conclusão de curso).

EVARISTO, Cláudia dos Santos. *Da distensão a abertura política*: o movimento estudantil em Sergipe (1977-1985). Aracaju: UNIT, 2006. (Monografia de graduação).

JORGE, Mário. *Poemas de Mário Jorge*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1982.

MARTINS FILHO, João Roberto. *1968 faz 30 anos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Paulo, SP: Editora da Universidade de São Carlos, 1998.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil*: o projeto militar (1973-1979). Campinas: Papirus, 1995.

PALMEIRA, Gardênia Correia; SILVA, Glícia Laís Macedo. *"Em tempos autoritários"*: história do movimento estudantil em Sergipe (1964 -1968). Aracaju: UNIT, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SANTOS, Assis Fabiano Braga Santos; SANTOS, José da Conceição Lima. *Inventário dos documentos estudantis no Arquivo da Universidade Federal de Sergipe (1950-1987)*. Aracaju: UNIT, 2009. (Trabalho de conclusão de curso).

THOMPSON, E. P. *Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. (Org.) Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Castelo a Tancredo. 5 Ed. São Paulo – SP: Paz e Terra, 1994.

ZAIDAN FILHO, Michel e MACHADO, Otávio Luiz (Org.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

A BIBLIOTECA EPIFÂNIO DÓRIA

Gilfrancisco*

RESUMO
Este ensaio faz parte de um dos capítulos da pesquisa concluída recentemente, "Sergipe nas Páginas do Diário Oficial", sob a tutela da Segrase – Serviços Gráficos de Sergipe (Imprensa Oficial), que contempla o histórico da fundação da Biblioteca Pública de Sergipe, partindo de uma análise rápida e parcial da sua história de 162 anos (1848-2010). Apresentando também discursos de personalidades envolvidas na construção e inauguração da sede, em 1936, salientando a vida intelectual e a participação de Epifânio Dória na organização da Biblioteca. O ensaio apresenta ainda, cinco textos esparsos do bibliotecário e diretor Epifânio Dória, publicados na imprensa sergipana.

PALAVRAS-CHAVE: livros; acervo; memória cultural; bibliotecas.

* Jornalista e escritor

A tradicional classificação das bibliotecas em dois grandes ramos (públicas e particulares) vem perdendo a validade prática diante do surgimento de tipos outros como as empresariais, especializadas, as de instituições, ou mesmo de grandes colecionadores, as quais são, em maior ou menor grau, bibliotecas públicas na medida em que franqueiam suas coleções a estudantes e pesquisadores.

Será preferível, portanto, adotar critérios múltiplos de classificação. Desse modo, as bibliotecas serão ditas *públicas* apenas para indicar as que são realmente mantidas pelo poder público; e *particulares* apenas para indicar que pertencem a indivíduos, famílias, empresas, sindicatos, associações, etc.

A partir da invenção da tipografia, o número de livros disponíveis começou a aumentar, expandindo no mesmo ritmo o círculo de pessoas desejosas de consultá-los. O fim dessa evolução é hoje o predomínio total das bibliotecas públicas, realmente abertas ao uso de todos. As grandes bibliotecas individuais ou são características dos países subdesenvolvidos, ainda carentes de acervos públicos de grande porte, ou representam coleções de bibliófilos.

É paradoxal, mas as bibliotecas são anteriores aos livros e até aos manuscritos. Tanto as de Antigüidade quanto às da Idade Média - na realidade, são um prolongamento das bibliotecas antigas, seja na sua composição, seja na organização, na natureza ou no funcionamento.

Portanto, a biblioteca foi assim, desde os seus primeiros dias até os fins da Idade Média, o que o seu nome indica etimologicamente, isto é, *depósito de livros*, estando mais para o lugar onde se esconde o livro do que o espaço ideal onde se procura fazê-lo circular ou perpetuá-lo.

A própria disposição arquitetônica dos prédios demonstra essa tendência - na Biblioteca de Ninive, o depósito de livros não tem saída para o exterior. A sua única porta parece dar, ao contrário, para o interior do edifício. Da mesma forma, as bibliotecas medievais se situam no interior dos conventos, lugares dificilmente acessíveis ao leitor comum. Por isso, as bibliotecas mais renomadas da Antigüidade pelo número de livros que continham no seu acervo, não podem, por conseqüência, ser comparadas às bibliotecas modernas.

Em 1848 o deputado Martinho de Freitas Garcez (1810-1861), apresentou à Assembléia da Província um projeto de lei criando uma biblioteca na cidade de São Cristovão. No dia 16 de junho do mesmo ano, o Presidente da Província, Dr. Zacarias de Góis Vasconcelos sancionou a lei número 233 criando a Biblioteca Pública Provincial. Somente no governo de Amâncio João Pereira de Andrade que lhe deu execução, a 2 de julho de 1851, quando a Biblioteca é acomodada num compartimento do Convento de São Francisco, em São Cristovão, com um pequeno acervo de 415 obras, doadas pelo presidente da província e pessoas importantes sergipanas. Foi nomeado para o cargo de bibliotecário o padre e político, José Gonçalves Barroso (1821-1882).

Com a transferência da capital para Aracaju, o pequeno acervo foi disponibilizado numa sala da Tesouraria Provincial, até 1890 que o governador e historiador Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (1858-1916), autor da *História de Sergipe* 1575-1855 (1891); *História Constitucional do Brasil* (1894); *História Territorial do Brasil* (1906), *Nos Bastidores da Política* (1911); pelo decreto de número 374, de 27 de março, criou a Biblioteca Pública do Estado. Em 1908, Edilberto Campos, secretário do governo(1907-1908) tomou as primeiras medidas para conservação da Biblioteca, período em que é nomeado a 21 de outubro como bibliotecário, Epifânio Dória, que juntamente com o diretor deu início aos melhoramentos necessários: ordenando e anotando os maços de livros e jornais existentes no acervo.

Cinco anos depois (1913), no governo do general José Siqueira de Menezes (1852-1931), a biblioteca foi instalada num prédio da praça Olímpio Campos, no mesmo imóvel onde funcionava o antigo Atheneu Sergipense, permanecendo aí durante 23 anos. Em 5 de outubro de 1935, às 15 horas, realizou-se o assentamento da primeira pedra para a construção do edifício da Biblioteca Pública do Estado. Presentes o Governador, secretários de administração, o deputado Epiphânio da Fonseca Dória, diretor da Biblioteca, desembargador Edison de Oliveira Ribeiro, autoridades e grande número de pessoas representativas da comunidade. Em seguida falou o Governador do Estado, Eronides Ferreira de Carvalho.

Meus senhores:

Não havia sergipano, ou quem a esta terra tenha afeição, que se não condoesse com o malbarato do patrimônio da sua Biblioteca Pública.
Motivo de orgulho sempre foram o seu elegante edifício e as suas preciosas coleções.
A par de tudo isso, senhores, é preciso não esquecer uma direção zelosa, toda devotada ao enriquecimento e conservação da riqueza cultural que nela se encerrava.
Sustentávamos, com vaidade justificada, a superioridade da Biblioteca de Sergipe, sobre muitas das congêneres do país, ostentando-a como prova do valor e capacidade dos nossos conterrâneos.
Eis que, tudo derruiu de um momento para outro.
Houve mister remodelar com urgência o edifício que a comportavam, e pairou, então, sobre o rico patrimônio dos nossos livros, a ameaça do desaparecimento e da destruição.
Bem sabeis que sem dispormos de outro edifício em que se pudesse alojá-la, quase que, praticamente,teria desaparecido a biblioteca.
O acervo foi distribuído por diversas partes, e improvisou-se no Palácio do Governo, um salão de leitura, onde ficaram, também, as obras de mais alto valor.
Somente por ai vive, ainda hoje, a Biblioteca Pública.
Era meu dever, portanto, como responsável pela cousa pública, zelar e defender a riqueza cultural do sergipano.
Encontrei o Estado vinculado, por força de um contrato, com a firma Emílio Odebrectch e Cia., para construção do Palácio das letras, onde ficaria, também, a Biblioteca Pública.
Muito bom seria que pudéssemos realizá-lo. Entretanto era ele muito superior às possibilidades financeiras de Sergipe.
Entrei em entendimentos com os contratantes e, finalmente conseguimos um aditivo ao referido contrato, de modo que

> hoje, vendo bater a primeira pedra do edifício da Biblioteca Pública.
> Ficará Sergipe com mais um edifício público digno da sua capital civilizada e se salvará o renome da Biblioteca que tanto nos orgulhava.
> Bem vêm os sergipanos que o seu Governador não descura dos interesses da sua terra.
> Aqui vai surgir a Biblioteca Pública; no Poxin, já se constrói a ponte que ligará esta capital à futurosa praia de banhos, desenvolvendo desta maneira, a Barreta e os povoados próximos; nesta capital mesmo o Hospital da Criança está em vias de ser coberto e, brevemente, assistireis idêntica cerimônia a esta, num dos bairros proletários de Aracaju, quando se tiver de iniciar a construção do Jardim da Infância Operária.
> Se atentardes que Sergipe ainda não descansou de prélios eleitorais, haveis de concluir que o Governo não se descuidou um instante sequer dos interesses do Estado.
> As questiúnculas da política mal orientada, não lhe trazem a mais mínima preocupação.
> O Governador cumprirá serenamente o mandato que o povo sergipano lhe conferiu, tendo como objetivo, doar a nossa querida terra dos melhoramentos indispensáveis, zelar o seu patrimônio, e, sobretudo, garantir a paz e a tranqüilidade da família sergipana.
> (Diário Oficial do Estado de Sergipe, 6 de outubro, 1935)

Finalmente em 1936, ela passou a funcionar num edifício construído especialmente para esse fim, na Praça Fausto Cardoso, onde atualmente funciona o Arquivo Público Estadual.

BIBLIOTECA EPIFÂNIO DÓRIA

Inaugurado em 29 de outubro de 1974, registrada sob o número 1619 no Cadastro Geral de Bibliotecas, do Ministério da Educação e Cultura, a Biblioteca Pública do Estado passou a denominar-se, Biblioteca Epifânio Dória, justa homenagem ao sacrifício, zelo e incansável dedicação emprestados pelo saudoso intelectual Epifânio Dória, à vida da própria instituição. O monumental prédio onde hoje funciona a Biblioteca, erguido no bairro 13 de Julho, prolongamento da Rua Vila Cristina, foi construído no governo de Paulo Barreto de Menezes.

A Biblioteca Pública Epifânio Dória, unidade da Secretaria de Estado da Cultura, em seus dois pisos, abriga vários setores: Documentação Sergipana, Circulante, Hemeroteca, Referência, Acervo Geral, Cultura Popular e Obras Raras, registrando uma freqüência mensal, em média, de 2.500 pessoas e um acervo em torno de 36 mil títulos.

Dirigida por Sonia Carvalho, a Biblioteca Epifânio Dória tem desenvolvido vários projetos e participado de programas criados pela Fundação Biblioteca Nacional, visando o melhor atendimento ao usuário da capital e, também, do interior do Estado.

Vejamos alguns desses projetos: Projeto de Formação Continuada de Mediadores de Leitura, Curso de aperfeiçoamento de profissionais que atuam nas bibliotecas públicas municipais e Roda de Leitura. A realização destes projetos é marcada pelo Convênio firmado entre a Fundação Biblioteca Nacional com a Secretaria de Estado da Cultura, por meio do Comitê Sergipano do Proler e do Sistema Estadual de Biblioteca Pública. Além do Projeto Livro Vivo-Leitura para cidadania, parceria da Editora Paulus com a Secretaria de Estado da Cultura, através da Biblioteca Pública Epifânio Dória. Por outro lado, deve-se destacar que é atribuição da Biblioteca Pública Epifânio Dória a coordenação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, vinculada ao Sistema Nacional e do Comitê Sergipano do Proler, vinculado ao Programa Nacional de Bibliotecas Públicas.

***

Quando a Biblioteca Pública do Estado foi inaugurada em 14 de novembro de 1936, o diretor interino, Alfredo de Araújo Pinto, proferiu o seguinte discurso:

> Exmo. sr. dr. Governador do Estado
> Exmo. e revmo. sr. Bispo Diocesano
> Exmo. sr. Prefeito da capital
> Minhas senhoras, meus senhores:
> No mundo biológico a necessidade faz o órgão; no social é o órgão que, muitas vezes, faz a necessidade. Eu estou no segundo caso, eis que sou o diretor interino da Biblioteca, sobre a qual tenho de dizer algo, neste instante de transbordante contentamento, em que se inaugura este majestoso templo.
> Não me dado, pela justa razão de não me caber ser enfadonho, vos faltar detalhadamente sobre o papel de instituições como esta na formação espiritual de todos os povos e de todas as épocas. Direi, apenas, que a instituição das bibliotecas (do grego: biblio - livro: teko - estante) é tão antiga como o livro. Este nasceu da necessidade que sentiu o homem de perpetuar o seu pensamento, e, por isso, elaborados os livros, sobreveio o natural desejo de os conservar, de os colecionar.
> As pesquisas arqueológicas efetuadas, desde o alvorecer do século XIX na bacio do Mediterrâneo, na Mesopotâmia e na Pérsia, revelaram a existência de verdadeiras bibliotecas do tempo dos antigos faraós e dos monarcas caldeus, assírios e persas. Verdade é que estas bibliotecas viviam inacessíveis ao público. Eram apenas de uso privado dos reis e das classes sacerdotais, verdadeiros arquivos onde aqueles colecionavam os anais dos seus atos administrativos e das suas proezas militares, e, estas, os seus livros sagrados.
> Citam-se entre as primeiras - a do santuário de Phta, em Memphis, criada por vontade do faraó Osymandias, no dealbar

do penúltimo milênio anterior à nossa era; a de Souza, entre os persas; - a do templo de Jerusalém, que foi reconstruída depois do cativeiro da Babilônia por Nehemias e Esdras; as das ricas e florescentes cidades de Fenícia e de Cartago. Em muitos lugares da Caldéia ou da Assíria, nas ruínas de Nínive, encontraram-se ricas coleções de ladrilhos de barros cosido, que traziam gravadas em caracteres cuneiformes a história dos seus reis.

Introduzidos na Grécia pelo fenício Cadmo os primeiros caracteres alfabéticos escritos em papiros, já no século XVI anterior a vinda de Cristo, foi este acontecimento o primeiro passo para a evolução intelectual daquele povo privilegiado. Foi entre eles - os gregos - que se implantou o regime de bibliotecas acessivas ao povo, conquanto não fossem propriamente público. A mais antiga que a história registra entre os helenos, foi a erguida em Atenas, ao calor do entusiasmo de Pisistrato. Chegada à época chamada helenista, resultante das guerras medo-persicas, as bibliotecas tomaram ainda maior incremento, ficando célebres duas dentre as muitas: a de Pergamo, fundada por Eumene II e Attalo II, com os seus 200.000 volumes, e a de Alexandria, fundada por Ptolomeu Sotero, a qual possuía, além dos seus 700.000 volumes, a tradução do original grego dos livros hebraicos do Velho Testamento, além de belíssima coleção de lâminas de chumbo. Dividida esta, pelo seu vultoso acervo, em duas partes, uma ficou no próprio bairro de Alexandria e a outra no de Serapeion. Desgraçadamente a primeira parte foi sacrificada pelos incêndios ateados pelos soldados romanos, quando Julio César se apoderou da cidade; a segunda, porém, aumentada com a de Pérgamo, Marco Antonio fez presente à Cleópatra. A mão da fatalidade, entretanto, pesava sobre estes inestimáveis tesouros da civilização antiga. No dealbar da nossa era, em 390, esta última parte pagou o tributo aos conflitos verificados entre pagãos e cristãos, pois que pouco se salvou dos incêndios, e esse pouco desapareceu de todo quando, em 641, os árabes se apoderaram de Alexandria.

Dest'arte ficou a nossa civilização privada deste formidável contingente de conhecimentos armazenados nas duas mais importantes bibliotecas da antiguidade. Todavia, algumas lâminas de chumbo puderam escapar à voragem dos iconoclastas, e isso por terem sido escondidas em subterrâneos dos mosteiros locais, só conhecidos das mãos piedosas que as guardaram.

Depois que a Grécia caiu em poder de Roma, os gregos começaram a exercer no espírito dos seus vencedores uma sensível influência intelectual e artística. Paulo Emílio, depois de concluída definitivamente a conquista da gloriosa terra de Sócrates, de Platão e de Aristóteles, trouxe para Roma a biblioteca dos reis da Macedônia, sendo que a esse tempo o gosto pela literatura atingiu a tal grau entre os romanos que muito deles se tornaram verdadeiros bibliomanos.

No entanto, até o advento de Octaviano Augusto ao poder, não houve em Roma bibliotecas verdadeiramente públicas com as que existiam na Grécia, Júlio César foi que encarregou Varrão de organizar uma para uso do povo. Pouco a pouco foram se fundando novas, chegando a Cidade Eterna possuir 28 desses centros de cultura.

Com a queda do império romano, decorrente da invasão dos bárbaros, nova fase de depredação se abriu para as bibliotecas, salvando-se apenas uma parte que foi escondida em Bizâncio, a Constantinopla de hoje.

Assim, enclausuradas e, por vezes, exiladas, viveram elas durante o longo crepúsculo da Idade Média.

Depositária, porém, dos tesouros do saber humano, acumulados através das gerações passadas, a Igreja criava, por sua vez, uma escola de literatura religiosa, da qual Santo Thomaz de Aquino tornou-se o seu maior expoente, ao tempo em que, sob as suas visitas e influências, nascia uma nova corrente filosófica - a Escolastica - inspirada nas teorias de Aristóteles.

Já ao findar o VII século, o arcebispo Theodoro, grego por nascimento mas educado em Roma, levava para as Ilhas Bri-

tânicas as luzes de uma vasta cultura clássica, que foi naquela terra,até então inculta, um manancial de ciências e artes.

Não quero deixar em silêncio outro fator que muito contribuiu para a preservação da cultura antiga - os árabes. A florescência deste povo foi tão brilhante e ao mesmo tempo de tão curta duração que só pareces tê-lo a Providência destinado a sustentar, por um pouco de tempo embora, nas suas mãos, o facho de civilização ocidental, enquanto que a Europa se preparava para por sua vez, empunhá-lo. Certo é que, sem embarco de Constantinopla e a Igreja, terem sob sua guarda a literatura e a filosofia clássica, os árabes sustinham e desenvolviam a indústria, as ciências físicas e naturais e as matemáticas.

Talvez vos pareça, senhores, que me propondo a falar sobre bibliotecas queria me distanciar, divagando sobre história, mas é necessário não esquecer que não se pode discorrer sobre esses assuntos sem lhes associar o livro, que, por seu turno, se relaciona com as bibliotecas.

Chegamos, afinal, ao surgir da Renascença!

Com a divulgação das obras clássicas, com a invenção da imprensa e com o defluir da literatura moderna, a produção literária e científica aumentou extraordinariamente, e, com ela, também, a necessidade do povo se instruir, determinando dai até a época contemporânea o desenvolvimento sempre crescente das bibliotecas, que hoje se contam aos milhares em todo o orbe, dando enganchas a que Thomaz Lincolin Cayse, ao inaugurar a do Congresso Americano, por sinal à maior do mundo, pronunciasse estas palavras: "agora sei que os americanos têm a sua maior e mais vasta escola".

Mas particularíssimos o assunto e falemos sobre a nossa biblioteca.

Criada a 2 de julho de 1851 pelo dr. João Amâncio Pereira de Andrade, e acomodada em um dos compartimentos do convento de São Francisco, em São Cristovão, então capital do Estado, elevou o seu acervo a 415 volumes. Mudada a capital

para Aracaju, esse pequeno acervo veio parar numa sala da então Tesouraria Providencial, até que o presidente Felisbelo Freire, em 1890, resolveu restaurá-la.

Os maus fados, porém, como sempre acontece a todas as bibliotecas, conspiraram contra o seu futuro, pois que, de independente que era em 90, passou a dependente em 91, tendo uma vida apagada até 1908, quando o espírito cívico de Edilberto Campos, secretário do Governo, daquela época, começou a lhe dispensar proveitoso amparo.

Data dai, praticamente, a existência desta nossa querida instituição.

Sendo nomeado bibliotecário seu atual diretor efetivo, o exmo. sr. Epiphânio da Fonseca Dória, cuidou ele, desde logo, de orientar o amontoado de maços de livros e jornais que existiam e que não passavam de oitocentos.

O que foi desse tempo para cá o trabalho desse notável organizador e muito ilustre sergipano no elevar a repartição a seu cargo a uma altura condigna, é tarefa que entrego no espírito de justiça de quantos vivem nesta terra. Batalhando sem tréguas nem esmorecimentos, estimulou a admiração e o entusiasmo do Marechal Siqueira de Menezes, que governava, em 1914, Sergipe, tendo conseguido não só a emancipação da Biblioteca como, ainda, uma moderna instalação em espaçoso prédio.

Para não me alongar muito na apreciação do assunto, passa a ler um resumo.

"Esta Biblioteca recebe, no momento, 201 revistas e 171 jornais. Possuía, em dezembro de 1935, 38.752 obras, por 25.483 pessoas que consultaram 46.844 obras.

Os presentes ajuízem do que ela foi e do que ela é.

Meus senhores:

Falar de Biblioteca de Sergipe, sob a incomum direção de Epiphanio Doria, é lembrar, para logo, a grandeza d'alma de um ilustre filho das margens do Adriatico: - Vicente Calamelli.

Nascido sob as auras sadias de Veneza e vivido por entre as extasiantes conquistas artísticas e faustosas glórias dos seus antepassados trocou, enamorado e ainda cedo, o romântico dos passeios nos canais bordados a mármore de sua terra pelas aurifulgentes areias da praia de Copacabana, e o pitoresco panorama que se desenrola do Monte Catini pelo maravilhoso esplendor que se domina do Corcovado.

Diretor de uma das mais autorizadas revistas no assunto - a "Brasil-Ferro-Carril", recebera, em 1908, um pedido de assinatura generosa que lhe fizera o diretor da Biblioteca Pública de Sergipe. Atendendo ao apelo feito e ciente de que à frente desta Biblioteca se achava um organizador de primeira água, não se limitou, dai em diante, a ajudar a enriquecer o nosso repositório apenas com a sua revista, mas com todas as outras publicações que recebia em serviço de permuta. Dois anos, após, começou a fazer dádivas de obras impressas, chegando a oferecer até a presente data, cerca de 12 mil obras.

Amigo intransigente de Sergipe, ninguém lhe corre parelhas quando se acha em jogo e interesse de sua biblioteca; e, meus senhores, si bem que vos pareça extraordinário, eu vos afirmo que entre os bons sergipanos que amam a sua Biblioteca, na capital da República, Vicente Calamelli tem sido o maior dos sergipanos.

Senhor dr. Governador do Estado:

Há cataclismos políticos; há choques nas esferas jurídicas; há reações de natureza científica; há redemoinhos sociais; há neurastenias do infinito; há convulsões geológicas; há modificações, reformas, concertos, concílios, congressos. E tudo passa afastadas que sejam as causas determinantes. Só as bibliotecas ficam. Só elas enfrentam a ação devastadora dos tempos e a fúria vandálica dos inconscientes, guardando, com exagerados cuidados de usurário, o resultado daquelas modificações, daquelas reformas, daqueles concertos, daqueles concílios, daqueles congressos.

Vivendo paradoxalmente da mudança de gerações, nutre-se do tempo através dessas mesmas gerações.
Os helenos apunham no pórtico de suas bibliotecas esta sabia inscrição: "Remédio da alma". Por uma dupla e feliz coincidência, exmo. sr. Eronides Ferreira de Carvalho, v. excia, que durante todo o seu passado de aureolado clínico e de cirurgião perfeito vem prodigamente estereotipando os preceitos emanados de Jesus, sofrendo pela dor alheia, tendo sempre estendida a benfazeja mão aos descurados da sorte, alevantando da penosa estrada da amargura os combalidos corpos que se tornaram indóceis à vontade; v. excia, repito, que tem tido a ventura de contar pelos lares dos sergipanos as parcelas da grande soma dos remédios ministrados aos seus corpos, acaba de lhes dar, também nesta hora, o específico para alma, alevantando, desta vez, não só a eles como a Sergipe, que se vai curar da grande chaga aberta pela fatalidade em um dos seus mais necessários órgãos, que é a sua casa dos livros; dupla e feliz coincidência, torno a dizer, porque o específico de agora vai ser manipulado por um técnico da altura da inteligência e do escrúpulo de Epifânio Dória.
Eu agradeço a v. excia. em nome dos sergipanos.

(Diário Oficial do Estado de Sergipe, 18 de novembro de 1936)

***

Após o discurso de Alfredo de Araújo Pinto, falou o jornalista carioca, Vicente Calamelli, convidado especialmente pelo governo do Estado, por ocasião da inauguração da Biblioteca Pública do Estado:

Exmo. sr. Governador do Estado,
Exmo. e revmo. sr. Bispo de Aracaju,
Exmo. sr. secretário geral,
minhas senhoras,
Meus senhores:

No contato físico com a terra, no envolvente concilio com a sua gente generosa, apenas se exalta e põe uma luz nova e uma doçura maior no coração o meu longo amor por Sergipe. São, desde o instante feliz do desembarque, de ternura e de deslumbramento as impressões que me dominam. Tão grandes e tão fortes que a palavra humana, embora melhor empregada do que sou capaz de o fazer, não conseguiria exprimi-las. Sergipe é, territorialmente, o menor dos Estados brasileiros. E, entretanto, as impressões da sua grandeza me esmagam!

Grandeza de civilização material, que se ostenta no adiantamento da sua bela capital, no ambiente de trabalho fecundo e produtivo que aqui se encontra e na própria solidez e perfeição do edifício que agora nos abriga e é esta Biblioteca, esta maravilhosa Cidade dos Livros! É exatamente porque nos encontramos nesta Cidade dos Livros, possuidora de admirável tradição e de onde se desprende uma luz que, com a da inteligência sergipana, lança clarões magníficos em todas as direções, é que podemos proclamar que a grandeza de Sergipe, para glória maior da Pátria brasileira, sobretudo na ordem espiritual esplende e se afirma!

O valor da inteligência sergipana culmina em fatos como o do nome e a obra dos seus filhos notáveis constituírem matéria para preciosos volumes entre outros "História de Sergipe" e "História Constitucional da República", de Felisbelo Freire; "Concepção nomistica do Universo", de Fausto Cardoso, ou o do "Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano", do meu saudosa amigo, desembargador Armindo Guaraná. E se eu quisesse citar figuras a que as mais altas virtude da cultura dão uma irradiação solo bastaria lembrar esta trilogia de sergipanos: Tobias Barreto, Silvio Romero e João Ribeiro.

Que pude fazer no meu amor a Sergipe? Bem pouco decerto, e isto serve para salientar que, ainda na ordem espiritual, a civilização desta terra abençoada se exprime pela bondade de seus filhos.

Na manifestação que aqui me é feita, nas eloqüentes e comovedoras palavras que ouvi dos oradores que me precederam o que avulta e fulgura não é o meu escasso mérito, mas a bondade incomparável dos sergipanos.

Repito que, por mais que procurasse, não encontraria palavras suficientes para descrever os meus sentimentos de admiração e gratidão.

O glorioso apogeu a que chega esta Biblioteca e se patenteia em todas as suas instalações principalmente se deve ao admirável esforço do meu querido amigo de longos anos, Epiphanio Dória, merecidamente prestigiado por este espírito de administrador, de qualidades admiráveis, que é o dr. Eronides de Carvalho.

Cumprindo o grato dever de citar estes dois nomes posso apenas vos dizer, por mim e pelos meus: - Muito obrigado!

(Diário Oficial do Estado de Sergipe, 18 de novembro de 1936)

*

PATRONO

No dia 7 de abril de 1884, na Fazenda Barro Caído, no atual município de Poço Verde, nascia Epiphânio da Fonseca Dória e Menezes, filho do capitão da Guarda Nacional, José Narciso Chaves de Menezes e Josefa da Fonseca Dória e Menezes, primos entre si. Seus estudos das primeiras letras foram realizados com a família, na própria residência, em curtos e alternados períodos, tendo como professor particular Irineu Vidal de Souza, além de ter sido aluno da professora pública Raquel César de Lemos Amado.

A grande seca de 1888 devastou completamente a fazenda de seu pai, matando todo o rebanho bovino e deixando a família em situação das mais difíceis. Por este motivo, Epiphânio Dória começa a trabalhar no comércio local, aos 14 anos de idade. Em 1889, ele resolve transferir-se para a Vila, hoje município de Boquim, empregando-

se na casa comercial de Leônidas de Carvalho Fontes. Aliando os estudos ao trabalho, aí permanece até 1905, quando começa a se projetar na vida pública. A partir de 1904, torna-se secretário da Intendência, chegando a terceiro suplente do juiz do termo e também presidente do alistamento eleitoral pela lei Rosa e Silva.

Na capital, Epiphânio Dória reorganizou o Arquivo da Secretaria de Governo, ocupou a função de bibliotecário da Biblioteca Pública do Estado, representou o Estado, como titular da pasta, da Conferência dos Secretários da Fazenda, no Rio de Janeiro, em 1938, fez parte da turma de representantes que foi oficialmente a Belo Horizonte testemunhar os serviços fazendários realizados na administração do governador Benedito Valadares; pertenceu à Loja Maçônica Capitular Cotinguiba, da qual foi venerável. Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, fundou o Rotary Clube de Aracaju, a Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos e o Clube Literário Progressista de Boquim, colaborou durante toda a sua vida em vários jornais e revistas, dirigiu por mais de 35 anos a revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Epiphânio Dória faleceu em Aracaju, no dia 8 de junho de 1976, aos 92 anos de idade, em sua residência na Rua Santa Luzia, cercado de filhos e netos.

***

TEXTOS ESPARSOS DE EPIFÂNIO DÓRIA

Discurso pronunciado por Epifânio Dória, secretário geral do estado, na solenidade da inauguração do novo edifício da Biblioteca Pública, no dia 14 de novembro de 1936:

> Exmo. sr. dr. Governador do estado
> Exmo. e revmo. sr. Bispo Diocesano,
> Minhas senhoras,
> Meus senhores:

Duas circunstâncias cuja prioridade não é possível distinguir quebram-me o selo dos lábios e me levam a abusar da vossa nobre complacência em me ouvir, nesta solenidade: uma a minha qualidade de velho servidor da Biblioteca, que hoje recebe este suntuoso templo, erguido ao culto de suas relíquias, - outra a presença aqui de Vicente Calamelli, cuja nobre amizade venho cultivando com desvanecimento há mais de um quartel de século, e a cujo espírito finíssimo de cooperação abnegada, de idealismo sem máculas, de tenacidade benfeitora, deve a Biblioteca serviços inestimáveis.

Calamelli perdoe-me ele o vexame que lhe causo ferindo-lhe a modéstia, é um modelo de virtudes cívicas, um exemplo raro de bondade humana agitando-se dentro de uma época de utilitarismo enervante de ambições desorientadas, de egoísmo desconcertante.

O seu espírito delicado, imune as doença morais que vão combalindo os caracteres nesta hora trepidante de materialismo desanimador, voeja bem alto, como uma garça branca, olhando sempre para cima, divisando nos horizontes longínquos estrelas que lhe fascinam, irradiações que lhe deslumbram.

Deve-lhe a Biblioteca, por donativos ininterruptos, através de 27 anos seguidos, a posse de cerca de doze mil volumes, ou seja, quatro vezes, quase, o total dos livros que possuía em 1908, quando passei a servi-la.

Não foram, pois, pruridos de oratória nem validades que não sei acariciar, que forçaram a falar nesta hora passageira, mas de grande significação para a vida mental de Sergipe.

Nossa Biblioteca já vai beirando o seu primeiro século de existência.

Abrolhada em 1851, na antiga Capital, teve de então para cá as suas crises de crescimento, os seus colapsos graves, os seus perigos de vida, e um deles foi o que se vei a encerrar agora, sob a terapeutica provindecial e salutar deste espírito arrojado

e ao mesmo tempo atilado que é o exmo. sr. dr. Eronides de Carvalho, cidadão à altura de sua época com pulso e habilidade suficientes para se não apoucar ante entraves de ordem material e para vencer as resistências avassaladoras que se lhe atulhem neste setor da vida nacional buscando quebrar o ritmo de civilização de que desfrutamos.

Dotado de alma aberta aos gestos mais delicados que se possam imaginar, animado sempre por sentimentos que traduzem um requinte de perfeição moral, s. excia. é, no entanto, um homem enérgico com os que mais o forem, sem conhecer, porém, os matizes do ódio nem o sabor das vinganças, a que é impermeável o seu nobre coração.

Profundamente preocupado com os problemas que interessam à grandeza do Estado, o seu dinamismo construtivo se nota por toda a parte, na construção de edifícios, de pontes e de estradas; na abertura de escolas; na criação de serviços novos, de interesse - para a economia geral; na moralização dos costumes políticos; no saneamento dos meios acessíveis aos surtos epidêmicos; no amparo aos enjeitados da sorte, e o que é mais: erguendo templos, como este, ao culto da ciência.

Meus senhores, o dia de hoje há de constituir um marco luminoso na história do estado, pelo fato histórico que nele estamos celebrando.

Este edifício, com suas instalações modernissimas, com a sua justificada suntuosidade, será sempre um motivo de justo orgulho para Sergipe que sendo o menor Estado do Brasil, no ponto de vista geográfico, é ao mesmo tempo dos maiores no culto das ciências e das letras.

Quem quer que percorra as capitais brasileiras há de notar que poucos Estados possuem bibliotecas nas condições da nossa: apenas três - S. Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia.

Fora desta tríade brilhante, a que se junta Sergipe, com destaque, não se conta outro Estado com biblioteca tão bem instalada.

> Nos demais Estados as bibliotecas são vistas com certa displicência.
> É que no Brasil se não compreendeu ainda o papel marcante das bibliotecas na obra da civilização. Sem estas arcas santas da ciência, piras sagradas do saber, sacrários a que se recolhem com verdadeira unção as hóstias da eucaristia das letras, não teríamos atingido o grau de civilização de que nos orgulhamos. Sem elas não se teria verificado a renascença, porque se teriam perdido irremediavelmente os tesouros da sabedoria antiga.
> Exmo. sr. dr. Eronides de Carvalho, fora de qualquer suspeição que se me possa atribuir, posso afirmar que bastaria a construção deste tempo erguido ao culto da ciência para perpetuar na história o seu nome já aureolado por feitos de tão alta projeção. Que Deus vos inspire sempre para cometimentos tão altos e glória da terra sergipana.
> (Diário Oficial do Estado de Sergipe, 19 de novembro, 1936)

***

Durante as pesquisas do livro "Ciclo do carro de bois no Brasil", do sergipano Bernardino José de Sousa (1885-1949), publicado em 1958, solicitou a vários intelectuais informações sobre a origem do carro de bois, dentre eles, Epifânio Dória.

*

CARRO DE BOI

Sergipe não deu ainda toda a sua contribuição, que é vasta, para o estudo que o grande pesquisador dos filões auríferos de nossa história, o ministro Bernardino de Souza, está empreendendo sobre o humilde carro de boi, que tantos benefícios vêm prestando a grandeza econômica do Brasil.

O transporte é um dos instrumentos do progresso, na órbita econômica.

Sem ele estiolam-se as indústrias, morre o comércio e a riqueza se torna infecunda. A produção em larga escala sem o transporte correspondente é grave isso nas esferas e meios mais rápidos de transporte foi o carro de boi que nos remediou. Quando se concluir esse original inquérito é que poderemos ver quanto devemos ao antigo veículo que marchava cantando, glorioso de sua missão, cheio de orgulho pela carga que conduzia, quando levava à cidade as matronas respeitáveis e as meninas faceiras.

Quando menestrel entusiasta não sentiria inveja da sorte do carro humilde, conduzindo à cidade as musas inspiradoras de seus estros!

Deixemos as divagações.

Vamos tratar do carro de boi.

Hoje nos ocuparemos das notas que nos vieram de 4 municípios!

Campos, Jaboatão, Boquim e Riachão.

Em Campos, a terra de Tobias e Muniz de Sousa, entregue à atividade moça e honesta de José Joviniano Santos, de quem esperam os conterrâneos daqueles notáveis sergipanos um governo patrióticos, inspirado nos benefícios da paz e nos frutos, sadios a progresso, existem, calculadamente entre 40 carros de boi. Ali, como em geral, cada junta se compõe de 6 bois, salvo raras exceções que não contrariam a regra geral. Os nomes mais usuais na denominação dos bois são: Lindo moço, Moço lindo, Cravo roxo,, Cravo branco, Prateado, Cadeado,Namorado, Desejada, Cobiçado, Aparecido, Bem amado, Moderado, Cabuquinha, Jasmim, Cravinho, Peça linda, Linda peça, Amor dengoso e Bem montado.

Colheu o operoso Prefeito José Joviniano uns expressivos populares versos na terra do nosso maior poeta. Infelizmente eles não têm nenhuma ligação com o carro de boi, circunstância que nos força a omiti-los neste comentário.

Em Jaboatão, a terra do tesouro misterioso, da qual lá nos ocupamos em crônica anterior, sendo ocioso repisar, o assunto existe 74 carros de boi, número que não foi possível consignar quando nos o ocupamos desse próspero município. Ali também as juntas se com-

põem de 6 bois. Os nomes mais usados para os bois são: Novo brinco, Novo estado, Reformado, Criança, Fortaleza, Cinto preto, Terno branco, Ouro preto, Anel de brinco, Ramalhete, Cobiçado, Novo Mundo, Boa Fé, Deputado, Marechal, Presidente, Rio Grande.

No Boquim, próspero município onde passamos a melhor quadra da nossa vida, a terra feiticeira da Fonte da Mata, o berço querido de Hermes Fontes, o maior poeta sergipano de sua época, próspero, município em boa hora confiado ao zelo administrativo do Prefeito Pedro Simão Freire, de quem, muito esperam os conterrâneos de Hermes Fontes, existem, aproximadamente, 80 carros de boi. As juntas são compostas de 6 bois.

Os nomes mais usados, no batismo dos pacientes puxadores de carro são: Cravo lindo, Marechal, Delicado, Amor lindo, Caboclinho, Rapazinho, Menina, Amor dos outros, Rouxinol, Só do mimo, Ouro só, Mimoso, Sol de ouro, Moça lindo, Mimosinho, Meus Anéis, Cravo branco, Resedá, Flor do Rasto, Tem que dá, Desejado, Sempre tive, Boa morte, Faz namoro, Namorado e Desempenho.

Entrelaçando estes nomes os carreiros de Boquim fazem interessantes versos que cantam entoando com o canto rústico, mas evocativo do próprio carro.

Damos aqui, algumas amostras:

Rapaz solteiro
tem que dá
Fita bonita
Pra namorá
Faz desejo desejado
Faz cobiça cobiçado
Faz namoro namorado
Sempre tive boa sorte
Comprei carro não se importe
Deus me deu o Flô do Norte

No Riacho a terra do grande político do sul do Estado, o comendador Dantas, onde tiveram berço ditoso os drs. J. Dantas

Martins dos Reis, íntegro juiz da Capital e dr. Lauro Hora, ilustre Diretor do Centro de Saúde, também da Capital, seu município que se acha entregue ao espírito esclarecido à mocidade entusiasta de Horácio Dantas de Góis, existem 90 carros de boi.

Deixemos a descrição do carro, magistralmente feita pelo digno Prefeito de vez que ela não traz características novas, é semelhantes às que temos publicada, porque o carro é quase o mesmo em todo o Estado.

Os nomes dados aos bois, no Riachão em geral, são: Só me ama, Bem amado, Cobiçado, Delicado, Meus cuidados, Meus carinhos, Lindozinho, Bonitinho, Cravinho, Sempre é.

> Pode o ilustre Prefeito surpreender na boca dos carreiros do Riachão uma quadrinha, que ele cantam em única típica, repetindo monotamente por toda ...
>
> (Correio de Sergipe, 20 de julho, 1942)

***

O CARRO DE BOI

Voltemos a ferir o assunto de que nos ocupamos em crônicas que esta conceituada folha, publicou. Ocupar-nos-emos hoje das respostas que nos vieram dos municípios do Arauá, Riachuelo e Canhoba, dos quais são zelosos prefeitos, respectivamente, os dignos conterrâneos, Abelardo Nabuco Freire, Tasso Garcez Sobral e João Alves de Rezende.

No Arauá existem 91 carros, em Riachuelo cerca de 186 e em Canhoba, o mais novo dos nossos municípios, apenas 13. Canhoba e zona San-franciscana têm ao pé de si o grande rio, justamente chamado de Nilo brasileiro, e conta com estrada de rodagem.

Há, pois, nos três municípios 200 carros. Em todos a regra geral é o emprego de 6 bois em cada veículo. Em nenhuma das referidas comunas foi possível colher-se qualquer manifestação da alma popular pelo folclore.

É que para se faz mister a descoberta de um mineiro especializado. A riqueza existe. A questão é de se saber descobri-la, é de encontrar-se faiscador que saiba perquiris e joeirar. Em Riachuelo os nomes mais usados para o batismo dos bois são: Flor de Lis, Mal me que, Pisa no Ponto, Beija-Flor, Flor da Roda, Boa Letra, Malvadinho, Canjerê, Sem rival e Pisa Macio.

O digno prefeito de Canhoba conseguiu organizar, em colaboração com os proprietários de carros, uma cachimoniosa relação de nomes que não pode ser publicada nesta crônica pela etiguidade do espaço que nos pode conceder o Correio.

> Será, entretanto, encaminhado ao Ministro Bernardino de Souza, que saberá apreciá-la devidamente.
>
> Um evento auspicioso nos foi dado registrar hoje: de Campos, a terra de Antônio Muniz de Souza e Tobias Barreto nos foi mandado um carro de boi,em miniatura, confeccionado em papelão, trazendo todas às suas peças com as respeitáveis nomes. Foi confeccionado por um primo carnal do grande Tobias, o prestimoso e digno conterrâneo Francisco Sales de Menezes. O interessante carro vai seguir de avião, a fim de figurar no museu do Ministro Bernardino. O exemplo de Campos vai ser seguido por Boquim à boa terra onde passamos a fase mais feliz de nossa mocidade. O prefeito Pedro Simões Freire vai fornecer um carro, em miniatura, executado em madeira.
>
> Estamos aguardando ainda resposta de outros municípios que nos não atenderam ainda, quanto aos informes referentes ao carro de boi.
>
> Confiamos em que todos acudam ao nosso apelo.
>
> (Correio de Aracaju, 18 de setembro, 1942)

***

EFEMÉRIDES SERGIPANAS

Julho - 9

1844. Nasce na então vila Constitucional da Estância o exímio educador Brício Maurício de Azevedo Cardoso, ou simplesmente Brício Cardoso, como por último ele assinava.

Governava então a Província o desembargador Manuel Vieira Tosta, natural de Cachoeira, Bahia, e mais tarde Marquês de Muritiba. Nasce Brício Cardoso do feliz consórcio de outro exímio educador, o baiano Joaquim Maurício Cardoso, com D. Joana Batista de Azevedo Cardoso. Não vamos dar aqui a biografia desse varão ilustre que tanto soube honrar as tradições de inteligência dos sergipanos e o nosso proclamado espírito de operosidade esclarecida. Os que desejarem detalhe da vida do grande mestre de várias gerações poderão encontrá-la no excelente Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano do desembargador Armindo Guaraná, outro notável sergipano nascido quatro anos depois de Brício.

O que desejamos é trazê-lo, com toda a sua desmedida projeção ao meio social e cultural de Sergipe, para este tesouro de valores espirituais, e morais que desejamos sejam estas despretensiosas Efemérides, que vimos dando diariamente como quem desejasse desfiar, com devotamento, um longo rosário de contas de ouro, constituídas pelos nomes trazidos à tona da memória pública.

Conhecemos pessoalmente o velho mestre Brício Cardoso e tivemos ensejo de admirar-lhe a bondade de coração e a finura de espírito. Erudito e portador de grande inteligência, não fazia praça destes seus dotes nem sonegava os frutos do seu saber e do seu famoso talento aos moços que ensaiavam vôos nos horizontes da vida cultural.

Era um gosto vê-lo a transmitir aos novos pioneiros da jornada das letras a flama do entusiasmo.

Prado Sampaio, um das maiores cabeças pensantes de Sergipe, levado por um exagerado escrúpulo, algumas vezes recorreu à nossa prestimosidade para levar trabalhos seus à censura filológica de Brício Cardoso.

Está visto que nada se encontrava a emendar nos trabalhos de Prado Sampaio e Brício os lia com entusiasmos, fazendo-me portador de suas palavras de aplauso ao pensador ilustre que se não acanhava de pedir meças ao sábio filólogo conterrâneo.

Era o velho educador generoso no dar e fidalgo no distribuir. Na grandeza de sua generosidade seguia o exemplo dos nossos mangueirais que se pejam de formosos e deliciosos frutos: não sabia trazer usura de qualquer espécie, e, como os vigente mangueirais só pedia uma cousa, que não ferissem a mão benfazeja.

> Descendente de um casal ilustre que deu a Sergipe diversos homens de talento, teve também a ventura de seguir as pegadas do seu talentoso pai, dando à terra natal uma plêiade de homens ilustres e de matronas dignas, entre as quais se conta uma das nossas maiores educadoras, D. Amélia Cardoso, espírito que recendia virtudes como as rosas desprendem perfumes. Modesta em excesso, morreu em relativa obscuridade, porque preferiu os sacrifícios das renúncias às lantejoulas da popularidade tantas vezes falaz.
>
> Fica aqui o meu culto comovido à memória do velho mestre Brício Cardoso.
>
> (Diário Oficial do Estado de Sergipe, 8 de julho, 1944)

***

FATALIDADE

Uma avalanche de infortúnio desabou sobre o nosso Instituto Histórico neste evoluir do segundo mês do ano.

No dia 8 findou-se na capital federal, o sócio benemérito Dr. Antônio Batista Ramos Bittencourt, aos 89 anos de idade; a 13 seguiu o mesmo sombrio trajeto o Dr. Francisco Antônio de Oliveira, outro sócio benemérito cuja bolsa estava sempre aberta para acudir, esponta-

neamente, ao Instituto em suas necessidades, e, por último, desaparece, no mesmo doloroso vórtice, o desembargador Enock Santiago, presidente do Instituto.

A morte, sabemos demais, é um fenômeno natural. Ninguém lhe escapa ao bote certeiro e inexorável. Mais cedo ou mais tarde havemos de cair vítimas de sua cilada. Todavia ninguém se conforma com esta merencória realidade.

Ouvimos a palavra dos filósofos, as lições dos sábios que procuram explicar, à luz das ciências exatas, os fenômenos da vida, doutrinando que a morte marca apenas um passo no caminho da evolução do criado em busca do criador. Sempre que o tufão da morte sibila em torno de nós, levando-nos pessoas queridas, fulminando vidas preciosas, nos esquecemos das advertências de Santo Agostinho, quando dizia:

> "Tantas preocupações com a morte, só para ter mais tempo de a temer!
>
> Os enfermos escapam à morte, mas para morrerem mais tarde. Não querendo morrer para não sofrer, e preferindo sofrer por não morrer."

Admiramos, quando na ausência do espetáculo da morte, o estoicismo de Sócrates, quando tendo à mão o trago da cicuta que havia de fulminá-lo, invitava os seus discípulos a não chorarem sua morte, dizendo-lhes que o que ia morrer, sob a ação fatal da cicuta, era o corpo finito, a matéria putrescível e não o espírito inacessível ao fenômeno da morte.

A despeito da palavra consoladora de Apolônio de Tayana, segundo a qual o ser humano diviniza-se ao morrer, mudando de forma, mas não de natureza e de essência, não nos rendemos à forte dialética do mestre e não nos conformamos com a fria realidade dessa força imensa e misteriosa que imobilizou as destras munificentes de Antônio Batista Ramos Bittencourt e Francisco Antônio de Oliveira, sempre abertas para derramar o nardo da generosidade onde quer ele estivesse faltando, - na casa pobre, onde o pão está sempre ausente, ou nos preendimentos voltados para o bem geral, para os triunfos das

ciências e das letras. Não resistiremos nunca aos impulsos do coração que nos levam a desobedecer ao filósofo Apolônio de Tayana, quando doutrina:

> "É mau chorar a morte; é preciso reverenciá-la e abandonar a Deus o ente que chegou a este termo."

Para tanto seria preciso que tivéssemos a força espiritual de um destes doutrinadores, à semelhança de Sócrates, Pitágoras, Epicuro, Leonardo da Vinci e do próprio Apolônio de Tayana.

Como nos conformar com o brusco golpe que sofremos, vendo desaparecer no vórtice da morte aquele que víramos, minutos antes, cheio de vida, confiante em si, transbordante de otimismo cuidando com entusiasmo das coisas ligadas à vida brilhante do nosso Instituto Histórico, o desembargador Enock Santiago?!...

Não é possível, a falta do seu impulso na mola do progresso do sodalício a que vinha servindo com dedicação e eficiência não pode deixar de ser sentido. Não para a terra fecunda que está a oferecer o seu regaço ao bem-estar humano o arado que perdeu o braço que o impelia. Assim o Instituto Histórico a quem a morte inexorável rouba por um golpe surpreendente e fulminante, o timoneiro sereno e imperturbável.

O Dr. Antonio Batista Ramos Bittencourt, de quem falaremos mais tarde em artigo destacado, nasceu nesta capital a 22 de abril de 1868 e o Dr. Francisco Antonio de Oliveira em Maruim, a 9 de junho de 1890.

Aracaju - Gazeta Socialista, 23 fev. 1957.

A CONTRIBUIÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DO COLÉGIO ESTADUAL "MURILO BRAGA" EM SEUS 60 ANOS DE EXISTÊNCIA

José Rivadálvio Lima*

RESUMO
A trajetória de uma das mais relavantes instituições de ensino do interior do estado de Sergipe é o tema deste trabalho. O Colégio Estadual Murilo Braga contribuiu de forma significativa para a formação da sociedade sergipana ao longo dos seus 60 anos de existência.

PALAVRAS-CHAVES: Itabaiana, CEMB, 60 anos, Historiografia.

* Ex-aluno, Professor e Vice-Diretor do Colégio Estadual Murilo Braga, em Itabaiana/Se.

I – ANTECEDENTES

A criação da então Escola Normal Rural "Murilo Braga" insere-se em um contexto mais amplo da política educacional brasileira, dentro do período "Vargas", que vai de 1930 a 1945, quando o mesmo intercalou, em suas ações, momentos ditatoriais, e outros tidos como democráticos.

A necessidade de reforma do sistema educacional já se fazia sentir desde a década de 20, ou seja, a partir de 1920, mas somente começaram a ser travadas na década de 30, com o Movimento Escola Nova.

Tudo começou quando foi criado, por um dos maiores educadores do Brasil, Anísio Teixeira, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão responsável pelo planejamento de implantação de um novo sistema educacional para o país, cujos problemas eram graves e gritantes, devido ao pensamento conservador reinante e às políticas clientelistas reinantes, que a perpetuam, em parte, até os dias atuais.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1932, e, mais precisamente, em 1942, quando era Ministro da pasta o senhor Gustavo Capanema, começa-se a pensar na reforma do sistema de ensino no Brasil.

O Decreto-Lei nº 8.530/46 (Lei Orgânica do Ensino Normal), embora tenha trazido a centralização das diretrizes educacionais, visava a formação de regentes e de professores primários.

Com o restabelecimento da democracia, os nossos governantes passaram a ser eleitos pelo voto popular, sendo eleitos, no Plano Federal, o General Eurico Gaspar Dutra, e no Plano Estadual, o Doutor José Rollemberg Leite; o que ocorreu juntamente com a promulgação de uma nova Constituição Brasileira, considerada pelos estudiosos como a mais liberal de todas, até aquela época.

Buscando o progresso, tentava o Presidente da República uma política de conciliação, e neste sentido cedeu à UDN, que naquele momento era a principal frente das idéias liberais, o Ministério da Educação e Saúde, que tinha como gestor da pasta o Sr. Clemente Mariani,

o qual constituiu uma comissão por intelectuais da Escola Nova e de católicos eminentes.

O Projeto que frisava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresentado em 1948, somente fora transformado em Lei, com o nº 4.024/61, em 20 de dezembro de 1961, conhecida nacionalmente como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

II – CRIAÇÃO

Portanto, dentro das novas idéias surgidas no pós-guerra, de seus ideais liberais, e de brigas partidárias reinantes entre UDN (União Democrática Nacional) e PSD (Partido Social Democrático), surgidos após a redemocratização, governava o Estado de Sergipe o Dr. José Rollemberg Leite (1947-1951), pertencente ao partido PSD, homem integro, formado em Engenharia, professor, católico fervoroso, e portador de caráter ilibado, que, para o signatário desta contribuição, é um exemplo de homem público, que Sergipe e o Brasil se fazem carentes nos dias atuais.

Para a pasta da Educação, que a época denominava-se Diretoria Geral de Ensino, foi escolhido o prof. Acrísio Cruz, educador nato e figura humana de qualidades morais e éticas irrepreensíveis.

Através do Ofício nº 1.731, de 19 de novembro de 1949, foi enviado ao Governador do Estado, pelo prof. Acrísio Cruz, o anteprojeto de Lei que veio a ser transformado no Projeto de Lei nº. 106/49, e posteriormente na Lei nº 212, de 29 de novembro de 1949, que abriu um novo horizonte educacional, social e cultural para o Município de Itabaiana.

A norma acima referenciada trazia em seu bojo a criação de duas Escolas Normais, uma na Cidade de Lagarto e outra em Itabaiana, sendo que em ambas existiriam um curso ginasial e um curso de formação de professores.

Iniciava-se a interiorização do ensino ginasial normal, visando-se a descentralização e fixação de bases para o surgimento de uma educação mais democrática, e de soerguimento social-econômico também

para as famílias mais humildes da zona central e do interior do Estado e não apenas para as famílias mais abastardas economicamente que colocavam seus filhos para estudar na capital.

Quanto à razão da escola denominar-se Escola Normal Rural Murilo Braga, consta que foi pelo fato de Murilo Braga ter sido funcionário de carreira e ser um dos primeiros Técnicos de Educação, sendo, no período de 1946-1952, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão até hoje existente e responsável à época pelo plano de expansão da rede escolar primária e normal em todo o país.

Se os nomes de Dr. José Rollemberg Leite e do Prof. Acrísio Cruz devem figurar no panteão dos educadores de Sergipe, estes homens públicos, ao escolherem dar a denominação da escola a um Técnico Educacional de fora do Estado, e não um dos seus próprios nomes, fica demonstrados o caráter elevado e a dignidade enaltecida de ambos.

III – CURSO CIENTÍFICO

Itabaiana, já era detentora de um poderio econômico e contava com uma estrutura educacional tendo como base o ensino ginasial e curso de formação de professoras primárias (Curso Normal), com reflexo em municípios circunvizinhos; entretanto, ainda eram poucos os jovens cujas famílias tinham condições de colocarem seus filhos na Capital do Estado, visando o prosseguimento dos seus estudos, e, posteriormente, a busca da conclusão tão sonhada de obtenção de um curso de nível superior.

Foi a partir de um grupo de ex-alunos que estudavam em Aracaju, no Colégio Estadual de Sergipe, tendo à frente o hoje professor da Universidade Federal de Sergipe, Dr. José Augusto Machado, que iniciou-se um movimento estudantil que contou com o apoio de algumas instituições da sociedade local, visando a implantação e instalação, em nossa terra, Itabaiana, de um curso científico, fato que somente foi concretizado através do Decreto-Lei nº 16, de 15 de maio de 1969, de autoria do então Governador Lourival Baptista, transformando a antiga Escola Normal Rural "Murilo Braga", em Colégio Estadual Murilo Braga.

IV – A CONTRIBUIÇÃO EDUCACIONAL E SOCIAL DO COLÉGIO ESTADUAL NOS SEUS 60 ANOS DE EXISTÊNCIA.

Ao analisar o papel educacional e social do atual Colégio Estadual Murilo Braga, no contexto do seu papel sócio-educacional e cultural, no destino e caminho de seus milhares de alunos que tiveram a felicidade de passar pelos seus bancos escolares e hoje estão espalhados por todo país, voltamos nosso pensamento para os primeiros discentes em seus vários cursos.

Dos 35 alunos aprovados no primeiro exame de admissão ao ensino ginasial, realizado no período de 11 a 13 de maio de 1950, apenas 20 concluíram a quarta série ginasial, em 27 de dezembro de 1953.

Em 23 de fevereiro de 1954, processou-se o exame de admissão à primeira série do curso normal, tendo essa turma se formado em dezembro de 1955, pois a Legislação vigente àquela época estabelecia um período de apenas dois anos para a conclusão do curso, sendo que essa turma era composta por somente oito alunos. Ressalto que com o advento da referida Lei nº 4.024/61, o curso de formação de professores primários passou a ser exigido com um currículo a ser completado em três anos, ocorrendo que a primeira turma concluída com aquela nova estrutura curricular contou apenas com cinco formandas.

As comemorações de formatura realizavam-se no salão de festas do auditório Euclides Paes Mendonça, onde hoje se localiza a "Ala C" do Colégio.

Ao tempo em que educava, o Colégio também socializava os costumes de um povo com características acentuadamente rurais, conservadoras e rudes, pois foram raros os filhos de Itabaiana que conseguiram ter acesso a um curso superior antes da existência do Colégio Murilo Braga, o que ocorreu posteriormente devido às inesquecíveis e eternas professoras primárias que foram responsáveis direto pela mudança do destino de muitos profissionais de hoje.

Naquela época, repetindo-se, ao término na conclusão do Curso Ginasial, eram poucas as famílias que tinham condições de mandar

seus filhos para estudar na Capital, seja colocados em repúblicas ou pensões, seja em casas de parentes, como foi o nosso caso.

A instalação do curso científico, no Colégio Murilo Braga, em 1969, veio concluir a estrutura educacional e democratizar as oportunidades para, em Itabaiana, alunos de origem humilde tornarem-se mais tarde, pelo seu brilhantismo e inteligência nas Faculdades de Sergipe e do Brasil, bons estudantes e hoje profissionais públicos e privados espalhados por toda sociedade sergipana.

Foi de ex-alunos do Colégio Murilo Braga que, em 03 de fevereiro de 1968, nasceu e foi publicado o primeiro número do Jornal "O Serrano".

Em 1967, foi também criado, pelos ex-alunos do Murilo Braga, o conjunto musical "THE SCOTCMEN", escolhido como o melhor conjunto musical do ano, o qual devido à sua difícil pronuncia pelos itabaianenses, foi mudado para os "Os Nômades".

O destino de muitos jovens de Itabaiana foi alterado graças a existência desse modelar estabelecimento de ensino, cujos ex-alunos espalhados por toda a nação engrandecem o nome da nossa terra, em contraposição à infamante marginalização que no dia a dia nos é imposta por uma equivocada publicidade.

Itabaiana, outrora isolada por falta de rios perenes e de estrada de ferro, e ligada à capital apenas por uma estrada de barro, hoje apresenta-se com uma economia pujante e forte, com repercussão em todo o Estado, cuja maior riqueza, porém, é a cultura e inteligência de seus filhos, que galgam, sem apadriamentos, cargos e posições nas mais altas esferas dos Poderes da nossa democracia.

Poderiam ser citados alguns ex-estudantes, mas, para que não se comentam injustiças, deve-se apenas exaltar que em todos os cantos do saber, seja jurídico, médico, econômico, musical e intelectual, da sociedade sergipana, existe sempre um ex-aluno do Colégio Murilo Braga.

Sonho acalentado por famílias inteiras tornou-se realidade e possibilitou o soerguimento e elevação social de milhares de itabaianenses, que, no entanto, precisa aprimorar-se, visando criar-

mos uma consciência reflexiva de transformação, não apenas de nossa vida individual e familiar, mas também da coletividade, que precisa educar-se quanto à prática dos seus costumes, visando estabelecermos uma verdadeira cidadania.

Finalizando, ressalto minha eterna gratidão aos idealizadores dessa magnífica obra, o Colégio Estadual Murilo Braga, que possibilitou transformação na vida de milhares de pessoas, efetivada através dos vultos históricos do Dr. José Rollemberg Leite, do Prof. Acrísio Cruz e da Profª. Maria da Conceição, por dedicarem parte de suas vidas a uma obra que possibilitou o engrandecimento de várias gerações de itabaianenses.

BIBLIOGRAFIA

SOUZA, Josefa Eliana. GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira. FILHO, Manoel Luiz Cerqueira. "Sociedade e Cultura Sergipana". Secretaria de Estado da Educação e do Desporto e Lazer. Governo de Sergipe, 2002.

LIMA, José Rivadálvio. "Cinqüentenário do Colégio Estadual Murilo Braga" – J. Andrade LTDA – 2002.

JÚNIOR, Hamilcar Silveira Dantas. Política Educacional, Educação Física e Esportes – Revista do IHGS – Nº 35-206 – pág. 217-237.

Lei Estadual nº 212, de 29 de novembro de 1949.

ESTRUTURA E DINÂMICA DA ECONOMIA SERGIPANA (1970-2002)

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo*
Aldemir do Vale Souza**

RESUMO:
O presente artigo analisa a evolução da estrutura produtiva da economia sergipana no período 1970-2002, buscando relacionar as principais transformações do seu perfil produtivo e de sua dinâmica de crescimento à forma de articulação com a economia nacional. É possível identificar dois pontos de inflexão na trajetória da economia sergipana no período em questão. O primeiro, nos anos 70 e primeira metade dos anos 80, quando um conjunto de investimentos industriais de empresas públicas e privadas puxou o crescimento econômico do estado e revolucionou as atividades urbanas. O segundo ponto de inflexão se verificou a partir de meados dos anos 80, quando atividades do setor terciário tornaram-se mais dinâmicas, acompanhando a perda de pujança da economia nacional e o abandono das políticas regionais inauguradas nos anos 60. Nos anos noventa, a abertura comercial e a reestruturação industrial em curso colocam em xeque o principal projeto estruturador, há muito acalentado pelas lideranças políticas locais, o pólo cloroquímico de Sergipe. Nos anos mais recentes, já no século XXI, um conjunto de novos investimentos, atraídos pelas políticas estaduais de desenvolvimento industrial, propicia um novo ciclo de expansão industrial.

PALAVRAS-CHAVE: Sergipe, Desenvolvimento, Economia.

* Professor Doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

** Ex-professor da UFPE e diretor de Ceplanconsult

1. INTRODUÇÃO

Podem-se ressaltar dois aspectos interdependentes para caracterizar o contexto do passado recente da economia do Estado de Sergipe. O primeiro associado às transformações da economia brasileira, sob influência das mudanças na economia internacional, nas três últimas décadas, e o efeito que teve e tem a condução da política de curto prazo nas economias locais. E o segundo, relacionado à importância que tiveram, até meados dos anos oitenta, os investimentos das empresas estatais para induzirem direta e indiretamente o crescimento, a renda e o emprego no Nordeste e, em particular, nas economias estaduais mais vulneráveis como a de Sergipe.

Quanto ao primeiro aspecto, dois pontos merecem destaque. Primeiro o de que a forte proteção ao mercado da economia brasileira e o fácil acesso à poupança externa, até o final dos anos setenta, favoreceram as condições para um crescimento sustentado do PIB, configurando uma dinâmica endógena que reforçou um processo de integração regional já em curso desde os anos trinta do século passado. Segundo, e não menos importante, a elevação do preço do petróleo e o processo inflacionário desencadeado nas principais economias mundiais abriram espaço, nos anos setenta, para o início, nessas economias, de políticas de reestruturação industrial, alteração de suas políticas comerciais e uma forte onda protecionista.

A adoção de políticas corretivas pelas principais economias mundiais, dentre elas o forte aumento dos juros básicos da economia norte-americana, repercutiu nas economias latino-americanas e, em particular, na economia brasileira que, incapacitadas de servir suas dívidas, mergulharam, na primeira metade da década de oitenta, num processo de crise cambial e financeira, interrompendo uma trajetória de crescimento sustentado que se verificara até final dos anos setenta.

Progressivamente, essas economias adaptaram-se à crise da dívida, a partir do início dos anos noventa, adotando medidas sob a forma de redução das barreiras de proteção a seus mercados, de desregulamentação de seu mercado de capitais, da implementação de progra-

mas de privatização de empresas públicas, e de medidas ambiciosas de controle dos gastos públicos e de combate de seus crônicos processos inflacionários.

Os efeitos nas economias regionais das mudanças ocorridas na economia brasileira foram significativos. Exerceram influência como fatores de destaque, por um lado, a crise cambial e a fragilidade fiscal e financeira do setor público nos anos oitenta; a abertura da economia, nos anos noventa, e suas implicações na reestruturação industrial; e a necessidade de conter o processo inflacionário, com a reiteração, até o advento do Plano Real, em 1994, de experiências sucessivas de planos de estabilização malogrados.

O traço mais notável desse período é a persistência de uma fase de lento crescimento econômico, iniciado na década de oitenta, permeado por graves problemas na economia brasileira, com repercussões importantes nas economias estaduais. Na raiz dos problemas da economia brasileira, a crise cambial de início dos anos oitenta, e a interrupção dos fluxos de financiamento com base em poupança externa, foi uma das fontes mais importantes de desequilíbrio macroeconômico que afetaram a economia. Outro não menos importante foi a aceleração do processo inflacionário.[1]

O oscilante desempenho da economia brasileira, nos anos oitenta, encerra, por assim dizer, o resumo da ocorrência de diversos fenômenos interdependentes: queda do PIB, em 1981 (- 4,2%) e 1983 (- 3,0%), aceleração inflacionária e mudanças no quadro político-institucional que propiciaram a primeira tentativa heterodoxa de estabilização da economia, com o Plano Cruzado, a partir de 1986, sucedido por iniciativas igualmente frustradas de planos heterodoxos de estabilidade monetária caracterizados por congelamento de preços e salários.

[1] Em 1983, a inflação mudou do patamar de 100% para 200% ao ano.

Entre 1984-85, houve um breve ciclo de recuperação, sustentado no crescimento das exportações que se configurou num ambiente de recessão com grande capacidade ociosa na indústria e redução dos salários reais. As medidas de congelamento de preço e salários do Plano Cruzado, em 1986, associados a uma política monetária acomodatícia e ao crescimento real dos salários, naquele ano, provocaram uma elevação inusitada da demanda e causaram um forte crescimento do PIB: 6,4%, no ano.

A frustração decorrente dos repetidos insucessos das tentativas de estabilizar a economia tornou o processo inflacionário mais agudo dando início a um período de instabilidade na economia que entrou numa fase de estagnação com seus efeitos de redução do ritmo de crescimento do PIB até o final da década de oitenta. Esse ambiente de incerteza serviu de desestímulo ao investimento, acentuando uma situação de persistente instabilidade e lento crescimento econômico.

No Nordeste, observou-se então uma tendência de redução do investimento, caindo seu ritmo de crescimento para 1,6% ao ano naquela década[2], reduzindo-se ainda mais, entre 1990-93, em termos absolutos em 4,4% ao ano. O investimento público contribuiu para essa queda com – 9,9% ao ano.[3]

No Gráfico 1, que contém o crescimento do PIB em médias móveis qüinqüenais, observa-se a tendência das economias brasileira, nordestina e sergipana ao longo das três últimas décadas, podendo-se destacar, sob a forma de resumo, os seguintes comentários:

a) até quase o final da década de setenta, as taxas de crescimento – indicadas pelas médias qüinqüenais – ainda refletiam a tendência histórica de expansão acelerada da economia brasileira, em que pese o início da fase de transição para uma forte desaceleração do seu ritmo de crescimento, graças aos problemas apontados;

---

[2] Na década anterior, a FBKF tinha crescido a um ritmo de 10,2% a.a., cf. Sudene. Boletim Conjuntural – Nordeste do Brasil, n. 1, 1993 (Tabela 71, p. 390).

[3] Idem, ibdem.

b) nos anos oitenta, a chamada "década perdida", configurou-se de maneira mais inequívoca o crescimento claudicante e a "estratégia" *stop-and-go* das diversas e reiteradas tentativas frustradas de estabilização monetária, com a ocorrência das experiências, sem precedente em quarenta anos, de crescimento negativo, em 1981-83;
c) nos anos noventa, com o advento do Plano Real, em 1993-94, esboça-se uma retomada do crescimento, em um curto ciclo, como resultado da estabilidade monetária, sem que se retorne às taxas históricas, sobretudo devido à grande incerteza quanto ao investimento de médio e longo prazo, tanto que os anos iniciais do novo século (2000 - 2002) registram crescimento medíocre (2,3% a.a., na média)
d) a tendência observada ao longo de todo o período, até a primeira metade da década de noventa, revela o traço empírico já observado da aderência do crescimento das economias regional e estadual à economia nacional.

Essa última observação chama a atenção para a constatação, com freqüência assinalada, de que a economia nordestina sempre cresce a taxas maiores do que a brasileira, quando esta entra numa fase cíclica de recuperação, enquanto ocorre o oposto, quando se esboça uma trajetória de queda das taxas de crescimento de PIB da economia brasileira. Contrariando esse fato observado até um passado recente, esse padrão é interrompido entre 1992 e 1996, sem sinais de que voltará a se repetir no futuro. Ver Gráfico 1.

De fato, é o que se pode notar da comparação feita a partir do ano de 1992, quando a economia brasileira passa a crescer a taxas maiores. Uma hipótese para essa mudança pode estar numa provável reconcentração da atividade econômica nas regiões mais desenvolvidas, que se beneficiaram de uma maior integração ao comércio internacional, ou na tendência, a partir dos anos noventa, de expansão da área do agro-negócio, sobretudo na região do Centro Oeste.

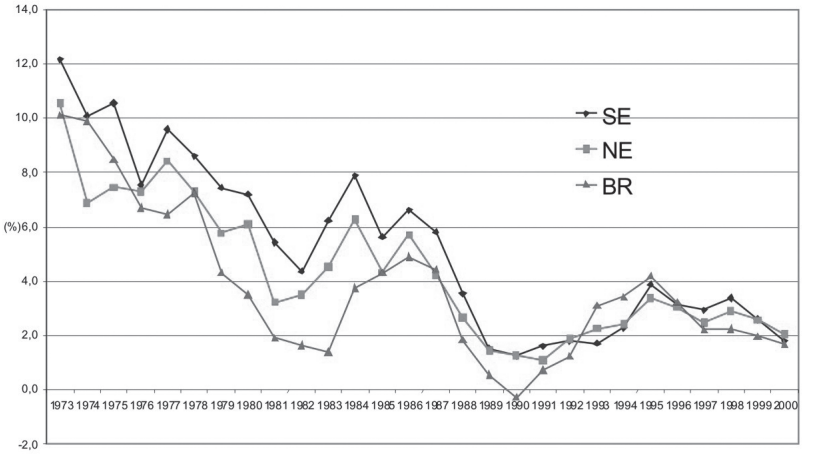


Gráfico 1 - Brasil, Nordeste e Sergipe: Evolução das Taxas de Crescimento do PIB 1970 – 2002 (Médias móveis qüinqüenais)

Fonte: Sudene (1973-1984), IBGE (1985-2002)

No contexto nordestino e nas economias estaduais o que se observa, de acordo com a tendência do crescimento, notadamente quanto à aparente correlação entre os ritmos de crescimento da economia nacional versus à regional e estadual, é uma capacidade de resposta diversa, segundo a situação particular de cada economia local.

De fato, a intensidade dos efeitos das mudanças apontadas nas economias estaduais teve, como contrapartida, uma maior ou menor capacidade de resposta e adaptação em função das condições da disponibilidade dos recursos naturais, da infra-estrutura e logística existente, da dimensão dos mercados, e da qualificação da mão-de-obra de suas economias. E, é evidente, parte não menos importante dessa adaptabilidade das economias estaduais se deu graças à capacidade local da iniciativa privada e do papel dos governos, até onde foi possível se acomodar às condições adversas gerais.

Nesse limitado espaço de manobra, embora secundariamente, tiveram importante papel as potencialidades de cada economia estadual

e as condições financeiras dos governos estaduais para atrair investimentos privados ao longo dos últimos quase vinte anos, a partir de programas de incentivos com base em sua receita própria.[4] Nesse particular, as economias estaduais mais robustas, com capacidade para esboçar reação conseqüente foram, e ainda são, as dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, as três maiores economias da região Nordeste.

Um outro fator determinante diz respeito à importância que tiverem, e a ainda têm, as empresas estatais federais na economia regional. Pode-se afirmar que seus investimentos tiveram, e ainda exercem, um papel importante como elemento de atração dos investimentos do setor privado, tendo atuado, nesse sentido, como um ponderável reforço à política de desenvolvimento industrial conduzida pela extinta Sudene.

O caso da economia de Sergipe é emblemático sob esse aspecto porque, até meados dos anos oitenta, os investimentos da Petrobrás, pelo peso que tiveram na formação do PIB industrial e do Estado, influíram significativamente na trajetória do crescimento de sua economia, com impactos diretos e indiretos importantes nas demais atividades. Paradoxalmente, essa presença, ao implicar uma concentração de investimentos importante na indústria, tornou a economia do Estado vulnerável às mudanças das estratégias da empresa.

2. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SERGIPE

A evolução do Produto Interno Bruto sergipano é, como a dos demais estados, em geral, fortemente correlacionada ao desempenho da economia brasileira como um todo. Embora possa parecer um truísmo, essa afirmação subentende a influência de fatores exógenos; da gestão da política de curto prazo; e dos choques que – ao afetarem

[4] As estratégias locais, verdadeiras apostas de sucesso duvidoso, cobraram caro, e ainda cobram, dos estados o sacrifício incorrido em termos de renúncia fiscal.

a economia brasileira – acabam, por sua vez, repercutindo nas economias locais.

Assim é que, numa retrospectiva de longo prazo, identificam-se dois pontos de inflexão que, sob a influência de alterações na economia brasileira, representam mudanças de trajetória da economia sergipana. O primeiro, nos anos 70 e primeira metade dos anos 80, quando um conjunto de investimentos industriais de empresas públicas e privadas puxou o seu crescimento e revolucionou as atividades urbanas. Nesse período alterou-se significativamente a feição, até então, essencialmente, tradicional da economia do Estado. O segundo ponto de inflexão se verificou a partir de meados dos anos 80, quando atividades do setor terciário tornaram-se mais dinâmicas, acompanhando a perda de pujança da economia nacional e o abandono das políticas regionais inauguradas nos anos 60. Essa segunda mudança se configurou, não por coincidência, a partir dos anos 80, no marco do esgotamento de um longo período de quase três décadas de forte crescimento da economia brasileira.

Como um marco da inflexão mencionada, cabe registrar a importância que tiveram, e deixaram de ter, os investimentos do setor público na indústria na economia de Sergipe, cuja principal fonte de crescimento dependia, no início dos anos oitenta, da indústria extrativa mineral e a de transformação. Em 1985, ambas representavam 58,7% do PIB, sendo que a primeira contava com cerca de 22%.[5] Essa concentração da atividade econômica na indústria extrativa mineral, na exploração de petróleo, e em menor medida gás natural, sob controle da Petrobrás, uma empresa estatal, tornou a economia do Estado particularmente vulnerável às mudanças de orientação dos investimentos no setor industrial.

É evidente a tendência de redução dos investimentos dessa empresa a partir de 1985. De fato, conforme se observa, no Gráfico 2, a

[5] Em 1995, essa participação tinha se reduzido para cerca de 8%, conforme os dados das Contas Regionais, produzidos pela SUPES e o IBGE.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) na indústria extrativa mineral, que correspondia a 11% do PIB da economia sergipana, naquele ano, reduziu-se para 3% em 1989, caindo para cerca de 2% no final do período, no ano de 1995. Esses investimentos, que representavam 63% de toda a FBKF pública realizada em 1985, caíram para 18%, no último ano. Desde a segunda metade dos anos oitenta, houve um declínio persistente do investimento público, exaurindo-se uma das fontes de crescimento mais importantes da economia sergipana – se-não a mais importante. No mesmo período, a extração de petróleo teve uma redução de 27,3%.[6]

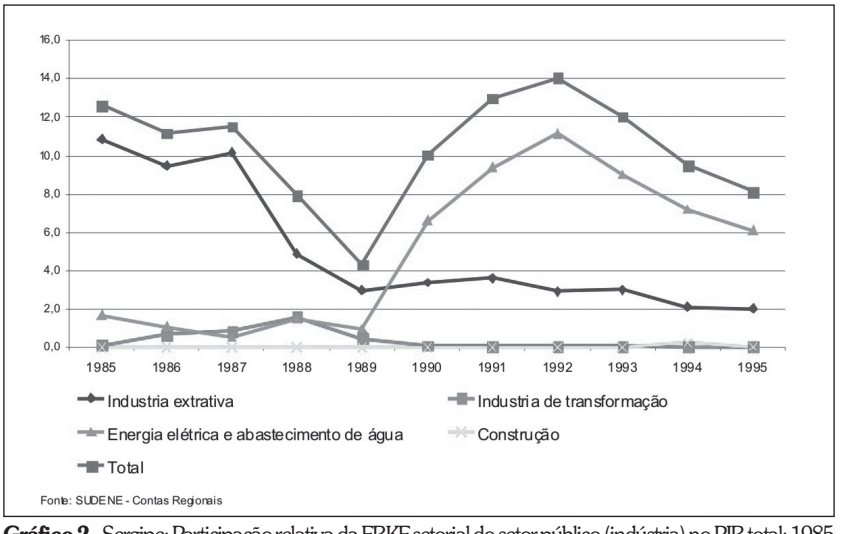


Gráfico 2 - Sergipe: Participação relativa da FBKF setorial do setor público (indústria) no PIB total: 1985 – 1995

[6] Ver Ricardo Lacerda: "Perspectivas de geração de renda e emprego na economia de Sergipe". s.l., 23/08/1999 (xerox)

Há outros aspectos que ilustram esses resultados em termos dos investimentos públicos. Por um lado, se houve uma redução nos investimentos na indústria extrativa mineral, estes se elevaram na atividade de energia elétrica e de abastecimento d´água. O que se pode inferir desse comportamento do investimento é a reiteração da dependência da economia do Estado de uma fonte de crescimento concentrada em outra empresa estatal. Com efeito, a maior participação do investimento nessa atividade, a partir de 1989, decorre das obras na barragem de Xingó realizadas pela CHESF, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Contrariando a tendência de um ritmo maior de crescimento de sua economia até meados dos anos oitenta, em anos mais recentes, notadamente depois do final da década de noventa, Sergipe enveredou numa trajetória de menor dinamismo comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, um fenômeno que pode ser atribuído à sua dificuldade de explorar novas oportunidades de investimentos relacionadas ao crescimento das exportações nacionais.

O início dos anos 90 foram os mais duros para a produção nacional dos últimos 15 anos, em razão da combinação perversa da acelerada abertura comercial com a recessão das atividades no mercado interno, o que fez com que a economia brasileira se defrontasse com intensa entrada de produtos estrangeiros em um mercado estagnado.

A partir da implantação do Plano Real, a situação torna-se um pouco menos adversa, dado que a expansão dos mercados de consumo propiciada pelo retorno do crédito e, em sua esteira, a retomada de investimentos diretos externos levaram ao crescimento da demanda agregada, o que implicou a possibilidade de certa absorção interna do incremento de produção, mesmo com a intensificação do crescimento das importações e da falta de competitividade da produção brasileira nos mercados externos. Desse modo a expansão da demanda agregada repercutiu em todas as regiões.

Essa trajetória da economia nacional, mais do que qualquer outro determinante, explicou o desempenho um pouco superior do PIB da economia sergipana na segunda metade dos anos 90, comparativamente ao da primeira. A partir de 1999, as exportações brasileiras ganharam novo impulso com importantes efeitos sobre a demanda agregada, abrindo mini-ciclos na economia brasileira como o iniciado com a desvalorização do real entre o segundo semestre de 2002 e no primeiro de 2003.

No período mais crítico da evolução da economia brasileira, a contar da abertura comercial do início dos anos 90, referente ao período 1990-1993, o PIB sergipano cresceu apenas 1,7% ao ano, contra 1,1% da economia nordestina e crescimento zero da economia brasileira. Ver Tabela 1.

Tabela 1 - Brasil, Nordeste e Sergipe. Taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto- PIB (%) aa

Anos/períodos	Brasil	Nordeste	Sergipe
1970-1973	12,4	13,9	17,2
1974-1980	7,0	6,6	7,4
1981-1984	-0,3	3,5	4,4
1985-1989	4,4	4,2	5,7
1990-1993	0	1,1	1,7
1994-1998	3,2	3,0	3,1
1999	0,8	2,2	1,3
2000	4,4	4,2	3,3
2001	1,3	1,0	0,3
2002	1,9	2,2	3,2
1999-2002	2,1	2,4	2,0

Fonte: SUDENE (1970-84), IBGE-Contas Regionais (1985-2002)

Nos anos de 1994 e 1998, verificou-se certa recuperação da economia nacional, estimulada pelo impacto da estabilização dos preços promovida pelo Plano Real. Ainda assim, a taxa de crescimento do PIB brasileiro no período foi modesta e decrescente, diante da perda de competitividade da economia em razão da contínua valorização cambial e das crises financeiras que atingiram, um a um, os países emer-

gentes endividados. A trajetória é de redução das taxas de crescimento do PIB brasileiro que, depois de atingir 5,9% em 1994, cai para 4,2% em 1995, 2,7% em 1996, 3,3% em 1997 e 0,1% em plena crise financeira e cambial de 1998. Ver Tabela 1.

O ano de 1999 foi de assimilação dos impactos da crise, com forte elevação das taxas internas de juro, com o retorno do crescimento do PIB nacional no ano de 2000 e taxas reduzidas de crescimento em 2001 e 2002. No período 1999-2002, o crescimento médio anual foi de 2,1%. Em 2003 o PIB ficou praticamente estagnado, 0,6% de aumento. A forte desvalorização cambial que se verificou no período combinada com a evolução favorável da economia mundial, todavia, possibilitou uma retomada de certo fôlego da economia brasileira, em 2004, 4,9% de crescimento.

A estagnação da economia nacional no início dos anos 90 atingiu intensamente a economia sergipana fazendo com que a taxa média de crescimento do PIB estadual situada em 5,7%, nos anos de 1985 a 1989, fosse rebaixada para 1,7% nos anos de 1990 a 1993.

Com o empuxe da demanda do Plano Real, a economia sergipana elevou a taxa de crescimento, comparativamente aos primeiros anos da década de 1990. Entretanto a média anual de 3,1%, no período 1994-1998, é significativamente menor do que os 5,7% anuais entre 1984 e 1989, e ainda menos expressiva quando comparada com as taxas dos anos 70 do século passado.

Nos anos mais recentes, a economia de Sergipe tem apresentado, em média, taxas de crescimento um pouco inferior às obtidas pelas economias do Nordeste do Brasil, com exceção de 2002. Ver Tabela 1. Tal indicador é preocupante, pois sugere que a economia do Estado vem se beneficiando pouco das oportunidades que a mudança do regime cambial, desde 1999, tem propiciado à economia brasileira. Assim, enquanto em todos os sub-períodos apresentados na tabela anterior, a economia sergipana registrou taxas de crescimento superiores às da economia brasileira e nordestina, após 1999 a sua trajetória tem se situado abaixo da média nacional, mesmo diante da relativa baixa dinamicidade da economia brasileira.

O coeficiente de exportação de Sergipe é significativamente inferior ao do Nordeste e do Brasil. Isso significa que, ainda que as exportações sergipanas cresçam acima das taxas médias da região e do país, o seu impacto sobre o PIB estadual é pouco significativo, diante do reduzido peso delas na composição da demanda agregada estadual.

3. A ESTRUTURA SETORIAL DA ECONOMIA SERGIPANA

Nos anos 70 e na primeira metade dos anos 80, a economia sergipana apresentou elevadas taxas de crescimento, estimulada pelos investimentos das empresas estatais e pelos investimentos privados incentivados pela SUDENE. A partir de meados dos anos 80, Sergipe perdeu dinamicidade, acompanhando o movimento geral da economia brasileira. Como reflexo dessas transformações, o setor industrial que chegou a representar 68% do PIB estadual, em 1985, declinou acentuadamente a sua participação, até atingir 33%, em 1993. Ver tabela 3.

Na perda de participação do setor industrial, e no conseqüente aumento da participação de setor serviços na economia sergipana, é necessário considerar dois fatores: Um primeiro associado à própria perda de dinâmica da indústria de transformação brasileira que atingiu quase todos os estados da federação a partir de 1985 e, um segundo, associada à perda de peso do setor petróleo na economia estadual. A recuperação de participação do setor industrial no PIB estadual no período 1997-1999 pode estar associada à instalação de novos empreendimentos incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Indústria - PSDI. O forte incremento de participação a partir de 2000 deveu-se, em maior parte, à entrada em operação da Usina Hidroelétrica de Xingó e a recuperação do valor de produção da atividade extrativa mineral (notadamente petróleo).

A outra face do grande peso do setor secundário no PIB sergipano é a participação extremamente baixa do setor agropecuário na produção da riqueza estadual, ainda que este setor apresente importante significado na ocupação de força de trabalho.

Tabela 3: Sergipe - Evolução da Participação dos setores no PIB Estadual, 1985-2002 (%)

ANO	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total geral
1985	8,2	67,8	24,0	100,0
1990	10,7	44,4	44,9	100,0
1994	12,5	41,3	46,3	100,0
1995	11,3	34,5	54,2	100,0
1996	10,8	33,2	56,0	100,0
1997	8,6	37,6	53,8	100,0
1998	9,2	36,0	54,8	100,0
1999	8,8	37,7	53,5	100,0
2000	7,6	37,3	55,1	100,0
2001	6,0	52,3	41,7	100,0
2002	6,6	51,5	41,9	100,0
2002*	7,8	42,9	49,3	100,0

Fonte: IBGE-Contas Regionais (1985-2002)
OBS: * Participação corrigida mantendo-se o peso do setor de serviços industriais de utilidade púbica, em 2002, idêntico ao do ano 2000.

Em 2002, o setor agropecuário respondia por 6,6% do valor adicionado da economia sergipana, o setor secundário por 51,5% e o setor serviços, no sentido lato, por 41,9%. Considerando todos os setores produtivos, os segmentos com maior capacidade de gerar riqueza no estado, em 2002, eram a administração pública, a indústria extrativa mineral, a indústria de transformação, os serviços industriais de utilidade pública, o setor de comércio, um amplo segmento que envolve as atividades imobiliárias e os serviços prestados às empresas, e a construção civil. No setor industrial, a indústria extrativa mineral representava a maior parcela do PIB, 17,1%, a indústria de transformação por 14,1%, os serviços industriais de utilidade pública por 16,2% e a construção civil por 4,2%. Ver tabela 4.

Tabela 4: Sergipe - Participação dos Setores no Valor Adicionado Bruto, Anos selecionados (%)

SETORES	ANOS			
	1985	1990	2000	2002
Agropecuária	8,2	10,7	7,6	6,6
Indústria extrativa mineral	21,9	9,0	10,5	17,1
Indústria de transformação	36,8	23,8	18,7	14,1
Eletricidade, gás e água	0,7	1,4	1,3	16,2
Construção	8,3	10,3	6,8	4,2
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	5,7	9,1	7,3	5,4
Alojamento e alimentação	1,3	2,5	1,1	0,7
Transportes e armazenagem	2,5	3,5	2,5	1,3
Comunicações	0,3	0,6	2,1	2,2
Intermediação financeira	1,9	3,1	3,8	4,6
Ativ. imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	2,5	3,8	8,4	5,1
Administração pública, defesa e seguridade social	8,4	19,1	25,6	19,5
Saúde e educação mercantis	1,0	2,1	3,0	2,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,3	1,0	1,1	0,8
Serviços domésticos	0,2	0,2	0,3	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-Contas Regionais (1985-2002)

No setor terciário, os segmentos de maior peso, eram a administração pública, com 19,5% do total riqueza gerada na economia sergipana, comércio, com 5,4%, e as atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, com 5,1%.

Ao longo do período 1985-2002, houve uma forte redução da participação do setor industrial, com a indústria de transformação perdendo 22,7 pontos percentuais de participação no PIB estadual, a indústria extrativa mineral, perdeu 4,8 pp e a construção civil 4,1 pp.

Tiveram aumento de participação, nesse período, os serviços industriais de utilidade pública, diversos segmentos do setor serviços com destaque para a administração pública, incluindo a previdência social, com tudo que ela significa em termos de transferência de renda, os serviços de intermediação financeira (incluindo atividades bancárias,

seguros, crediários etc), o segmento de atividades imobiliárias e de serviços prestados às empresas, esse último em grande parte associado ao processo de terceirização das atividades no setor secundário e terciário, o segmento de comunicações e os serviços da área social sob encargo do setor privado, como educação e saúde.

3.1. O SETOR AGROPECUÁRIO

Verifica-se o predomínio das áreas de pastagens na agropecuária sergipana que, em 1995/1996, representavam 2/3 das áreas agricultáveis. As áreas dedicadas às lavouras respondiam por 19% do total, sendo 10% de lavouras temporárias, 7% de lavouras permanentes e 2% de lavoura em descanso, enquanto as matas naturais ocupavam 9% das terras. Duas expansões se apresentam como as mais representativas no período 1970-1995: O processo de pecuarização de vastas áreas, com crescimento das áreas de pastagens em 13%, mais 136.564 ha, e a ampliação das lavouras permanentes, em 70%, incorporando mais 46.387 hectares. Ver tabela 5.

Tabela 5: Sergipe- Pecuária- Estabelecimentos e Área Ocupada, segundo a atividade econômica principal. 1995-1996

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	1970		1980		1995-1996	
	Há	%	ha	%	ha	%
ÁREA TOTAL (ha)	1.743.200	100	1.897.773	100	1.702.628	100
Lavoura permanente	66.340	4	95.748	5	112.727	7
Lavoura temporária	136.042	8	156.795	8	166.130	10
Lavoura em descanso	-	-	36.515	2	26.669	2
Pastagem natural	508.361	29	395.141	21	624.514	37
Pastagens plantadas	508.939	29	815.111	43	529.350	31
Matas naturais	210.933	12	247.786	13	155.543	9
Matas plantadas	2.488	0	1.210	0	2.915	0
Produtivas não utilizadas	252.823	15	96.619	5	49.004	3

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários, 1970, 1985 e 1995-1996.

Nota: Os dados até 1985 referem-se a 31.12, no censo de 1995-1996 os dados referentes a número de estabelecimentos, área total, utilização das terras, pessoal ocupado e tratores, referem-se a 31.12.1995.

Em 1995 existiam 99.774 estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos predominantemente pecuários representavam 58,9% das áreas ocupadas, além de 14,7% daqueles de produção mista, indicando que 36,7% dos estabelecimentos, correspondendo a cerca de ¾ da área agrícola de Sergipe, dedicavam-se parcial ou integralmente à pecuária. Cerca de trinta e cinco mil estabelecimentos dedicavam-se prioritariamente a culturas temporárias, com destaque para as culturas de subsistência como milho, feijão e mandioca. Vinte e seis mil e duzentos mil estabelecimentos estavam voltados para culturas permanentes (com destaque para laranja, côco-da-baía e banana), 25,0 mil estabelecimentos predominantemente de pecuária (bovinos, aves, suínos e ovinos principalmente), além de 11,6 mil voltados para outras atividades (extrativas, carvão, pesca e silvicultura).

A mandioca era a mais disseminada das culturas temporárias, constituindo-se na atividade principal de 14,4 mil estabelecimentos, 40,4% do total dos estabelecimentos que se dedicam predominantemente às culturas temporárias. A segunda atividade em termos do número de estabelecimentos era a cultura de feijão, com 8.181 unidades, em 1995-1996. O milho vinha terceiro lugar, com 5.321 estabelecimentos, seguido por outras culturas temporárias, 4.867 estabelecimentos. O valor da produção total das culturas temporárias atingiu 271,8 milhões de reais em 2003. Destacam-se as culturas da mandioca, cana-de-açúcar, feijão, o milho, e o arroz. Ver tabela 6.

Tabela 6: Sergipe - Valor da Produção das Principais Culturas Temporárias, Anos Selecionados, 1990-2003

CULTURA	1990		2000		2003	
	Mil cruzeiros	%	Mil reais	%	Mil reais	%
TOTAL TEMPORÁRIA	6.274.039	100,0	108.603	100,0	271.809	100,0
Mandioca	871.587	13,9	22.736	20,9	129.648	47,7
Cana-de-açúcar	2.837.831	45,2	29.632	27,3	42.869	15,8
Milho (em grão)	382.844	6,1	15.998	14,7	29.393	10,8
Feijão (em grão)	820.656	13,1	13.422	12,4	20.014	7,4
Arroz (em casca)	295.180	4,7	7.551	7,0	19.396	7,1
Batata - doce	309.747	4,9	4.487	4,1	10.293	3,8
Fumo (em folha)	264.869	4,2	4.901	4,5	6.300	2,3
Abacaxi (Mil frutos)	192.358	3,1	3.920	3,6	6.200	2,3
Melancia	19.375	0,3	2.655	2,4	2.939	1,1
Tomate	92.297	1,5	2.178	2,0	2.916	1,1
Amendoim (em casca)	64.846	1,0	747	0,7	1.293	0,5
Fava (em grão)	74.471	1,2	256	0,2	548	0,2

Fonte: IBGE- PAM

A laranja é a mais importante entre as culturas permanentes do Estado de Sergipe, sendo desenvolvida em 11,6 mil estabelecimentos, em 1995-1996. Seguem o côco-da-baía que se apresentava em primeiro lugar em termos de área ocupada dentre as culturas permanentes. A banana, a manga, a horticultura, o maracujá, o caju e o mamão são outras culturas permanentes expressivas no estado. Tabela 7.

Em termos de valor da produção, a cultura da laranja apresenta a maior participação, apesar da crise que atravessa, seguida pelo côco-da-baía, banana e maracujá. Surgem novas culturas como a manga e mamão, algumas delas em perímetros irrigados. Tabela 8.

Tabela 7: Sergipe - Estabelecimentos e Área Ocupada das Principais Culturas Temporárias e Permanentes, 1995-1996

ATIVIDADE ECONÔMICA	ESTABELECIMENTOS		ÁREA (ha)	
	Nº	%	Nº	%
TOTAL TEMPORÁRIAS	35.522	100,0	197.736.549	100,0
Mandioca	14.355	40,4	35.637.179	18,0
Feijão	8.181	23,0	41.116.241	20,8
Milho	5.321	15,0	34.769.346	17,6
Outras Culturas temporárias	4.867	13,7	44.563.517	22,5
Fumo	874	2,5	1.678.321	0,8
Arroz	649	1,8	2.750.027	1,4
Amendoim	384	1,1	809.488	0,4
Tomate	327	0,9	1.491.864	0,8
Cana-de-açúcar	177	0,5	32.701.811	16,5
Abacaxi	162	0,5	1.033.832	0,5
Algodão	154	0,4	537.181	0,3
Batata-inglêsa	47	0,1	88.744	0,0
Cebola	10	0,0	33.416	0,0
Soja	10	0,0	31.002	0,0
Mamona	3	0,0	10.581	0,0
Melão	1	0,0	483.999	0,2
TOTAL PERMANENTE	26.217	100,0	227.518.674	100,0
Laranja	11.570	44,1	82.839.919	36,4
Côco-da-baía	6.271	23,9	98.097.791	43,1
Banana	2.085	8,0	13.563.268	6,0
Outros permanentes	1.833	7,0	10.131.461	4,5
Manga	1.327	5,1	8.023.758	3,5
Horticultura	1.320	5,0	4.718.278	2,1
Maracujá	719	2,7	3.190.995	1,4
Outros cítricos	490	1,9	1.803.052	0,8
Caju	441	1,7	3.638.984	1,6
Mamão	145	0,6	1.427.305	0,6
Café	14	0,1	82.351	0,0
Floricultura	2	0,0	1.512	0,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996.

Tabela 8: Sergipe - Valor da Produção das Principais Culturas Permanentes, Anos Selecionados, 1990-2003

CULTURA	1990		2000		2003	
	Mil cruzeiros	%	Mil reais	%	Mil reais	%
TOTAL	5.771.481	100	115.303	100	240.970	100
Laranja	3.421.197	59	50.454	44	131.769	55
Côco-da-baía	734.132	13	18.618	16	34.253	14
Banana	491.153	9	9.117	8	24.649	10
Maracujá	849.633	15	27.441	24	19.307	8
Manga	156.761	3	5.341	5	19.274	8
Mamão	43.666	1	1.132	1	4.741	2
Limão	37.631	1	1.655	1	3.558	1
Tangerina	12.549	0	1.178	1	3.091	1
Goiaba	14	0	325	0	328	0
Abacate	21.965	0	-	0	-	0

Fonte: IBGE-PAM

A pecuária bovina é a mais disseminada e a de maior valor econômico, no Estado. São ainda importantes a avicultura de corte e a criação de ovinos e suínos. O efetivo bovino depois de atingir 1 milhão de cabeças, em 1990, o plantel caiu para 796,9 mil cabeças, em 1995, apresentando um certo crescimento a partir de então. Ver tabela 9.

A criação de aves é a que tem apresentado maior crescimento. O efetivo de galos, frangas, frangos e pintos passou de 1,9 milhão, em 1990, para 3 milhões, já citados, em 2003. A criação de galinhas, ainda que de forma mais modesta, também tem se expandido. As demais criações não apresentaram crescimento digno de destaque.

Tabela 9: Sergipe - Efetivo dos rebanhos (Cabeças)

TIPO DE REBANHO	EFETIVO			
	1990	1995	2000	2003
TOTAL	4.419.467	4.248.768	4.883.876	5.479.082
Bovino	1.030.453	796.870	879.730	895.938
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	1.881.945	2.188.508	2.797.900	3.016.992
Galinhas	1.043.359	852.658	869.044	1.224.595
Ovino	201.601	154.857	96.422	126.122
Suíno	96.447	98.657	91.370	95.843
Eqüino	82.646	87.133	66.385	67.448
Muar	38.199	36.950	15.604	15.905
Caprino	31.189	20.612	11.735	13.883
Asinino	12.289	10.957	9.765	9.632
Bubalino	475	296	231	324
Coelhos	864	-	306	175

Fonte: IBGE -PPM

3.2. O SETOR INDUSTRIAL

A INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

Os segmentos de petróleo, gás natural e sais de potássio são as principais atividades mineradoras da economia sergipana. Em 2002, o setor secundário respondia por 51,6% do PIB sergipano. Neste ano, a indústria extrativa mineral participava com 17,1% do PIB e 33,1% do PIB do setor secundário sergipanos. Contudo, desde meados dos anos 80, a extração de petróleo, a mais significativa dentre as atividades mineradoras do estado, não tem apresentado crescimento sustentado. A Petrobrás tem indicado que as prospecções mais recentes, com a exploração do campo de Piranema, em águas profundas, apontariam para elevação de 40% a produção estadual de petróleo, nos próximos anos. Ver tabela 10.

Tabela 10: Sergipe - Produção de Petróleo, 1978-2003 (Em 1.000 m^3)

	ANOS							
	1978	1984	1990	1996	2000	2001	2002	2003
Produção	2.734	2.946	2.603	2.042	2.141	2.078	2.056	2.145
Índice	100	108	95	78	78	76	75	78

Fonte: SUDENE/DPO/Contas Regionais para os anos de 1978 a 1990. Petrobrás/SERPLAN, para os anos 1996. ANP/SDP a partir de 2000.

A indústria extrativa mineral respondia, em 2003, por 35,5% do Valor da transformação industrial, da Indústria Geral, contra 64,5% da indústria de transformação, com destaque para extração de petróleo e serviços correlatos que representavam 35,4 pontos percentuais.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Na indústria de transformação, os gêneros de maior peso no valor de transformação, em 2003, eram a indústria de produtos alimentícios, a fabricação de minerais não-metálicos (com destaque para a fabricação de cimento), a indústria química, têxteis, produtos metalúrgicos e, mais recentemente, a fabricação de máquinas e equipamentos e fabricação calçados e produtos de couros, esse último em função da relocalização de indústrias da Região Sul do País.

A fabricação de minerais não-metálicos, a produção de químicos, de produtos metalúrgicos, máquinas equipamentos e alimentos industriais foram os segmentos que apresentaram o melhor desempenho e mais aumentaram suas participações no VTI da indústria de transformação, entre 1996 e 2003. Ver tabela 11.

Tabela 11: Sergipe- Valor da Transformação Industrial segundo gêneros de atividade, 1996 – 2003 (Mil R$)

SETOR DE ATIVIDADE	1996		2003	
	Nº	%	Nº	%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	281.850	100,0	1.318.563	100,0
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	72.813	25,8	358.146	27,2
Fabricação de produtos do fumo	3.007	1,1	2.125	0,2
Fabricação de produtos têxteis .	81.763	29,0	134.493	10,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	6.566	2,3	17.106	1,3
Preparação de couros e fabricação de artefatos	29.331	10,4	27.099	2,1
Fabricação de produtos de madeira .	551	0,2	1.793	0,1
Fabricação de celulose, papel e produtos	134	0,0	12.585	1,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	7.790	2,8	16.393	1,2
Fabricação de coque, refino de petróleo,...	-		-	
Fabricação de produtos químicos	22.166	7,9	244.973	18,6
Fabricação de artigos de borracha e plástico	4.228	1,5	10.225	0,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	42.448	15,1	351.642	26,7
Metalurgia básica .	-		-	
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas	2.253	0,8	82.821	6,3
Fabricação de máquinas e equipamentos .	663	0,2	33.165	2,5
Fabricação de máquinas p/escritório e equipamentos	-		-	
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais	90	0,0	770	0,1
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos	-		-	
Fabricação de equipamentos de instrumentação	-		1.571	0,1
Fabricação e montagem de veículos automotores,	816	0,3	2.539	0,2
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-		2.063	0,2
Fabricação de móveis e indústrias diversas	2.733	1,0	5.358	0,4
Reciclagem	-		-	
Outras	4.498	1,6	13.694	1,0

Fonte: IBGE-PIA empresa. 1996–2003.

Na indústria de transformação sergipana, em 2003, a fabricação de produtos alimentares, a indústria química, a indústria de minerais não metálicos, a indústria têxtil e a metalúrgica são as atividades que respondem pelo maior número de pessoas ocupadas. Entre 1996 e 2003, a ocupação na indústria sergipana registrou incremento de em 8,1 mil pessoas. As indústrias extrativas contabilizaram redução significativa na força de trabalho entre 1996 e 2000, recuperando-se após esse ano. Como tendência geral, esse segmento vem perdendo participação na ocupação industrial sergipana, em parte por conta do processo de terceirização de serviços das atividades consideradas não-nucleares para as empresas. Ver tabela 12.

A indústria de minerais não-metálicos vem aumentando o seu peso na ocupação industrial de Sergipe, passando de 1,6 mil pessoas para 2,8 mil no período, por conta da expansão do Pólo Cimenteiro sergipano. É significativa, também, a expansão da ocupação no segmento de confecção com a criação de pólos industriais no interior do Estado, tendo ampliado a ocupação em 787 postos de trabalho, e a indústria metalúrgica. A indústria têxtil, por outro lado, apresentou grande redução de pessoal ocupado, bem como o setor de couro e artefatos.

3.3. O SETOR SERVIÇO

Melo *et al* (1998) destacam que o setor terciário representa cerca de 2/3 emprego urbano metropolitano e mais da metade do PIB nacional, sem que isso necessariamente signifique que o país tenha se tornado uma economia de serviços moderna, pois, em parte significativa, esse setor está composto por atividades tradicionais, de baixa produtividade e se constitui em refugio para mão-de-obra de baixa qualificação, implicando em subemprego e exclusão social. Nesse sentido, a perda de dinamicidade da economia brasileira concorreu para que a força de trabalho buscasse alternativa de renda e ocupação no setor terciário. Deve-se, todavia, considerar a heterogeneidade do setor terciário que engloba desde segmentos sofisticados como serviços financeiros, engenharia, auditoria, consultoria, informática a segmentos tradicionais como transporte e comércio.

Tabela 12: Sergipe- Pessoal Ocupado no Setor Industrial segundo ramo de atividade, 1996 – 2003

SETOR DE ATIVIDADE	1996		2000		2003	
	N°	%	N°	%	N°	%
TOTAL	18.969	100	24.178	100,0	27.078	100,0
Indústrias Extrativas	2.656	14	2.087	11,6	2.877	8,6
Extração de carvão mineral	-		-		-	
Extração de petróleo e serviços correlatos	2.480	13	1.859	10,6	2.730	7,7
Extração de minerais metálicos	-	0	-	0,0	-	0,0
Extração de minerais não-metálicos	176	1	228	1,0	147	0,9
Indústrias de transformação	**16.313**	**86**	**22.091**	88,4	**24.201**	91,4
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	3.713	20	5.198	20,3	8.395	21,5
Fabricação de produtos do fumo	237	1	238	1,3	280	1,0
Fabricação de produtos têxteis	4.512	24	3.402	21,0	3.730	14,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1.622	9	2.068	5,3	2.409	8,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro	876	5	842	2,6	682	3,5
Fabricação de produtos de madeira	309	2	749	1,9	307	3,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	99	1	158	0,8	202	0,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	543	3	602	2,8	707	2,5
Fabricação de coque, refino de petróleo etc	-	0	-	0,0	-	0,0
Fabricação de produtos químicos	644	3	973	3,2	817	4,0
Fabricação de artigos de borracha e plástico	370	2	679	2,4	731	2,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1.675	9	2.815	13,7	2.813	11,6
Metalurgia básica	-	0	-	0,0	-	0,0
Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas	339	2	636	2,2	779	2,6
Fabricação de máq. e equipamentos	27	0	1.033	0,0	498	4,3
Fabricação de máquinas para escritório e equipa-	-	0	-	0,0	-	0,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais	41	0	-	0,0	67	0,0
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos	-	0	-	0,0	-	0,0
Fabricação de equipamentos de instrumentação	-	0	67	0,0	59	0,3
Fabricação e montagem de veículos automotores,	240	1	230	1,0	250	1,0
Fabricação de outros equipamentos de transporte	-	0	92	0,0	80	0,4
Fabricação de móveis e indústrias diversas	608	3	763	4,2	644	3,2
Reciclagem	-	0	-	0,0	-	0,0
Outras	458	2	1.545	5,8	751	6,4

Fonte: IBGE-PIA empresa: 1996 - 2003

Fazem parte desse amplo setor os serviços públicos, incluindo a administração pública, defesa, saúde, educação e previdência, e os serviços privados de educação, saúde, serviços pessoais, entre outros.

Com a reestruturação produtiva da economia mundial e da economia brasileira nos anos 80 e 90, do século passado, surgiram novos serviços vinculados à revolução da microeletrônica e que não foram internalizados nas grandes empresas industriais. Esse fenômeno deu origem a atividades altamente flexíveis de serviços prestados a empresas, cuja expansão foi reforçada pela terceirização empreendida tanto no setor industrial, quanto no próprio segmento de serviços, de parcelas das atividades antes desenvolvidas no interior das grandes empresas, como forma de redução de custo e ganho de flexibilidade.

Na economia sergipana, com o arrefecimento dos investimentos industriais estimulados pelas políticas de caráter regional e/ ou nacional, desde meados dos anos 80, o setor secundário perdeu dinamicidade, o que fez com que o setor terciário ampliasse a sua participação no PIB e na ocupação da força de trabalho. Assim, o setor terciário que respondia por 24% do PIB sergipano, em 1985, representava 44,9% em 1990, 54,2% em 1995 e 55,1% em 2000. Nos anos mais recentes o setor serviço registrou uma perda de participação, por conta, sobretudo, do incremento do valor da produção da indústria extrativa mineral e dos serviços industriais de utilidade pública, caindo para 41,9% do PIB sergipano de 2002. Ver tabela 3.

Com a perda de dinamicidade do setor secundário, os serviços ampliaram a sua participação no produto interno e na ocupação da força de trabalho. O setor terciário que respondia por 24% do PIB sergipano, em 1985, representava 41,9%, em 2002. Ver tabela 13.

Em 2002, a administração pública (incluindo as atividades de defesa e previdência), o comércio, os serviços prestados às empresas e o segmento de intermediação financeira eram as atividades terciárias mais significativas para a economia sergipana.

Despontaram novos segmentos como os serviços prestados às empresas, o setor de comunicação, impulsionado pela Internet e pela telefonia celular, o setor financeiro e as atividades privadas de saúde e edu-

cação. A perda de dinamicidade da economia e a conseqüente falta de oportunidade de trabalho fizeram que ganhasse peso, também, os serviços domésticos. O setor comércio, alojamento e alimentação e transportes e armazenagem tiveram importante perdas no valor adicionado.

As participações dos ramos no setor terciário também tiveram importantes variações, com a redução do peso do comércio, transporte e armazenagem e de alojamento e alimentação. Os demais segmentos aumentaram suas participações, com destaque para a administração pública, comunicações, intermediações financeiras, atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, indicando o aumento da importância do gasto público (inclusive previdenciário), das novas formas de comunicação (telefonia móvel, televisão a cabo, Internet, entre outras), dos bancos e financeiras, e de serviços prestados às empresas, incluindo a terceirização, na economia sergipana.

Tabela 13: Sergipe - Participação dos Ramos no Valor Adicionado do Setor Terciário, 1996 – 2003 (%)

SETORES	ANOS			
	1985	1990	2000	2002
Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	23,7	20,2	13,2	12,9
Alojamento e alimentação	5,4	5,6	2,0	1,7
Transportes e armazenagem	10,4	7,8	4,5	3,1
Comunicações	1,2	1,3	3,8	5,3
Intermediação financeira	7,9	6,9	6,9	11,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresas	10,4	8,4	15,2	12,2
Adm. pública, defesa e seguridade social	34,9	42,4	46,4	46,5
Saúde e educação mercantis	4,1	4,7	5,4	4,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,2	2,2	2,0	1,9
Serviços domésticos	0,8	0,4	0,5	0,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE-Contas Regionais (1985-2002).

AS ATIVIDADES COMERCIAIS

O comércio de veículos e de combustível tem ampliado sua participação no número de estabelecimentos, ocupação de força de trabalho e valor da receita líquida comercial no Estado. No comércio atacadista, a principal mudança refere-se à diminuição dos estabelecimentos voltados para a venda de produtos alimentícios e o crescimento das unidades especializadas na comercialização de artigos de uso pessoal, incluindo tecidos, calçados e produtos farmacêuticos e de bens intermediários, como combustíveis madeira e material de construção. Tabela 14.

Tabela 14: Sergipe - Receita Líquida de Revenda no Setor de Comércio, segundo grupos e classes de atividade - 1996–2002 (R$ 1.000)

GRUPOS E CLASSES SELECIONADAS	1996		2002	
	Mil reais	%	Mil reais	%
Sergipe	1.673.326	100,0	2.843.530	100,0
Comércio de veículos e motocicletas e comércio a varejo de combustíveis	284.795	17,0	674.804	23,7
Comércio por atacado	362.896	21,7	593.268	20,9
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	155.879	9,3	121.456	4,3
Artigos de uso pessoal e doméstico (fios têxteis, tecidos, calçados, produtos farmacêuticos, etc.)	46.225	2,8	76.832	2,7
Produtos intermediários, resíduos e sucatas (combustíveis, madeira, material de construção, etc.)	143.276	8,6	345.184	12,1
Máquinas, aparelhos e equip. de uso agropecuário, comercial, industrial e para fins profissionais	4.486	0,3	11.106	0,4
Outros (produtos agropecuários in natura e mercadorias em geral)	13.031	0,8	38.690	1,4
Comércio varejista	1.025.634	61,3	1.575.458	55,4
Comércio não-especializado (hiper/supermecados, lojas de departamentos, etc.)	620.477	37,1	705.506	24,8
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	20.049	1,2	80.010	2,8
Tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	98.585	5,9	287.495	10,1
Comércio de outros produtos em lojas espec. (produtos farmacêuticos, móveis, eletrodomésticos, material de construção, livraria, papelaria, etc.)	286.376	17,1	502.433	17,7
Artigos usados	147	0,0	14	0,0

Fonte: IBGE-PIA empresa: 1996 - 2002

No comércio varejista, a principal mudança diz respeito à perda de participação do comércio não-especializado, incluindo supermercados e lojas de departamento, e a maior presença do comércio especializado, abrangendo produtos farmacêuticos, móveis e eletrodomésticos, material de construção e papelarias e materiais de informática.

Entre 1996-2002, o comércio sergipano aumentou a ocupação em 30%, passando de 31,9 mil, em 1996, para 41,3%, em 2002. A distribuição da ocupação entre os grupos não teve variação mais significativa, registrando-se ligeira perda do comércio varejista e pequenos aumentos do comércio de veículos e combustíveis e do comércio atacadista. A redução de participação do comércio varejista deveu-se quase integralmente ao desempenho negativo da ocupação no comércio não-especializado, com a redução de 2.860 postos de trabalho. Ver tabela 15.

Mesmo perdendo participação, o maior volume de novas ocupações se verificou no comércio varejista que absorveu 7.500 pessoas adicionais no período. As classes de comércio de tecidos e vestuário e a de produtos especializados foram as que registraram maior aumento na ocupação, além do comércio atacadista e os de combustíveis e veículos e peças.

AS ATIVIDADES DE SERVIÇO

A Pesquisa Anual de Serviços - PAS do IBGE registrou a receita bruta de 1,16 bilhões de reais nas atividades de serviços em Sergipe, em 2002, distribuídas em sete grupos. As atividades de correio e telecomunicações e a de transporte e serviços auxiliares respondiam pelas maiores participações, 34,7% e 24,6%, respectivamente, seguidas pelos grupos de serviços prestados ás empresas, 14,8%, outras atividades de serviços, 11,7% e serviços de alojamento e alimentação. As atividades de informática, quando consideradas sem os serviços de telecomunicações, e as atividades imobiliárias registravam as mais baixas participações. Dois segmentos tiveram importante aumento de participação entre 1998 e 2002: os serviços prestados às empresas e o de correio e telecomunicações.

Tabela 15: Sergipe - Pessoal Ocupado no Setor de Comércio, segundo grupos e classes de atividade, 1996–2002

GRUPOS E CLASSES SELECIONADAS	1996		2002	
	Nº	%	Nº	%
SERGIPE	31.892	100,0	41.320	100,0
Comércio de veículos e motocicletas e comércio a varejo de combustíveis	4.008	12,6	5.305	12,8
Veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios	2.820	8,8	3.495	8,5
Combustíveis	1.188	3,7	1.810	4,4
Comércio por atacado	2.562	8,0	3.437	8,3
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.460	4,6	1.160	2,8
Artigos de uso pessoal e doméstico (fios têxteis, tecidos, calçados, produtos farmacêuticos, etc.)	500	1,6	845	2,0
Produtos intermediários, resíduos e sucatas (combustíveis, madeira, material de construção, etc.)	264	0,8	811	2,0
Máquinas, aparelhos e equipamentos de uso agropecuário, comercial, industrial e para fins profissionais	76	0,2	146	0,4
Outros (produtos agropecuários in natura e mercadorias em geral)	262	0,8	475	1,1
Comércio varejista	25.322	79,4	32.578	78,8
Comércio não-especializado (hiper/supermecados, lojas de departamentos, etc.)	10.503	32,9	7.643	18,5
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	1.724	5,4	2.058	5,0
Tecidos, artigos de armarinho, vestuário e calçados	4.786	15,0	9.257	22,4
Comércio de outros produtos em lojas especializadas (produtos farmacêuticos, móveis, eletrodomésticos, material de construção, livraria, papelaria, etc.)	8.301	26,0	13.617	33,0
Artigos usados	8	0,0	3	0,0

Fonte: IBGE-PIA empresa: 1996-2002

Tabela 16: Sergipe - Dados de Receita Bruta de Serviços (em R$ mil - preços correntes)

GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1998		2002	
	Mil reais	%	Mil reais	%
Serviços de alojamento e alimentação	64.832	10,6	101.425	8,8
Transportes e serv. aux. dos transportes	161.896	26,6	284.296	24,6
Correio e telecomunicações	192.481	31,6	401.348	34,7
Atividades de Informática	33.128	5,4	37.684	3,3
Ativ. Imobil. E de aluguel de bens móv. e imóv.	10.918	1,8	25.874	2,2
Serviços prestados as empresas	68.226	11,2	170.498	14,8
Outras atividades de serviços	77.674	12,8	134.752	11,7
TOTAL	609.155	100,0	1.155.877	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Anual dos Serviços – PAS, 1998-2002.

Em termos de ocupação, em 2002, a PAS registrou 38.743 pessoas nas atividades de serviços, das quais 12.955 no grupo de serviços prestados às empresas, 8.148 nos serviços de alojamentos e alimentação, 7.828 em transporte e 6.319 em outras atividades de serviços. O segmento de telecomunicação e correio que respondia, em 2002, por 34,7% da receita bruta dos serviços, ocupava tão somente 3,1% da força de trabalho do setor. Tabela 17.

Entre 1998 e 2002, verificou-se o incremento de 9.459 ocupações no setor de serviços, segundo a Pesquisa Anual de serviços, das quais mais da metade das novas ocupações, 5.456, ocorreram na classe de serviços prestados às empresas, o que permite dimensionar o significado do processo de terceirização do trabalho.

No período mais recente, entre 2000 e 2002, foram registradas 6.840 ocupações adicionais, das quais 2.291 foram incorporadas à classe de serviços de alojamento e alimentação, 1.756, em outras atividades de serviços, 1.582 em transporte e serviços auxiliares de transporte e 749 em atividades de informática.

Tabela 17: Sergipe - Pessoal Ocupado nas Atividades de Serviços, 2000-2002

GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1998		2000		2002	
	N°	%	N°	%	N°	%
Serviços de alojamento e alimentação	7.698	26,3	5.857	18,4	8.148	21,0
Transportes e serv. aux. dos transportes	6.267	21,4	6.246	19,6	7.828	20,2
Correio e telecomunicações	1.221	4,2	1.102	3,5	1.207	3,1
Atividades de Informática	1.214	4,1	662	2,1	1.411	3,6
Ativ. imobil. e de aluguel de bens móv. e imóv.	954	3,3	709	2,2	875	2,3
Serviços prestados as empresas	7.499	25,6	12.764	40,0	12.955	33,4
Outras atividades de serviços	4.431	15,1	4.563	14,3	6.319	16,3
TOTAL	29.284	100,0	31.903	100,0	38.743	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual dos Serviços – PAS, 1998-2002.

4. CONCLUSÕES

A trajetória da economia de Sergipe no período razoavelmente longo, 1970-2002, que serviu de referência para a análise acima pode ser caracterizada da seguinte forma:

i) O primeiro mostra o atrelamento do sentido e do ritmo de crescimento que essa economia compartilha com a economia brasileira e a nordestina, com a qualificação de que a intensidade do ritmo foi maior para a economia estadual desde o início dos anos 1970 até o começo dos anos noventa;

ii) O segundo é a importância que até a primeira metade da década de oitenta, tiveram os investimentos de empresas estatais na indústria extrativa mineral, em particular na exploração de petróleo para impulsionar o dinamismo da economia estadual;

iii) E o terceiro dá ênfase à mudança associada à maior participação do setor terciário na economia do Estado a partir dos

anos oitenta ainda que esta mantenha – em comparação às economias dos demais estados – um peso importante da indústria na formação de seu PIB.

Parte importante da explicação da tendência recente da economia do Estado está na sua capacidade de influir na trajetória de crescimento sob a influência do comportamento dos diferentes setores de sua economia. É esse aspecto que se aborda em seguida.

Em relação aos setores produtivos os principais processos e mudanças observados na agropecuária sergipana, no período foram:

i) Primeiro, dos 1.702,6 mil hectares de terras destinadas à atividade econômica, quase três quartos (73,6%) eram ocupadas, em 1995-96, por estabelecimentos de pecuária e produção mista, enquanto um quarto se destinava à atividade de lavouras temporária (11,6%) e permanente (13,4%). Essa ocupação resultou particularmente de um intenso processo de pecuarização, sobretudo nos anos setenta;

ii) Segundo, em período mais recente, dos anos noventa até início da presente década, observou-se um processo de estagnação da área colhida de culturas temporárias tradicionais como mandioca e feijão e redução no caso de culturas temporárias voltadas para o mercado como a cana-de-açúcar e o fumo.

iii) Terceiro, a citricultura mantém-se como a atividade agrícola mais importante, embora seu principal produto, a laranja, venha enfrentando uma crise de produção desde início dos anos noventa devido ao envelhecimento dos pomares e a incidência de pragas. O destaque dessa cultura está no importante vínculo que estabeleceu com os mercados externos, por meio das exportações de suco. O coco-da-baía é a segunda mais importante cultura permanente da economia agrícola sergipana.

iv) Quarto, a pecuária de Sergipe cujos estabelecimentos, dedicados em sua maioria (54% em 1995-96) à bovinocultura, ocupa quase três quartos da área agrícola

do Estado; está disseminada nas três meso-regiões, não apresentando sinais de dinamismo, exceto na atividade da avicultura que apresentou uma trajetória de crescimento desde 1990, de acordo com as informações da Pesquisa Pecuária Mensal do IBGE.

v) Por último, as características da agropecuária de Sergipe, com extensa ocupação de áreas por atividades pouco dinâmicas, como a cana-de-açúcar e a pecuária, e as limitadas margem de expansão da fronteira, a não ser no interior das propriedades existentes, evidenciam o grande desafio de elevação da produtividade de suas principais atividades para lograr uma trajetória de recuperação no futuro.

A evolução recente do setor secundário de Sergipe pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

i) um primeiro ponto a ser reiterado ressalta a situação *sui-generis* de Sergipe em comparação aos demais estados nordestinos quanto à maior participação do setor secundário na geração da renda de sua economia;

ii) nesse particular, assume papel importante a indústria extrativa mineral, com a presença da Petrobrás, uma indústria que contribui para a geração de parcela do valor da transformação industrial superior a qualquer dos gêneros da indústria de transformação;

iii) na indústria de transformação, em que pese a presença ainda significativa de indústrias tradicionais como a têxtil, confecções, alimentos e bebidas, configura-se uma trajetória recente de crescente importância de indústrias dinâmicas tais como a química, metalúrgica, minerais não metálicos e mecânica;

iv) quanto ao papel da indústria no emprego, evidencia-se uma trajetória de manutenção do emprego nas indústrias de alimentos e bebidas, confecções e minerais não metálicos, enquanto cresce em importância as indústrias de móveis, a mecânica e de borracha e de matérias plásticas;

v) é provável que a tendência de diversificação da pauta de exportações, com a presença de produtos da indústria, esteja influenciando o aumento da participação de indústrias mais modernas no emprego e no VTI;
vi) o expressivo crescimento do número de estabelecimentos em gêneros novos, em um curto espaço de tempo, na indústria de transformação pode estar associado à uma presença mais agressiva do estado por meio dos incentivos fiscais.

No que tange ao setor serviços devem ser assinaladas algumas considerações sobre as tendências recentes e as perspectivas futuras, cabe destacar:

i) A crescente importância dos serviços na economia sergipana, refletindo a tendência mais geral na economia brasileira que no estado acompanha o processo de reestruturação do setor secundário (com perda de dinamismo de algumas indústrias) e o avanço do processo de terceirização;
ii) O aumento do peso de todos os segmentos dos serviços no PIB do Estado, exceto os serviços de transporte e armazenagem e de alojamento e alimentação;
iii) Mudança na composição do comércio varejista que registra tendência de redução de importância do comércio não especializado (super e hipermercados, lojas de departamento, etc.), enquanto cresce a participação do comércio especializado.
iv) No comércio atacadista, a redução de estabelecimentos de venda de produtos alimentícios, ao mesmo tempo que aumenta a participação de unidades especializadas no comércio de artigos de uso pessoal, tecidos, calçados e produtos farmacêuticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe – República (1889 – 2000)..* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FALCON, Maria Lúcia; HANSEN, Dean Lee; BARRETO Júnior, Edison (org.). *Cenários de Desenvolvimento Local: estudo exploratório, vol. I e vol. II* . Aracaju: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003.

_____. Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - CODISE. "Potencialidades de Sergipe". Aracaju: dezembro de 2002.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – Seplantec. *Cenários da Economia Sergipana: 1988:1992. Aracaju: 1888.*

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU. Secretaria de Planejamento. FALCÓN, Maria Lúcia; HANSEN, Dean; BARRETO Júniro, Edison. "Plano de Desenvolvimento Local de Aracaju, vol. 1 e 2". Aracaju: 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD)". 1992-2003. Rio de Janeiro

_____. "Censos Demográficos 1991 e 2000". Rio de Janeiro

_____. "Censo Agropecuário 1995/1996". Rio de Janeiro

_____. "Contas Regionais 2002". Rio de Janeiro

_____. "Produção da Pecuária Municipal (PPM)". Vários anos, Rio de Janeiro

_____. "Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)". Vários anos, Rio de Janeiro

_____. "Contagem Populacional 1996". Rio de Janeiro

_____. "PIB Municipal 1998-2002". Rio de Janeiro

_____. "Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) 1998-2002". Rio de Janeiro

_____. "Pesquisa Anual do Comércio (PAC) 1998-2002". Rio Janeiro.

_____. "Pesquisa Industrial Anual (PIA) 1998-2002". Rio Janeiro.

_____. "Levantamento Sistemático de Produtos Agropecuários (LSPA)". Rio de Janeiro.

LACERDA, Ricardo: "Perspectivas de geração de renda e emprego na economia de Sergipe". s.l., 23/08/1999 (impresso).

MELO, H. *et al* (1998) O Setor Serviços No Brasil: Uma Visão Global — 1985/95. *Texto Para Discussão.* Nº 549. IPEA

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. "RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais"; Brasília

SEBRAE/SE e Fórum Empresarial de Sergipe. "Novos Rumos para a economia Sergipana: Proposições da Classe Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável de Sergipe". Aracaju: 2002.

VASCONCELOS, Ana Elisa; GUIMARÃES Neto, Leonardo *et al*. *A indústria incentivada de Sergipe no contexto regional.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1993

HOMENAGENS

FLORENTINO TELES DE MENEZES, O SOCIÓLOGO PIONEIRO

Ibarê Dantas*

INTRODUÇÃO

Este pequeno artigo objetiva lembrar a figura de Florentino Teles de Menezes por ocasião dos cinquenta anos do seu falecimento, chamando atenção para três facetas desse intelectual sergipano.

Primeiro, o ativista, fruto de sua tendência idealista que o levava a interferir na realidade social, visualizando carências, liderando campanhas, tomando iniciativas que o tempo só fez projetar o significado de suas manifestações.

Segundo, o professor dedicado a proporcionar aos seus alunos uma visão sociológica da sociedade sem os personalismos que embotam as mentalidades.

Terceiro, o sociólogo pioneiro, que dedicou sua vida à reflexão, lendo os clássicos e apresentando para o público ledor o resultado de seus trabalhos voltados para uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade e dos seus problemas.

* José Ibarê Costa Dantas é historiador. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no período de 19.12.2003 a 19.01.2010.

No que se refere à fortuna crítica, pode-se dizer que várias pessoas escreveram sobre Florentino Menezes, mas os estudos mais substanciosos somente ocorreram a partir da segunda metade dos anos noventa, após a dissertação de mestrado de Adriana Elias Magno da Silva (1997). O artigo de Luiz Antonio Barreto (2003) agregou mais algumas informações, embora sem mencionar as fontes.

O presente artigo retoma essas contribuições anteriores com a pretensão de ampliar a compreensão do papel de Florentino Menezes como escritor, ativista e professor dedicado à Sociologia, ressaltando sua contribuição à cultura sergipana.

Desde os anos setenta, quando pesquisávamos sobre os precedentes do Tenentismo em Sergipe, Florentino Menezes despertou-nos atenção pelo seu idealismo e sua inquietude, contribuindo de forma muito positiva para dinamizar o movimento intelectual.

Em três livros, fizemos referências a seu trabalho de forma sumária, conforme comportavam os objetos de estudo. Passadas mais de três décadas, apareceram alguns trabalhos específicos sobre a vida e obra de Florentino Menezes, entre os quais se destaca a dissertação de mestrado, de 1997, da cientista social Adriana Elias Magno da Silva, enfocando o problema do esquecimento.[1]

---

[1] Adriana Elias Magno da Silva. *Florentino Menezes: Um Sociólogo Brasileiro Esquecido.* Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Católica de São Paulo, 1997(mimeo).
Os demais trabalhos do nosso conhecimento que apareceram foram os seguintes:
a) Adriana Elias Magno da Silva. Florentino Menezes: Um Pioneiro da Sociologia no Brasil. *Revista Tomo.* São Cristóvão-SE, 1998, N. 1.
b) Emmanuel Franco. Florentino Teles de Menezes. *Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* 1983/1987, Aracaju, 1987, p. 101/104.
c) J. A. Nunes Mendonça. A verdade sobre o fundador do IHGS. *Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* 1965-1978, Aracaju, 1978, n. 27. p. 109/111.
d) J. Freire Ribeiro. Adeus Academia. *Revista da Academia Sergipana de Letras,* no. 20.
e) José Maria Fontes. Tratado de Sociologia. *Renovação,* n. 13, 1931.
f) Luiz Antonio Barreto. Florentino Menezes, um intelectual múltiplo. *Revista de Aracaju,* n. 10, Prefeitura Municipal de Aracaju, 2003. p. 209/221.
g)Manoel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano.* Rio de Janeiro, Pongetti, 1925.
h) Pafôncio Barros Neto. Série Sergipanos. Florentino Menezes. *Raízes,* n. 11, 1982.

Nascido em 1886, em Aracaju, de pai médico e de mãe professora,[2] Florentino Teles de Menezes parecia um homem muito sensível, de forma que os sucessos e as adversidades de sua vida tinham fortes repercussões em sua estrutura psíquica.

Sua formação acadêmica foi um tanto acidentada. Começou a estudar Engenharia em Recife, transferiu-se para o Rio de Janeiro, mas adoeceu de beribéri e deixou a escola. Depois, foi à capital da República estudar Medicina, mudou-se para Bahia e, já no terceiro ano, outra vez largou a faculdade premido por questão de saúde,[3] fato que repercutiu profundamente em sua vida. Conforme evocaria bem mais tarde, ao abandonar o curso, considerou-se "um fracassado, um vencido."[4]

De retorno a Aracaju, restabeleceu-se, foi nomeado 2º Escriturário do Tesouro do Estado em janeiro de 1912[5] e, animado, passou a década de dez bastante ativo, produtivo, dedicando-se a causas meritórias com seu idealismo peculiar.

Foi dele a ideia da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Encetou campanha, convidou personalidades nem sempre receptivas e, afinal, ao lado de outras 21 pessoas influentes, participou do ato de fundação, em 06.08.1912. Como a iniciativa foi sua, abriu a sessão de inauguração, explicando as finalidades da nova instituição e, em seguida, sugeriu o nome de João da Silva Melo para presidente, sendo foi acatado por todos. O IHGSE seguiu sua trajetória, Florentino Menezes nunca o presidiu, mas o ajudou como membro da diretoria

---

2 Eram seus pais, Dr. Álvaro Teles de Menezes e Francina da Glória Muniz Teles de Menezes. Cf. Armindo Guaraná. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano,* Rio de Janeiro, Pongetti & Cia. 1925.

3 Manoel Armindo Cordeiro Guaraná. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano.* Rio de Janeiro, Pongetti, 1925.

4 Florentino Menezes. Memorial sobre a fundação do Instituto lido na sessão solene de 10.08.1946 pelo presidente do IHGSE. Manuscrito do Arquivo do IHGSE.

5 Em 1913, Florentino seria promovido a 2º. Escriturário e, em 1915, tornara-se Amanuense da Diretoria de Instrução pública. Cf. Luiz Antonio Barreto. Florentino Menezes, um intelectual múltiplo. *Revista de Aracaju,* n. 10, Prefeitura Municipal de Aracaju, 2003. p. 211.

ou integrando comissões[6], fazendo com que seu nome ficasse incorporado à história da Instituição de grande repercussão no cenário intelectual sergipano.

Leitor voraz dos clássicos, sobretudo em francês, Florentino familiarizou-se com produções de várias tendências, incluindo as dos autores positivistas evolucionistas, entre os quais Auguste Compte, Spencer e Durkheim, os socialistas como Novocov, Eduard Bernstein e Gustave Le Bom, além dos individualistas, como Nietzsche. Com tal bagagem de leitura, dedicou-se a escrever e a divulgar suas reflexões e foi-se afirmando como um grande estudioso em Sergipe da realidade social.

Em 1912, publicou em Aracaju *Estudo Chorográfico e Social do Brasil*, questionando a divisão territorial do país.[7] No ano seguinte, editou *Leis de Sociologia Aplicadas ao Brasil,* discorrendo sobre o desenvolvimento e o progresso do país, de conformidade com as leis sociológicas, "principalmente as expostas por Palante".[8] No seu trabalho subsequente, *Desenvolvimento Intelectual dos Povos,* que veio a lume em 1916, seu grande interesse foi o de investigar as causas do retardamento e do progresso dos povos. Tal tema foi retomado na obra *Escola Social Positiva,* publicada em 1917, no qual, ao final, apresentava como resumo um "quadro sinóptico das transformações que propunha para a reorganização da sociedade e aperfeiçoamento do tipo humano," postulando entre outras coisas:

a) Substituição da atual aristocracia capitalista por uma aristocracia intelectual;
b) Passagem da propriedade e do capital para a coletividade por meio de empresas autônomas;
c) Manutenção e educação do indivíduo até completar os cursos superiores;

---

6 Florentino Menezes ocupou os cargos de 1º. Secretário e 2º. Secretário por dois períodos e participou de várias comissões, entre as quais as de Finanças, Museu e Biblioteca e Geografia por anos sucessivos. Cf. Atas das Reuniões da Diretoria do IHGSE.

7 Cf. Adriana Elias Magno da Silva. *Ob. Cit., p. 139.*

8 Adriana Elias Magno da Silva. *Ob. Cit., p. 139.*

d) Reconhecimento para a mulher de todos os direitos civis e políticos.[9]

Era uma tentativa de estabelecer a síntese entre o positivismo evolucionista, o individualismo de Nietzsche e as doutrinas socialistas que lhe deixavam cada vez mais fascinado.

Depois de publicar um artigo sobre "A Morte de um Regime", apreciando a Revolução Russa, os acontecimentos grevistas de São Paulo provocaram forte repercussão em seu espírito.[10] A propósito, voltou a escrever uma semana depois, lamentando que "o operariado daqui ainda não atingiu o grau de cultura necessário para saber conquistar seus direitos". E acrescentava, "o grande movimento do sul do país passou sem repercussão em Aracaju. O nosso operariado não se aproveitou da oportunidade do momento e nem uma greve ou ao menos um protesto solene que pudesse provar sua solidariedade". Em seguida dizia: "A maioria dos intelectuais de Sergipe, residente no Estado, ou são infensos ao socialismo ou pelo menos encaram-no com uma indiferença que nos enche de desânimo e tristeza."[11]

Conforme informamos em outro texto[12], após publicar alguns artigos,[13] partiu para ação como um ativista que buscava a transformação social. Tentou realizar *meetings*, reuniões públicas, para discutir os direitos do povo, porém vieram as reações. Segundo sua versão, chegou mesmo a circular em alguns subúrbios de Aracaju a notícia de que chefiava "o manifesto subversivo e que, à frente de uma multidão exasperada, atacava as casas comerciais."[14] Fracassada a tentativa dos

9 Florentino Menezes. *Escola Social Positiva.* Aracaju, Imprensa Popular, 1917. p. 133.

10 Florentino Menezes. A Morte de um Regime. *Diário da Manhã,* 23.07.1917.

11 Florentino Menezes. *Diário da Manhã,* 30.07.1917.

12 José Ibarê Costa Dantas. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Aracaju. Tempo Brasileiro, 1989, p. 85/86.

13 Florentino Menezes. Morto de Fome, *Diário da Manhã,* 08.08.1917, Os Meetings, 11.08.1917. As principais causas da greve, *Diário da Manhã, 17.08.1917.*

14 Florentino Menezes. O Problema Socialista em Sergipe, *Diário da Manhã,* 18.08.1917.

meetings, aproximou-se do *Centro Operário* e decepcionou-se: "Fazendo exceção de 6 a 8 sócios pode-se garantir que os outros não têm a menor ideia do que seja o socialismo". Adiante revelava: "Os estatutos são mais os de uma sociedade beneficente do que os de uma sociedade de propaganda". A partir daí, vislumbrou dois caminhos a seguir: "Ou transformar por completo o atual *Centro Operário* em uma sociedade de propaganda socialista, procurando chamar a si o mais possível o elemento intelectual ou conservá-lo, criando um novo Centro com o fim único e exclusivo de propaganda em Sergipe, em todas as classes sociais, do ideal socialista"[15]. Optou pelo segundo caminho, mas continuou escrevendo artigos explicitando melhor sua proposta.

No artigo de 30.08.1917, intitulado "A Propaganda Socialista em Sergipe", explicou: "Na Escola Social Positiva eu sou partidário franco da Revolução, único meio de vitória que aconselho às populações europeias. Sergipe, nunca poderá conhecer o punhal, o veneno e a bomba dinamite, aqui a sua ação se manifestará pela escrita, pela palavra, pela ideia; não será uma doutrina de ódio e de vingança, porém de paz, de amor, de esperança e de justiça".[16]

Continuando sua tentativa de amenizar as repercussões internas diante de suas posições, elogiava o presidente do Estado, Oliveira Valadão, considerando que seguia a orientação socialista.[17] De outra vez, aprovava a ampliação do papel do exército na sociedade, que na época era vista como tendência militarista, ao afirmar: "Atualmente, o aumento do exército, da armada, a execução severa do sorteio militar, o amplo desenvolvimento das linhas de tiro, a militarização das polícias estaduais e a mobilização da Guarda Nacional são problemas que nos impõem, como uma medida de salvação pública. E só assim podemos ser grandes e fortes".[18]

---

15 O Problema Socialista em Sergipe, *Diário da Manhã, 19.08.1917*.

16 Florentino Menezes. A Propaganda Socialista em Sergipe, *Diário da Manhã,* 30.08.1917.

17 Florentino Menezes. Um contraste político, *Diário da Manhã,* 23.09.1917.

18 Florentino Menezes. Militarismo e Socialismo, *Diário da Manhã,* 04.11.1917.

Por coincidência, foi neste ano que foi "nomeado Alferes da 2ª. do Primeiro Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, na Comarca da Capital do Estado de Sergipe," através de Carta Patente do presidente da República Venceslau Bráz.[19]

Por esse tempo, reuniu seus artigos num opúsculo intitulado, o *Partido Socialista Sergipano* (*Apelo ao Centro Operário*), e prosseguiu sua campanha persuadindo pessoas, até que encontrou apoio para sua ideia. Em 15.03.1918, lançou manifesto convidando todas as classes para participarem da criação do *Centro Socialista Sergipano*, fundado solenemente quatro dias depois na Biblioteca Pública. Florentino Menezes, como um dos oradores, confessou sua grande alegria e declarou: "o ideal socialista é o único capaz de salvar o homem moderno da degradação moral em que caiu (...), é o ideal do amor, de verdade e de justiça. E já é tempo de começar a luta. Na Rússia a República Socialista já é uma realidade". E terminava, "eu não aconselho o socialismo a ponto de perder-se a pátria e a família. *Patriotismo e Socialismo é* o nosso lema."[20] Ao terminar, proclamou como presidente da entidade recém-criada o Dr. Manoel Passos de Oliveira Teles, que também discursou. Com a presença de 57 pessoas, elegeram a diretoria e fundaram formalmente o Centro Socialista Sergipano, tendo por fim a "propaganda enérgica e eficaz das diferentes doutrinas socialistas do Estado de Sergipe, tendo por slogan: "*Verdade, amor, justiça."*[21]

Mas, até onde sabemos, os propósitos da propaganda enérgica e eficaz pouco se concretizaram. Depois, teria havido apenas uma conferência pronunciada no dia 1º de maio do mesmo ano pelo presidente do Centro, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, intitulada "*Socialismo*

19 Luiz Antonio Barreto. *Ob. Cit.*, p. 212.

20 Florentino Menezes – Discurso por ocasião da inauguração do Centro Socialista Sergipano in *Diário da Manhã*, 23.03.1918.

21 Termo de Fundação do Centro Socialista Sergipano in *Livro de Ata*, Ms. Biblioteca Pública Epifânio Dória. Sobre os participantes da Diretoria, ver José Ibarê Costa Dantas. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Aracaju. Tempo Brasileiro, 1989, p. 92.

e Trabalho", na qual se mostrava crente na natureza evolutiva da sociedade, condenava a concorrência e convidada todos a se esforçarem pelo Socialismo, "o único que dará ao homem a verdadeira dimensão do trabalho", concluía o autor.[22]

Antes da palestra foi anunciado, através de boletins, que o Colégio Tobias Barreto, sob a direção do professor José de Alencar Cardoso, 1º vice-presidente do Centro Socialista Sergipano, iria cantar pela primeira vez o hino socialista sergipano, da autoria do conceituado professor Artur Fortes, também membro da entidade.[23] Posteriormente, no dia 14 de julho, em comemoração ao aniversário da tomada da Bastilha, foi anunciada outra palestra, dessa vez pronunciada pelo Dr. Helvécio Andrade, com o título "Socialismo e República".[24] Depois, ainda há cópia de uma ata da reunião de 15.09.1918 na qual teriam sido discutidos e aprovados os estatutos da entidade.[25] Pela carência de informações, é lícito supor que a partir de então o *Centro Socialista* tenha declinado para reaparecer mais tarde dentro de uma articulação nacional com orientação diversa.

No mesmo ano da criação do Centro Socialista, Florentino fundou o Centro Pedagógico Sergipano que também não prosperou. Porém ficou mais um exemplo de como o sociólogo ativista tentava sintonizar Sergipe com os movimentos nacionais.

Na década de vinte, como se sabe, o país passou por grandes transformações, tornando-se o ano de 1922 emblemático pela Semana de Arte Moderna, pela criação do Partido Comunista e pela fundação do Centro D. Vital que marcou o desencadeamento do movimento católico. Do ponto de vista sociológico, conforme observou Antônio Cândido, os pensadores nacionais continuaram com a tendência de

---

22 Cf. Manuel dos Passos Oliveira Teles. *Socialismo e Trabalho*. Aracaju, Tipografia União, 1918, Miscelânea nº 794. Biblioteca Pública Epifânio Dória.

23 Cf. *Boletim* Ms. Biblioteca Pública Epifânio Dória.

24 *Idem. Ibidem.*

25 Cf. Ata de 15.09.1918 - Ms. Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.

construir uma teoria geral do Brasil.[26] As obras de Alberto Torres (1865/1917), Oliveira Viana (1883/1951), ambos de convicções autoritárias, e do sergipano Manuel Bonfim (1868-1932), mais centrado na renovação educacional, estimulavam as discussões, apontando para a reforma das instituições nacionais.

Florentino Menezes participou desse debate nacional de forma relativamente discreta. Acompanhou a Revolução Russa com certo desencanto, publicou trabalho sobre a influência do clima, mas como publicista, concentrou sua atuação na defesa do voto secreto, tornando-se um dos mais entusiastas em terras sergipanas. Em cada artigo acentuava um benefício com sua introdução. Permitiria a fiscalização, dificultaria as ações das oligarquias e proporcionaria o saneamento moral. Com essas esperanças, nasceu então o *Centro de Propaganda pelo Voto Secreto* em 19.05.1923 que se somou à campanha nacional com essa bandeira de luta pela melhoria das práticas eleitorais. Florentino foi dos mais ativos. Participou da diretoria,[27] proferiu discursos e, no ano seguinte, reuniu seus textos sobre a matéria, publicando-os com o título *O Voto Secreto* e depois ainda divulgou *Complemento ao Voto Secreto,*[28] ao tempo em que reiterava sua postulação pelo voto feminino, coerente com sua pregação pelo reconhecimento dos direitos da mulher.

Não obstante sua defesa do socialismo e do voto secreto, Florentino permaneceu dedicado à Sociologia Geral, preocupado com a classificação das sociedades como elemento central para se obter uma visão global. Dessa forma, como escritor e ativista afirmou-se na sociedade sergipana e alhures. Quando foi introduzida a disciplina no ensino médio por meio da Reforma Rocha Vaz, de 1925,[29] o governo

---

26 Ver Antonio Cândido. A Sociologia no Brasil. *Enciclopédia Barsa.*

27 Ver Diretoria in José Ibarê Costa Dantas. *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Aracaju. Tempo Brasileiro, 1989, p. 90.

28 Florentino Menezes. *O Voto Secreto*. Aracaju, Typ. Moderna, 1924 e *Complemento a O Voto Secreto*. SNT.1925.

de Sergipe instituiu a cadeira que, segundo a Eva Maria Siqueira Alves, já teria sido criada nas duas primeiras décadas da República.[30]

Florentino participou do concurso para o qual escreveu a tese sobre *Estudo de Sociologia: O Processo de Seleção da Sociedade,* analisando "o processo de seleção nas sociedades, tentando definir suas origens e suas consequências."[31] Aprovado, tornou-se, em 1926, professor catedrático do Colégio Ateneu D. Pedro II, o cargo mais elevado do magistério sergipano.[32] Tudo indica que Florentino já dispunha de experiência de ensino, pois, em 1913, ingressara no Clube Esperanto como professor de Geografia.[33] De qualquer forma, foi uma grande conquista em sua vida profissional numa época em que os mestres gozavam de grande prestígio social e seus salários eram semelhantes aos dos desembargadores. Como professor participativo, Florentino continuou ascendendo. Em dezembro de 1927, foi nomeado vice-diretor e, no ano seguinte, tornou-se membro do Conselho de Ensino do Ateneu.[34]

Apesar das atribuições do colégio, continuava apresentando sugestões inovadoras. Sonhando com Sergipe incorporado às grandes causas, mostrou-se atento para a questão do meio ambiente ao propor, em 1928, que a Serra de Itabaiana "fosse transformada num centro turístico."[35] Há informações dando conta que também teria lançado a ideia da construção da sede da Casa de Sergipe, assim como teria fundado uma sociedade de estudos físicos.[36] No ano seguinte, partici-

29 Cf. Adriana Elias Magno da Silva. *Ob. Cit.* p. 23.

30 Eva Maria Siqueira Alves. *O Atheneu Sergipense*: traços de uma história. Aracaju, Adgraf, 2005, p. 118/119.

31 Florentino Menezes. *Estudo de Sociologia: O Processo de Seleção nas Sociedades. Aracaju, SNT, 1926.*

32 Emmanuel Franco. *Ob. Cit.*, p. 101. Ver também Eva Maria Siqueira Alves. *Ob. Cit.*

33 Luiz Antonio Barreto. *Ob. Cit.*, p. 210.

34 Cf. Adriana Elias Magno da Silva. *Ob. Cit.* p. 168.

35 Cf. Adriana Elias Magno da Silva. *Ob. Cit.* p. 45.

36 Luiz Antonio Barreto. *Ob. Cit.*, p. 212.

pou como sócio fundador da Academia Sergipana de Letras, ocupando a cadeira 26, tendo como patrono Antonio Fernandes da Silveira.

Se a década de vinte fora tão importante para o sociólogo pelo seu ingresso como catedrático no Colégio Ateneu Pedro II, no decênio seguinte viveu o ápice de seu prestígio e reconhecimento como sociólogo e professor. Apesar das agitações políticas com a ação dos tenentes e da Revolução de 1930, Florentino manteve-se distanciado dos acontecimentos conjunturais, concentrando suas energias na elaboração do seu volumoso *Tratado de Sociologia,* publicado em 1931. Embora o livro tenha sido pouco comentado pela imprensa,[37] serviu de manual por anos para a formação do alunato. A obra, dividida em dez partes, justificava o título pelo seu caráter amplo e enciclopédico, tratando dos principais temas que a Sociologia abarcava. Depois das definições e classificação dos fenômenos, passava para a história da Sociologia, seguida pelas hipóteses e teorias, os elementos sociais, a estrutura política e econômica, manifestações psicológicas, a evolução social, desagregação e reconstituições sociais e, por fim, suas aplicações nos diversos tipos de problemas.[38] Ainda neste ano, o referido sociólogo resumiu suas ideias expostas no livro *Escola Social Positiva,* editado em Aracaju pela imprensa da Voz do Operário.

Acompanhando a produção dos sociólogos através de revistas especializadas, Florentino correspondia-se com os estudiosos de vários países e enviava seus livros, que pareciam bem recebidos. Intelectuais da Argentina, do México e de países da Europa manifestaram-se favoravelmente à sua obra. Na França a receptividade do seu *Tratado* foi positiva.[39] Como efeito, a legitimação do seu prestígio aumentava com

---

37 Na ocasião em que o Tratado foi publicado, encontramos apenas um pequeno comentário do poeta José Maria Fontes na Revista Renovação, número 13 de 13.07.1931, p. 11/12.

38 Florentino Menezes. *Tratado de Sociologia.* Aracaju, SNT, 1931.

39 O diretor adjunto da Revue Internationale de Sociologie, Achille Ouy afirmou: "Travail de synthèse original, solide, appuyé sur de três serueyses analyses des oeuvres lês plus essentieles de la sociologie." Ver transcrição como Prefácio in Florentino Menezes. *Discurso pronunciado no Ateneu Pedro II*. Aracaju, Casa Ávila, 1936, p. 4.

o reconhecimento internacional. Professores de universidades americanas, sociólogos argentinos solicitavam seus trabalhos.[40] Além de ser sócio de vários Institutos Históricos estaduais, mantendo correspondência com intelectuais do campo da Sociologia, Florentino Menezes foi agraciado com várias medalhas. Conforme registrou Armindo Guaraná, "A *Sociedade Acadêmica de História Internacional de Paris*, de cuja agremiação recebeu a medalha de ouro como uma honrosa distinção pelo seu livro '*Estudo Corográfico*', condecorou-o ainda com a medalha de prata pela publicação das 'Leis da Sociologia."

"A *Academia Física e Química Italiana* de Palermo condecorou-o também com a medalha de 1ª classe de Mérito Científico e Humanitário, conferindo-lhe o título de membro honorário. A *Academia Latina de Ciências, Artes e Belas Letras* o condecorou com o Ramo de Ouro."

Eram troféus que muito o honravam, motivo pelo qual chegou a exibi-los em seu peito em fotografia muito divulgada.

Por esse tempo, em São Paulo e no Rio de Janeiro criavam escolas de ensino superior, introduziam cursos de Sociologia e viviam numa fase de efervescência cultural, ampliada com a chegada de professores estrangeiros que iriam dinamizar o ensino e a pesquisa. Mas, aparentemente, as repercussões dessas mudanças em Sergipe ocorreram mais na área da educação. No campo da Sociologia, tudo indica que as consequências vão ser mais sentidas na década de quarenta, quando Felte Bezerra e outros estudiosos passaram a frequentar congressos e estabelecer relacionamento com os mestres.[41]

Internamente, Florentino Menezes continuava lecionando Sociologia, ocupando o cargo de vice-diretor do Ateneu, chegando a exercer a titularidade, demonstrando tolerância com o comportamento dos alunos, conforme depoimento da professora Maria Thetis Nunes.[42]

---

40 Florentino Menezes. *Ob. Cit.,* 1936.

41 Beatriz Góis Dantas. Felte Bezerra: Um Homem Fascinado pela Antropologia. *Revista Tomo.* São Cristóvão-SE, 1998, n. 1. p. 31/46

42 Cf. Maria Thetis Nunes in Adriana Elias Magno da Silva. *Ob. Cit.,* p. 22.

Vários discípulos admiravam-no. Joel Silveira, no ardor da juventude, chegou a escrever, em 1934, um livrinho dedicado ao seu professor de Sociologia.[43] Carlos Alberto Sampaio também teria escrito uma pequena monografia sobre seu mestre.[44] Escolhido paraninfo pelos próprios estudantes, em 1936, no seu discurso deu sinal que continuava professando o socialismo aristocrático, pela importância que tributava à aristocracia do pensamento, uma elite intelectual que era vista como guia da humanidade.[45]

Com a experiência da Revolução Russa no caminho do totalitarismo, escreveu, em 1934, *A Ilusão Comunista e a Realidade Soviética*, expressando seu desencanto com os rumos do socialismo com que tanto sonhou.

Na segunda metade dos anos trinta, Florentino Menezes, embora tenha sido membro do Conselho de Educação, recém-criado, permaneceu mais absorvido pelas atividades do ensino, quando surgiram alguns problemas, ainda pouco conhecidos, que levaram à formação de uma junta médica que o julgou incapacitado para o serviço público.[46]

Aposentado abruptamente em 1940, após quatorze anos de ensino de Sociologia, o professor Florentino, com a sensibilidade que lhe era peculiar, vivenciou certamente o maior golpe de sua existência. Passados os primeiros impactos, retomou suas leituras e encontrou na escrita um lenitivo como uma catarse de suas amarguras.

Foi sintomático que, em 1946, como expressão de suas preocupações, escreveu uma carta aberta ao Sergipe Jornal, revelando que dispunha de um livro escrito com cinco partes e quarenta capítulos, ao tempo em que pedia ao seu diretor Paulo Costa para publicar apenas a 5ª parte composta de dezessete capítulos. O referido jornalista sensi-

43 Ver *O Tempo*, 11.05.1934.

44 Cf. Manuel Cabral Machado. Entrevista in *Revista Tomo*. São Cristóvão-SE, 1998, Nº. 1. p. 20.

45 Florentino Menezes. *Discurso pronunciado no Ateneu Pedro II.* Aracaju, Casa Ávila, 1936.

46 Adriana Elias Magno da Silva. *Ob. Cit.* p. 100.

bilizou-se com seu apelo e abriu as páginas do jornal para seus textos que foram publicados de 25.09.1946 a 03.12.1946.[47]

O próprio título do estudo era indicativo do seu estado d'alma: *Sociedade e Sacrifício*. Na primeira parte, tratou da Sociedade dos Animais e sua Força Criadora. Na segunda, enfocou as Sociedades Humanas e sua Força Renovadora. Na terceira, analisou o Conflito de Ideias; na quarta, O Sacrifício nas Sociedades Animais e na quinta, o Sacrifício nas Sociedades Humanas, o cerne de sua mensagem. Por esses capítulos, escritos num momento crítico de sua vida, pode-se conhecer mais alguns traços do seu pensamento em meados dos anos quarenta. Dessa vez, refere-se a escritores brasileiros como Tobias Barreto, Josué de Castro, mas continua recorrendo a Durkheim, Jean Rostand e Gustavo Le Bom, demonstrando erudição. Narrava os sofrimentos humanos e aproveitava o ensejo para combater os despotismos e os erros funestos dos administradores.[48]

Para Florentino Menezes, as causas dos sacrifícios seriam:

a) Distribuição injusta da riqueza humana;
b) Posse de avultados capitais;
c) Processo de seleção social.[49]

Reiterava sua defesa pelos direitos da mulher e, ao mesmo tempo, criticava o fascismo, o catolicismo do Vaticano e fazia restrições à democracia por favorecer o crescimento da aristocracia capitalista. Diante do socialismo, a essa altura mostrava-se com renovadas simpatias pela experiência do Estado Soviético, acreditando na sua grande durabilidade, apesar de se viver nos tempos de Stalin. Entretanto, continuava defendendo o socialismo aristocrático cuja inspiração, conforme revelou, proveio de Nietczshe, a quem persistia simpatizante, apesar

47 *Sergipe Jornal*, 19.09.1946.
48 *Sergipe Jornal*, 19.09.1946.
49 *Sergipe Jornal*, 11.10.1946.

de uma ou outra discordância, como na questão da piedade.[50] Esposava o socialismo aristocrático, como disse na oração de paraninfo de 1936 porque via a elite intelectual como guia da humanidade. Era uma ideia que provinha de Platão, passou por Nietczshe e, de certo modo, foi incorporada por Lênin, conforme este autor explicitou em seu livro *Que Fazer.*[51]

No ano de 1946, Florentino Menezes foi lembrado também por ocasião do 34º aniversário do IHGSE, quando um Memorial sobre a fundação daquela instituição, elaborado pelo seu idealizador, foi lido pelo seu presidente José Calazans durante a solenidade comemorativa.[52] Outro fato que lhe proporcionou satisfação foi a denominação de rua Florentino Menezes à antiga artéria São Vicente, proposta por admiradores e sancionada pelo prefeito Marcos Ferreira de Jesus em 16.11.1948.[53]

Mas a situação de Florentino Menezes foi se tornando difícil. Afastado da cátedra, morando na Rua Pacatuba, nº. 76, com as irmãs, isolou-se cada vez mais do meio social. Os alunos que o reverenciavam foram escasseando suas visitas. É fato que alguns amigos permaneceram-lhe leais e solidários, entre os quais um dos mais dedicados foi Nunes Mendonça que, ao tempo em que o qualificava de "nervoso, irritável, retraído, introvertido e aristocrático", admirava-o, destacando suas virtudes de homem "idealista, enérgico, empreendedor, operoso e pertinaz."[54]

---

50 *Sergipe Jornal*, 18.10.1946.

51 Embora Lênin não fale em aristocracia, ao dizer que a consciência vem de fora introduzida pelos seus dirigentes, privilegiou a elite partidária de forma semelhante. Ver Lênin. *Que Fazer*. São Paulo, Hucitec, 1978.

52 Cf. Ata de 10.08.46 do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Revista do nº 19, Aracaju, Livraria Regina, 1945-1948, p. 211.

53 Ver Florentino Menezes. *Grandeza, Decadência e Renovação da Vida*. Aracaju, Movimento Cultural de Sergipe, 1952.

54 J. A. Nunes Mendonça. A verdade sobre o fundador do IHGS. *Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* 1965-1978, Aracaju, 1978, n. 27. p. 110.

Quando o valor de sua aposentadoria tornou-se insuficiente para sua subsistência, o deputado Nunes Mendonça apresentou projeto na Assembleia Legislativa a fim de recuperar parte da perda dos seus proventos. O projeto foi aprovado e sancionado pelo governador José Rolemberg Leite, mas o referido parlamentar não conseguiu aprovação para editar seu derradeiro livro. Foi preciso que o Movimento Cultural de Sergipe, dirigido por José Augusto Garcez, editasse *Grandeza Decadência e Renovação da Vida,* em 1952.

A citada obra parece ser parte do texto *Sociedade e Sacrifício,* que teve alguns dos seus capítulos divulgados pelo *Sergipe Jornal* em 1944. A ideia de decadência se mostra mais perceptiva a partir do título. Começou discorrendo sobre as Energias Inorgânicas e sua decadência e retomou o texto publicado parcialmente em 1946 sobre a *Sociedade e Sacrifício*, tratando da sociedade dos animais e do poder renovador das sociedades humanas. Ademais, no capítulo *A Sociedade e a Mulher*, terminou o livro falando d'*O Aparecimento do Talento e do Gênio*, na qual a citação de Nietzsche, ressaltando os "indivíduos de gênio," deu o tom final da publicação.[55] Era mais uma demonstração da duração da influência que tivera a obra de Nietzsche em seu pensamento, influência essa que provinha desde os seus primeiros livros.

Há notícias de que Florentino Menezes ainda teria escrito no final de vida um texto sobre a velhice que não chegou a ser publicado.[56] Velhice de homem adoentado, solitário, amargurado e nervoso, chegando a evitar até a presença de parentes. Apesar de tudo, alguns intelectuais vez por outra divulgavam na imprensa notas sobre a receptividade que sua obra encontrava no exterior[57] e isso o conforta-

55 Ver Florentino Menezes. *Grandeza, Decadência e Renovação da Vida*. Aracaju, Movimento Cultural de Sergipe, 1952, p. 261.

56 Adriana Elias Magno da Silva. *Ob. Cit.* p. 115 e 142.

57 Ver por exemplo, *Diário de Sergipe,* 21.10.50, *Correio de Aracaju*, 15.09.1951, *Diário de Sergipe*, 07.07.1953 e 24.11.1952. *O Nordeste,* além dos artigos que publicou em 1944, em 22.7.1953, lembrou-se do velho sociólogo.

va. Mas, cada vez mais adoentado, alguns parentes e amigos assistiram-no até 20.11.1959 quando faleceu o grande pioneiro da Sociologia em Sergipe que agitou e iluminou o meio intelectual do seu Estado com sensibilidade, lucidez e capacidade de visualização.

Em face da sua morte, o Sergipe Jornal fez o necrológico de forma bem elaborada, destacando suas qualidades de homem estudioso, sonhador, professor admirado e conferencista aplaudidíssimo. O referido artigo em memória de Florentino destacou também o drama de sua vida de asceta pobre e solitário no claustro de sua biblioteca.[58] Nas últimas homenagens, o poeta J. Freire Ribeiro proferiu sentido discurso lembrando traços do colega acadêmico que desaparecia.[59]

A contribuição da obra de Florentino à cultura sergipana foi de grande significação. Como um homem sonhador e de iniciativas, sacudiu o marasmo da sociedade aracajuana, publicando suas reflexões em jornais, revistas e livros, interferindo no processo histórico. Como um ativista, liderou campanhas para fundação de associações culturais ou políticas de grande importância. Como pensador, dedicou-se a estudar a Sociologia e divulgar seus ensinamentos firmados na ciência da época, contribuindo para uma visão mais laica da sociedade. Ao mostrar o peso social sobre os comportamentos individuais, ao tratar dos fenômenos sociais com sua lógica própria, o dedicado sociólogo ajudava a erodir as concepções personalistas, em proveito de uma interpretação mais refinada, mostrando como os acontecimentos sociais são gerados e processados. Ou seja, a ideia de interpretar o comportamento humano dentro do sistema social, diferindo em certos aspectos da sociedade dos animais, foi mais um fator positivo. É certo que outros sergipanos como Tobias, Sílvio, João Ribeiro, Manuel Bomfim deram maior contributo à cultura nacional através de seus textos. Mas Florentino Menezes, embora sem o brilhantismo desses coestaduanos,

58 *Sergipe Jornal*, 23.11.1959.

59 J. Freire Ribeiro. *Revista da Academia Sergipana de Letras*, números 19/20, Anos 1959/1960.

aqui permaneceu empenhando-se abertamente em atualizar Sergipe nos movimentos nacionais, ensinando à mocidade de sua terra concepções da ciência social do seu tempo, denunciando os privilégios, as oligarquias e as mentalidades atrasadas. Enfim, Florentino Menezes foi um renovador com visão esclarecida. A mesclagem de pensadores díspares que parecem tão inaceitáveis, no alvorecer do século XXI já se apresentava tão escandalosa. A descoberta de Nietzsche nos anos noventa, a valorização da massa crítica como imprescindível ao desenvolvimento, o novo papel da mulher na sociedade, os abusos gestados na sociedade capitalista são tendências que estavam bastante presentes na obra de Florentino Menezes, que está a merecer estudo específico.

Não obstante fosse um abridor de caminhos, produziu uma obra firmada nos ensinamentos de seu tempo, tornando-se natural que alguns de seus textos tenham se tornado anacrônicos ou envelhecidos.

Embora tenha se dedicado principalmente às abordagens gerais sobre a classificação e o funcionamento da sociedade, deixou análise conjunturais, sobretudo quando participava das campanhas pelo socialismo e pelo voto secreto. Mesmo assim foi muito estigmatizado pelas forças dominantes de então, inclusive por membros da Igreja Católica, pelas suas ideias tidas como exóticas ou subversivas e, por outros setores, pelas suas tendências sexuais.

Apesar de ser um nome relativamente esquecido, a "Casa de Sergipe", da qual ele foi o grande idealizador, nunca o olvidou. Embora Florentino não tenha dirigido o IHGSE, a instituição preserva seu retrato no centro da galeria dos presidentes em homenagem perene ao seu criador e frequentemente está a evocar seu papel como uma espécie de patrono de uma das instituições culturais mais importantes de Sergipe.

LIVROS ESCRITOS POR FLORENTINO TELES DE MENEZES[60]

1. *Estudo Chorográfico e Social do Brasil.* Aracaju, Typografia Amaral, 1912.
2. *Leis de Sociologia Aplicadas ao Brasil.* Aracaju, Typ. Xavier, 1913.
3. *Desenvolvimento Intelectual dos Povos.* Aracaju, Typ. Operária, 1916.
4. *Influência dos Fatores Geográficos na Formação da Sociedade Brasileira.* Aracaju, Typ. Operária, 1916.
5. *Escola Social Positiva.* Aracaju, Imprensa Popular, 1917.
6. *O Voto Secreto*. Aracaju, Typ. Moderna, 1924.
7. *Complemento a O Voto Secreto*. SNT, 1925.
8. *Estudo de Sociologia: O Processo de Seleção nas Sociedades. Aracaju, SNT, 1926.*
9. *Influência do Clima nas Civilizações*. Aracaju, SNT, 1926.
10. *Tratado de Sociologia.* Aracaju, SNT, 1931.
11. *Classificações das Sociedades: Estudo de Sociologia.* Aracaju, Voz do Operário, 1931.
12. *A Ilusão Comunista e a Realidade Soviética.* Rio de Janeiro, SNT, 1934.
13. *Grandeza Decadência e Renovação da Vida*. Aracaju, Movimento Cultural de Sergipe, 1952.
14. *A Velhice*. Aracaju, mimeo, 1959.

[60] Segundo levantamento de Adriana Elias Magno da Silva. *Florentino Menezes: Um Sociólogo Brasileiro Esquecido.* Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Católica de São Paulo, 1997(mimeo).

ALGUNS TRABALHOS PUBLICADOS POR FLORENTINO MENEZES EM REVISTAS DE ARACAJU.

1. Revista da Academia Sergipana de Letras (ASL).

   a) Veneno Doméstico. Aracaju, Revista da Academia Sergipana de Letras nº. 5, 1933.
   b) Aspectos Sociais. Aracaju, Revista da Academia Sergipana de Letras, nº 8, 1936.
   c) Decadência do mundo orgânico. Capítulo do livro em preparo "Grandeza, Decadência e Renovação da vida". Aracaju, Revista da Academia Sergipana de Letras, nº 15, 1951.

2. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).
   a) Discurso de implantação, Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº. 1, 1913.
   b) Atas. Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 5, 1916.
   c) Discurso. Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 15, 1939.

TRABALHOS CONSULTADOS SOBRE FLORENTINO MENEZES

BARRETO, Luiz Antonio. Florentino Menezes, um intelectual múltiplo. *Revista de Aracaju,* n. 10, Prefeitura Municipal de Aracaju, 2003. p. 209/221.

BARROS NETO, Pafôncio. Série Sergipanos. Florentino Menezes. *Raízes,* n. 11, 1982.

FONTES, José Maria. Tratado de Sociologia. Aracaju, Revista *Renovação,* n 13, 1931.

FRANCO, Emmanuel. Florentino Teles de Menezes. *Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* 1983/1987, Aracaju, 1987, p. 101/104.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano.* Rio de Janeiro, Pongetti, 1925.
MENDONÇA, J. A. Nunes. A verdade sobre o fundador do IHGS. *Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* 1965-1978, Aracaju, 1978, n. 27. p. 109/111.
RIBEIRO, J. Freire. Adeus Academia. *Revista da Academia Sergipana de Letras,* n. 20.
SILVA, Adriana Elias Magno da. *Florentino Menezes: Um Sociólogo Brasileiro Esquecido.* Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Católica de São Paulo, 1997 (mimeo).
SILVA, Adriana Elias Magno da. Florentino Menezes: Um Pioneiro da Sociologia no Brasil. *Revista Tomo.* São Cristóvão-SE, 1998, N. 1.
e) José Maria Fontes. Tratado de Sociologia. Renovação, n. 13, 1931.
f)) Luiz Antonio Barreto. Florentino Menezes, um intelectual múltiplo. Revista de Aracaju, n. 10, Prefeitura Municipal de Aracaju, 2003. p. 209/221.
g)Manoel Armindo Cordeiro Guaraná. Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano. Rio de Janeiro, Pongetti, 1925.
h) Pafôncio Barros Neto. Série Sergipanos. Florentino Menezes. Raízes, n. 11, 1982.

FELTE BEZERRA E A FASE HERÓICA DA ANTROPOLOGIA EM SERGIPE: 1950-59.*

Beatriz Góis Dantas**

A proposta deste ensaio é registrar alguns aspectos da história do ensino e da pesquisa da Antropologia em Sergipe em seu momento inaugural, durante a década de 50 do século XX, período que, na história da disciplina, tem sido denominado de fase heróica.

Ele se originou em comunicações apresentadas em reuniões da Associação Brasileira da Antropologia (ABA) durante a década de 80, num grupo de trabalho que visava fazer um mapeamento da Antropologia nas várias unidades da federação[1]. Com essa finalidade, procedi a uma pesquisa documental em arquivos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), particularmente nos acervos oriundos da extinta

* Este trabalho é dedicado a Felte Bezerra no centenário de seu nascimento. É também uma homenagem tardia aos 50 anos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), celebrados em 2005.

** Antropóloga, professora emérita da UFS e sócia do IHGSE.

1 As comunicações foram apresentadas na XIII Reunião Brasileira de Antropologia realizada em São Paulo em 1982; no Primeiro Encontro de Antropólogos do Nordeste realizado em Recife em 1985 e no Seminário de Antropologia no Brasil: ensino, pesquisa e mercado de trabalho, evento promovido pela ABA e pelo Mestrado de Antropologia da UFPE, em 1988, também em Recife.

Faculdade Católica de Filosofia[2]. Servi-me também do depoimento concedido pelo professor Felte Bezerra, um dos fundadores do ensino de Antropologia em Sergipe, colhido em 1987, numa das suas últimas viagens a Aracaju[3]. Do mesmo modo, foram muito úteis as suas observações que, a meu pedido, ele escreveu ao ler a primeira versão, ainda bastante incipiente, desse trabalho.

A Coleção Felte Bezerra, importante acervo documental recolhido ao Museu do Homem Sergipano da Universidade Federal de Sergipe em 1996, foi de grande valia, sobretudo, por permitir recuperar, através de sua correspondência passiva, a articulação externa desse importante personagem da história da Antropologia em Sergipe[4].

Minhas lembranças de ex-aluna da Faculdade Católica de Filosofia entre 1960-63 e, posteriormente, de professora da referida Escola que se incorporou à UFS, instalada em 1968, bem como as conversas informais com colegas e observadores da vida intelectual de Sergipe se somaram à bibliografia sobre o tema na construção do texto.

Com essa pequena contribuição, pretendo ampliar o conhecimento sobre a constituição de um campo disciplinar que se desenvolveu no espaço acadêmico, no restrito âmbito de uma área de conhecimento ainda meio indiferenciada, regida pelos regulamentos e exigências que pautam a vida universitária, numa cidade onde mal se iniciara os cursos superiores que lograram sucesso.

---

2 A documentação sobre a referida faculdade que consultei nas décadas de 80/90 na Secretaria do CECH/UFS foi transferida para o Arquivo Central da UFS.

3 A entrevista foi realizada pelos professores da UFS Hélia Barreto, Luiz Alberto Santos e Beatriz Góis Dantas, em maio de 1987.

4 Ver DANTAS, Beatriz Góis e NUNES, Verônica Maria Meneses (Orgs). *Destinatário Felte Bezerra,* cartas a um antropólogo sergipano (1948-59 e 1973-85). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

O ENSINO DA ANTROPOLOGIA EM SERGIPE

Escritos que guardam relação com temas e abordagens da Antropologia são identificados em Sergipe desde o século XIX[5]. Mas é no início da segunda metade do século XX que se inaugura o ensino regular da disciplina. O momento era marcado por uma "euforia coletiva da sociedade intelectual sergipana"[6], pois com o concurso do governo do Estado, da Igreja Católica e da sociedade civil, entre 1948 e 1951, quatro faculdades foram criadas na capital sergipana, cidade que à época não contava com nenhum curso superior em funcionamento, malgrado as tentativas realizadas na década de 20[7].

Do mesmo modo que ocorreu em muitos outros estados, o ensino da Antropologia em Sergipe se iniciou com a criação de uma faculdade de filosofia. Resultante de um projeto concebido e instalado pelo bispo diocesano de Aracaju e contando com apoio governamental, a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS ou FAFI, como era carinhosamente conhecida entre seus alunos), tinha como meta específica a formação de professores para o ensino secundário[8].

Foi instalada em 1951, tendo como sede provisória as dependências do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, instituição de ensino da

---

5 Ver a respeito LIMA, Jackson da Silva. *Os Estudos Antropológicos, Etnográficos e Folclóricos em Sergipe*. Aracaju, SUCA,1984.

6 LIMA, Luiz Eduardo Pina Lima. *Ideologias e Utopias na História da Educação: O Processo de Criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe* – 1950-51. Aracaju, 1993. 129 p. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, p. 87.

7 Na década de 1920, foram criadas em Sergipe duas faculdades que não vingaram. Em 1948 surge a Faculdade de Ciências Econômicas; em 1950 a Escola de Química; e no ano de 1951 começam a funcionar as Faculdades de Filosofia e a de Direito.

8 LIMA, Luiz Eduardo Pina. ob.cit. A esse trabalho pioneiro, acrescentam-se, na década atual, diversos estudos que tematizam aspectos da FCFS. Ver, entre outros, OLIVEIRA, João Paulo Gama de. *O curso de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe* (1951-54), entre alunas, docentes e disciplinas – uma história. 2008. 95 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

Congregação das Religiosas Sacramentinas que, à noite, franqueava parte de suas instalações para o funcionamento da Faculdade, cuja entrada era pela Rua Itabaianinha, 586.

FOTO: 1 Pátio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, vendo-se ao fundo a ala onde, durante a década de 50, funcionava a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Para as alunas internas do referido colégio, que tiveram seu espaço de recreação noturna limitado e imposto pela autoridade das freiras, foi uma grande novidade ver as salas de aula que ocupavam durante o dia, sendo, à noite, frequentadas por rapazes e moças, com quem não tinham nenhum contato, observando-os à distância de mais de trinta metros e invejando-lhes a liberdade.

A Faculdade de Filosofia se iniciou com três cursos: Geografia e História, Filosofia e Matemática. No elenco de disciplinas lecionadas logo no primeiro ano, figurava Antropologia. Era ministrada aos alunos de Geografia e História, então formando um curso único. Para se ter uma ideia do conjunto de disciplinas e o lugar ocupado pela Antropologia no referido curso, vale a pena transcrever o currículo que vigorava na década de 1950 e início dos anos 60.

QUADRO I

Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe

Bacharelado e Licenciatura em Geografia e História – 1951

ANO	MATÉRIAS
1	**Antropologia,** Geografia Física, História da Civilização, Geografia Humana e Teologia
2	**Etnologia**, Geografia Física, História da Civilização, Geografia Humana História do Brasil e Teologia
3	**Etnografia do Brasi**l, História da América, História da Civilização, Geografia do Brasil
4	Didática Geral, Fundamentos Biológicos da Educação, Administração Escolar, Psicologia Educacional, Fundamentos Sociológicos da Educação e Didática Especial de História e Geografia.

Adaptado de SANTOS, Lenalda Andrade. Curso de História: resgate da memória histórica. In: ROLLEMBERG, M.S.T e SANTOS, L.A (Orgs). *UFS: História dos Cursos de Graduação.* São Cristóvão, 1999. p 161. O destaque em negrito indica as disciplinas de Antropologia.

Pela estrutura dos cursos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, nos três primeiros anos eram ensinadas as matérias de conteúdo específico de cada curso. O último ano era destinado às disciplinas de caráter didático-pedagógico. Devido ao número reduzido de alunos nos vários cursos, era usual que no último ano fossem todos eles reunidos numa única turma para cursar a maioria das disciplinas voltadas para o exercício do magistério.

Como se vê no Quadro I, no currículo do curso de Geografia e História da FCFS, incluíam-se três disciplinas de Antropologia, lecionadas respectivamente na primeira, na segunda e na terceira séries. Denominavam-se Antropologia, Etnologia e Etnografia do Brasil. Cada uma delas tinha a duração de um ano, com carga horária de três aulas por semana, o que assegurava uma presença muito forte da Antropologia nesse curso. Alguns estudiosos têm apontado essa presença acentuada das disciplinas antropológicas nos antigos cursos de Geografia e História que, diga-se de passagem, nessa fase era bem maior que nos cursos de Ciências Sociais[9].

O lugar da Antropologia no sistema de ensino superior que surge com as Faculdades de Filosofia criadas nos vários estados durante as décadas de 1940 e 1950 estava, de certo modo, já determinado. Essas instituições de ensino deviam seguir o modelo da Faculdade Nacional de Filosofia (FNF) que, criada em 1939 no Rio de Janeiro, se transformara em padrão para essas faculdades, quer fossem oficiais ou particulares. Desse modo, os nomes das disciplinas, a sequência do seu ensino e os programas a serem ministrados estavam previamente definidos e se repetiam sem muitas variações nos diferentes estados. Bastante ilustrativo é o levantamento dos programas seguidos nas Faculdades de Filosofia feito por Heloisa Alberto Torres, na década de 50, que mostra como eles se repetiam[10].

Relatando sua experiência de professor no curso de Geografia e História na Faculdade Fluminense de Filosofia no Rio de Janeiro, Luis de Castro Faria apresenta um quadro que parece muito familiar a quem, como eu, cursou a Faculdade Católica de Filosofia em Aracaju no início dos anos 60, quando ela acabara de instalar-se em sede própria, situada na Rua Campos, n. 177, e o curso se transformara em diurno. Cotejando documentos escritos, depoimentos e lembranças, percebe-se uma semelhança de programas e bibliografias que ajudam a com-

9 FARIA, Luís de Castro. *Antropologia, espetáculo e excelência.* Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993. p. 8.

10 FARIA, Luís de Castro. Ob. cit. p. 8-9.

por esse quadro dos primeiros tempos da Antropologia em Sergipe. Este ganha, contudo, contornos próprios em consonância com a ambiência sociocultural local.

PROFESSORES: FORMAÇÃO E CARREIRAS

Para formar o corpo docente da Faculdade Católica de Filosofia, não havia a mais remota possibilidade de contratar pessoas de fora. Ensinar nessa Faculdade, fundada pela Diocese com base numa entidade mantenedora (Sociedade Sergipana de Cultura) e dependente de ajudas do governo do Estado, era um gesto de desprendimento dos mestres que recebiam pagamento muito reduzido, quase simbólico, e não raro o pequeno salário era pago com atrasos de meses[11]. Aceitar o convite do Padre Luciano José Cabral Duarte, o grande articulador da montagem da Faculdade Católica de Filosofia e seu primeiro diretor, era gesto que atendia muito mais a relações de amizade, expectativas de reconhecimento social e intelectual e aos ideais de contribuir para melhorar o meio educacional e cultural de Sergipe, do que a ganhos econômicos. Além do mais, considere-se que, à época, a formação de cientistas sociais apenas engatinhava no Sudeste do país.

Desse modo, os primeiros professores das diversas disciplinas de Antropologia foram recrutados na própria comunidade. Eram pessoas com formação na área de Saúde: Lucilo Costa Pinto e João Perez Garcia Moreno, médicos; e Felte Bezerra, formado em Odontologia. O primeiro oriundo da Faculdade de Medicina de Pernambuco, os dois últimos, sergipanos formados na Bahia, onde Nina Rodrigues e Artur Ramos, pioneiros nos estudos sobre o negro no Brasil, deixaram forte influência. Felte Bezerra foi aluno de Artur Ramos, pouco antes deste se mudar para o Rio de Janeiro. Cursou com ele Odontologia Legal.

[11] Cabral Machado em seu livro *Brava Gente Sergipana e outros Bravos*, Aracaju, s.i., 2009, ao relembrar os primeiros tempos de professor na faculdade, se refere à baixa remuneração do corpo docente.

Professores de Antropologia provenientes da área de saúde é uma característica que Sergipe partilha com vários outros estados que criaram à época cursos de Geografia e História em faculdades de filosofia. Thales de Azevedo, um dos primeiros professores na Bahia, fez um circunstanciado apanhado sobre esses médicos pioneiros no ensino da ciência em vários lugares. Ao mesmo tempo, desenvolveu uma reflexão sobre as razões da presença desses profissionais na fase inicial do ensino da Antropologia nos cursos de Geografia e História. Recorre às aproximações entre a Antropologia, entendida como Antropologia Física, voltada para o estudo da evolução, das raças e para medições osteométricas, e os saberes ensinados nas Faculdades de Medicina, e também à formação universalista dos médicos da primeira metade do século XX[12].

Em Aracaju, cidade que apenas no fim dos anos 40 inaugurava as primeiras escolas de nível superior que lograram sucesso[13], os médicos integravam a elite intelectual, na qual eram recrutados professores para disciplinas como Biologia e Ciências Naturais, ensinadas aos alunos do curso normal e secundário dos vários colégios. Entre estes, destacava-se o Ateneu Sergipense[14], um celeiro de profissionais com formação diversa, testados nos concursos públicos para catedráticos e traquejo de sala de aula. Eles também integravam entidades culturais como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Academia Sergipana de Letras, nas quais eram estimulados a escrever e debater as questões candentes de sua época. Desse modo, nesses espaços, exercitava-se a formação humanística e didática dos egressos das antigas Faculdades de Medicina que vão integrar o quadro de professores das faculdades que foram criadas em Sergipe à época.

---

12 AZEVEDO, Thales de. Primeiros Mestres de Antropologia nas Faculdades de Filosofia. In: *Anuário Antropológico/82*. 1984.

13 NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

14 ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense:* Traços de uma história. Aracaju: ADGRAF, 2005.

Assim ocorreu com o médico Garcia Moreno, psiquiatra que, na década de 40, como Diretor do Serviço de Assistência a Psicopatas de Sergipe e membro da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste, procurou estabelecer pontes entre a Antropologia e a Psiquiatria, organizando em Aracaju congresso da entidade que contou com a presença de Gilberto Freyre e René Ribeiro, este também psiquiatra e professor de Antropologia em Recife[15]. Garcia Moreno escreveu sobre a maconha e publicou artigos que enfocam os aspectos médicos e folclóricos da erva[16]. Integrava o corpo docente do Ateneu, participava do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, instituição que presidiu em dois mandatos seguidos, era membro da Academia Sergipana de Letras e, em 1951, assumiu o ensino da primeira turma de Antropologia (Antropologia Física) na Faculdade Católica de Filosofia.

No ano seguinte, segundo os registros oficiais, foi substituído por Lucilo Costa Pinto, médico urologista que teria permanecido na regência da disciplina até 1958. Proveniente de Recife, onde fez o curso de Medicina, foi professor catedrático e diretor do Colégio Ateneu e integrante do grupo de fundadores da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, da qual era membro do Conselho Técnico Administrativo[17].

---

15 Conforme o programa do II Congresso da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste realizado em Aracaju em 1940, Gilberto Freyre pronunciou palestra sobre Sociologia, Psicologia e Psiquiatria. Posteriormente, o mestre de Apipucos, a propósito do V Congresso da entidade realizado em Recife, fez uma referência a Garcia Moreno, registrando seu empenho nesse diálogo da Antropologia com a Psiquiatria, cf. FREYRE, Gilberto. *Problemas Brasileiros de Antropologia*. Rio de Janeiro: José Olympio,1959 p. 262. Sobre essa vertente da Antropologia no Nordeste, ver DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô Papai Branco*. usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

16 MORENO, Garcia. *Aspectos do maconhismo em Sergipe.* Aracaju: DSPS, 1946.

17 Parte dos dados sobre Lucilo Costa Pinto foram fornecidas por Igor Brito, aluno do Curso de História da UFS, que desenvolvia monografia sobre esse personagem.

Garcia Moreno
Acervo do IHGSE

Lucilo Costa Pinto
Acervo da família

Embora nos documentos oficiais os três professores apareçam nas listas de bancas examinadoras das disciplinas de Antropologia e também como professores responsáveis pelos cursos, o nome de Felte Bezerra é o mais lembrado pelos antigos alunos: é o que por mais tempo ministrou aulas de Antropologia, pois até o ano de 1959 lecionou Etnologia e Etnografia do Brasil, cujo ensino iniciara em 1952 e 1953, respectivamente. Foi também o professor que deixou uma obra inspirada nas questões e na metodologia de trabalho antropológico, referenciada por intelectuais de destaque no plano nacional.

FELTE BEZERRA E A ANTROPOLOGIA EM SERGIPE

Nascido em Aracaju em 1908, e formado em Odontologia na Bahia em 1933, Felte Bezerra voltou para sua terra natal e ingressou no ensino secundário, tornando-se catedrático de Geografia do Colégio Ateneu Sergipense. Participou do processo de criação da Faculdade de Filosofia[18], da qual se tornou membro do Conselho Técnico Administrativo e professor catedrático interino de Geografia Humana até o ano de 1953. A partir de então, assume com maior intensidade os encargos do ensino das diversas disciplinas de Antropologia, embora continuasse como professor de Geografia do Colégio Estadual de Sergipe, nova designação do Ateneu.

Felte Bezerra constitui-se em caso paradigmático de professor de Antropologia, ainda um campo meio indiferenciado que, nesse momento, tem muitos pontos de interesse comum com a Geografia, com a História, com o Folclore, com a Sociologia e outros campos de saberes hoje com fronteiras bem delimitadas. Àquela época, em que a institucionalização da Antropologia apenas se esboçava no Brasil, os elos entre as diferentes áreas de atuação eram muito estreitos, de modo que a trajetória intelectual de Felte Bezerra é, nesse sentido, exemplar.

As relações com a Geografia mereceram de Luiz Castro Faria uma erudita reflexão. Disciplina hegemônica no campo intelectual durante o Estado Novo, a Geografia contava com recursos amplos e uma extensa rede de organização nacional, exercendo um papel aglutinador em relação aos profissionais que atuavam em domínios científicos com fronteiras mal definidas, possibilitando a participação em eventos e criando facilidades de publicação de trabalhos. Além do mais, questões metodológicas (difusionismo, por exemplo) ajudaram a aproximar essas áreas de trabalho. Assim sendo, diz ele:

[18] Sobre o envolvimento de Felte no projeto de criação da FCFS, ver DANTAS, Beatriz Góis. As cartas e a trajetória intelectual de Felte Bezerra. In: DANTAS Beatriz Góis e NUNES, Verônica Maria Meneses, (Orgs). Ob.cit.

Felte Bezerra, o professor de Geografia que se torna antropólogo
Acervo particular da professora Olga Barreto

> Compreende-se facilmente o evidente consórcio da Geografia e da Antropologia. A prática profissional do etnógrafo estava fortemente ancorada numa tradição que tomava espaços como lugares das manifestações concretas das variações raciais e culturais[19].

A Geografia foi, portanto, uma das portas de entrada de Felte Bezerra para a Antropologia, entendida aqui no sentido abrangente. Era professor de Geografia, de início voltado para as questões da Geografia Física, mas logo se desloca para o campo da Geografia Humana, e estudando "os povos e as chamadas raças", nasce o gosto por Antropologia[20].

Outra porta foi o Folclore. Este é um tema já em voga no país quando se inicia o processo de institucionalização no ensino superior das chamadas Ciências Sociais. Na década de 40, havia muita comunicação entre folcloristas, sociólogos e antropólogos, que vão se distanciando na medida em que se delineiam as fronteiras entre os campos do saber[21].

Como coloca Luiz Rodolfo Vilhena, a tradição folclorística é uma vertente que fez (e faz) parte da história da Antropologia no Brasil[22]. Desde que se instalou a Comissão Nacional de Folclore (CNFL) – criada em 1947 por Renato Almeida, vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), órgão do Ministério das Relações Exteriores –, que se tratou de criar, nos estados, congêneres da

---

19 FARIA, Luís de Castro. *Antropologia, espetáculo e excelência.* Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993, p. 11.

20 DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: um homem fascinado pela Antropologia. *Revista Tomo.* São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, n.01, p.31-46, 1998.

21 Sobre os trânsitos de personagens e assuntos nas áreas de Folclore e Antropologia, ver o bem fundamentado trabalho de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Luis Rodolfo da Paixão Vilhena, Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore. In: *Estudos Históricos.* Vol. 3 n. 5, p. 72-92, 1990.

22 VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão:* o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997.

entidade nacional, que congregassem os estudiosos locais e desse apoio visando à continuidade e preservação das manifestações folclóricas. Contando com o incentivo da UNESCO e fazendo convênio com os governos, essa malha se estende pelo Brasil através das Subcomissões Estaduais de Folclore encabeçadas por um Secretário Geral. Este agenciava apoio do governo em cada estado, bem como de entidades como os Institutos Históricos.

Nessa rede formada por observadores das tradições locais e autores de trabalhos etnográficos ou de registros de memórias sobre a vida das camadas populares, foram recrutados muitos dos primeiros professores de Antropologia que ocuparam as cátedras nas faculdades de filosofia em vários estados. Desse modo, ex-dirigentes ou integrantes das Subcomissões Estaduais de Folclore que tinham familiaridade com certos temas da Antropologia e gozavam de visibilidade e conceito em seus locais de origem tornaram-se professores de Antropologia. Assim ocorreu no Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina e Paraná. Essa foi, portanto, uma prática registrada não apenas no Nordeste, mas em diferentes regiões do país[23].

É nesse quadro geral que se inscreve Sergipe, onde Felte Bezerra foi o primeiro Secretário Geral da Subcomissão Sergipana de Folclore, criada em 1948. A participação nos eventos organizados pela rede o põe em contato com vários professores de Antropologia, de Geografia, de História e de Sociologia de outros estados, os quais, com o passar do tempo e a institucionalização dos respectivos campos, vão procurando definir seu pertencimento a um agrupamento profissional específico, reivindicando uns a identidade de antropólogos, enquanto outros assumiam mais estritamente a de folcloristas[24].

---

23 VILHENA, Luís Rodolfo. 0b.cit. p. 270.

24 Convém lembrar que alguns cientistas que posteriormente se consagraram como sociólogos, a exemplo de Florestan Fernandes e Maria Isaura Pereira de Queiroz, iniciaram suas pesquisas pelo folclore. Ver MELATTI, Júlio César. A Antropologia no Brasil: um roteiro. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB).* Rio de Janeiro, n.17, 1984, p 16.

À formação autodidata dos primeiros professores de Antropologia, particularmente no Nordeste, soma-se o empenho e a capacidade de cada um em aproveitar as brechas que se colocavam no plano local em suas articulações com o que ocorria no plano nacional. Desse modo, a inclusão de Felte Bezerra na rede da CNFL abre perspectivas para novos contatos, permitindo o acesso a periódicos onde publica seus trabalhos e amplia o diálogo com intelectuais de outros centros.

A troca de ideias e o intercâmbio de experiências sempre foram muito valorizados por Felte Bezerra. Vivendo em Aracaju, busca interlocutores nos centros culturais onde as Ciências Sociais se encontravam em fase inicial de institucionalização. Essa é uma preocupação que precede seu ingresso na Faculdade Católica de Filosofia, de modo que, já no final da década de 40, inicia correspondência que se alonga pelos anos 50 com vários intelectuais sediados em São Paulo, como Emílio Willems, Donald Pierson, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Antônio Rubbo Müller, dentre outros ligados, sobretudo, à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo, mas também à USP. Desse modo, o interesse de Felte Bezerra pela Antropologia, que, segundo seu depoimento, surgiu da leitura de *The Study of Man: An Introduction,* de Ralph Linton[25] e dos livros primeiros de Gilberto Freyre, como *Casa Grande e Senzala, Nordeste* e outros, desabrochou nas pesquisas de campo por ele desenvolvidas. No fim da década de 40, estuda terreiros de xangô em Aracaju e publica uma comunicação nos *Documentos do Ibecc* e em *Sociologia,* revista da ELSP[26]. Estabelece-se, dessa forma, a ponte com os professores da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, centro de formação que priorizava as pesquisas empíricas como uma necessidade para fundamentar o conhecimento da realidade brasileira.[27] Em carta de

[25] Trata-se de livro editado nos Estados Unidos em 1939, que teve várias edições no Brasil onde foi traduzido como *O Homem: uma Introdução à Antropologia* em 1943.

[26] BEZERRA, Felte. Um Xangô de Aracaju, *Sociologia*, São Paulo, n. 4, p. 266-271, 1948 e nos *Documentos do Ibecc,* no Rio de Janeiro.

[27] LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: MICELI, Sérgio (Org). *História das Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: FINEP/IDESP/ Vértice, v.1, 1989. p. 217-233.

1948, Felte Bezerra expõe a Emílio Willems, um professor da ELSP e da USP, o seu plano de escrever sobre a formação étnica de Sergipe. Este o incentiva por meio de correspondência que se prolonga por dois anos, na qual o intercâmbio de ideias, discussões sobre livros e práticas metodológicas se fazem presentes, culminando com a publicação do livro *Etnias Sergipanas:* contribuição ao seu estudo, que é lançado em 1950.

Editado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe durante a presidência de Garcia Moreno e prefaciado por Emílio Willems, prestigiado professor da ELSP e da USP com trânsito em universidades dos Estados Unidos, o livro teve ampla divulgação, sendo metade de sua edição de 500 exemplares distribuída em São Paulo, tendo boa aceitação nos circuitos acadêmicos[28].

Desse modo, ao ingressar como professor de Antropologia na Faculdade de Filosofia, já trazia em seu currículo uma obra referendada pelo prestígio de mestres paulistas e eminentes figuras do mundo intelectual da época. O livro *Etnias Sergipanas* é o trabalho mais significativo de Felte Bezerra no campo antropológico em sua fase de vida em Aracaju, onde, entre 1951-1959, ensinou diversas disciplinas de Antropologia e pesquisou sobre a terra e a gente sergipanas.

Homem de múltiplos interesses, às suas atividades de professor na Faculdade Católica de Filosofia e no Ateneu, associava a intensa produção de artigos para jornais e a direção da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS), entidade que ajudou a criar em 1951 e consolidou, procurando difundir entre os sergipanos o gosto pelas artes e, particularmente, pela música erudita[29]. Foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e participou de diversas entidades culturais.

---

28 *Etnias Sergipanas* mereceu resenha de Oracy Nogueira, publicada em *Sociologia* com comentários do próprio Felte e gerou ampla fortuna crítica que o autor recolheu em seu arquivo de notícias de jornais. O processo de construção do livro, sua repercussão e a interação de Felte Bezerra com os professores da ELSP e da USP estão registrados em DANTAS, Beatriz. Góis e NUNES, Verônica Maria Meneses, (Orgs). Ob. cit.

29 Sobre a SCAS ver SANTOS, Mirian Vieira dos. *Um marco na cultura:* documentos catalogados da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (1951 - 1989). 2002. 67 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

Era também um dos diretores do Banco Resende Leite, entidade financeira da família de sua esposa, e participava de órgãos das classes produtoras. É nesse contexto de múltiplas tarefas que se insere a atuação de Felte como professor de disciplinas de Antropologia, ministradas à noite, na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

ENTRE ALUNOS, AULAS, PESQUISAS E LIVROS

Os primeiros alunos das disciplinas antropológicas, estudantes do curso de Geografia e História, eram moças de classe média e algumas da elite sergipana, que, à noite, se deslocavam para uma zona não muito central da cidade e não muito respeitável para os padrões da época, pois era área comercial, próxima à zona de prostituição. Beatriz Sampaio, Elisete Batista Nogueira, Elisete Oliveira Andrade, Gildete Santos Lisboa, Josefina Leite Sampaio, Magnória Nazaré Magno e Maria Clara Vieira de Faro Passos enfrentaram as ruas pouco iluminadas da pequena Aracaju do início dos anos 50 e o preconceito que pesava sobre a presença de "moças de família" saindo à noite para estudar.

Maria Thétis Nunes, professora desde o primeiro momento da Faculdade de Filosofia, relata que uma aluna ia às aulas acompanhada por pessoa de confiança da família, que lá permanecia no fundo da sala de aula aguardando o momento de reconduzi-la para casa[30].

Das sete moças que iniciaram o curso, apenas as quatro últimas chegaram a concluí-lo, o que indica que ouviram as preleções dos mestres e participaram com aproveitamento de todos os trabalhos sobre as três disciplinas de Antropologia que integravam o seu currículo[31]:

- Antropologia, entendida restritivamente como Antropologia Física segundo a tradição francesa, era a primeira lecionada. Es-

30 O fato é registrado por LIMA, Luiz Eduardo Pina. Ob. cit.

31 Sobre o Curso de História e Geografia da Faculdade Católica de Filosofia, ver SANTOS, Lenalda Andrade. Ob.cit. p 161- 170, e OLIVEIRA, João Paulo Gama de. ob.cit.

tava voltada para o estudo da evolução do homem, a formação das raças e sua distribuição geográfica;
- Etnologia – apresentava tópicos gerais sobre cultura, teorias e expressões culturais em diferentes regiões do mundo;
- Etnografia do Brasil – desenhava um quadro geral sobre a formação biológica e cultural brasileira a partir dos grupos formadores, fazendo uma incursão pela arqueologia pré-histórica.

Os alunos tinham dificuldade de conseguir livros e o esquema básico era o registro escrito das aulas ministradas pelos professores. Qual a literatura por eles usada? Qual a bibliografia em que se baseavam para preparar suas aulas?

Como os poucos programas disponíveis não contêm bibliografia, baseio-me no depoimento e nos escritos de Felte Bezerra, que, durante oito anos, ministrou disciplinas de Antropologia na Faculdade Católica de Filosofia.

Foi um livro *O Homem: uma introdução à Antropologia,* de Ralph Linton, que despertou a paixão do professor de Geografia Felte Bezerra pelo estudo da Antropologia. Além desse, que era um dos mais utilizados, outros de autores franceses, ingleses e americanos se encontram também referidos na bibliografia dos trabalhos publicados pelo professor Felte Bezerra, leitor de Boas, Ruth Benedict, Robert Lowie, Herskovits, Marett, Eugene Pittard, Marcelin Boule, Robert Park, Chaple e Coon, Ernest Frizzi, Donald Pierson, Emílio Willems e muitos outros. Alguns deles foram indicados por professores de Antropologia da ELSP com quem Felte mantinha correspondência.

Roger Bastide e Fernando Ortiz integravam o quadro dos autores que tratavam das religiões africanas em sua dispersão no Brasil, e que Felte também lia juntamente com pesquisadores nacionais como Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Artur Ramos[32]. Deste último, uma obra

[32] Apenas pincei algumas das obras que aparecem citadas por Felte Bezerra em seu depoimento, na correspondência mantida com professores de São Paulo e na bibliografia de *Etnias Sergipanas*.

básica era *Introdução à Antropologia Brasileira* disponível desde a década de 40, sendo largamente utilizada como compêndio nas Faculdades de Filosofia. A importância desse livro nos cursos de Geografia e História foi fundamental. Na avaliação de Luiz de Castro Faria, o "nome Introdução mascara o fato de que se trata, na realidade, de um tratado, composto pelo inventário de quase tudo que se poderia considerar então como conhecimento assentado".[33]

Os dois grossos volumes de *Introdução à Antropologia Brasileira,* dos quais havia um exemplar bastante usado na biblioteca da Faculdade de Filosofia de Sergipe ainda na década de 60, andavam de mão em mão. Era o livro compêndio, enriquecido com consultas a outras obras do mesmo autor, de Gilberto Freyre, de Roquette-Pinto e tantos outros.

Felte formou uma rica biblioteca, cujos livros, lidos e anotados, serviam de base às suas aulas. Autores nacionais dividiam espaço com europeus e norte-americanos, evidenciando sua preocupação constante em manter-se atualizado. Câmara Cascudo, que a visitou em 1951, já àquela época dizia que sua biblioteca era "variada, polimática e poliglota"[34].

Uma das preocupações de Felte foi desenvolver pesquisa empírica sobre Sergipe. Integrava um grupo de intelectuais que, desde os anos 40, se voltava para o estudo da terra natal procurando desvendá-la nos seus aspectos econômicos, históricos, geográficos, educacionais e antropológicos. A *Coleção Estudos Sergipanos,* publicada pela livraria e gráfica Regina[35], evidencia esse esforço dos intelectuais locais, aos quais Felte se soma agregando uma característica especial que era incorporar seus alunos em pesquisa.

---

33 FARIA, Luís de Castro. *Ob. cit.* p. 18.

34 CASCUDO, Luiz da Câmara. *Em Sergipe Del Rey***.** Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, s/d. p. 92. A biblioteca de Felte Bezerra reunida no seu tempo de professor da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe encontra-se hoje incorporada à Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe.

35 Sobre a Livraria Regina, ver SANTOS, Elissandra Silva. *Livraria Regina:* notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976). 2004. 91 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

Em *Etnias Sergipanas,* livro gestado no final da década de 40 e editado no início de 1950, há referências à participação dos estudantes do segundo grau nos levantamentos que subsidiam suas análises[36]. Posteriormente, quando professor da Faculdade de Filosofia, incluiu a pesquisa na sua agenda de trabalho. A prática da pesquisa direta entre as populações estudadas, marca do trabalho antropológico, era também enfatizada por seus interlocutores externos – principalmente Willems, Bastide e Pierson – em sua correspondência com Felte. Willems, por exemplo, advertia sobre os riscos das faculdades de filosofias se tornarem apenas escolas normais mais aperfeiçoadas, em face da ausência de verbas para pesquisas[37]. Em Sergipe, onde as faculdades criadas lutavam com enormes dificuldades para manter-se, os riscos eram ampliados. Pesquisa era assunto que os interessados tentavam resolver individualmente com recursos próprios. Rememorando seus primeiros anos de ensino na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, Manuel Cabral Machado, professor de Fundamentos Sociológicos da Educação, refere-se ao ensino livresco da escola[38].

Nesse contexto, ressalte-se o esforço de Felte em desenvolver pesquisa iniciando seus alunos da FCFS em trabalhos de campo. Junto com os estudantes de Etnologia e de Etnografia do Brasil, disciplinas que leciona a partir de 1952 e de 1953, respectivamente, efetua pesquisa exploratória em um centro de culto afro-brasileiro da cidade de Laranjeiras. Acompanhavam-no dois médicos psiquiatras[39]. Um deles era Garcia Moreno, o professor de Antropologia, interessado na possessão, ou "estado de santo" segundo a denominação nativa, à época interpretada como estado patológico, portanto, de interesse da Psiquiatria[40].

---

36 Ver em *Etnias Sergipanas* (p. 13) agradecimentos de Felte aos alunos.

37 DANTAS, Beatriz Góis e NUNES, Verônica Maria Meneses. (Orgs). Ob. cit.

38 MACHADO, Manuel Cabral. Entrevista. *Revista Tomo.* São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, n.01, p.15-28, 1998.

39 BEZERRA, Felte. Pesquisas no Folclore mágico-religioso e outras, em Sergipe. *Revista Brasileira de Folclore.* Rio de Janeiro, n. 29, p. 34-64, 1971.

40 Sobre o assunto, ver DANTAS, Beatriz Góis. Ob.cit.1988.

Ao selecionar esse campo de pesquisa, Felte seguia uma tradição de trabalho que no Nordeste remonta a Nina Rodrigues, e no qual ele incursionara na década de 40, pesquisando terreiros de Aracaju. Mas atendia também a sugestões de Roger Bastide, que, em correspondência a ele dirigida, o instrui sobre a metodologia a ser adotada na pesquisa dos terreiros e insiste sobre a necessidade de estudos monográficos mais aprofundados sobre os xangôs de Sergipe[41]. A pesquisa iniciada em Laranjeiras, da qual resultou uma nota publicada no Boletim da Comissão Catarinense de Folclore[42], não teve continuidade. Não havia como conciliar uma investigação empírica mais aprofundada com suas múltiplas atividades. Durante o dia, aulas de Geografia no Ateneu e tarefas voltadas para o mundo das finanças e das classes produtoras; à noite, aulas na Faculdade de Filosofia.

Além de recursos, a pesquisa requer disponibilidade de tempo. Ciente do impasse, Felte procurou resolver a questão institucionalmente, tentando ser posto pelo Estado à disposição da Faculdade de Filosofia para realizar, com seus alunos, pesquisa cuja natureza "impõe trabalhos de campo" a serem realizados durante o dia[43]. O governador Arnaldo Garcez, no final do seu mandato, assina o Decreto que o colocava à disposição da FCFS, mas ele foi revogado de imediato por Leandro Maciel, sucessor do partido contrário, logo que assumiu o governo no início de 1955[44].

Desse modo, ao longo da segunda metade da década de 50, à medida que se tornam inviáveis as pesquisas de campo e refluem os contatos com os professores de São Paulo, seus principais interlocutores

41 DANTAS, Beatriz Góis. As cartas e a trajetória intelectual de Felte Bezerra In: DANTAS, Beatriz Góis e NUNES, Verônica Maria Meneses. (Orgs).Ob.cit.

42 BEZERRA, Felte. Notas sobre um folguedo em Aracaju. *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*. Santa Catarina, n. 17/19, p.48-52, 1954.

43 Ofício do Diretor da Faculdade de Filosofia, Pe. Euvaldo Andrade, ao governador de Sergipe, transcrita no *Diário Oficial de Sergipe*, 19.11.54.

44 Ver *Diário Oficial de Sergipe*. Decreto de 17.11.54 e Decreto de 26.02.55.

e incentivadores no que diz respeito a assuntos acadêmicos e de pesquisa, ampliam-se as demandas de trabalho em outras áreas. De um lado, aumenta a sua carga de aulas na Faculdade de Filosofia, onde, além de Etnologia e Etnografia do Brasil, assume também a disciplina Antropologia, pois, segundo declarou em entrevista, os professores médicos dela se desinteressaram, e ele se sentia qualificado para assumir mais esse encargo[45]. Ensinava também Didática Especial de Geografia aos alunos do último ano do curso.

Por outro lado, alargam-se os compromissos fora da área acadêmica, sobretudo pelas muitas atividades vinculadas às classes produtoras que o fazem voltar-se para assuntos econômicos. No final da década de 50, quando o governo de Sergipe cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CONDESE), promovendo a formação de grupos de trabalho, animando políticos e empresários, envolvendo-os na discussão das potencialidades de Sergipe no tocante à exploração de minérios[46], Felte Bezerra escreve vários artigos sobre essa temática[47]. Desde muito era vinculado à Associação Comercial de Sergipe, em 1958 torna-se diretor do Departamento Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES) e, em 1959 ampliam-se suas responsabilidades no Banco Resende Leite.

Ainda escreve para os jornais sobre música e alguns artigos sobre temas da Antropologia como *Couvade, Ilha de Páscoa, Paul Rivet*[48]. Envolvido em tantas atividades, não lhe sobra tempo para pesquisas de campo, para as quais não encontrara suporte institucional adequado. Este foi um dos desafios vividos por Felte que, nos anos cinquenta,

45 Oficialmente o professor de Antropologia era o médico Costa Pinto, que assumira em substituição a Garcia Moreno, enquanto Felte era o professor catedrático de Etnologia e Etnografia do Brasil.

46 DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe, República* (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 134.

47 Ver a série de artigos publicados em *A Cruzada* entre março e junho de 1959 versando sobre *Operação Nordeste, Openo, Salgema, Cimento, Indústrias Alimentícias, Tecidos*. Também no *Correio de Aracaju*, entre abril/maio de 1959, trata de temas correlatos ao desenvolvimento de Sergipe.

48 Ver o jornal *A Cruzada*, ano de 1959.

sonhou com um ensino de graduação associado à pesquisa na pequena Aracaju, onde exerceu seu magistério até 1959.

Em 1960, embalado por perspectivas de sucesso no mundo dos negócios, se muda para o Rio de Janeiro. Durante a década de 60, exerce várias atividades não relacionadas com a vida intelectual, mas, entre os anos 70 e 80, apesar de afastado das tarefas acadêmicas, retoma o interesse por Antropologia, escreve e publica seis livros sobre temas antropológicos com especial interesse por estudos teóricos. Produz com regularidade e, desse modo, vem a lume: *Antropologia Sociocultural*. Brasília: Coordenada, 1972; *Problemas de Antropologia - do Estruturalismo de Lévi-Strauss*. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1976; *Problemas e Perspectivas em Antropologia.* Rio de Janeiro: MEC/CFE, 1980; *Aspectos Antropológicos do Simbolismo.* Rio de Janeiro: Medeiros, 1983; *Análises Antropológicas - Estudo Teórico*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986; *África Subsaariana, Ontem e Hoje.* Recife: Avellar/ Governo do Estado de Sergipe, 1988[49]. Essa extensa obra, produzida fora do circuito acadêmico, é um testemunho de sua tenacidade e de sua paixão pela Antropologia, que o acompanhou até o fim dos seus dias. Felte Bezerra morreu no Rio de Janeiro em 1990.

A OBRA DE FELTE BEZERRA PRODUZIDA EM SERGIPE

Não obstante a multiplicidade de atividades desenvolvidas por Felte Bezerra na década de 50, a mais importante de sua vida – segundo ele mesmo avalia –, conseguiu pesquisar e publicar deixando uma contribuição inestimável para o conhecimento dos sergipanos e de sua terra natal.

Ao longo das décadas de 40 e 50, escreve regularmente para jornais e revistas da terra, produzindo discursos e artigos sobre temas geográficos, históricos, etnográficos e, sobretudo, artes, com

[49] Deixou um livro inédito: *O Marxismo e a era Gorbachev*.

espacial destaque para a música. Felte era apaixonado por música erudita e, depois de fundada a SCAS, seus escritos assumem muitas vezes um cunho pedagógico, no sentido de refinar o gosto dos sergipanos e formar público para os espetáculos artísticos que aqui se apresentavam[50].

Ao descobrir a Antropologia e por ela apaixonar-se, volta-se para a formação étnica de Sergipe, estudo de relações raciais e aspectos culturais locais. Em *Etnias Sergipanas,* aplicando conceitos da Antropologia Cultural norte-americana, traça um quadro geral da história e prováveis origens do negro, do índio e do branco em Sergipe, bem como de suas relações no plano da raça e da cultura. Com este livro, amplia seu círculo de interlocutores externos e participa das discussões sobre relações inter-raciais, importante agenda de pesquisa à época.

Em 1952, vem a lume outro livro: *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe,* publicado no Rio de Janeiro pela Editora Simões, reunindo vários textos sobre colonização, limites, expansão territorial de Sergipe, enfim, estudos sobre a terra e a gente sergipanas. Este livro teve pequena repercussão. Com ele se encerra o ciclo iniciado em 1938, quando publicou *Da Terra*, sua tese de concurso para o colégio Ateneu, que enfoca tema da Geografia Física relativo ao deslocamento dos continentes.

Na *Revista de Aracaju,* na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, na *Revista da Academia Sergipana de Letras* ou em *Poliantéa,* órgão da Associação Sergipana de Imprensa, seus artigos de orientação histórica, geográfica ou antropológica são divulgados, às vezes já na década de 60, devido ao atraso na edição das referidas publicações[51].

---

50 Sobre uma parte da produção de Felte Bezerra em jornais, ver FREIRE, Lucicleide Nunes; OLIVEIRA, Maria Conceição Aragão; MARTINS, Sandra Ribeiro Alves. *Uma breve história de Felte Bezerra e seus artigos jornalísticos* (1959-1988). Aracaju: 2009, 76 p. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tiradentes.

51 Ver, por exemplo, Amostra folclórica de Sergipe no terreno das crenças e magias. *Revista de Aracaju*. Aracaju, n. 7, p. 189-198, 1962.

O esforço de Felte Bezerra para pesquisar e produzir ciência num meio adverso é notável, como bem ilustra sua produção em Sergipe e, posteriormente, no Rio de Janeiro. No conjunto de sua obra, a Antropologia tem um lugar de destaque.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

No ápice de seu vigor intelectual, Felte Bezerra deixa Sergipe, onde a Antropologia segue seu percurso. Antes de partir, passara adiante seu gosto pelo campo de trabalho fazendo a iniciação de uma ex-aluna nas artes do ensino e da pesquisa. Josefina Leite Campos, integrante da primeira turma de formados em Geografia e História pela Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, desde 1957 dividia com o seu mestre os encargos do ensino de Etnologia e Etnografia do Brasil, rompendo-se, desse modo, o monopólio dos profissionais com formação na área de Saúde no ensino de Antropologia em Sergipe.

Com a mudança de Felte para o Rio de Janeiro, essa tendência se acentua e atinge seu ponto alto em 1963, quando uma reforma na Faculdade de Filosofia modifica o Curso de Geografia e História, criando dois cursos específicos, ao tempo em que Antropologia (Física) é eliminada do currículo de ambos. Com essa medida, desaparecem os professores de Antropologia com formação na área de Saúde, que tinham mantido o monopólio no ensino da disciplina entre 1951-1957[52]. Os novos professores são egressos dos cursos de Geografia e História e, mais tarde, de Serviço Social.

Mas a década de 50 se finda com o ensino da Antropologia em Sergipe ainda circunscrito aos cursos de História e Geografia da Faculdade Católica de Filosofia, atingindo um público muito limitado de pouco mais de meia centena de estudantes.

[52] No início da década de sessenta, a matéria de ensino Antropologia, entendida restritivamente como Antropologia Física, ainda foi lecionada por dois médicos: Paulo Freire de Carvalho (1960-61) e José Abud (1962).

Somente nos anos sessenta se inicia um processo de alargamento da presença da Antropologia em cursos destinados à formação de outras categorias profissionais, processo que se amplia consideravelmente na década de 80.

Em 1991, tem início a Graduação em Ciências Sociais, tendo sido precedida por um Curso de Especialização que se instalou em 1987. Em 2009 inaugura-se o Mestrado em Antropologia. Resultantes do crescimento da Universidade esses cursos também são frutos tardios da obra iniciada por Felte Bezerra e seus colegas na antiga Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense:* Traços de uma história. Aracaju: ADGRAF, 2005.

AZEVEDO, Thales de. Primeiros mestres de Antropologia nas Faculdades de Filosofia. In: *Anuário Antropológico*/82. 1984.

AZEREDO, Paulo Roberto. *Antropólogos e pioneiros:* A História da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia. São Paulo, FFLCH/USP, 1986.

BEZERRA, Felte. *Da Terra***.** Aracaju, 1938. [S.I.: s.n.].

_____. Um Xangô de Aracaju. *Sociologia,* São Paulo**,** n. 4, p. 266-271, 1948.

_____. *Etnias Sergipanas***,** contribuição ao seu estudo. Aracaju, Regina, 1950.

_____. *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe*. Rio de Janeiro: Simões, 1952.

_____. Notas sobre um folguedo em Aracaju. *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore.* Santa Catarina, n° 17/19, p.48-52, 1954.

_____. Amostra folclórica de Sergipe no terreno das crenças e magias. *Revista de Aracaju***.** Aracaju, n. 7, p. 189-198, 1962.

_____. Pesquisas no Folclore mágico-religioso e outras, em Sergipe**.** *Revista Brasileira de Folclore.* Rio de Janeiro, n. 29, p. 34-64, 1971.

_____. *Antropologia Sociocultural*. Brasília: Coordenada, 1972 (2ª edição em 1973).

_____. *Problemas de Antropologia* - do estruturalismo de Lévi-Strauss. Rio de Janeiro: Ouvidor. 1976.

_____. *Problemas e Perspectivas em Antropologia*. Rio de Janeiro: MEC/CFE. 1980.

_____. *Aspectos Antropológicos do Simbolismo.* Rio de Janeiro: Medeiros, 1983.

_____. *Análises antropológicas*: estudo teórico. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

_____. *Entrevista.* Setor de Antropologia / UFS, Aracaju. Documento sonoro (2 cassetes, 50min.) Museu do Homem Sergipano. Maio de 1987.

_____. *Notícias sobre minha vida* (anotações autobiográficas) Manuscrito de propriedade particular. Cópia digital no MUHSE/UFS, Aracaju.

_____. *África subsaariana, ontem e hoje*. Recife: Avellar; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1988.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Em Sergipe Del Rey.* Aracaju: Movimento Cultural de Sergipe, s/d.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro e VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do Folclore. In: *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, vol. 3 n. 5, p. 72-92, 1990.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó nagô e papai branco*: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Felte Bezerra*:* um homem fascinado pela antropologia*. Revista Tomo*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, n.01, p.31-46, 1998.

_____. As cartas e a trajetória intelectual de Felte Bezerra In: DANTAS, Beatriz Góis e NUNES, Verônica Maria Meneses. (Orgs). *Destinatário Felte Bezerra - cartas a um antropólogo sergipano (1948-59 e 1973-85)*. São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

DANTAS, Beatriz Góis e NUNES, Verônica Maria Meneses. (Orgs.). *Destinatário: Felte Bezerra - cartas a um antropólogo sergipano (1948-59 e 1973-85).* São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe, República* (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FARIA, Luís de Castro. *Antropologia, espetáculo e excelência.* Rio de Janeiro: UFRJ/Tempo Brasileiro, 1993.

FREIRE, Lucicleide Nunes; OLIVEIRA, Maria Conceição Aragão; MARTINS, Sandra Ribeiro Alves. *Uma breve história de Felte Bezerra e seus artigos jornalísticos* (1959-1988). Aracaju: 2009, 76 p. Monografia (Licenciatura em História). Universidade Tiradentes.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala.* Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

_____. *Nordeste***:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

_____. *Problemas Brasileiros de Antropologia***.** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

LIMA, Jackson da Silva. *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe***.** Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura/ Subsecretaria de Cultura e Arte, 1984.

LIMA, Luís Eduardo Pina. *Ideologias e utopias na história da educação:* o processo de criação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe - 1950-51. Aracaju :1993. 129 p. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: MICELLI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil.* São Paulo: FINEP/IDESP/ Vértice, v.1, 1989. p. 217-133.

LINTON, Ralph. *O Homem: uma introdução à Antropologia.* São Paulo: Martins, 1943.

MACHADO, Manuel Cabral. Entrevista. *Revista Tomo***.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, n.01, p.15-28, 1998.

_____. *Brava gente sergipana e outros bravos*. Aracaju, 1999.

MELATTI, Júlio César. A Antropologia no Brasil: um roteiro. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB).* Rio de Janeiro**.** n.17**,** p. 3-52, 1984.

MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice e Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

MORENO, Garcia. *Aspectos do maconhismo em Sergipe.* Aracaju: DSPS, 1946.

NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *O curso de Geografia e História na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe* **(**1951-54), entre alunas, docentes e disciplinas – uma história. 2008. 95 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

RAMOS, Arthur. *Introdução à Antropologia Brasileira***.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1961[1943-1947].

SANTOS, Elissandra Silva. *Livraria Regina***:** notas sobre a aventura do livro em Aracaju (1918-1976). 2004. 91 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Lenalda Andrade. Curso de História: resgate da memória histórica. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (Org.). *UFS: história dos cursos de graduação***.** São Cristóvão: UFS, 1999, p. 159-170.

SANTOS, Mirian Vieira dos. *Um marco na cultura***:** documentos catalogados da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (1951 - 1989). 2002. 67 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão:* o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WILLEMS, Emilio. Prefácio. In: *Etnias Sergipanas, contribuição ao seu estudo***.** Aracaju: Regina, 1950.

PALESTRAS

FELTE BEZERRA E A HISTORIOGRAFIA SERGIPANA*

Antônio Fernando de Araújo Sá**

> "É o historiador do Homem Sergipano, de suas origens, o examinador dos processos de fixação, domínio, adaptação e marcha na terra do litoral e sertão, serra e brejos".
>
> Luís da Câmara Cascudo

A história da historiografia, infelizmente, não se encontra ainda consolidada na grade curricular dos cursos de História em Sergipe, resultando na ausência de um conhecimento mais sistematizado sobre o assunto. No caso da história da historiografia de Sergipe, a situação é um pouco mais complicada, pois poucos historiadores se aventuraram

---

* Texto revisto de palestra apresentada na Mesa-Redonda *Felte Bezerra: História e Antropologia* dentro da IX Semana de História da Universidade Federal de Sergipe (23-26 de novembro de 2009). Agradeço a Professora Emérita Beatriz Góis Dantas pela gentileza de fornecer e indicar livros e documentos inéditos de Felte Bezerra, que foram imprescindíveis para a confecção deste trabalho.

** Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe/UFS.

na empreitada de estudar, sistematicamente, a escrita da história sergipana. Para que superemos tal situação, é necessário que voltemos o olhar para o já realizado, dando-lhe uma dignidade de experiência possível de ser pensada em sua originalidade e por si mesma, mesmo que levemos em consideração as inexoráveis vinculações com a historiografia brasileira e internacional. A inclusão na programação da *IX Semana de História* (2009) da Universidade Federal de Sergipe da contribuição histórico-antropológica de Felte Bezerra pode ser saudada pela comunidade de historiadores locais como uma iniciativa louvável, visando reverter este quadro de desconhecimento das obras dos historiadores sergipanos.

Nascido em Aracaju no ano de 1908 e falecido em 1990, na cidade do Rio de Janeiro, Felte Bezerra teve presença marcante nos meios culturais de Sergipe entre as décadas de 1930 e 1950. Como outros intelectuais sergipanos da época, o autor inicia sua carreira de professor catedrático de Geografia no Colégio Ateneu, em 1938, defendendo a monografia *Da Terra*[1]. Foi dentro do quadro geral de institucionalização do ensino de Geografia no Brasil dos anos de 1930, com a criação de cursos nas Universidades e de organismos profissionais, que Felte Bezerra desenvolveu sua vocação para as Ciências Sociais, especialmente, a antropologia. Como lembra Beatriz Dantas, como disciplina hegemônica durante o Estado Novo, a Geografia exerceu "um papel aglutinador em relação aos profissionais que atuavam em domínios científicos com fronteiras mal definidas, possibilitando participação em eventos e criando facilidades de publicação de trabalhos. Além do mais, questões metodológicas (difusionismo, por exemplo) ajudaram a aproximar essas áreas de trabalho"[2].

---

1 DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: Um homem fascinado pela Antropologia. In: *Tomo: Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.* Ano 1, n. 1, junho de 1998, p. 31-45 [p. 34].

2 Idem, ibidem, p. 35.

Neste sentido, podemos relacionar a confluência de interesses entre Geografia e Antropologia ao legado de Friedrich Ratzel (1844-1904), na medida em que o pensador alemão foi um dos pais do difusionismo, renovando o pensamento geográfico com a Antropogeografia (Geografia Humana). Integrando conceitos e métodos da biologia, etnografia e geografia, a antropogeografia não pretende se restringir à descrição do território, mas também explicar "como se formou". Em sua investigação, o geógrafo alemão elaborou minuciosos inventários analíticos acerca das relações entre comunidades humanas e seus entornos ambientais, o que o levou a ser caracterizado como o "geógrafo das culturas". Deste modo, F. Ratzel também é lembrado pela sua contribuição no campo etnológico[3].

No âmbito do debate entre a História e a Geografia nas primeiras décadas do século XX, há um paulatino afastamento das idéias de Ratzel por parte dos historiadores, especialmente pelo decisivo combate de Lucien Febvre, com *A Terra e a evolução do Homem* (1922), "que, ao pretender enaltecer a proposta de fundamento geográfico elaborado por Vidal de La Blache, simplificou o pensamento ratzeliano à condição de 'determinista'"[4].

Em artigo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (1942), Felte Bezerra se aproxima desta leitura de L. Febvre, ao defender a doutrina possibilista de Vidal de La Blache em Geografia Humana em contraposição ao determinismo ratzeliano. Para ele, "a influência decisiva do meio sobre o homem cede lugar às relações entre o meio e o homem". Também é defendida pelo geógrafo sergipano a

[3] CARVALHO, Marcos B. de. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 34, 10 de junio de 1997. Capturado no site HTTP://www.ub.es/geocrit/b3w-34.htm em 4/12/2009.

[4] CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: Leituras Contemporâneas, Uma Reabilitação?. *Biblio 3w. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 25, 23 de abril de 1997. Capturado no site HTTP://www.ub.es/geocrit/b3w-25.htm em 4/12/2009.

importância do pensamento de Hipolite A. Taine para a definição de meio, na medida em que "não se trata apenas do meio físico, propriamente dito, que sob o ponto de vista estritamente geográfico tem ação sobre o homem, porém do meio social e psicológico, do meio cultural, em suma". Em resumo, "si estas [paragens] não oferecem a mesma propícia ambiência, modifica-se o homem nos hábitos ou altera a fisionomia da terra". Este é o conceito que orienta a geografia humana para o autor[5].

Posteriormente, o pesquisador retornaria ao conceito de Geografia Humana na *Revista do IHGS* (1955), reafirmando sua luta contra a teoria determinista, que se esforça "por simplificar as coisas". Para Bezerra, os elementos do meio físico "não conseguem criar as mesmas condições de vida dos homens em dois ambientes análogos, porque entram em jogo os fatores culturais do grupo, os quais norteiam, de modo diverso, o mecanismo das relações e evolução humana em cada lugar"[6].

Estas reflexões sobre teoria geográfica, desenvolvidas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* e *Revista de Aracaju*, se materializaram no livro *Investigações histórico-geográficas de Sergipe*[7], em que se destaca a assimilação destes conhecimentos geográficos à interpretação histórica do processo de ocupação e colonização do espaço sergipano. Deste modo, o foco principal deste trabalho é a questão dos limites entre Sergipe e Bahia, centrando-se na história colonial, a partir da noção de fronteira, tão cara ao pensamento geográfico de F. Ratzel e Camille Vallaux.

Poucos foram os estudiosos que comentaram a obra histórico-geográfica de Felte Bezerra. Luís da Câmara Cascudo foi talvez quem

---

5 BEZERRA, Felte. A doutrina possibilista em Geografia Humana. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 11, n. 16, p. 15-19, 1942 [p. 16 e 18].

6 BEZERRA, Felte. Conceituação de Geografia Humana. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 16, n. 21, p. 20-25, 1955 [p. 24].

7 BEZERRA, Felte. *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952 (Coleção Rex).

melhor o perfilou no campo da história de Sergipe, colocando-o como um analista frio e percuciente dos episódios históricos, "descendo às raízes documentais. É o historiador do Homem Sergipano, de suas origens, o examinador dos processos de fixação, domínio, adaptação e marcha na terra do litoral e sertão, serra e brejos"[8].

José Calasans o coloca como "um dos melhores pesquisadores sergipanos", delimitando sua contribuição histórica à questão dos limites entre Sergipe e Bahia, com *Investigações histórico-geográficas de Sergipe* (1952)[9]. Além deste livro, podemos registrar sua contribuição para a história de Sergipe e do Brasil no opúsculo *Rio Branco, o Vulto – a Obra* (1945)[10] e no livro *Etnias Sergipanas*, publicado em 1950, com prefácio de Emilio Willems[11].

Maria Thétis Nunes, em breve artigo, se restringe à vocação de professor de Felte Bezerra, que unia a vasta cultura humanística à capacidade didática para transmitir conhecimentos aos seus alunos. Apesar de não analisar os textos histórico-geográficos do seu professor de geografia, a historiadora coloca *Etnias Sergipanas* e *Investigações Históricas e Geográficas de Sergipe* como "obras indispensáveis ao estudioso do passado sergipano"[12].

Na mais completa incursão na história da historiografia sergipana, feita por Itamar Freitas, não foi encontrada nenhuma menção sobre a contribuição de Felte Bezerra[13].

---

8 Citado em DANTAS, B. G. & NUNES, V. M. M. (orgs.). *Destinatário: Felte Bezerra* Cartas a um antropólogo sergipano (1947-50 e 1973-85). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009, p. 102-103.

9 SILVA, José Calasans Brandão da. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In: *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1982, p. 18.

10 BEZERRA, Felte. Rio Branco, o Vulto – a Obra. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 13, n. 18, p. 24-41, 1945.

11 BEZERRA, Felte. *Etnias Sergipanas*. 1ª. Reedição. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984 (Estudos Sergipanos, VI).

12 NUNES, Maria Thétis. O Professor Felte Bezerra (1909/1990). *Revista do IHGS*. Aracaju, n. 31, p. 197-200, 1992.

13 FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão/SE: EDUFS, 2007.

Por conta deste relativo silêncio sobre a contribuição do pesquisador para a historiografia sergipana, optamos por analisar o livro *Investigações Históricas e Geográficas de Sergipe*, que busca as origens de Sergipe, empreendendo uma leitura histórica da integração física do seu território. Deste modo, podemos associá-lo à tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e suas ramificações estaduais[14], em que é nítida a influência da obra de João Capistrano de Abreu, alinhando à geografia o descortino histórico.

No capítulo referente às *Origens de Sergipe*, o autor elabora uma digressão sobre a atmosfera de incompreensão criada entre o colonizador português e o índio brasileiro. Em sua leitura, é evidente a dificuldade da mentalidade quinhentista em entender a reação indígena, "tão humana quanto legítima", na guerra contra os portugueses, que lhe vinham arrebatar o solo e a liberdade. Em suas palavras, o "colono exigia do indígena um comportamento que ele não poderia jamais possuir; queria que o raciocínio infantil dos brasís funcionasse como o dele, que era o representante, aliás, de uma humanidade recém-egressa do medievalismo. Por isso traduzia mal até as atitudes de hospitalidade do aborígene, feita a seu modo" (p. 21).

Há certo estranhamento desta observação por parte de um antropólogo, na medida em que ainda expressa uma imagem do índio marcada pela inocência e docilidade, remetendo à visão presente nos relatos dos primeiros viajantes às Américas. Tal idéia fez dos "povos não-ocidentais passarem a 'primitivo' e se tornarem, para o Ocidente, testemunhas de estágios históricos anteriores". Neste sentido, adquiriram "o *status* da 'infância da humanidade' e seus membros eram, em decorrência, 'grandes crianças'"[15]. Deste modo, o escritor permanecia ainda preso à metáfora evolucionista do progresso, recorrente no pensamento ocidental do século XIX.

---

14 GUIMARÃES, Manuel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

15 CUNHA, Manuela Carneiro da. A Hora do Índio. In: *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 162.

Na introdução do livro, publicado anteriormente com o título de Sergipe no quadro histórico-social do Brasil, na *Revista de Aracaju*[16], Felte Bezerra afirma que o povoamento de Sergipe se liga tanto ao ciclo do gado, dentro do programa traçado pelos Garcia d'Ávila, Guedes de Brito e seus continuadores, como a penetração e desbravamento do sertão em busca das riquezas do subsolo. Nesta perspectiva, o rio São Francisco foi a tendência de todos esses povoadores, seguindo as teses defendidas por João Capistrano de Abreu. Então, a "conquista do solo sergipano iria franquear larga zona, repartida em sesmarias por seus capitães-mores, um tanto ativos e mesmo 'desabusados', aos penetradores do nosso sertão" (p. 11).

Depois da conquista, esta Capitania tornou-se "um centro irradiador desse povoamento, feito através do criatório, que das cercanias de Salvador chegou aos pastos piauienses e mesmo maranhenses, às margens do rio Parnaíba" (p. 66). Na Capitania de Sergipe, foi ocupada, inicialmente, a bacia do Real-Piauí e logo depois as bacias do Sergipe e do Vasa Barris. Segundo o historiador sergipano, a "distribuição de sesmos deixa ver claramente que esse movimento de colonização do Vasa Barris provinha da capital sergipana, da sede da Capitania, embora o seu sentido geral indique a ação atrativa que sobre ele era exercida pela Baía, pois que o rumo de Itabaiana para Simão Dias procurava as terras baianas interiores" (p. 57).

Com base na leitura das cartas de sesmos, o avanço da capitania de Sergipe para além das cabeceiras do rio Real, revelam que as sesmarias concedidas no território da Capitania de então era "muito mais vasto do que o atual, especialmente em direção do oeste" (p. 56). Deste modo, nas palavras de Felte Bezerra, a "compreensão imparcial e cuidadosa não se pode furtar a concluir que, na marcha para Oeste, nossos povoadores esticaram as terras de sua capitania até Bom

16 BEZERRA, Felte. Sergipe no quadro histórico-social do Brasil. *Revista de Aracaju*. v. 3, 1949, p. 61-65.

Conselho, Massacará, Geremoabo, Santo Antônio da Glória, Juazeiro, Jacobina, ultrapassando, de muito, a Serra Negra. Colonizaram toda a zona que, dos vales dos rios Itapicuru, Real, Vasa Barris e Sergipe, chegam ao São Francisco, o qual oferece natural limite geográfico"(p. 63-64). Assim, "do que nos foi possível coligir, é inegável o avanço até o médio São Francisco, até o alto Itapicuru, e mesmo além, numa faixa de terra que, se conservada, teria dado ao nosso Estado, nunca menos de três vezes o território que hoje possue" (p. 164).

Para nosso autor, com relação à questão dos limites entre Sergipe e Bahia não existe nenhuma dúvida com relação ao norte, pois "a divisa é o grande rio São Francisco. No sul, há quem discuta tenha sido o Itapicuru ou o Real o rio limite. Quanto ao oeste, a linde seria traçada pelo máximo de expansão orgânica da Capitania sergipana, indicada pelas posições a que chegaram seus penetradores, mediante a concessão de sesmos ou sem ela. Tais limites de alcance, obtidos em território vasio, abstração feita das tribos aborígenes, edificaram uma legítima *fronteira orgânica*, na clássica concepção ratzeliana. No critério histórico-geográfico teria sido uma fronteira zona, que haveria, ao depois, de restringir-se a *fronteira faixa*, nos pontos em que os nossos pioneiros se defrontassem com os grupos colonizadores das capitanias vizinhas" (p. 51).

Em texto anteriormente publicado na *Revista do IHGS* (1943), Felte Bezerra já havia discutido a operacionalidade do conceito de fronteira para se pensar o processo de conquista e ocupação do território sergipano. De F. Ratzel, o autor utiliza a noção de *fronteira orgânica*, "resultante dos limites até onde o organismo vivo, povo ou grupo étnico, logrou desenvolver-se. Desta maneira, as fronteiras não têm linhas definidas, apenas exprimem os movimentos dos povos, variando extraordinariamente no tempo e no espaço". Tributário da obra ratzelina, R. Sieger também utiliza a idéia de fronteiras orgânicas como "resultante dos países limítrofes, que as consideram como as mais úteis, embora não baseadas precisamente em acidentes naturais". Mas são as classificações de tipos de fronteiras da geógrafa possibilista Camille Vallaux que Bezerra defende para se pensar as fronteiras do Brasil, em especial a de *fronteira colonial*. Nesta definição, as fronteiras coloniais

"são as delimitadas naturalmente, sem a participação de país vizinho, que pacificamente assiste ao seu traçado, e resultam do avanço de desbravadores ou colonizadores, quando estes, apossados de uma região deshabitada ou possuidora de civilização inferior, conseguem impor domínio e o extendem cada vez mais, enquanto houver espaço desocupado". Também da classificação de *fronteira morta* ou *fossilizada*, proposta por Vallaux, o autor a utiliza para pensar o Tratado de Tordesilhas, por conta da intrepidez dos bandeirantes em não reconhecer a existência da linha imaginária, tornando-o letra morta[17].

Neste sentido, o autor propõe que "Sergipe também concorreu para o notável serviço de ocupação do solo nacional, através da peculiar elasticidade desses vaqueiros, que não necessitavam transportes para os seus bois, eles próprios se locomovendo, para encher os espaços, como já observara com agudeza ANTONIL, através de fazendas, dos pousos, das feiras, ao realizarem o milagre da ocupação de terras vasias, feita por um pequeno contingente de homens" (p. 70).

Do ponto de vista da história da historiografia brasileira, identificamos nos autores citados pelo historiador sergipano as obras clássicas sobre a história brasileira, mostrando domínio e familiaridade com relação à produção intelectual dos historiadores à época. Por outro lado, este diálogo historiográfico serviu para inserir a história de Sergipe nos contornos mais gerais da colonização brasileira. Seguindo as propostas de João Ribeiro, a história de Sergipe colonial se liga ao ciclo do couro, por ter sido o rio São Francisco o ponto de confluência dos povoadores, vindos da Bahia, Pernambuco ou mesmo de portugueses e franceses. Daí João Ribeiro chamar a atenção para o papel do São Francisco como o caminho da civilização brasileira.

Da obra *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, o antropólogo recorre à feição psicológica do pioneiro lusitano como

17 BEZERRA, Felte. Fronteiras. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 12, n. 17, p. 95-102, 1943 [p. 99, 100, 101 e 102].

aventureiro (corajoso, arroubado e imediatista) para explicar o início da colonização, quando "se atiraram ao desconhecido de sertões ínvios, encarando e resistindo, com inquebrantável tenacidade e férrea vontade, a mil e um obstáculos" (p.7). Logo depois, vieram os *trabalhadores*, que "queriam terra para viver, para explorar, na tendência gradual de sofrear a correria nômade, até permutá-la pela fixação sedentária" (p. 12).

De Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933), o escritor defende a idéia da "micibilidade lusitana, em sua capacidade genética de cruzamento" (p. 8). Essa influência do culturalismo norte-americano já se fazia presente no livro *Etnias Sergipanas*, em sua análise sobre os resultados dos contatos biológicos e culturais das trajetórias dos elementos branco, negro e índio em terras de Sergipe. Vale registrar ainda a presença das idéias de mestiçagem e aculturação proposta pelo livro clássico de Artur Ramos, *Introdução à Antropologia Brasileira*[18].

Em textos posteriores, este diálogo também se fez presente, especialmente no que se refere ao fracasso da colonização batava em Sergipe. Em artigo na revista do IHGS (1959), nosso historiador traça a ação e efeitos do período nassoviano em Sergipe colonial, aproximando-se das reflexões de Felisbelo Freire sobre o papel saliente de Sergipe de limite máximo de conquista dos batavos ao sul, de onde partira o movimento libertador capitaneado por Camarão e Henrique Dias, com a retomada do fortim do rio Real. Para Bezerra, o "estilo urbano da colonização intentada pelos invasores jamais poderia medrar a base econômica da produção agrícola. O interior lhes foi inconquistável. Faltaram-lhes para isso as excepcionais qualidades lusas, no jeitão de se mesclar a indígenas, a africanos e de com eles permutar modo de vida, hábito e costumes, num intenso processo transculturativo"[19].

---

[18] DANTAS, Beatriz Góis. Felte Bezerra: Um homem fascinado pela Antropologia, p. 38.

[19] BEZERRA, Felte. Ação e efeitos do período nassoviano em Sergipe Colonial. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 17, n. 22, p. 5-12, 1959 [p. 9].

Sobre o assunto, encontramos o capítulo *À margem da História Política de Sergipe Colonial*, que já fora publicado no ano anterior na *Revista de Aracaju*[20], onde o historiador identifica como conseqüências da fase da ocupação holandesa na segunda metade do século XVII foi um demorado período de anarquia. Seguindo Cândido Mendes, o autor afirma que podemos marcar como um período de obscurantismo na história de Sergipe, marcado pelos "desmandos, a instabilidade, os desentendimentos e a constante agitação e exaltação dos ânimos" (p. 72).

Como conseqüência destas guerras contra os batavos, a Capitania de Sergipe vivenciou momentos difíceis, obstruindo, até o começo do século XIX, qualquer possibilidade de progresso econômico. Segundo ele, por conta da proximidade do Governo Geral, Sergipe "recebia, de primeira mão, as tributações, que jamais cessavam, e devia satisfazê-las de qualquer maneira, apesar de suas finanças terrivelmente depauperadas" (p. 74).

É desse período de obscurantismo na História de Sergipe, que emerge a confusão entre capitanias, ouvidorias e comarca, que posteriormente trará à lume a velha questão de limites entre Bahia e Sergipe. Entretanto, para o autor, o alcance da jurisdição da Capitania de Sergipe pode ser lida na portaria de 18 de maio de 1740, em que justifica a procedência dos que têm defendido os verdadeiros limites sergipanos, "quando identificam a extensão da Ouvidoria à da Capitania; e, por conseguinte, é acertado que se faça com ambas se coincidam" (p. 90).

É perceptível a confluência da interpretação de Felte Bezerra sobre a história de Sergipe Colonial com as idéias de Luís da Câmara Cascudo, em pequeno artigo sobre a Geografia de Sergipe durante o Domínio Holandês[21]. Beatriz Góis Dantas identifica vários pontos de convergência entre as leituras entre o pesquisador potiguar e o sergi-

[20] BEZERRA, Felte. À margem da história política de Sergipe Colonial. *Revista de Aracaju*. v. 4, 1951, p. 141-153.

[21] CASCUDO, Luís da Câmara. Geografia de Sergipe no Domínio Holandês. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 11, n. 16, p. 1-6, 1942.

pano, a respeito da pouca influência holandesa na formação de Sergipe e do Nordeste de um modo geral. Para eles, "com base nos mapas da época dos flamengos, o conhecimento que tinham do território sergipano era mínimo, pois este se constituía numa 'reserva de gado', 'uma terra de saque' para o domínio holandês"[22].

Portanto, segundo o antropólogo sergipano, "os holandeses aqui andaram apenas em correrias, de passagem. Mesmo assim, limite sul do alcance batavo, as fugas e deserções terão se dado, logicamente, pelos nossos sertões"[23].

Mas talvez a principal contribuição do autor para a historiografia sergipana seja a leitura histórico-geográfica dos rios que banham as terras de Sergipe. Como assevera Felte Bezerra, é bem conhecida a dificuldade na identificação e reconhecimento dos rios secundários no Brasil, pois "nem sempre os mapas existentes traduzem com fidelidade a fisiografia da terra" (p. 93). Outro problema identificado pelo autor é a *despersonalização* dos rios sergipanos, isto é, as constantes substituições de nomes de rios.

No capítulo sobre *Origens do rio Real*, que já havia sido publicado na Revista do IHGS (1948)[24], o historiador-geógrafo procura as verdadeiras nascentes do rio Real, sugerindo que a investigação científica trouxesse boa luz à decantada questão dos rios, ligada ao problema dos limites de Sergipe e Bahia (p. 155). Como sugestão, a pesquisa científica a ser empreendida deveria se pautar pelo auxílio da fisiografia, geomorfologia e, secundariamente, da antropogeografia, envolvendo, assim, dados da geografia física e da geografia humana.

---

22 DANTAS, Beatriz Góis. As Cartas e a trajetória intelectual de Felte Bezerra. In: DANTAS, B. G. & NUNES, V. M. M. (orgs.). *Destinatário: Felte Bezerra* Cartas a um antropólogo sergipano (1947-50 e 1973-85). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009, p. 98.

23 BEZERRA, Felte. Ação e efeitos do período nassoviano em Sergipe Colonial. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 17, n. 22, p. 5-12, 1959 [p. 11].

24 BEZERRA, Felte. As origens do Rio Real. *Revista do IHGS*. Aracaju, v. 14, n. 19, p. 72-80, 1948.

Para debelar a dúvida sobre os limites entre Sergipe e Bahia na parte sul, o autor inventaria documentos cartográficos e citações históricas, afirmando que "não nos foi possível a convicção de que fôra o rio Itapicuru o limite meridional da Capitania de Sergipe Del Rei" (p. 92), como propunham os geógrafos e historiadores sergipanos, como, por exemplo, Ivo do Prado.

Sobre o Rio Xingó, o geógrafo afirma que é um "Rio sem valor geográfico outro, senão o que a tradição lhe emprestou, do marco divisório entre dois estados da Federação Brasileira" (p. 156). Revendo os relatos de geógrafos sergipanos e baianos, o autor afirma que "não existe nenhum documento que estabeleça explicitamente o rio Xingó como limite entre ambos os Estados" (p. 163). Para ele, o "mais acertado seria a demarcação feito por engenheiro, do ponto exato a 50 léguas a contar da foz do São Francisco, limite da antiga e extensa Vila Nova Real do Rio São Francisco, conforme (...) lembra F. Freire, ao cuidar da questão de limites entre os dois estados vizinhos" (p. 165).

No último capítulo, Bezerra retoma a definição de geografia humana como o estudo das relações entre o Homem e a Terra, identificando na alma aventureira do sergipano um fator de despovoamento dos campos. Aliado a esta dimensão psicológica da herança colonial, o antropólogo critica a opção industrializante do Estado, sugerindo que o "solo é que, em última análise, garante a existência humana; não há fugir dessa dependência" (p. 172).

Então, ele elenca os obstáculos para o desenvolvimento da agricultura, propondo como alternativa o combate tanto a escassez da água, quanto o seu excesso, já que a região do sertão ora é atingida pela seca, ora o é pelas enchentes do São Francisco. Deste modo, há a proposta feita pelo geógrafo da regularização do curso do rio com a canalização e o desvio de sua água; "preparação da terra, dentro dos modernos princípios pedológicos, tendo em vista os remédios contra o grande entrave à fertilização do solo: a erosão, que entre nós constitui, em vários pontos, um verdadeiro inimigo da agricultura" (p. 169).

À guisa de conclusão, percebemos na obra histórico-geográfica de Felte Bezerra o fecundo debate sobre as teorias determinista e

possibilista em Geografia, influenciando sua interpretação histórica da conquista e ocupação do território sergipano. Deste modo, podemos acompanhar a história das idéias em Sergipe na primeira metade do século XX, em que se mesclam, nesta obra, uma herança evolucionista do século XIX, remontando à obra de H. Taine, com a teoria possibilista da geografia de Vidal de La Blache, próxima da renovação historiográfica capitaneada pela obra de Lucien Febvre.

A publicação do livro que contém as cartas destinadas ao professor sergipano durante os anos de 1947-1950 demonstra que a vida intelectual na província estava antenada com o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Assim, como ressaltou a professora Thétis Nunes, no livro analisado, está evidenciada a vasta cultura humanística de Felte Bezerra, com competente domínio dos conteúdos das disciplinas História, Antropologia e Geografia[25].

Portanto, suas *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe* mostram a atualidade do entrosamento entre o debate histórico e historiográfico com as outras Ciências Sociais, que o identifica com a historiografia brasileira e latino-americana, nas quais sociólogos, antropólogos e economistas demonstram interessem especial pelos temas históricos. Aliás, revisitar a obra de Felte Bezerra ajuda-nos a reforçar que a maior integração com as Ciências Sociais e o menor grau de especialização são vantagens a serem preservadas pela historiografia brasileira contemporânea, especialmente diante do quadro atualmente existente nos cursos de pós-graduação em nossas universidades[26].

25 DANTAS, B. G. & NUNES, V. M. M. (orgs.). *Destinatário: Felte Bezerra* Cartas a um antropólogo sergipano (1947-50 e 1973-85). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

26 NOVAIS, Fernando. A universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. In: *Aproximações: Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.. 301.

D. JOÃO VI E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SERGIPE VERTENTES HISTORIOGRÁFICAS*

Ibarê Dantas**

INTRODUÇÃO

A transferência da Família Real para o Brasil resultou em transformações variadas. Algumas imediatas, outras seqüenciais, não faltando também as tardias, como ocorreram em algumas capitanias.

A interpretação dessas mudanças está correlacionada com o referencial teórico de cada autor, quer trate do plano nacional quer da esfera local.

Este trabalho, ao tratar da vinda para o Brasil de D. João VI e a Emancipação Política de Sergipe, divide-se em duas partes.

Primeiro, tenta elaborar um pequeno resumo das principais posições teóricas de alguns autores em face da transição do estatuto colonial para o Império.

---

* Trabalho apresentado no *IV Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros* promovido pelo IHGB no Rio de Janeiro no período de 21 a 23.10.2008.

** José Ibarê Costa Dantas é historiador. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe no período de 19.12.2003 a 19.01.2010.

Em segundo lugar, ao tratar especificamente do caso de Sergipe, tenta mostrar como a historiografia local tem analisado o processo de emancipação política de Sergipe em relação à Bahia.

Essa indagação é enfrentada com a apreciação de cinco obras que muito contribuíram para uma melhor compreensão de um período particularmente difícil para os sergipanos.

1. ALGUMAS VERTENTES DA HISTORIOGRAFIA NACIONAL SOBRE A TRANSIÇÃO DO ESTATUTO COLONIAL PARA O IMPÉRIO.

Os historiadores nacionais de muito chamaram atenção para as conseqüências da transferência da Família Real para o Brasil. Não obstante a variada bibliografia do século XIX,[1] um dos maiores clássicos do tema foi publicado inicialmente em 1909 por Oliveira Lima (1867/1928). Firmado em ampla pesquisa, desenvolveu uma síntese de orientação positivista, na qual defendeu a importância da obra de D. João VI, chamando atenção para a complexidade e alcance das mudanças. Algumas décadas depois, surgiu em São Paulo um enfoque teórico de orientação marxista, que tratou com profundidade o significado da quebra do estatuto colonial.

Caio Prado Júnior[2] tentou descobrir o sentido da colonização por meio da associação da grande propriedade fundiária monocultora movida pelo trabalho escravo e voltada para exportação. A partir desse parâmetro, Emília Viotti da Costa[3] analisou o processo de emancipação política. Fernando Antonio Novais[4], por sua vez, aprofundou o esquema

1 Ver Lúcia Maria Paschoal Guimarães. A Historiografia e a Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. *Revista do IHGB,* Rio de Janeiro, 168 (436), jul/set. 2007, p.15/27.

2 Caio Prado Júnior. História Econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1945 e 1963.

3 Ver Emília Viotti da Costa. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil in *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968, p. 75/139.

4 Fernando Antonio Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1979.

de Caio Prado, observando como o colonialismo tradicional do Estado Absolutista português, firmado no exclusivo metropolitano do comércio voltado para atender os interesses da burguesia mercantil, funcionava numa situação de descompasso com o capitalismo industrial nascente, sob a hegemonia da Inglaterra. Enquanto os ingleses pregavam o fim dos monopólios, o livre cambismo, a concorrência e o trabalho livre, o capitalismo da Inglaterra gerava uma contradição crescente com o sistema colonial das monarquias ibéricas. As tentativas de Pombal de modernizar o Estado português não conseguiram evitar que a situação de crise se acentuasse, inclusive pela ampliação do regime concorrencial que colocava em xeque os privilégios e monopólios estabelecidos.

A coexistência entre os dois sistemas tornou-se mais problemática com o bloqueio continental decretado por Napoleão em 1806. Em dificuldade para escoar seus produtos industrializados, a Inglaterra viu no Brasil uma possibilidade nada desprezível. Não foi por acaso que estimulou o príncipe regente D. João VI a transferir-se para sua colônia americana.

Essa vertente explicativa marxista, que inspirou outros autores como Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso, ganhou variantes como a de Jacob Gorender que, ao tentar demonstrar a existência de um Modo de Produção Colonial, atentou para uma certa autonomia interna.[5]

Essa idéia foi retomada e aprofundada com outros parâmetros por João Fragoso e Manolo Florentino ao apontarem para a diferenciação excludente que foi gestada na economia colonial associada com o capitalismo mercantil.[6] Ou seja, o que esses autores tentaram demonstrar em suas teses de doutorados[7] foi a existência de uma dinâmica interna que a corrente marxista teria subestimado. A estrutura pro-

5 Ver Jacob Gorender. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

6 João Fragoso e Manolo Florentino. *O Arcaísmo Como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993, p. 103.

7 Manolo Florentino. *Em Costas Negras: Um Estudo Sobre o Tráfico Atlântico de Escravos para o Porto do Rio de Janeiro, c.1790-c.1830*. Niterói, UFF, 1991 e João Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

dutiva incorporaria constantemente "fatores elásticos e de baixo custo: terras, alimentos e mão-de-obra," resultando em resistência "às diversas conjunturas do mercado internacional – ou seja, de apresentar uma autonomia relativa." [8]

De qualquer forma, o decreto sobre a abertura dos portos, assinado quando D. João VI passava pela Bahia (01/1808), era um desdobramento que significava o fim do exclusivo metropolitano do comércio e a ruptura com o sistema colonial. O Brasil, de Colônia, transformava-se em sede de Reinado.

Com seu aparato administrativo, o governo imperial voltava-se para o âmbito interno e realizava várias obras, sobretudo no Rio de Janeiro, como as reformas do porto, a melhoria das estradas e hospitais, a criação do Banco do Brasil e da imprensa, a incorporação do acervo da biblioteca real, as missões científicas, a revogação dos impedimentos de fábricas e manufaturas, tudo indicando um novo momento da cidade. Entretanto, a interiorização dos benefícios seria mais lenta e desigual.

Distanciadas geograficamente, com escassas intercomunicações entre si e sem vínculos efetivos, as províncias constituíam-se num conjunto heterogêneo, no qual as transformações chegavam geralmente devagar e tardiamente.

A situação se tornava mais sensível diante dos privilégios que o próprio D. João VI concedeu aos portugueses insatisfeitos com a decorrência da queda do exclusivo metropolitano colonial, conforme bem demonstrou Viotti da Costa. Neste sentido, Boris Fausto mostrou a predominância da nobreza lusa nos melhores cargos, inclusive nas guarnições locais, fato que alimentava o sentimento de oposição aos antigos colonizadores.[9]

Foi dentro desse quadro que, em algumas províncias do Nordeste, as idéias liberais e nacionalistas, inspiradas nos ideais iluministas, foram

---

[8] João Fragoso e Manolo Florentino. *O Arcaísmo Como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993, p. 103.

[9] Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1995.

estimuladas pelas sociedades secretas e encontraram aceitação crescente, resultando na Revolução de 1817. Resta saber o que ocorreu com Sergipe.

2. SERGIPE NOS TEMPOS DE D. JOÃO VI

Antes de analisarmos as versões de alguns historiadores sobre a emancipação política de Sergipe, consideramos útil fornecer alguns dados sobre a realidade sergipana quando D. João VI chegava ao Brasil.

Segundo Marcos Antonio de Souza,[10]um memorialista da época, Sergipe dispunha, em 1808, de uma população composta de 20.300 brancos, 19.954 pretos, 1.440 índios e 30.542 de raças combinadas, somando ao todo 72.236 habitantes.[11] Por esse tempo, a comarca de Sergipe tinha 07 vilas: "1ª. Santa Luzia de Piagui; 2ª. Nossa Senhora do Socorro de Tomar; 3ª. Nossa Senhora da Piedade do Lagarto; 4ª. S. Antonio e Almas de Itabaiana; 5ª. S. Amaro das Grotas; 6ª. Vila Nova Real do Rio S. Francisco; 7ª. Vila de Propriá".[12]

Destas, duas povoações destacavam-se pela sua prosperidade, Laranjeiras e Estância, enquanto as demais desenvolviam-se mais devagar.[13] Pela própria denominação das vilas já dava para se perceber a presença marcante da Igreja Católica que dividia a província em onze freguesias. Havia também quatro missões indígenas: Água Azeda, Pacatuba, Japaratuba e S. Pedro.[14]

---

10 Ver Marcos Antônio de Souza. *Memória Sobre a Capitania de Serzipe*. Aracaju, IBGE, 1944. 2ª. Edição, reeditada com o nome *Memória Sobre a Capitania de Sergipe*. Aracaju, SEC, 2005, com introdução de Luiz Antonio Barreto.

11 Marcos Antônio de Souza. *Memória Sobre a Capitania de Serzipe*. Aracaju, IBGE, 1944, p. 44.

12 Marcos Antônio de Souza. *Ob. cit.,* 1944, p. 14.

13 Marcos Antônio de Souza. *Memória Sobre a Capitania de Serzipe*. Aracaju, IBGE, 1944, p. 14 e Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 25.

14 Ver Marcos Antônio de Souza. *Ob. cit.,* 1944, p. 43/44. José Antônio Fernandes. Informações sobre a capitania de Sergipe em 1821, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Ano I, nº. 1, vol. 1, 1913;. Pe. Manuel Aires de Casal. *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil.* Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1976, p. 249/252.

Em suas terras férteis, cultivavam-se cereais, algodão e criava-se gado. Ademais, vicejavam os canaviais cada vez mais extensos que abasteciam os engenhos que passaram de 25 (1724) para 226 (1825).

Embora Sergipe fosse uma capitania de segunda classe que gozava de autonomia jurídica desde 1696, do ponto de vista político-administrativo era dependente da Bahia, fato que gerava aspirações autonomistas.[15]

Em face da presença de D. João VI, esse quadro tendeu a mudar. Para apreciar a transformação que resultou na emancipação política de Sergipe, destacamos a produção de cinco historiadores: Felisbelo Freire, Clodomir Silva, Sebrão Sobrinho, Maria Thetis Nunes e Fernando Afonso Ferreira Júnior.

É certo que outros historiógrafos, tais como Antonio José da Silva Travassos, Lima Júnior, Acrísio Torres, Pires Wynne, José Calazans e Silvério Fontes, também trataram do assunto, alguns dos quais, como o último, apresentaram observações breves mas pertinentes. Entretanto, selecionamos os autores que dedicaram maior atenção ao tema.

3. VERTENTES DA HISTORIOGRAFIA SERGIPANA SOBRE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SERGIPE

3.1. FELISBELO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE

Felisbelo Freire (1858/1916) foi o primeiro a publicar uma História de Sergipe de forma sistemática. Sergipano do município de Itaporanga, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, assimilou as teorias dos autores evolucionistas do seu tempo, com as quais procurou fundamentar suas análises. Em meio às suas atividades de médico

[15] Ver Maria Thetis Nunes. *História de Sergipe a partir de 1820*, Rio de Janeiro, Cátedra/INL, 1978. Maria Thetis Nunes. *Sergipe no Processo Republicano Brasileiro.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 28, vol. 1979/1982.

e de músico, revelou-se uma figura participativa no jornalismo como abolicionista e republicano. No início do período republicano, foi o primeiro governador indicado, elegeu-se parlamentar em várias legislaturas e ocupou os Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda. Não obstante suas múltiplas ocupações, continuou pesquisando. Sua História de Sergipe, publicada em 1891, é bem lastreada em fontes primárias, revelando documentação fundamental que serviria de referência obrigatória para todos os historiadores que lhe sucederam. Ao concluir sua síntese até 1855, prometeu um segundo volume. Depois, publicou outras obras,[16] mas essa promessa não chegou a cumprir.

---

[16] Felisbelo Firmo Freire de Oliveira. *História de Sergipe* (1575-1855). Rio de Janeiro : Typ. Perseverança.1891. 422p.— *História da Cidade do Rio de Janeiro* * (v. I .1564- 1700). Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1912/ 1914?. 398p.— *Os portugueses no Brasil* (XVI-XIX). Rio de Janeiro: Typ. d' o Economista Brazileiro, 1907. 475p.— *Orientação da política de Sergipe*. Aracaju: Typ. d' Estado de Sergipe,1906. 66p.— *História Territorial de Sergipe.* Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ Secretaria de Estado da Cultura/ Fundepah, 1995. 117p.— *Historia Territorial do Brasil* *(Bahia, Sergipe Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ. do "Jornal do Commercio", 1906. 532p. (IHGS).— *Colonização de Sergipe de 1590 a 1600*; governo Tomé da Rocha a Diogo Quadros. S.n.t. s.p.— *Commentários à Constituição do Estado de São Paulo*. São Paulo: Diário Oficial, 1901. 165p.— *A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil interpretada pelo supremo Tribunal* . Rio de Janeiro: Baptista de Souza, 1913. 446p.— *Direitos do Estado do Amazonas sobre o território do Acre*. Rio de Janeiro: Economista Brasileiro, 1906. 123p.— *Elementos de história natural:* zoologia, botânica e mineralogia 2º grau. Rio de Janeiro: Cunha Irmãos , 1896. 84p.— *Evolução da Matéria*; leis e causas de suas firmas. Laranjeiras: O Laranjeirense, 1887. 37p.— *O ex - ministro da Fazenda*: questão das loterias. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1895. 106p.— *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: O Economista Brasileiro, 1907. 284p.— *História da Revolta de 6 de setembro de 1896*. Rio de Janeiro: Cunha e Irmãos, 1896. Vol.1.— *Manifesto Político Sergipano*. Rio de Janeiro: D' O Economista Brasileiro, 1907. 34p.— *Noções de Direito Pátrio e Economia Política*. Capital Federal: Cunha e Irmãos , 1896. 114p. (BED).— *Os caracteres clinicos da cirrhose hypertrophica são suficientes para classificá-la como uma molestia distincta da cirrhose atrophica?* These apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia a fim de obter o grau de doutor. Bahia: Imprensa Economica, 1881. 71p.— *Historia Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Moreira Maximino, 1894-1895, 434p.— *Historia do Brasil* (adoptada pelo Conselho de Instrucção da Capital Federal para uso nas escolas publicas de 2º grau). Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C. Cunha, 1896. 110p.— *As Constituições dos Estados e a Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. 637p.— *Archivos Parlamentares do Brasil.* Rio de Janeiro: Typ. d' "O Economista Brasileiro", 1907. (1ºvol: 308p.; 2º vol.: 155p.; 3º vol. 167p).— *Lei Constitucional Americana por J. I. Clark*.(tradução). Rio de Janeiro: Typ. d' "O Economista Brasileiro", 1908. 354p.— *Os bastidores da politica no Brasil*. Rio de Janeiro: "Ilustração Brasileira," 1911. 160p.

Sobre o processo de emancipação política de Sergipe, Felisbelo Freire parte da Revolução de 1817, mostrando como as pálidas manifestações de solidariedade aos revoltosos que aconteceram no sul de Alagoas, em Penedo, foram mal recebidas em Vila Nova, Sergipe.

Republicano histórico, Felisbello Freire trabalha de forma sintomática a participação dos sergipanos ao lado das forças da legalidade, na medida em que trata apenas em nota de pé de página: "De Sergipe marcharam as seguintes forças: cavalaria miliciana de Sergipe, 100 homens; milícias de Sto. Amaro, 500 homens; cavalaria de Sto. Amaro, 100 homens. Estas forças combateram no Engenho Guerra contra tropas dos patriotas republicanos, fazendo parte das forças realistas. *Os Mártires Pernambucanos,* p. 59."[17]

O fato de D. João VI conceder a autonomia de Sergipe d'El Rei, por meio de Decreto Régio de 08 de julho de 1820, tornando-a independente da Bahia, foi visto por Felisbello Freire como uma retribuição do monarca à ajuda dos sergipanos às forças governistas, como ocorreu com Alagoas e Rio Grande do Norte,[18] interpretação que seria questionada por outros autores, inclusive Thetis Nunes e Fernando Afonso Ferreira Júnior.

Seguindo a seqüência dos fatos, Felisbelo Freire registrou que, em 25.07.1820, D. João VI nomeou Carlos Cezar Burlamaque para governar Sergipe. Mas, em agosto de 1820, rebentou a Revolução Constitucionalista Liberal no Porto/Portugal e a situação se complicou. Em 10.02.1821 eclodiu o movimento constitucionalista na Bahia, solidário aos rebeldes portugueses e em desacordo com D. João VI.

Quando Burlamaque chegou a Sergipe em 19.02.1821, a situação já lhe era desfavorável na Bahia. Houve reações internas em alguns municípios e o governador administrou com dificuldades. Menos de um mês de empossado, Burlamaque foi deposto em 18.03.1821, por tropas vin-

17 Felisbello Freire. *História de Sergipe.* Petrópolis, Vozes/ Governo de Sergipe, 1977, p. 231-2.

18 Felisbello Freire. *Ob. cit.,* 1977, p. 233.

das da Bahia com o apoio da Legião de Santa Luzia em Sergipe, comandada por Guilherme José Nabuco de Araújo. Recambiado preso para a Bahia, depois foi enviado para o Rio. Sobre essa experiência adversa, Burlamaque deixou uma memória expressiva que foi utilizada por Felisbelo Freire e por todos os historiadores que trataram do período.

Diante do afastamento de Burlamaque, em 22.03.1821, assumiu o brigadeiro Pedro Vieira de Melo como governador subordinado à Bahia.

As Cortes declararam os governos provinciais independentes do Rio e sujeitos imediatamente a Portugal. Em 26.04.21, D. João VI regressou a Lisboa e entregou a D. Pedro de Alcântara a administração de todo o reino do Brasil, tornando-se assim Príncipe Real do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarve, constituinte – o regente e seu lugar-tenente (Dec-22.04.21)

A situação da Bahia se agravou, o general Madeira de Melo assumiu o comando das tropas e formou-se em Cachoeira (BA) um governo opositor. Em julho de 1822, D. Pedro I enviou uma esquadra, comandada por Pedro Labatut, para debelar o movimento da Bahia. O referido brigadeiro, depois general, desembarcou em Recife, desceu até Penedo, enviou emissário à Vila Nova (SE) para conferenciar com Bento de Melo Pereira, adepto do partido recolonizador, que resistia em terras de Sergipe. Mas, segundo Felisbelo Freire, com a notícia da presença de Labatut, o povo fez aclamação, pressionando a Câmara Municipal de Vila Nova e a Câmara de São Cristóvão, que aderiram ao movimento em prol da emancipação política.

Labatut atravessou o Rio São Francisco e dirigiu-se a Laranjeiras. Aí, lançou proclamação aos seus habitantes e Pedro Vieira de Melo, que então governava Sergipe, passou o governo para um conselho militar. Em seguida, formou-se uma Junta Governativa, sucedida pela posse do tenente- coronel José Elói Pessoa em 25.11.1822 nomeado por Labatut, que em Cachoeira organizava investida contra o general Madeira. Insatisfeito, José de Barros Pimentel, que já havia se aproximado deste general, persuadiu-o a demitir Elói Pessoa e nomear a si próprio.

Como governante, Pimentel, muito ligado ao grupo recolonizador, tentou retardar a emancipação. Mas a notícia do decreto de D. Pedro, de 05.12.1822, confirmando a autonomia de Sergipe, inflamou o povo que se reuniu em 03.03.1823, fez nova aclamação festiva em São Cristóvão em homenagem a D. Pedro I e pressionou a Câmara a formar uma Junta Governativa. Em 21.01.1823, a Junta de Cachoeira comunicou a Labatut a autonomia de Sergipe. Mas Pimentel resistia, apelando inclusive para oficiais do corpo de 2ª. linha. O impasse se estabeleceu até quando o capitão-mor Guilherme José Nabuco de Araújo foi chamado e, em 15.03.1823, substituiu Pimentel no Comando das Armas. Formou-se nova Junta e, de conformidade com instruções do governo imperial, foi marcado o pleito para eleger os membros efetivos da nova administração. Mas as discordâncias se acentuaram, o tumulto ampliou-se e a confusão se estabeleceu até a chegada do primeiro presidente nomeado, o brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, que, entre dificuldades, tentaria fazer de Sergipe, de fato, uma Província emancipada da Bahia. Em linhas gerais, esta é uma síntese da narrativa de Felisbelo Freire.

3.2. CLODOMIR SILVA (1892/1932)

Clodomir de Souza Silva foi um homem de múltiplas atividades. Nascido em Aracaju, diplomou-se em Direito na Faculdade de Recife, dedicou-se ao magistério ensinando português, militou na imprensa, elegeu-se deputado estadual em duas oportunidades (para as legislaturas de 1920/22 e 1923/25) e faleceu aos quarenta anos. Deixou duas obras significativas: *Minha Gente,* um ensaio sobre manifestações populares no campo do folclore e o *Álbum de Sergipe (1820-1920),*[19] livro encomendado pelo governo do Estado com o objetivo de celebrar o centenário de emancipação política de Sergipe.

[19] SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. São Paulo, O Estado de São Paulo. 1920.

O trabalho foi incluído como digno de comentário específico pela tentativa de mostrar como o 08 de julho de 1820 foi uma data marcante para História de Sergipe. Para tanto, transcreveu uma série de documentos do período 1821/1823 a partir da memória de Burlamaque e, nos comentários sobre o processo de emancipação, divulgou as versões já publicadas com linguagem jornalística.

Dentro dessa orientação, D. João VI teria editado a carta régia influenciado por um "certo sentimento de simpatia pela índole guerreira dos habitantes da Capitania."[20]

Em contrapartida, a Junta Provisória que governava a Bahia "não podia ver com bons olhos a independência absoluta de Sergipe, pois que, naquele momento em que estava a braços com uma situação anormal, seria dali que haveria de vir o necessário para o custeio de qualquer movimento como aconteceu aos tempos em que a luta agitava a cidade sede."[21] Em face disso, afirmou que a Bahia teria apresentado como pretexto para não aceitar a emancipação o fato de Burlamaque não haver jurado a Constituição.

Seguindo a tradição de Felisbelo Freire, Clodomir Silva apresentou como defensores da causa da Bahia o brigadeiro Pedro Vieira de Melo, o coronel José Guilherme Nabuco e o ouvidor José Ribeiro Navarro. Nesse sentido, a independência de Sergipe tardou em face da falta de patriotismo dos traidores. Embora o texto não apresente grande inovação interpretativa, como disse uma historiadora, "é uma obra comemorativa que procura traçar as bases da identidade sergipana, constituída na luta pela autonomia, na formação dos municípios e na organização de suas instituições."[22]

---

20 Clodomir Silva. *Ob. Cit.*, p. 46.

21 Clodomir Silva. *Ob. Cit.*, p. 47.

22 Terezinha Alves de Oliva. Apresentação "Minha Gente", ou os sergipanos na ótica de Clodomir de Souza Silva in Clodomir Silva. *Minha Gente: costumes de Sergipe*. Aracaju, J. Andrade, 2003.

3.3. SEBRÃO SOBRINHO (1898/1973)

Nos anos setenta, certas passagens do texto de Felisbelo Freire foram criticadas por Sebrão Sobrinho. Nascido em Itabaiana, teve formação autodidata. Como inspetor de ensino, percorreu o interior de Sergipe freqüentando cartórios, retendo farta documentação e escrevendo. Personalidade excêntrica, nada modesta, por vezes até debochada e arrogante, escreveu cinco livros,[23] tratando sobretudo do século XIX de maneira um tanto desordenada. Vinculado ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, pesquisou também em arquivos baianos e desenvolveu sua obra, trabalhando a relação com a Bahia. Como observou o historiador Itamar Freitas, Sebrão Sobrinho tentou sustentar a seguinte tese: "o que é da Bahia é de Sergipe, e o que é de Sergipe se integra à Bahia. A Bahia tem a chave para a compreensão de muitos acontecimentos da história local, a começar pela origem do nome Sergipe".[24] O texto de Sebrão que mais trata do processo da emancipação política de Sergipe é *Fragmentos da História de Sergipe,* editado em 1972, no qual recorre a etimologia da toponímia local e procura analisar o pomo da discórdia com a Bahia, a quem denomina de mulata velha. Discorre sobre a presença de Burlamaque em Sergipe e suas dificuldades para defender a estranha tese de que: "Contra a emancipação política de Sergipe-del-Rei não havia sinceramente ninguém na Capitania: nem sergipanos, nem portugueses e nem os próprios baianos residentes nela e com seus negócios integrados na mesma Capitania."[25]

---

23 Sebrão Sobrinho. *Tobias Barreto, o Desconhecido. Gênio e Desgraça*. Aracaju, Imprensa Oficial, 1941; *Monsenhor Silveira o Fundador da Imprensa de Sergipe*. Aracaju, Regina, 1947; *Laudas da História do Aracaju.* Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju/Sergipe, 1955; *Filarmônica Nossa Senhora da Conceição*. Itabaiana, Prefeitura de Itabaiana, 1956; *Fragmentos da História de Sergipe*. Aracaju, Regina, 1972; *Fragmentos de Histórias Municipais e Outras Histórias*. Aracaju, Instituto Luciano Barreto Júnior, 2003.

24 Itamar Freitas. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão, UFS, 2007, p. 210.

25 Sebrão Sobrinho. *Fragmentos da História de Sergipe*. Aracaju, Regina, 1972, p. 79.

Sebrão Sobrinho considerou alguns atos de Labatut como gestos de subserviência à Bahia.[26] Mas sua principal implicância, expressa num tom personalista, é com Felisbelo Freire por este haver registrado que Guilherme José Nabuco de Araújo teria, em determinado momento, ficado ao lado dos baianos contra a emancipação política de Sergipe.[27]

Em sua Memória Histórica, Burlamaque transcreveu uma carta do capitão-mor de Estância em que este dizia: "sejam quais forem as vantagens que se digam da Independência, elas não pagam nem metade das liberdades que se perdem."[28] Felisbelo Freire considerou que o capitão-mor era Guilherme José Nabuco de Araújo. Ocorre que Sebrão diz que Nabuco não era capitão-mor, mas sargento-mor. A frase, portanto, era de outro personagem, o capitão-mor de Santa Luzia com Quartel na Povoação de Estância, Vicente José da Silva Portela.[29] Apesar dessa revelação, os historiadores subseqüentes que trataram do assunto, entre os quais Maria Thetis Nunes e Fernando Afonso Ferreira Júnior, não deram ouvido a Sebrão Sobrinho e continuaram reproduzindo a interpretação de Felisbelo Freire.

Não obstante a riqueza documental do seu trabalho e a tentativa de investigar a origem dos nomes e das pessoas, a carência de sistematização e o tom emocional de seus juízos empalideceram um pouco a obra de Sebrão Sobrinho.

3.4. MARIA THETIS NUNES

Uma contribuição mais equilibrada e importante para compreensão do processo de emancipação de Sergipe, pode ser encontrada na obra da historiadora Maria Thetis Nunes.

---

26 Sebrão Sobrinho. *Ob. cit.*, p. 163/4.

27 Sebrão Sobrinho. *Ob. cit.*, p. 152/9.

28 Carlos César Burlamaque. Memória Histórica e documentada dos sucessos Acontecidos em Sergipe Del Rey. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1821, p. 37.

29 Sebrão Sobrinho. *Ob. cit.*, p. 76.

Nascida em 1923 em Itabaiana (SE), estudiosa de formação marxista, é adepta da concepção de totalidade de Georg Lukács, da obra de Plekanov e no Brasil de Nelson Werneck Sodré. Após o curso de História na Bahia nos anos quarenta, lecionou em Sergipe, freqüentou os cursos do ISEB (RJ) nos anos sessenta e, após um período na Argentina, retornou a seu Estado, dedicou-se ao ensino e à pesquisa com seriedade e competência. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe por 31 anos e afirmou-se como a maior historiadora sergipana.

Em relação ao processo de emancipação política, entre as obras publicadas,[30] há um opúsculo, de 1973, dedicado ao assunto e dois dos seus livros enfocam o tema nos primeiros capítulos.

Sergipe no processo de Independência do Brasil. UFS, 1973.
História de Sergipe a partir de 1820, Rio de Janeiro, Cátedra, 1978.
Sergipe Provincial I, 1820/1840, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000.

É certo que há poucas inovações de um trabalho para o outro. Mas, após estudar a História Colonial em dois volumes, publicou o *Provincial I*, trabalhando melhor os dados utilizados em *História de*

30 Maria Thétis Nunes. Os Árabes. Sua contribuição à Civilização Ocidental. Aracaju, 1945; Ensino Secundário e Sociedade Brasileira. MEC/ISEB, 1962; *Sergipe no processo de Independência do Brasil.* UFS, 1973; *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra/MEC, 1978; *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; *Sergipe Colonial*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; *Silvio Romero e Manoel Bonfim*: pioneiros de uma ideologia nacional. Aracaju/ ou São Cristóvão: UFS, 1976; *Inventário dos doc. relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. São Cristóvão: UFS; *Geografia, Antropologia e História em José Américo*. Paraíba: Governo da Paraíba, 1982; *Prêmio "Grandes Educadores Brasileiros"*- "Manuel Luís D' Araújo, educador da Ilustração. Brasília: INEP, 198?; *Anais da XIV reunião do Poder Legislativo e a Sociedade Sergipana*. Curitiba: SBPH, 1995.; *Ensino Secundário e Sociedade Brasileira*. São Cristóvão: UFS, 1999._& SANTOS, Lourival Santana dos. *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Sergipe* (1619-1822). São Cristóvão: UFS, 1999; *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. 332p.; *Sergipe Provincial I* (1820-1840). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000; *A Civilização Árabe sua influência na civilização ocidental*. Aracaju: J. Andrade, 2002; *Sergipe Provincial I (1820/1840).* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996; *Sergipe Provincial II (1840/1889),* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2006.

Sergipe a partir de 1820. Tratando de um tempo mais largo, a análise apareceu mais bem circunstanciada.

Thetis Nunes, como seria de esperar, incorporou e explorou muitas fontes consultadas por Felisbelo Freire, agregou novos documentos e apresentou uma narração mais sistemática e ordenada com interpretação atualizada dentro de uma concepção estrutural da sociedade.

Por exemplo, sobre o não envolvimento dos sergipanos ao lado dos revoltosos pernambucanos de 1817, Thetis Nunes considerou que tal ocorreu "dadas as condições sociais reinantes. [Sergipe] não contava com classe média definida, nem senhores de terra intelectualizados, imbuídos do liberalismo que ia pelo mundo. Também foram fortes as medidas repressivas tomadas pelas autoridades locais."[31]

Faltou acentuar que não se envolveu ajudando aos revoltosos, mas enviou tropas para enfrentá-los.

Sobre a Carta Régia de D. João VI, que concedeu a autonomia política de Sergipe, em vez de vê-la como um ato de gratidão ou de reconhecimento, a exemplo de Felisbelo Freire, Thetis Nunes atribuiu à prosperidade econômica da capitania, combinada com a necessidade de reforma administrativa encetada pelo soberano.[32]

A autora sintetizou melhor a presença de Labatut em Sergipe, tema que também foi estudado por um colega seu de magistério, o professor José Silvério Leite Fontes.[33] Por outro lado, analisou de forma mais circunstanciada as relações com a Bahia.

Da mesma forma, acompanhou melhor o processo tumultuado que abalou a política sergipana a partir da deposição de Carlos Cezar Burlamaque. Dentro desse processo revelou novos dados preciosos como foi o caso da participação do senhor de engenho João Dantas

31 Maria Thetis Nunes. *História de Sergipe a partir de 1820*, Rio de Janeiro, Cátedra/INL, p.29.

32 Maria Thetis Nunes. *Ob. cit.,* p.32.

33 José Silvério Leite Fontes. *Formação do Povo Sergipano. Ensaios de História*. Aracaju, SEC, 2004, p. 93/101.

Martins Portátil que partiu de Itapicuru (Bahia) com dois mil homens em armas e aclamou a independência de Sergipe em Campos (atual Tobias Barreto). Diante desse fato, o governador Pedro Vieira de Melo, sentindo-se pressionado, prometeu aclamar o Príncipe Regente, no dia 01 de outubro de 1822, a fim de "evitar horrores de uma Guerra Civil."[34] Após esse gesto, os grupos recalcitrantes, simpatizantes dos rebeldes da Bahia, foram apoiando a emancipação em outras localidades de Sergipe.[35] Enfim, Thetis Nunes demonstrou com documentos como a atuação de João Dantas precedeu a ação de Labatut, facilitando a missão do general francês.[36]

Parece, no entanto, que a historiadora itabaianense não consultou a obra do seu conterrâneo Sebrão Sobrinho, pois não o citou nem incluiu nas bibliografias dos dois livros. E, apesar dos problemas de ordem formal, a contribuição de Sebrão não merece ser subestimada.

No conjunto, a obra de Thetis, como vimos, é portadora de muitos méritos pela riqueza documental e pela análise clara, objetiva e quase sempre lúcida.

3.5. FERNANDO AFONSO FERREIRA JÚNIOR

Uma nova interpretação do processo de emancipação de Sergipe encontramos na dissertação de mestrado de Fernando Afonso Ferreira Júnior.[37] Enquanto os três autores que analisamos trataram da questão em dois ou três capítulos em algumas dezenas de páginas dentro de

---

34 O brigadeiro Governador Pedro Vieira Mello enviou ofício, datado de 30.09.1822, ao comandante da Vila de Itapicuru, João Dantas dos Reis Portátil, no qual afirmava: "Nesta ocasião, a fim de evitar horrores de uma Guerra Civil..." promoverá a aclamação do Príncipe Regente no dia 01.10.1822. Cf. Maço 423, Arquivo Público da Bahia, in *Catálogo de Documentos Relativos a Sergipe Del Rei pesquisados e anotados por Luiz Mott*., in IHGSE.

35 Felisbello Freire. *História de Sergipe*. Petrópolis, Vozes/ Governo de Sergipe, 1977, p. 233/257.

36 Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I (1820/1840)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 66/67.

37 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Derrubando os Mantos e as Negras Sotainas (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial – 1763-1823)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2003.

obras de síntese, Ferreira Jr. dedicou cerca de 200 páginas especificamente a estudar o processo de emancipação política dentro da *Crise do Antigo Sistema Colonial* no período 1763-1823.

Natural de Pernambuco, mas com vivência em Sergipe desde a infância, Ferreira Jr. desenvolveu seu trabalho sob a orientação de Fernando Antonio Novais. Ao pesquisar em alguns arquivos nacionais, agregou mais informações do que as reveladas pelos historiadores que o precederam e tentou aplicar ao caso de Sergipe o modelo marxista interpretativo estrutural do seu orientador. Ou seja, a dissertação parte do princípio de que a relação das economias centrais européias com as economias coloniais periféricas estava firmada no exclusivo metropolitano do comércio voltado para atender os interesses da burguesia mercantil. Enfocando o período de 1763/1823, Ferreira Jr. propôs-se a inserir Sergipe no contexto geral,[38] para entender como ele participou da crise do antigo sistema colonial. Sendo a capitania subjugada duplamente, pois dependia da metrópole e da Bahia, Sergipe, como "uma das mais importantes regiões produtivas da colônia", segundo Ferreira Jr., "estava recheada de conflitos sociais das mais diversas ordens."[39]

É nesse contexto que deve ser visto o processo de emancipação política de Sergipe. O sistema colonial, que já vivia em crise, exigia reformas aceleradas.[40]Pombal tentara algumas mudanças, mas não tivera grande êxito.

A situação da metrópole se agravou com as ameaças de Napoleão. A abertura dos portos, que resultou na quebra do exclusivo, foi considerada como o rompimento do "quadro de dominação de forma abrupta e considerável". Mas isso não debelou a crise. Antes pelo contrário, acentuou os problemas, despertando novas energias. A Revolução de 1817 foi a primeira grande manifestação das tendências revolucionárias em curso.

38 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 2.
39 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 5 e 3.
40 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 161.

Não devemos esquecer que os descontentamentos internos eram consideráveis. Como dizia o capitão-mor Mesquita Pimentel, "o clima de instabilidade e descontrole social gerava, entre o povo sergipano, 'desalentados, em desconsolação,' e que um governo próprio poderia propiciar a melhoria desta condição."[41]

Premida pelas circunstâncias, a realeza promoveu a reforma administrativa de 1820, com o objetivo de aliviar as tensões e conter o movimento revolucionário. Neste sentido, a Carta Régia que emancipou Sergipe da Bahia estaria inserida nesse objetivo geral da corte. Conforme afirmou, "essa reforma re-configurava o Nordeste rebelde e, principalmente desarticulava Pernambuco, tirando-lhe a região abaixo do São Francisco e Maceió, mas lhe anexando a Paraíba. A Bahia herdava parte de Pernambuco, mas perdia o Espírito Santo e Sergipe. O governo mantinha, com essa medida, a possibilidade de controle em caso de revoltas...[42]"

Mas ela não foi suficiente. Para demonstrar tal afirmação, Ferreira Júnior fez uma leitura inovadora dos fatos, enquanto chamou atenção para o contexto geral a fim de entender melhor as posições da coroa e da elite sergipana.

Depois que D. João VI, em julho de 1820, nomeou Burlamaque para governar Sergipe, em agosto do mesmo ano, como se não bastassem os problemas internos do Brasil, começou a Revolução Liberal Constitucionalista do Porto, agravando o quadro interno. A Bahia, que fora um grande sustentáculo da ordem em 1917, desde o dia 10 de fevereiro de 1821 ficava sob controle das tropas portuguesas solidárias ao movimento do Porto.

Quando Burlamaque chegou a Sergipe, nove dias depois, apesar de respaldado pela nomeação do Rei, o quadro local era no mínimo

41 Francisco Antônio de Carvalho Lima Jr. Capitães Mores de Sergipe. Aracaju, Segrase, 1985, p 82, apud Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 162.

42 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 161.

incerto. Mesmo assim, ele tomou posse e governou menos de um mês cercado de dificuldades, enquanto a Bahia enviava tropa "para garantir o juramento da Constituição pelas Câmaras das principais cidades sergipanas: São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Thomar do Gerur, Lagarto."[43](sic) Foi nesse momento que algumas figuras destacadas da elite açucareira, que dantes haviam se manifestado a favor da emancipação política, recuaram.[44] Seria desse tempo também a frase do capitão-mor que Ferreira Júnior continua atribuindo a Guilherme José Nabuco Araújo: "sejam quais forem as vantagens que se digam da independência, elas não pagam nem metade das liberdades que se perdem."[45]

A posição de Ferreira Júnior fica ainda mais nítida ao tentar demonstrar que esses sergipanos recuaram porque teriam percebido que confrontar a Bahia seria insustentável, pois a correlação de forças era bastante desproporcional.

Como se isso não bastasse, existiam as condições internas, pois "toda agricultura é enlaçada com a Bahia, onde tem depósitos de dinheiros, de caixas [de açúcar], sacas de algodão, grandes cabedais."[46]

Aliás, Silvério Fontes já tinha apresentado informações sobre esse relacionamento com Salvador, considerando-o como intenso. "Um parente de Guilherme Nabuco, por exemplo, fora secretário do conde de Palma. Os comerciantes de Laranjeiras mantinham conexão, em seus negócios, com os da Bahia e eram portugueses. Eram pelo menos dezesseis. Também em Vila Nova, Capela, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão e Itabaiana, o comércio estava nas mãos deles.[47]"

---

43 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 171.

44 Sebrão Sobrinho. *Ob. cit.*, p. 67.

45 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 170, apud Carlos César Burlamaque. Memória Histórica e documentada dos sucessos Acontecidos em Sergipe Del Rey.

46 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 166 apud AHU, Cx.9, NG. 491, n.Doc.22, Carta de Carlos César Burlamaque ao Rei, de 23 de fevereiro de 1821.

47 José Silvério Leite Fontes. *Formação do Povo Sergipano. Ensaios de História*. Aracaju, SEC, 2004, p. 94.

Ademais, o poder central no Rio de Janeiro se encontrava fragilizado, configurando o que o autor denomina de "vazio de poder", pois o Rei, além de revelar-se incapaz de vencer a rebelião dos portugueses na Bahia, comandada por Madeira de Melo, retornou a Portugal, deixando o seu filho como regente.

Sendo assim, Burlamaque, dado como quase um mártir do processo da emancipação política de Sergipe por Felisbello Freire e Thetis Nunes, apareceu como um teimoso D. Quixote que não teria compreendido a complexidade do momento.

Ferreira Júnior tentou reforçar sua interpretação ao analisar o segundo passo do processo quando o Príncipe D. Pedro incorporou-se à frente do movimento e indicou Labatut para enfrentar os rebeldes da Bahia. Embora reconheça que o militar francês que comandou a esquadra a mando de D. Pedro I tenha encontrado dificuldades para atravessar o Rio São Francisco a partir de Penedo, Ferreira Júnior vê a marcha de Labatut no território sergipano como um passeio. Isto porque o momento era outro e agora quase todos tornaram-se favoráveis à emancipação política. Nesse sentido, quando Pedro Vieira de Melo, o governante que sucedeu Burlamaque, muda a sede da província para Laranjeiras e Thetis Nunes vê nisso uma identificação maior dos senhores do açúcar com os interesses da Bahia,[48] Ferreira Júnior contra argumenta: "Se por um lado, a câmara de Laranjeiras não tenha resistido a assinar a constituição, os oficiais desta cidade foram os únicos (...) a resistir às cortes portuguesas. [49]"

É verdade que Ferreira Júnior reconhece em José de Barros Pimentel uma figura controversa e ligada aos interesses da Bahia. Também considera que Labatut se equivocou quando, ouvindo queixas de Pimentel, mandou destituir o governador José Eloi Pessoa da Silva e o colocou no seu lugar. Entretanto, dá pouca importância a ação do

48 Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I (1820/1840).* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 48.

49 Fernando Afonso Ferreira Júnior. *Ob. cit.*, p. 176.

grupo liderado por João Dantas Portátil que teria facilitado a marcha de Labatut, pois o cerne de sua hipótese é minimizar as diferenças entre os dois grupos pró e contra a emancipação política.

Embora reconheçamos que a análise de Ferreira Júnior é um avanço, enquanto procura compreender as motivações da coroa e da elite influente no processo histórico, de alguma forma tende a minimizar a complexidade das divergências e desencontros internos. Um exemplo disso foram as indisposições que continuaram a existir contra o elemento lusitano.

Apesar disso, não há dúvidas de que a contribuição de Ferreira Jr. constitui a análise mais desenvolvida e aprofundada do processo de emancipação política de Sergipe. Podemos dizer que enfatizou em demasia o peso de contexto geral sobre a realidade local. Podemos observar que não levou em conta as vertentes historiográficas dos autonomistas que procuraram ver as especificidades locais e a dinâmica interna, mas não deixamos de reconhecer o enriquecimento que proporcionou aos estudos históricos de Sergipe.

Em suma, a vinda de D. João VI para o Brasil provocou transformações variadas. A de maior repercussão foi a transição do estatuto colonial para a nação independente no plano nacional, objeto de interpretação engenhosa com a abordagem estrutural inaugurada por Caio Prado que, ao longo de décadas, encontrou muitos seguidores com variantes. Nos anos noventa do século passado, João Fragoso e Manolo Florentino optaram por uma interpretação que deslocava o eixo da atenção para a situação interna, daí ser caracterizada como vertente autonomista.

No início do século XIX, Sergipe vivenciava uma dupla dependência, pois além de estar subordinada ao estatuto colonial, estava subalterna ao governo da Bahia. Não obstante os descontentamentos internos, a interrelação comercial era de tal ordem que dificultava a emancipação.

A Carta Régia de D. João VI encontrou dificuldades em realizar-se em face dos acontecimentos em Portugal e na Bahia, tornando o processo de emancipação política lento, marcado por recuos e avanços, mas irreversível.

Apreciamos aqui a obra de quatro historiadores que trataram do tema. Depois da contribuição pioneira de Felisbelo Freire, que revelou documentação fundamental sobre os principais acontecimentos, por ocasião da celebração do centenário de emancipação foi publicado o Álbum de Sergipe com o fim de mostrar a importância da data de 08 de julho de 1820.

Cinqüenta anos depois, apareceu a obra de Sebrão Sobrinho, que procurou precisar certos dados e apresentou interpretação diversa do seu antecessor. Maria Thetis Nunes, em ensaios e duas sínteses, apresentou novos dados e enriqueceu as contribuições anteriores. Mas o estudo mais específico do tema foi a de Fernando Afonso Ferreira Júnior que, em dissertação de mestrado, aprofundou a discussão e trouxe nova interpretação dentro da concepção estrutural. Isso não significa que o tema tenha sido esgotado, pois entre o material ainda pouco explorado estão as cópias da documentação da Coleção Padre Aurélio que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

CRONOLOGIA
1820/23

08.07.1820	Carta Régia eleva a capitania de Sergipe d'El Rei a ter governo independente. Decreto segundo comunicação ao Conde da Palma isentava Sergipe de sujeição à Bahia.
25.07.1820	D. João VI nomeia Carlos Burlamaque para governar Sergipe.
08.1820	Rebenta Revolução Constitucionalista Liberal no Porto/Portugal. Convocação das cortes constituintes.
25.09.1820	Burlamaque recebe resolução (24.10.20 – segundo José Pinto de Carvalho). Transformação da monarquia absoluta em constitucional.
03.01.1821	Burlamaque chega à Bahia.
10.02.1821	Movimento Constitucionalista na Bahia.
13.02.1821	Junta Provisional do Governo da Bahia ordena ao Brigadeiro Governador da Província de Sergipe d'El Rey que não entregue o governo a Burlamaque.
19.02.1821	Burlamaque chega a Sergipe.
20.02.1821	Começa administração de Burlamaque

18.03.1821	Destituído Burlamaque por tropas vindas da Bahia com o apoio da Legião de Santa Luzia em Sergipe, comandada por Guilherme José Nabuco de Araújo.
19.03.1821	Assume o cargo de governador de Sergipe Pedro Vieira de Melo.
22.03.1821	Posse do Brigadeiro Pedro Vieira de Melo, governador subordinado à Bahia.
04.1821	Sergipe volta a ser anexado à Bahia
24.04.1821	As Cortes declaram os governos provinciais independentes do Rio e sujeitos imediatamente a Portugal.
26.04.21	D. João VI regressa e encarrega D. Pedro de Alcântara da Administração de todo o reino do Brasil, príncipe real do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarve, constituinte – o regente e seu lugartenente (Dec. 22.04.21).
04.1821 a 07.09.1822	Regência de D. Pedro I.
18.06.1821	Junta comunica às Cortes de Lisboa anulação da autonomia de Sergipe.
09.01.1822	Fico.
02.1822	Tumulto na Bahia. Madeira assume comando das tropas. Formase em Cachoeira governo opositor.
16.02.1822	Convocação de um Conselho de Representantes das Províncias.
14.07.1822	Sai do RJ a esquadra, comandada por Labatut, para debelar o movimento da Bahia.
07.09.22	O Grito da Independência.
24.09.1822	João Dantas chega a Campos com 2.000 homens e aclama D. Pedro I Príncipe Regente.
02.10.1822	Labatut tomou conhecimento da aclamação festiva de D. Pedro I pelos habitantes de Vila Nova. Aclamações em Santo Amaro, Estância e São Cristóvão sob pressão de João Dantas dos Reis. Forma-se Junta Governativa sendo Presidente José Matheus da Graça Leite Sampaio, Secretário o Padre Serafim Alvares da Rocha, e mais três membros: Dionísio Rodrigues Dantas, Domingos Dias Coelho e Mello e o Padre José Francisco de Menezes Sobral e para Comandante das armas aquele Coronel José de Barros Pimentel."[50]. Pimentel não aceita Comando das Armas.

[50] Comendador Antônio José da Silva Travassos. Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe, Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, volume III, nº 06, 1916, p.96.

10.10.1822	Labatut lançou proclamação aos habitantes de Laranjeiras. Senhores de Engenho hospedam tropas de Labatut. Mas ele prestigia Barros Pimentel, depondo a Junta Provisória e nomeiando o próprio Pimentel.
10.10.1822	Câmara de Santa Luzia aclama D. Pedro como Defensor Perpétuo.
27.10.1822	Labatut alcança o Recôncavo sem perder arma ou homem.
14.11.1822	Labatut nomeia José Elói Pessoa.
25.11.1822	José Elói Pessoa toma posse e cria 03 Companhias de 1ª linha. Pimentel persuade Labatut a mandar prendê-lo e enviá-lo para Recife.
05.12.1822	D. Pedro confirma decreto de D. João VI sobre autonomia de Sergipe
21.01.1823	Junta de Cachoeira comunica à Labatut autonomia de Sergipe. Povo e tropa decidem reintegração da Junta deposta por Labatut.
03.03.1823	Nova aclamação festiva de D. Pedro I em São Cristóvão.
15.03.1823	Brigadeiro Guilherme José de Nabuco d'Araujo substitui José de Barros Pimentel no Comando das Armas.
06.1823	Chegam da Corte instruções para eleições dos novos membros da Junta Governativa.
03.06.1823	D. Pedro convoca Assembléia Constituinte.
08.1823	Realizações de eleições. Tumultos, violências, fraudes. Câmara de S. Cristóvão tenta fazer valer resultado das eleições favorável a João Fernandes Chaves e seus partidários. Junta não concorda. Tropas cercam a Câmara e prendem seus membros. Perseguições.
25.11.1823	D. Pedro I nomeia o Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira para governar Sergipe.
03.05.1823	Abertura da 1ª Constituinte.
02.07.1823	Vitória dos brasileiros na Bahia.
05.03.1824	Posse do Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

BURLAMAQUE, Carlos Cezar. *Memória Histórica e Documentada dos Successos Acontecidos em Sergipe de El-Rei, sendo governador daquela Provincia Carlos Cezar Burlamaque*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1821.

CARVALHO, José Pinto de. Apontamentos sobre alguns actos da vida pública do cidadão brasileiro, José Pinto de Carvalho, Bahia, Typografia de Camillo de Lellis Masson, 1863 in Revista do IHGSE, ano II, 1914, no. 3, volume II, Aracaju/Se, 1914.

CASAL, Pe. Manuel Aires de *Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil.* Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1976, p. 249/252.

COSTA, Emília Viotti da Costa. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil in *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1995.

FERNANDES, José Antônio Fernandes. Informações sobre a capitania de Sergipe em 1821 in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,* Ano I, 1913, nº. 1, vol. 1.

FERNANDES, José Antônio Fernandes. Informações sobre a capitania de Sergipe em 1821, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Ano I, nº. 1, vol. 1, 1913.

FERREIRA JÚNIOR, Fernando Afonso. Derrubando os Mantos e as Negras Sotainas (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial – 1763-1823). Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2003.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Um Estudo Sobre o Tráfico Atlântico de Escravos para o Porto do Rio de Janeiro, c.1790-c.1830*. Niterói, UFF, 1991.

FONTES, José Silvério Leite. *Formação do Povo Sergipano. Ensaios de História*. Aracaju, SEC, 2004,

FRAGOSO, João e Manolo Florentino. *O Arcaísmo Como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840.* Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*, Petrópolis, Vozes/ Governo de Sergipe, 1977.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque (direção). *O Brasil Monárquico, 3º volume.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões.* São Paulo, Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo, Perspectiva. Edusp, 1972.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).* São Paulo, Hucitec, 1979.

NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820.* Rio de Janeiro, Cátedra, 1978.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe no Processo Republicano Brasileiro.* Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 28, vol. 1979/1982.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I,* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945 e 1963.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. São Paulo, O Estado de São Paulo. 1920.

SOBRINHO, Sebrão. *Fragmentos de Histórias Municipais e Outras Histórias*. Aracaju, Instituto Luciano Barreto Júnior, 2003.

SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória Sobre a Capitania Serzipe*. Aracaju, IBGE, 1944.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. História dos Fundadores do Império, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.

TRAVASSOS, Antonio José da Silva. *Memorial Histórico da Província de Sergipe.* Aracaju, SEC, 2004.

TRAVASSOS, Comendador Antônio José da Silva. *Apontamentos Históricos e Topográficos sobre a Província de Sergipe*. Aracaju, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, volume III, nº 06, 1916.

RELATÓRIO

RELATÓRIO ANUAL DE 2009

1.INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2009, o sexto e último de nossa gestão, continuamos com nosso propósito de melhorar as condições do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, intervindo em sua estrutura física, ampliando os serviços que presta à comunidade e elevando o conceito da *Casa de Sergipe* junto à sociedade sergipana.

O volume de recursos recebidos nos levou a enfrentar obras necessárias e desafiadoras. Ao tempo em que tentávamos completar o elenco de realizações, sofremos a perda de confrades queridos muito ligados à vida do IHGSE.

2.INTERVENÇÕES NA PARTE FÍSICA

Entre as realizações no curso desse tempo, a mais difícil foi a mudança da estrutura de cobertura do auditório, abrangendo uma área de 377,80 m^2. Conforme comentamos em relatórios anteriores, ao recebermos o prédio com a cobertura problemática, em 2004 conseguimos proceder ao retelhamento. Como a inclinação do telhado é acentuada, o tráfego intenso provocou deslocamento das telhas, resultando em sucessivas goteiras.

Diante desses problemas, pleiteamos convênio com a Secretaria de Estado da Cultura, em outubro de 2008, com o fim de fazer a mudança do telhado, realizar alguns reparos no andar térreo e garantir a manutenção do sodalício, cobrindo as despesas mensais de água, luz, telefone, internet, contador e segurança.

Entretanto, a mudança da instrução normativa nº. 06, de 10.12.2008 da Controladoria Geral do Estado, estabeleceu em 5% o teto do percentual do convênio passível de ser gasto em manutenção. Diante da alteração, elaboramos novo projeto, explicitando novas ações

a serem desenvolvidas com a descrição de suas etapas, a duração e nova planilha de custos para adaptar às novas exigências.

Ao final, conseguimos concluir a intervenção na cobertura do auditório do IHGSE, que consistiu na troca de toda madeira mais fina (caibros e ripas) e três peças da estrutura do telhado em face de estarem danificadas pelo cupim.

A antiga cobertura foi substituída por telhas Simonassi com engate que impede o deslocamento motivado pela trepidação do tráfego. Como parte da estrutura do telhado é de ferro, aplicou-se a pintura com tinta anti-ferruginosa.

Foi um serviço de grande importância que veio proporcionar maior segurança na estrutura e solucionar um problema antigo que nos trazia constrangimentos e ameaças ao acervo.

Aproveitamos a disponibilidade de recursos provenientes dos repasses dos deputados para corrigir os problemas de rebocos da sala de leitura, da pinacoteca, do museu e da biblioteca com a complementação da pintura. Ademais, substituímos cinco peitoris e consertamos várias janelas, especialmente as da biblioteca. Melhoramos consideravelmente os dois corredores externos, rebocando as paredes, pintando-as e colocando piso de cerâmica em uma das dependências mais utilizadas.

Com a retirada das antigas telhas e da madeira inadequada do auditório, tivemos de remover também o forro e parte das cadeiras. Como esse serviço desgastou e sujou as paredes, tivemos de aplicar nova pintura, além de melhorar os sanitários. Para completar a obra, parte da fachada foi pintada, assim como a parte superior das laterais e o piso da entrada.

Tudo isso contribuiu para melhorar a feição do prédio da Casa de Sergipe.

3.AMPLIAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Entre os serviços voltados para preservação e ampliação do patrimônio cultural, destacamos o recebimento dos DVDs da segunda parte dos jornais, correspondentes a cerca de 80.000 imagens de 94

volumes da *Gazeta de Sergipe*, digitalizados pela empresa Digicert sob o patrocínio da Universidade Federal de Sergipe, de conformidade com convênio com o IHGSE.

Como a maior parte do trabalho foi concluída, embora com problemas, e a empresa abandonou a empreitada, elaboramos um catálogo do material entregue, conforme quadro abaixo.

Quadro I
JORNAIS DIGITALIZADOS EM CONVÊNIO COM A UFS
ATÉ AGOSTO/ 2009

NOME DO JORNAL	PERÍODO	Nº DE VOLUMES	Média de PÁG. POR UNIDADE	TOTAL DE PÁGINAS
Gazeta de Sergipe	1890, 1928/29, 1962/1964, 1979, 1986/2004	94	851	80.000
Jornal da Cidade	1972/1985	46	1.335	61.435
Diário da Justiça	1935/38	04	650	2.600
Diário da Assembléia Constituinte	1935/37	03	390	1.170
Correio de Propriá	1945/47	02	210	420
A Defesa	1945/87	04	950	3.800
A Estância	1949/57	01	620	620
Total		154		150.045

Acrescentado a este serviço os 480 volumes existentes patrocinados pela Petrobras, eleva-se para 634 o número de volumes de jornais "copiados", correspondendo ao total de 403.444 páginas.

Dentro desse propósito de dar prosseguimento ao processo de digitalização do material mais deteriorado pelo uso, incluímos no convênio com a Secretaria de Estado da Cultura uma meta para digitalizar

jornais e documentos outros produzidos em Sergipe, material de grande importância, cujos originais estão em estado precário.

Quadro II
Material Digitalizado em Convênio com a Secretaria de Estado da Cultura
2009

NOME DO JORNAL	PERÍODO	ANO	Nº DE VOLUMES	Nº DE PÁGS. POR UNID.
Diário da Manhã	JUL/DEZ	1914	1	550
Correio de Aracaju	JAN/JUL	1929	1	400
Correio de Aracaju	JAN/JUN	1941	1	400
Sergipe Jornal	ABR/DEZ	1929	1	700
Sergipe Jornal	JAN/JUN	1944	1	700
Folha Popular	JAN/DEZ	1947	1	550
O Estado de Sergipe	JAN/JUN	1902	1	500
O Estado de Sergipe	JAN/JUN	1903	1	500
O Estado de Sergipe	JAN/DEZ	1904	1	500
Compilações das leis provinciais		1880	2	500
Cadastro de Sergipe (Armando Barreto)		1934/ 1957	4	425
TOTAL GERAL				**5.725**

Com mais esse trabalho, subiu para 408.169 o número de páginas digitalizadas.

Ainda no aspecto da digitalização, os jornais que foram digitalizados em 2004 sob o patrocínio da Petrobras foram gravados num programa da Kodak próprio para o XP, motivo pelo qual passou a encontrar dificuldade em abrir nos programas mais modernos, sobretudo no *Vista*. Para evitar que todo aquele patrimônio fique inacessível aos novos computadores, transformamos imagens gravadas e indexadas em TIF para PDF, um programa mais universal.

Graças a dedicação de Samuel Albuquerque e o convênio com a UFS, foi preparada a Revista do IHGSE número 38 que foi lançada em agosto de 2009 por ocasião do aniversário do Instituto. Mesmo

sem contar o número 33, que já encontramos pronto, mas foi lançado em 2004, este foi o quinto número consecutivo que saiu anualmente sem interrupção. Para concluir nossa gestão, lançamos o número 39 por ocasião da transmissão da presidência ao confrade Samuel Albuquerque, eleito em 17.12.2009.

Sobre as fotografias, quando assumimos nossa gestão, encontramos um catálogo com parte das fotos organizado pelo pesquisador Jackson da Silva Lima. Que fizemos de novo? Retiramos as fotos espalhadas em numerosas caixas, digitalizamos todas as encontradas no acervo e elaboramos novo catálogo muito maior com o fim de facultar aos pesquisadores as imagens em CD, em vez do retrato em papel, sujeito a transtornos.

Para acondicionar melhor essas fotos originais, adquirimos o material apropriado com pastas específicas para envolvê-las e um armário de aço. No que se refere ao Arquivo, foi concluído um Guia de Fontes e mandamos imprimir 50 exemplares que foram incorporados aos nossos numerosos instrumentos de pesquisa destinados a facilitar o trabalho dos pesquisadores.

No âmbito da Pinacoteca Jordão de Oliveira, "foi mantido o sistema de revezamento do acervo através de exposições temporárias." Além do mais, "esteve em cartaz durante o início deste ano a exposição de *A Arte do Século XIX nos acervos IHGSE*, que apresentou obras de arte de diversos artistas (...), e iniciou-se em março a exposição temporária Mãos Femininas".

Durante o ano de 2009, foram restaurados seis bustos, o quadro sobre a Ponte de Pedra Branca de autoria desconhecida, a tela de Oscar Hora Prata, a tela de Félix Diniz Barreto, a moldura do quadro de Graccho Cardoso e a moldura do Quadro de Getúlio Vargas, com os caracteres abaixo descritos.

Quadro III
Material Restaurado em 2009

N° de tombo	Objeto	Autor	Técnica	Serviço	Prestador
2004/ 0282	Busto – personagem Cel. Jacinto Dias Ribeiro -	Corinto Mendonça	gesso	Restauração	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0283	Busto – personagem Bach. Gumersindo de Araújo Bessa	Corinto Mendonça	gesso	Restauração	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0284	Busto – personagem Dr. Augusto Leite	Corinto Mendonça	gesso	Restauração	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0286	Busto – personagem Luiz Garcia	Corinto Mendonça	gesso	Restauração	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0414	Busto – personagem Sílvio Romero	não identificado	gesso	Restauração	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0281	Busto – personagem não identificado	autor não identificado	cerâmica(?),	Restauração	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0086	Quadro – personagem Félix Diniz Barreto	Álvaro Santos	óleo sobre tela, 1946 Dimensões: 77 x 67 cm	Restauração de tela	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0090	Quadro – personagem Oscar Hora Prado	Álvaro Santos	Óleo sobre tela, s/ data Dimensões: 77 x 67 cm	Restauração de tela	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0045	Quadro – personagem Graccho Cardoso	Jordão de Oliveira	óleo sobre tela, 1954 Dimensões: 81 x 94 cm	Restauração da moldura	Luiz Carlos dos Santos
2004/ 0232	Quadro – Ponte de Pedra Branca	não identificado	Óleo sobre tela Dimensões: 1,50 x 1,10	Restauração de tela	Luiz Carlos dos Santos

De conformidade com dados fornecidos em Relatório pela Profª. Msc. Verônica Maria Meneses Nunes e pela Estagiária Kleckstane Farias e Silva Lucena, o Museu Galdino Bicho manteve "aberta ao público a exposição de longa duração *Fragmentos da História de Sergipe*, cujos módulos abordam temas específicos da história local, na medida do possível articulado aos processos históricos internacionais e nacionais."

No segundo semestre de 2009, o museu manteve-se fechado ao público por cerca de um mês, devido a pequenas reformas no seu interior, como pintura e conserto das janelas. Contudo, participou da 3ª Primavera dos Museus – Museu e Direitos Humanos, contribuindo com a semana de palestras realizada no Museu do Homem Sergipano. Por outro lado, cedeu, por empréstimo, para exposições várias peças do seu acervo ao Museu do Homem Sergipano, ao Museu Memorial do Poder Judiciário e ao Museu Histórico de Sergipe. Todas as peças foram devolvidas.

Ainda dentro da área museológica, foi concluído o trabalho demorado e penoso de classificação das moedas, tendo sido identificadas e separadas seguindo o critério de países, valores e doadores. Após serem devidamente registradas no inventário, estão distribuídas da seguinte forma:

Quadro IV
Moedas classificadas

Coleção	Quantidade
Francisco de Barros Melo	1286
Armindo Guaraná	01
Fernando dos Anjos Renovato	01
Dr. Edgard Coelho	01
Dr. Batista Ramos	01
IHGSE	955
Total	**2253**

Como se observa, o maior doador foi o sergipano estabelecido em Santos Francisco de Barros Melo, que mantinha naquela cidade seu próprio museu, mas sempre que vinha a Sergipe trazia suas doações.

4.AMPLIAÇÃO DO ACERVO

A exiguidade de espaço das instalações físicas reservadas para a Biblioteca e para o Arquivo tem sido um problema que não conseguimos superar. Embora tenhamos ampliado consideravelmente o número de estantes com doações e aquisições, ao inventariarmos o acervo e distribuirmos o material nas prateleiras, começamos a ter a dimensão das dificuldades que se acentuaram nesses seis anos de gestão.

Conforme já aludimos em relatório anterior, além do aumento vegetativo da produção local de jornais, revistas e livros, bem como as pequenas doações, ao retirarmos a documentação que permanecia em baús e inventariarmos novas doações, o número de Caixas do Arquivo aumentou de 38 para 505.

Buscando alternativas, fizemos alguns contatos no sentido de adquirir a casa vizinha, mas não encontramos grande disposição por parte dos setores consultados. O Sócio Benemérito do IHGSE Luiz Eduardo Magalhães empenhou-se bastante no sentido de que o prédio da Sociedade de Cultura Artística fosse incorporado ao patrimônio do IHGSE. Participamos de algumas reuniões de negociação, mas não tivemos sucesso.

Apesar dessa carência de espaço em nossa biblioteca, recebemos, em janeiro deste ano, dos netos de Epifânio Dória, Secretário Perpétuo do IHGSE falecido em 1976, nada menos de 83 caixas que pertenceram ao avô com documentação valiosa. Imediatamente os estagiários Anne Caroline Santos Lima, Alisson Fabiano Silva Ferro e Flávio Ferreira sob a orientação da Diretora da Biblioteca e do Arquivo, Sayonara Rodrigues do Nascimento, começaram a inventariar os documentos, tarefa já concluída.

Recebemos também da Secretaria de Estado da Casa Civil, através de Ernandes Alves Santa-fé Sobrinho, 49 livros, a grande maioria

de autores sergipanos que se encontravam no Palácio Olímpio Campos. Recebemos ainda de Dr. João Fontes de Faria, generoso doador do IHGSE: 1) 3 Álbuns de fotos – Municípios de Sergipe (contendo 150 folhas, totalizando 600 fotos); 2) Revista *"National Geographic"* – Brasil. Volumes correspondentes a novembro de 2008 até julho de 2009 e 3) Livro do Ano 2009: 1 Volume.

5.EVENTOS

Durante este ano de 2009, realizamos sessão de homenagem ao Barão de Maroim, a propósito do seu bicentenário de nascimento, e ao grande jurista sergipano Gumersindo de Araújo Bessa, por ocasião dos 150 anos de seu nascimento.

O IHGSE promoveu também cerimônia celebrando o aniversário da Emancipação Política de Sergipe, lembrou o centenário de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, quando tivemos oportunidade de lançar um estudo biográfico, Representamos também o sodalício em várias atividades de outros órgãos culturais, entre as quais as posses da Academia Sergipana de Letras, eventos na Universidade Federal de Sergipe, no Memorial do Judiciário, sessões promovidas por Secretarias de Estado. Vivenciamos também os festejos em São Cristóvão, promovidos pelo governo do Estado em 08.07.2009, quando o IHGSE foi distinguido com a comenda Tobias Barreto pelo seu relevante papel na pesquisa em Sergipe.

Em 26.11.2009, realizou-se sessão de homenagem póstuma à memória da professora Maria Thetis Nunes, presidente de honra do IHGSE, que ela dirigiu por 31 anos. Ao falecer, em 25.10.2009, o Instituto estava em plena fase de obras e sem condições de velar o corpo da mestra.

Em 16.12.2009, homenageamos a memória de mais dois confrades falecidos no corrente ano: Manoel Cabral Machado, orador oficial do IHGSE por vários anos, e Mário Cabral, sergipano que dedicou vasta produção literária ao seu Estado, apesar de viver a maior parte da existência em Salvador.

Foi também celebrado o centenário de nascimento do antropólogo sergipano Felte Bezerra, ocorrido em 2008, com palestra da confreira Beatriz Góis Dantas, que na ocasião lançou livro elaborado por ela com a participação de Verônica Maria Menezes Nunes, Diretora do Museu e da Pinacoteca do IHGSE, sobre a correspondência do referido professor.

Avaliando que nossa contribuição na presidência do IHGSE estava se completando, com responsabilidade, desde dezembro de 2008, provocamos a discussão entre os colegas da Diretoria por três vezes sobre a sucessão administrativa. As discussões se arrastaram sem ao menos apresentarem sugestões para viabilizar a transição. Era como se o problema da sucessão fosse apenas uma questão do presidente.

Diante dessa realidade, procuramos outros confrades com história de vida reconhecida, mas as negativas foram a constante. Presidir uma instituição sem qualquer remuneração não é uma tarefa que desperta muito atrativo.

Depois de várias consultas, o editor de nossa Revista do IHGSE, o professor doutorando Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, que já demonstrou compromisso e eficiência nas tarefas que lhe foram confiadas, dispôs-se a enfrentar o desafio, embora com algumas exigências, entre as quais, a nossa presença na chapa como vice-presidente. Resistimos por um tempo mas, sensibilizados com seu gesto de desprendimento, acatamos sua exigência e, na composição dos novos diretores, opinamos quando consultados.

De conformidade com os estatutos da entidade, convocamos os sócios quites com suas anuidades a participarem da eleição para eleger a nova Diretoria que haverá de administrar o IHGSE no biênio 2010/2011, verificando-se o comparecimento de 47 confrades, resultando em 47 votos na chapa 1, a única a apresentar-se, assim constituída:

Presidente: Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Vice-Presidente: José Ibarê Costa Dantas
Secretário Geral: Josefa Eliana Souza
1º. Secretário: José Vieira da Cruz
2º. Secretário: José Rivadálvio Lima

Orador Oficial: Terezinha Alves de Oliva
1º Tesoureiro: Saumíneo da Silva Nascimento
2 º Tesoureiro: Igor Leonardo Moraes Albuquerque

A posse da nova Diretoria ficou estabelecida para 19 de janeiro de 2010.

6. FINANÇAS

A receita correspondente ao presente ano de 2009 foi das mais elevadas. Além dos R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) decorrentes do Convênio com a Secretaria de Estado da Cultura, houve o rendimento proveniente do Aluguel de Auditório, duas parcelas remanescentes de convênio de 2007 com a Prefeitura, totalizando 6.000,00, (seis mil reais). Ademais, houve o pagamento da anuidade dos sócios e o repasse dos Deputados em 2009 na ordem de R$ 33.000,00, excedendo as nossas expectativas, conforme quadro abaixo.

CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS
Ano 2009

Parlamentar	Valor do Repasse
Tânia Soares (PC do B)	R$ 20.000,00
Gilmar Carvalho (PSB)	R$ 6.000,00
Conceição Vieira (PT)	R$ 5.000,00
Ulisses Andrade (PDT)	R$ 2.000,00.
Total	R$ 33.000,00

Este repasse dos deputados, além de possibilitar o pagamento das despesas mensais fixas em cerca de R$ 1.500,00, permitiram-nos a compra dos materiais de consumo, a manutenção de nove computadores, a restauração de uma tela, a aquisição de material para armazenar as fotografias, a transformação das imagens em TIF para PDF, a

digitalização das atas do Instituto e a realização de determinadas obras no prédio, entre as quais a reforma do porão da escada, onde foi montada infraestrutura para coquetéis. Reformamos também o corredor externo do lado esquerdo do prédio que, de muito, estava a exigir uma melhor apresentação. Estendemos a pintura para as laterais direita e esquerda nas altas paredes da frente e reparamos o teto da biblioteca, seis janelas e substituímos os referidos peitoris. Com isso, conseguimos realizar um elenco de obras que se faziam necessárias há bastante tempo.

Somente não foi possível a construção da rampa na entrada, para dar cumprimento à lei que obriga atender às pessoas com necessidades especiais. Encomendamos e pagamos projeto ao arquiteto, mas o orçamento superou nossas possibilidades.

7-RECURSOS HUMANOS

O Instituto conta com um funcionário contratado e cedido pela prefeitura, dois pelo Estado, três estagiários pagos pela Prefeitura Municipal, três outros estagiários cedidos pela UFS e o funcionário encarregado pela limpeza sob a responsabilidade do próprio IHGSE.

No campo administrativo, tivemos algumas dificuldades com pessoal, porque os funcionários cedidos pela prefeitura e pelo governo do Estado, um de cada, foram chamados de volta no início do ano, levando-nos a reiterar as solicitações, fazendo novos apelos a fim de que eles pudessem retornar.

No transcurso do ano, a composição da Diretoria sofreu alteração. Em fase da ausência do orador oficial, Antônio Carlos Santos, que fora participar de curso no Canadá, foi realizada eleição para substituí-lo em 15 de janeiro, quando José Vieira da Cruz foi eleito. Internamente, de conformidade com os preceitos estatutários, em face do afastamento do professor Itamar Freitas, a Diretoria escolheu para substituí-lo a ex-estagiária graduada professora Sayonara Rodrigues do Nascimento.

Durante esse tempo, novos sócios foram empossados no Sodalício, entre os quais Adailton dos Santos Andrade, Arionaldo Moura Santos, José de Oliveira Brito Filho, José de Oliveira Júnior, Josefa Eliana Souza, Lauro Cruz dos Santos, Márcio Carvalho da Silva, Marcos Antonio Almeida Santos, Sayonara Rodrigues do Nascimento, Waldefrankly Rolim de Almeida Santos.

E assim, damos por concluída nossa contribuição como presidente do IHGSE.

Foram seis anos de superação de grandes e pequenos desafios no sentido de melhorar a situação da "Casa de Sergipe" para o que não medimos esforços. Durante esse tempo, afastamo-nos quinze dias por motivo de viagem ao exterior. Por mais 11 dias estivemos ausentes participando dos colóquios de Institutos na Paraíba, na Bahia e no Rio de Janeiro, sem quaisquer ônus para o IHGSE.

De 2004 a 2009 empreendemos duas reformas físicas no prédio com reboco, pintura ampliação e melhoria das instalações sanitárias, substituição do forro do auditório, de parte da madeira da estrutura da cobertura de todo o telhado.

Providenciamos a restauração de 33 quadros e/ou molduras, 06 bustos e de alguns móveis. Desencadeamos um processo de digitalização que alcançou 643 volumes de jornais, 2.700 documentos, todos os números das Revistas do IHGSE e da Revista de Aracaju, bem como o sumário das Revistas editadas em Sergipe no período de 1882 a 2008, somando 155 títulos.

Procedeu-se à organização da Biblioteca e do Arquivo, ampliando o espaço das estantes, inventariando volume por volume, assim como as peças do Museu e da Pinacoteca, registrando tudo no computador, assegurando maior controle sobre o acervo.

Foram instalados telefone e internet. Foi criado um site, enquanto dois antigos computadores deram lugar a oito mais modernos interligados em rede.

Durante os seis anos publicamos seis números da Revista, mantendo uma regularidade jamais alcançada pela instituição. Vimos os instrumentos de pesquisa serem multiplicados, chegando a duas dezenas.

Dentro desses propósitos de contribuir para o maior intercâmbio entre os profissionais de História, o IHGSE e a ANPUH, Núcleo Sergipe, com apoio da UFS, realizaram o Encontro voltado para os estudos de *História e Memória em Sergipe,* contando com 513 inscritos e a participação de professores, estudantes de vários estados da federação, desde o Nordeste ao Sudeste, inclusive delegação do Rio de Janeiro. Palestras, mesas redondas, 12 minicursos temáticos e 226 comunicações compuseram a programação, conforme divulgamos no número 38 da Revista do IHGSE.

Ampliamos o horário de atendimento, estendendo o expediente para os sábados no horário comercial de 09 às 12 horas.

Depois de recebermos o IHGSE com prédio deteriorado e acervo requerendo providências, com rendas irrisórias do aluguel de uma sala e dos eventuais aluguéis do auditório, transferimos a direção, deixando assegurada a subvenção anual do governo do Estado da ordem de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) conforme Projeto de Lei Nº 307/2009, aprovado em 02.12.2009, sem prejuízo das captações complementares via deputados, aluguéis do auditório e contribuições dos sócios.

Tudo isso foi conseguido graças ao apoio de Marcelo Déda como prefeito e governador, diretamente ou sob a intermediação do Secretário da Casa Civil, José de Oliveira Júnior, do então senador José Eduardo Dutra, da senadora Maria do Carmo Nascimento Alves, do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Sergipe, Professor Doutor Josué Modesto dos Passos Subrinho, dos sócios beneméritos Luiz Eduardo Magalhães, João Gomes Barreto e João Fontes de Faria, dos deputados estaduais Ana Lúcia Menezes, Conceição Vieira, Tânia Soares, Gilmar Carvalho, Luiz Mitidieri, Antonio Passos, Ulisses Andrade, dos membros da Diretoria do IHGSE, especialmente Itamar Freitas, Diretor da Biblioteca e do Arquivo no período 2004/07, grande responsável pela organização do Arquivo e da Biblioteca, e da Profª. Verônica Maria Meneses Nunes, Diretora do Museu Galdino Bicho e da Pinacoteca Jordão de Oliveira, pela organização desses setores, de Maria Fernanda dos Santos, secretária cedida ao IHGSE, de Fernando

dos Anjos Renovato, trabalhador polivalente sempre disponível. Por fim, reconhecemos o papel dos colegas da Diretoria e, sobretudo, dos funcionários e estagiários que muito se empenharam para o processo de revitalização do IHGSE.

Aracaju/SE, 31 de dezembro de 2009.

José Ibarê Costa Dantas

ANEXO 1

PERFIL DOS PESQUISADORES CADASTRADOS E MATERIAL CONSULTADO
2008

Variável	Discriminação	Quantidade	Porcentagem
Sexo	Masculino	262	63,42%
	Feminino	456	36,58%
Total		719	100%
Variável	Discriminação	Quantidade	Porcentagem
Ocupação	Estudante	390	54,26%
	Professor	110	15,29%
	Outras	165	22,94%
	Não Identificadas	54	7,51%
Total		719	100%
Variável	Discriminação	Quantidade	Porcentagem
Idade	Entre 07 e 15 anos	59	8,62%
	Entre 16 e 20 anos	156	21,69%
	Entre 21 e 30 anos	282	39,22%
	Entre 31 e 40 anos	80	11,12%
	Entre 41 e 50 anos	53	7,37%
	Entre 51 e 60 anos	27	3,37%
	Mais de 61 anos	17	2,36%
	Idade não identificada	45	6,25%

Quantitativo da freqüência mensal dos Leitores

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
355	203	455	412	496	490	213	191	218	244	326	65

Quantitativo dos pesquisadores cadastrados Mensalmente

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
53	34	49	108	84	44	27	40	51	70	104	30

JORNAIS MAIS CONSULTADOS 2009

Títulos	Consultas
Gazeta de Sergipe	229
Jornal da Cidade	236
Correio de Aracaju	114
Diário Oficial	101
Cinform	68
Sergipe Jornal	61
A Cruzada	58
Consulta de jornais digitalizados	56
Diário de Aracaju	40
Jornal de Sergipe	35

Tipologia e Quantitativo do acervo consultado mensalmente 2009

Acervo Geral

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
23	04	39	27	14	45	10	03	07	00	01	00

Arquivo

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
04	04	40	28	15	46	11	03	07	00	01	00

Hemeroteca

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
174	51	81	111	201	265	47	56	63	73	82	23

Obras de Referência

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
06	01	02	30	10	00	03	09	16	01	01	05

Sessão Sergipana

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
175	149	325	247	278	187	30	158	144	102	146	38

Total de Consultas

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
382	209	487	443	518	543	101	229	237	176	231	66

OBRAS MAIS CONSULTADAS - 2009

Títulos	Consultas
5206 Artigos de Jornais sobre bairros de Aracaju. Jornal da Cidade	42
5205 Álbum de Sergipe. (SILVA,Clodomir)	37
5207 Enciclopédia dos Municípios – Sergipe (IBGE).	
4687 Sergipe panorâmico: geográfico, político, econômico, cultural, Turístico e social.(MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz)	33
5815 Compilação das leis provinciais de Sergipe de 1835 a 1880, pelo juiz de direito Candido Augusto Pereira Franco, chefe de polícia da província do Maranhão, vol.II. (FRANCO, Cândido Augusto Pereira)	22
4688 História dos municípios: um jeito fascinante de conhecer Sergipe. (CINFORM)	22
4674 Aracaju romântica que vi e vivi: anos quarenta e cinqüenta. (MELINS, Murillo)	21
1313 Estudo chorographico e social do Brasil. (MENEZES, Florentino)	19
1310 Influência do clima nas civilizações. (MENEZES, Florentino)	19
1312 Estudo de sociologia: desenvolvimento intelectual dos povos. (MENEZES, Florentino)	16
6184 História de Sergipe: República (1889-2000). (DANTAS, José Ibarê Costa)	15
1315 O Voto Secreto. (MENEZES, Florentino)	14
6005 Desenvolvimento intelectual dos povos. (MENEZES, Florentino)	10
6145 História de Sergipe. (ARAÚJO, Acrísio Torres)	8